



**UFAM**

Universidade Federal do Amazonas

Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS

Programa de Pós-Graduação em História

Richard Kennedy Nascimento Candido

**Vida, Trabalho e Dilemas Identitários dos Caixeiros no Norte do país (1889-1921)**

Manaus  
2025

Universidade Federal do Amazonas  
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS  
Programa de Pós-Graduação em História

Richard Kennedy Nascimento Candido

**Vida, Trabalho e Dilemas Identitários dos Caixeiros no Norte do país (1889-1921)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Doutorado, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – IFCH/UFAM, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.  
Orientador: Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles

Manaus  
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

C217v      Candido, Richard Kennedy Nascimento  
              Vida, Trabalho e Dilemas Identitários dos caixeiros no norte do país  
              (1889-1921) / Richard Kennedy Nascimento Candido. - 2025.  
              200 f. : il., color. ; 31 cm.

              Orientador(a): Luciano Everton Costa Teles.  
              Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de  
              Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.

              1. Trabalhadores do comércio. 2. Imprensa Operária. 3. Belém. 4.  
              Manaus. I. Teles, Luciano Everton Costa. II. Universidade Federal do  
              Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

---

RICHARD KENNEDY NASCIMENTO CANDIDO

**VIDA, TRABALHO E DILEMAS IDENTITÁRIOS DOS CAIXEIROS NO  
NORTE DO PAÍS (1889-1921)**

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles - UEA  
(Orientador e Presidente)

Profa. Dra. Cleudiza Fernandes de Souza – UFRJ  
(Externo)

Prof. Dr. Felipe de Melo Alvarenga – UFRRJ  
(Externo)

Profa. Dra. Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa – UFAM  
(Externo)

Prof. Dr. Davi Avelino Leal – UFAM  
(Interno)

À minha mãe Leuzimar (In memoriam)

À minha vó Dona Chaga (In memoriam)

À professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (In memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho demandou um esforço individual grande que contou com a ajuda e apoio de amigos, familiares e professores ao longo desses quase 6 anos de elaboração da tese de doutorado. Antes de tudo, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter concedido uma bolsa de doutorado por 4 anos e que foi importante no desenvolvimento e nas viagens a arquivos da pesquisa.

Agradeço aos meus familiares, mesmo que indiretamente, me auxiliaram dando suporte para finalizar mais esse desafio. Durante o percurso do doutorado perdi minha mãe Luzimar Nascimento Candido em novembro de 2020 vítima de um aneurisma cerebral tão jovem e em 2021 perdi minha avó Francisca das Chagas. A perda das duas pessoas mais importantes da minha vida acabou num momento tão delicado como o que vivíamos acabou dando um gás a mais para continuar a feitura desta tese de doutorado.

Agradeço ao PPGH-UFAM que me recebeu depois do retorno do mestrado no Rio de Janeiro, sobretudo na figura do Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Eu não consigo mensurar as palavras de agradecimento a ele por todo suporte e incentivo desde a graduação que culminou na ideia de pensar os trabalhadores do comércio como figura central da tese. Balkar tem como característica desafiar os jovens pesquisadores a sempre buscar algo a mais, sempre com palavras de motivação.

Infelizmente a orientação precisou ser descontinuada por questões de saúde, porém parte das reflexões da tese eu devo a ele e sua esposa Maria Luiza Ugarte Pinheiro, a quem também merece muitos agradecimentos. Agradeço ao meu orientador Luciano Everton Costa Teles por ter aceitado seguir com a orientação. Sempre muito solícito e atencioso com as correções dos textos e seus incentivos foram cruciais para seguir e finalizar a tese.

Agradeço a todos os meus amigos, que de alguma forma contribuíram dando suporte e incentivo para continuar a escrita da tese. Em especial a Agda Lima, Carol Gaspar, Rafaela Basto, Raphaela Martins, Talita Gama e Tamily Frota, sem vocês eu não teria chegado tão longe. O processo de escrita torna-se tão solitário, mas com o suporte dos amigos as coisas ficam prazerosas. A leveza do apoio do Felipe Alvarenga que sempre que podia contribuir de maneira salutar e me dava suporte nas ideias para a construção dos capítulos. A forma desafiadora que Jessyka Samya me fazia sentir, sobretudo

ajudando a pensar os objetivos e os problemas da tese foram essenciais para amadurecer minha escrita.

Agradeço também aos queridos Marcelo, Ana Cruz, Cleo, Eduardo Serudo que entre risadas e cobranças foram deixando as coisas mais leves. Aos meus colegas da turma de 2020 que apesar de todos os problemas nunca desistiram de seguir seus objetivos e aos poucos vamos finalizando mais essa etapa de nossa formação.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação no meio de 2024 dando direcionamentos importantes e reflexões que me fizeram perceber para onde eu queria ir com a tese. Sobretudo a querida professora Fabiane Popinigis que, desde o mestrado quando me orientou na UFRRJ, não cansa de contribuir de maneira sensata e cuidadosa meus escritos. Também ao professor Davi Avelino que sempre tem comentários pertinentes e indicação de leitura para nos ajudar a aprimorar os escritos.

Agradeço a minha família pelo suporte e apoio durante o processo de escrita da tese, sobretudo a meu pai, meus irmãos, minhas irmãs e meus três sobrinhos. Muito obrigado por tudo, vocês são muito importantes para mim. Agradeço ao Zeca por todo o suporte do mundo e por sempre acreditar em mim. Chegou quando a escrita estava meio parada e sem perspectiva de futuro, mas logo me fez enxergar as coisas por um prisma diferente e fez toda a diferença. Amo você e obrigado por tanto.

Por fim, toda produção historiográfica carrega em sua construção aspectos de subjetividade que são entrelaçados pelo tempo. A pandemia da Covid19 impactou em diversas maneiras a escrita da tese e foi responsável por mudanças significativas no fazer dos historiadores. Foi durante esse evento que eu perdi as duas pessoas mais importantes da minha vida e pra quem eu dedico toda a produção desta tese: minha mãe e minha vó. Sei que vocês estariam ainda mais orgulhosas de mim, amo vocês <3

## RESUMO

Esta tese investiga a experiência dos trabalhadores do comércio nas cidades de Manaus e Belém entre os anos de 1889 e 1921, com foco em suas múltiplas vivências nos espaços de trabalho, na imprensa e no cotidiano urbano. A pesquisa analisa como esses sujeitos construíram uma identidade de classe marcada por ambivalências e contradições, ora aproximando-se de grupos populares, ora buscando distinção social. A imprensa operária foi um espaço central de expressão política e organização, especialmente nas mobilizações pelo fechamento das lojas aos domingos. Foram examinados seis periódicos produzidos pelos próprios caixeiros: *O Caixeiro* (Belém, 1889), *A Voz do Caixeiro* (Belém, 1890), *O Restaurador* (Manaus, 1890), *O Imparcial* (Manaus, 1890), *O Empregado no Comércio* (Belém, 1899), e *Tribuna do Caixeiro* (Manaus, 1908). A instrução, especialmente por meio das aulas noturnas, aparece como estratégia de mobilidade social. Também foram analisadas denúncias judiciais feitas por empregados contra seus patrões, revelando dimensões da luta por direitos. A pesquisa busca compreender de que modo esses trabalhadores construíram sentidos de pertencimento e forjaram uma identidade coletiva para além das associações formais.

**Palavras-chave:** trabalhadores do comércio; identidade de classe; imprensa operária; Belém; Manaus.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the experiences of commercial workers in the cities of Manaus and Belém between 1889 and 1921, focusing on their multiple engagements in the workplace, the press, and daily urban life. The study analyzes how these individuals constructed a class identity marked by ambivalences and contradictions, at times aligning with the popular classes and at other times seeking social distinction. The workers' press played a central role in political expression and organization, especially during mobilizations for the closure of stores on Sundays. Six newspapers produced by the workers themselves were examined: *O Caixeiro* (Belém, 1889), *A Voz do Caixeiro* (Belém, 1890), *O Restaurador* (Manaus, 1890), *O Imparcial* (Manaus, 1890), *O Empregado no Comércio* (Belém, 1899), e *Tribuna do Caixeiro* (Manaus, 1908). Education, particularly through night classes, emerged as a strategy for social mobility. Legal complaints filed by employees against their employers were also analyzed, revealing dimensions of their struggle for rights. This research aims to understand how these workers shaped meanings of belonging and forged a collective identity beyond formal associations.

**Keywords:** commercial workers; class identity; workers press; Belém; Manaus.

## Lista de Tabelas

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1 – Habitantes da capital do Pará .....                                                     | 32  |
| TABELA 2 – Crescimento da população do Amazonas e da cidade de Manaus .....                        | 33  |
| TABELA 3 - Nacionalidade dos Trabalhadores da União Operária Amazonense (1918-1926) .....          | 39  |
| TABELA 4 – Composição diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas de 1909 ..... | 55  |
| TABELA 5 – Nova diretoria da AECA em 1909 .....                                                    | 56  |
| TABELA 6 – Folhetins publicados em <i>A Voz do Caixeiro</i> .....                                  | 94  |
| TABELA 7 – Lista de poemas e contos publicados em <i>Tribuna do Caixeiro</i> .....                 | 97  |
| TABELA 8 – Poemas e Contos em <i>O Caixeiro</i> .....                                              | 100 |
| TABELA 9 – Dados Censitários de Analfabetismo 1872 .....                                           | 109 |
| TABELA 10 – Frequência escolar da população livre em idade escolar (6 a 15 anos) ..                | 110 |
| TABELA 11 – Resultado dos exames finais do Curso Comercial de 1908 .....                           | 125 |

## Lista de imagens

|                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1 – Anúncio de Caixeiro .....                             | 42  |
| Imagem 2 – Convocação sessão extraordinária .....                | 57  |
| Imagem 3 – Capa de <i>O Caixeiro</i> .....                       | 70  |
| Imagem 4 – Capa de <i>A Voz do Caixeiro</i> .....                | 73  |
| Imagem 5 – Notícia sobre vendedores .....                        | 74  |
| Imagem 6 – Anúncio em <i>A Voz do Caixeiro</i> .....             | 78  |
| Imagem 7 – Capa de <i>O Empregado no Comércio</i> .....          | 79  |
| Imagem 8 – Capa de <i>O Restaurador</i> .....                    | 83  |
| Imagem 9 - Anúncio no jornal <i>O Restaurador</i> .....          | 84  |
| Imagem 10 – Capa de <i>O Imparcial</i> .....                     | 85  |
| Imagem 11 – Capa de <i>Tribuna do Caixeiro</i> .....             | 88  |
| Imagem 12 – Layout <i>Tribuna do Caixeiro</i> .....              | 89  |
| Imagem 13 – Anúncios <i>Tribuna do Caixeiro</i> .....            | 91  |
| Imagem 14 – Folhetim <i>A Diva</i> .....                         | 96  |
| Imagem 15 – Doações a Biblioteca da AECA .....                   | 121 |
| Imagem 16 – Agnello Bittencourt .....                            | 129 |
| Imagem 17 – Procuração .....                                     | 174 |
| Imagem 18 – Documento de prestação de contas após demissão ..... | 177 |
| Imagem 19 – Anúncio .....                                        | 179 |

### **Lista de abreviações**

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

AECA - Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas

ACA – Associação Comercial do Amazonas

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                 |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                               | <b>15</b>  |
| Uma longa trajetória de pesquisa .....                                                                                                                                          | 17         |
| Um debate à luz das reflexões                                                                                                                                                   | 18         |
| A complexa definição dos trabalhadores do comércio                                                                                                                              | 21         |
| Métodos, fontes e capitulação                                                                                                                                                   | 25         |
| <b>CAPÍTULO I – O MUTUALISMO EM TORNO DO ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MANAUS E BELÉM NO INÍCIO DA REPÚBLICA</b>                                              | <b>31</b>  |
| 1.1. Manaus e Belém: as vivências nas cidades amazônicas                                                                                                                        | 32         |
| 1.2. Trabalhadores e trabalhadoras no universo da borracha                                                                                                                      | 36         |
| 1.3. As formas de organização dos trabalhadores do comércio                                                                                                                     | 44         |
| 1.4. Associativismo caixeiral no Amazonas                                                                                                                                       | 47         |
| 1.5. Associativismo caixeiral no Pará                                                                                                                                           | 58         |
| <b>CAPÍTULO II – “TEMOS DIREITOS A VELAR, TEMOS OPINIÕES A MANIFESTAR, TEMOS IDEIAS A EMITIR”: A IMPRENSA CAIXEIRAL NO AMAZONAS E NO PARÁ NO RAIAR DA REPÚBLICA (1889-1909)</b> | <b>67</b>  |
| 2.1. A imprensa caixeiral em Belém                                                                                                                                              | 69         |
| 2.2. A imprensa caixeiral em Manaus                                                                                                                                             | 82         |
| 2.3. A literatura na imprensa caixeiral                                                                                                                                         | 92         |
| <b>CAPÍTULO III – “EDUCAR E INSTRUIR”: ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NO INÍCIO DA REPÚBLICA</b>                                                 | <b>104</b> |
| 3.1. A instrução pela emancipação e as escolas noturnas na historiografia                                                                                                       | 106        |
| 3.2. A difusão das escolas noturnas pelo norte do país                                                                                                                          | 114        |
| 3.3. Entre os estatutos das associações e a imprensa: consolidação das escolas noturnas dos trabalhadores do comércio em Manaus e Belém                                         | 117        |

|                                                                                                          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO IV – LUTAS, DISPUTAS E CONFLITOS: O COTIDIANO DE TRABALHO DOS CAIXEIROS NO NORTE DO PAÍS</b> | <b>135</b> |
| 4.1. Descanso dominical: os caixeiros e o fechamento das portas do comércio em Manaus e Belém            | 136        |
| 4.2. Os caixeiros vão aos tribunais: cidadania e justiça na Amazônia Republicana                         | 167        |
| 4.2.1. As reclamações por direitos salariais                                                             | 172        |
| Conclusão                                                                                                | 184        |
| Fontes                                                                                                   | 186        |
| Bibliografia                                                                                             | 188        |

# INTRODUÇÃO

Os caixeiros do Amazonas, cheios de convicções e inabaláveis na sua fé ardente, quando num movimento espontâneo, admiráveis na sua solidariedade, fundaram a Associação dos Empregados no Comércio, impuseram, numa sublime manifestação de desinteresse e de altruísmo, que o fim capital da sociedade nascente fosse difundir a instrução entre si preparando-se dessa forma para com serenidade, arcarem com as vicissitudes futuras <sup>1</sup>

Em vários aspectos a luta dos caixeiros, ou trabalhadores do comércio, em todo Brasil era em busca de uma característica fundamental que pretendia, dentre outros caminhos, encontrar uma identidade de classe. Dentre esses aspectos, a instrução aparecia praticamente em todas as suas movimentações por melhorias nas condições de trabalho, projetando essa perspectiva como um caminho que os levassem a melhorias nas condições de trabalho, dentro de seus estabelecimentos comerciais.

A instrução foi disposta como um aspecto de união dos trabalhadores do comércio e cujo um lema já dizia “um por todos e todos por um – para assim serem fortes, para assim serem grandes e respeitados, conscientes e felizes” <sup>2</sup>. O letramento não era algo específico dos caixeiros, mas uma visão de mundo muito presente entre os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, sobretudo durante a Primeira República atravessada por questões de raça, gênero e classe<sup>3</sup>.

Esta tese tem como questão central problematizar os empregados do comércio das cidades de Manaus e Belém em suas mais variadas vivências e experiências. No mundo do trabalho, à frente da imprensa, no seu cotidiano, buscamos compreender esses trabalhadores nos mais variados espaços, visando entender as suas nuances e contradições em busca de uma linguagem de classe, que se apresentou diversa e complexa.

Outro aspecto importante dos trabalhadores do comércio era a grande proximidade que eles tinham com seus patrões, relacionada a uma suposta ideia de mobilidade social. De certo, como destacou Fabiane Popinigis, “A ideia de mobilidade mantinha as relações de trabalho nas casas comerciais estáveis”<sup>4</sup>, dando uma certa esperança aos trabalhadores. Contudo, para muitos deles essa possibilidade nunca chegou a existir<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> EFEITOS DA INSTRUÇÃO, *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1908, pág. 1

<sup>2</sup> AVANTE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 20 de dezembro de 1908, pág. 1.

<sup>3</sup> MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>4</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pág. 29.

<sup>5</sup> Ibidem, pág. 31.

O interesse pela temática apresentada se originou na vontade de construir uma produção historiográfica para abarcar os estados do Amazonas e Pará, pois é algo que ainda faz-se necessário em relação a esse grupo de trabalhadores. Existem produções acadêmicas voltadas aos estudos dos caixeiros, porém não com a envergadura que propomos nesta tese. Por isso, pensar nesses trabalhadores à luz de um estudo analítico entre Manaus e Belém pode trazer respostas que vão em direção a uma classe trabalhadora que dialogava e interagiu para além dos espaços locais, ou seja, uma classe que tinha, até certa medida, uma unidade regional.

A escolha das cidades de Manaus e Belém serve para descentralizar o olhar que se mantém no eixo centro-sul (região sul e sudeste do país). Embasados na proposta de Silvia Petersen, utilizaremos uma pesquisa inter-regional como modelo para o grande desenvolvimento da história dos trabalhadores e trabalhadoras. A autora apontou que grande parte dessas pesquisas mantém seu ineditismo devido a pouca circulação fora de suas respectivas regiões<sup>6</sup>. Os estudos a respeito de classes específicas<sup>7</sup> têm se mostrado colaborativos na direção de favorecer um amplo entendimento e compreensão da História Social do Trabalho no Brasil, jogando luz a interações e tensões presentes no seio da classe trabalhadora brasileira.

A partir da problemática desenvolvida anteriormente, busca-se tecer reflexões que possam nos guiar em um entendimento de como a classe trabalhadora, num sentido mais amplo, estava “fazendo-se”<sup>8</sup>, ou seja, de uma classe que estava em constante processo de formação e consciência, levando em consideração os aspectos geográficos da região. Buscamos entender, a partir de um grupo específico, como pode ter se dado essas conexões e trocas de experiências entre caixeiros para além dos limites locais – Manaus e Belém - ao pensar fluxos de informações com o restante do país e com outras partes do mundo.

---

<sup>6</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira. Anos 90*. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995, p. 146. <sup>7</sup> *Jornal O Gutenberg*, Manaus, 1º de julho de 1892.

<sup>7</sup> Existem diversos trabalhos que pensaram categorias específicas no mundo do trabalho. Ver: BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2015. BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2018. SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e Condutores de Bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2020. TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>8</sup> No sentido principal de E.P. Thompson em que o fazer-se é um processo contínuo. Ver mais: THOMPSON, E.P. *A formação da classe trabalhadora inglesa v. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 2020, pág. 9.

Diante disso, essa pesquisa objetiva traçar paralelos e divergências entre a história dos trabalhadores do comércio na cidade de Manaus e na cidade de Belém durante os anos iniciais da República.

### **Uma longa trajetória de pesquisa**

O ano de 2020 iniciou trazendo consequências profundas para a sociedade. Durante o primeiro ano do doutorado ficamos impossibilitados de frequentar arquivos e ter aulas devido às inseguranças sobre o futuro por conta do vírus da covid 19. A atual pesquisa sofreu algumas mudanças por conta dessa nova configuração mundial.

A ideia de se estudar os caixeiros partiu da perspectiva de repensar esses grupos específicos de trabalhadores à luz de novas reflexões acerca das suas relações entre os padrões e eles próprios. Mas repensar uma temática já tradicional não era tarefa fácil e para isso busquei mapear diversos processos do judiciário, tanto do Amazonas quanto do Pará, para qualificar a pesquisa.

De fato, a pandemia atrapalhou o desenvolvimento de diversas pesquisas por conta do fechamento das instituições arquivísticas, porém tivemos que buscar estratégias para continuar com nossos projetos. Uma das saídas foi analisar a imprensa através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Partimos dos jornais para estruturar essa empreitada e só então iríamos confrontar com outras fontes pós-pandemia em 2022.

Com a abertura gradativa e as idas aos arquivos a tese foi de fato se redesenhando e se concentrando na ideia de construção ou não de uma identidade operária entre os trabalhadores do comércio. De fato, a experiência de visitar os arquivos de Belém, mesmo que num tempo curto, trouxe possibilidades que poderiam nos ajudar a caracterizar melhor a origem e vivências desses caixeiros.

Essas novas nuances foram reconfigurando a pesquisa e as hipóteses e ajudando a transformar a tese no produto que apresento nas próximas páginas. As reflexões foram engendradas a partir de todas essas vivências que perpassam longos seis anos de estudo até apresentar o produto final. Não são reflexões definitivas sobre nada, são possibilidades de se entender a História do Brasil sob outra realidade.

### **Um debate à luz das reflexões**

Nas últimas três décadas a História Social do Trabalho não tem medido esforços para descortinar as histórias dos mais variados grupos de trabalhadores. Nossa contribuição busca um entendimento melhor desse grupo que atuava no comércio nas

cidades de Belém e Manaus nas três primeiras décadas da República, notadamente os anos de prosperidade e declínio da região por conta da borracha.

Fabiane Popinigis produziu um dos trabalhos que melhor conseguiu refletir as nuances e contradições dos trabalhadores do comércio ao pensá-los no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e início do século XX. Seu recorte conseguiu apresentar como esses sujeitos levaram a cabo seus projetos de vida e de identidade no espaço carioca, deixando em evidência, por exemplo, as mudanças políticas que esse período representou.<sup>9</sup>

Em *Proletários de Casaca* a autora buscou, em variadas fontes, trazer à tona a história desses trabalhadores a partir de suas identidades. Popinigis se preocupou em perceber como estava tornando-se difícil a mobilidade social deles, embora a autora nos apresente alguns exemplos excepcionais como o Barão de Mauá. Os objetivos dela não eram aprofundar suas análises neles e sim no que chamamos de caixeiro comum. Para isso, Popinigis recorreu às páginas policiais da imprensa e aos processos criminais em busca desses sujeitos.

A autora destaca também que, a contrapelo das ideias de que os caixeiros agiam e pensavam como os patrões, muitas de suas ações “(individuais ou coletivas) cumpriram sua função, efetivando conquistas no contexto em que foram criadas”. A maneira de achar que eles agiam dessa forma ocorreu devido às análises anteriores que não perceberam “as formas dissimuladas de resistência e pressão” de suas ações<sup>10</sup>. O que ainda hoje percebe-se como uma afirmação forte ao entender que esses trabalhadores estavam alienados às disputas por direitos, sendo essa afirmação completamente equivocada.

Também pensando o espaço do Rio de Janeiro, Lenira Menezes Martinho buscou entender os trabalhadores do comércio na corte carioca através de alguns aspectos, sendo eles sua inserção na sociedade, no comércio português, que era bastante difundido no período, nas possibilidades de ascensão social, nas atuações políticas e nos conflitos. Para isso, Martinho buscou fontes que pudessem apresentar a característica de comerciantes e caixeiros no século XIX no Rio de Janeiro: como fontes impressas, textos literários e peças teatrais.<sup>11</sup>

Na Bahia, Mário Augusto da Silva Santos analisou os caixeiros de Salvador durante a Primeira República. Ao longo de cinco capítulos, o autor caracterizou o

---

<sup>9</sup> POPINIGIS, Fabiane.

<sup>10</sup> POPINIGIS, Fabiane. Op. Cit., pág. 110.

<sup>11</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, pág. 30-31.

comércio na cidade de Salvador, destacando os principais meios ocupacionais, além de definir o que era a profissão de caixeiro e suas nuances. Um aspecto interessante é que Santos construiu sua tese buscando entender o comércio local, o que eram esses trabalhadores e suas ramificações na sociedade. O autor analisou os caixeiros dentro de uma perspectiva de categoria social ao perceber uma disputa entre eles e seus patrões através do mecanismo de ascensão social.<sup>12</sup>

Pensando no Nordeste, Osvaldo Batista Acioly Maciel tratou dos trabalhadores do comércio da cidade de Maceió entre os anos de 1879-1917. A discussão central de sua tese foi de entender esses sujeitos como figuras inerentes ao mutualismo, ou seja, organizados em torno de sociedades que buscavam a ajuda mútua<sup>13</sup>. O autor foge um pouco do espaço geográfico do sudeste e explora uma cidade da região nordeste ainda pouco analisada. Ao estudar a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, Maciel construiu sua tese em torno dessa organização mutualista que tentava criar uma unidade a partir de algumas convicções, sobretudo da instrução e da ajuda.

O autor buscou fincar suas análises a partir do que ele chamou de “relação paternalista” entre os caixeiros e os patrões<sup>14</sup>. Embora ele tenha explicado que utilizou esse termo apenas como categoria de análise, é preciso ter em mente que os caixeiros são trabalhadores iguais a qualquer outro grupo e possuem suas divergências e nuances, inclusive em suas relações com os patrões e o Estado.

Bruno Augusto Dornelas Câmara analisou a caixeiragem no estado de Pernambuco durante o século XIX. Sua intenção era perceber a inserção de jovens, brasileiros ou portugueses, no ambiente laboral do comércio. Segundo ele, “os empregos de caixeiro disponíveis no comércio eram, em muitos casos, a porta de entrada para muita gente ingressar no mercado de trabalho”. No caso dos lusos, eles eram atraídos para esse espaço por contrerrâneos que já estavam por aqui e eram facilmente envolvidos por serem jovens. Ainda para o autor, o imigrante português “prejudicava a colocação de brasileiros pobres nesse setor de serviço”<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009, pág. 115.

<sup>13</sup> Sobre mutualismo e suas reflexões: MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio H. M. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

<sup>14</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A Perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011, pág. 210.

<sup>15</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira”. IN: *Almanack Braziliense* nº 06, 2007.

Buscando entender a literatura acerca dos caixeiros em todas as regiões do país, não podíamos esquecer da forte presença da História do Trabalho no Rio Grande do Sul e o estudo de Paulo César Borges Duarte sobre o surgimento dos clubes caixeiral naquele estado entre 1879-1890. O autor mapeou a fundação de 12 clubes caixeiral em várias cidades do estado e, segundo ele, 21% das entidades mutuais eram caixeiral, um número bastante expressivo. Outro fato destacado por Duarte era que as lideranças caixeiral na região estavam em busca de dois propósitos: o descanso dominical e a consolidação de entidades mutuais<sup>16</sup>. Características que convergem em interesses com outras regiões, sobretudo no caso do descanso dominical.

Pensando a Amazônia, temos a tese de doutoramento de Marcos Carvalho que buscou apresentar como os portugueses estavam inseridos na região, mais especificamente no Pará. Os caixeiros vão aparecendo no decorrer do seu trabalho muito por conta dessa ligação latente com a identidade portuguesa, que é o principal alvo de suas análises. O autor analisou dois jornais produzidos por esses trabalhadores: *O Caixeiro* (1889) e *A Voz do Caixeiro* (1890).<sup>17</sup>

No Amazonas temos a dissertação de mestrado de Kleber Barbosa de Moura intitulada *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)* que buscou analisar esses trabalhadores na cidade de Manaus entre os anos de 1906 a 1929. Estudados através do jornal *Tribuna do Caixeiro*, o autor buscou também embasar sua pesquisa nos relatórios da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e nos documentos da Associação dos Comerciantes do Amazonas.<sup>18</sup>

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro também teceu reflexões acerca dos caixeiros no Amazonas durante a Primeira República. O autor destacou que, apesar de “ambíguos”, eles tiveram uma experiência de lutas que convergiam contra a passividade e a ideia de que não se viam como trabalhadores. Pinheiro ainda elencou que, para parte das lideranças caixeirais de Manaus, uma das poucas saídas para lutar contra a “inconsciência” desses trabalhadores era através da instrução<sup>19</sup>. Por meio desse aspecto da luta dos trabalhadores no comércio podemos vislumbrar a criação de escolas e o

---

<sup>16</sup> DUARTE, Paulo César Borges. “A fundação e os objetivos dos clubes caixeirais no Rio Grande do Sul”. IN: *História em Revista*, 2017.

<sup>17</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Porto, 2011, pág. 184.

<sup>18</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2013, pág. 15.

<sup>19</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910”. IN: *História: questões & debates*. Curitiba, v. 70, n. 2, jul./dez. 2022, pág. 282.

enfoque no ensino das práticas do comércio através da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas.

Nota-se uma grande produção sobre os caixeiros no norte/nordeste do país. Por conseguinte, a presente tese de doutorado busca colocar-se nesse debate, sobretudo ao elencar e diferenciar os aspectos já levantados pelas obras citadas. Demanda-se inserir de maneira mais profunda parte do norte do país aos debates já estabelecidos no Brasil, não como mera maneira de corroborar o que já foi cristalizado, mas de buscar colocar os debates engendrados a partir dessa região e a questionar uma história vinda a partir desse eixo geográfico do centro-sul do país.

Pensar Manaus e Belém é uma das maneiras mais pertinentes de entender particularidades e similaridades com as histórias dos trabalhadores do comércio no Brasil. Seja por conta da grandiosidade dessas duas cidades, seja pela importante ligação com Portugal. O fato é que não podemos deixar de lado a importância de se pensar nesses trabalhadores com características únicas sem um estudo mais aprofundado.

### **A complexa definição dos Trabalhadores do Comércio**

O termo caixeiro englobava diversos tipos de atividades ligadas ao comércio, desde o vendedor que ficava atrás do balcão nas lojas de vareja de secos e molhados, até os grandes guarda-livros, responsáveis pela escrituração mercantil das grandes casas de comércio.<sup>20</sup>

Definir uma categoria tão complexa quanto a dos trabalhadores do comércio é um grande desafio. Desde os trabalhos mais braçais, como organização de mercadorias e atendimento ao público até os níveis mais altos na hierarquia como guarda-livros, torna a categoria um grupo bem complexo de ser analisado. Podemos definir de maneira ampla esses trabalhadores como sendo majoritariamente urbanos, iniciando sua vida de trabalho muitos jovens e com aspirações de ascensão social. A maioria deles trabalhava longas jornadas de mais de 12 horas, inclusive domingos e feriados. Dividiam a moradia com o espaço de trabalho, morando nos fundos das lojas na maioria dos casos.

Segundo o dicionário *Michaellis* de língua portuguesa o termo “caixeiro” tem ao menos seis significados, entre eles “empregado que tem a seu cargo as vendas em uma casa comercial”, “o indivíduo que entrega em domicílio as mercadorias”, “empregado

---

<sup>20</sup> Verbete Caixeiro – História Luso-Brasileira. Consultado dia 23/07/2025 às 14h. <https://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes/14-verbetes-iniciados-em-c/1135-caixeiro>

responsável pela caixa do estabelecimento”, “guarda-livros que escritura o livro-caixa” e de maneira mais abrangente o “auxiliar de comércio, externo ou interno”<sup>21</sup>.

A definição do termo também é difundido pela imprensa que chegou a caracterizar esse mesmo caixeiro por outros nomes como “moços do comércio, rapazes do comércio, mocidade do comércio e mocidade caixeiral”, assim como a juventude ser um dos atributos desse grupo<sup>22</sup>. Contudo, a própria amplitude do que seria “caixeiro” foi destacado nas Mensagens do Governador do Amazonas do ano de 1903. José Borges definiu o que eram os feitores, os guarda-livros e os caixeiros, caracterizando-os como uma espécie de hierarquia dentro das casas comerciais de Manaus . Para ele, o feitor:

é o administrador colocado pelo comerciante à testa de algum estabelecimento seu para o reger por ele como seu substituto e na forma de suas instruções; Guarda livros é o empregado que tem a seu cargo a escrituração da casa comercial; Caixeiros são os prepostos ou empregados incumbidos da expedição em geral dos negócios da casa.<sup>23</sup>

Sem falar no fato de que, além desses tipos de caixeiros, pode-se ainda listar o *caixeiro de balcão*, que atendia a população nas lojas, o *caixeiro de fora*, que fazia cobranças e entregas, e o *vassoura*, que era responsável pela limpeza do estabelecimento. Como se vê, em que pese as importantes segmentações internas, tais trabalhadores do comércio mantinham em comum o fato de terem a mesma nomenclatura entre a população da cidade: caixeiros.

Em seus próprios estatutos, os trabalhadores do comércio tentavam se definir como uma categoria com suas diferenças. A Sociedade Proenix Caixeiral do Pará entendeu por:

Empregado no Comércio , os caixeiros de balcão de casas a retalho, propriamente ditas; os caixeiros de estabelecimentos comerciais de qualquer ramo e os guarda-livros e empregados de escritórios de casas comerciais e indústrias.<sup>24</sup>

Mesmo com todas essas peculiaridades, o caixeiro também possuía outras características no mundo do trabalho, sobretudo no sentido moral, pois ele:

Deveria ser o indivíduo de confiança do patrão. Quase sempre vindo de Portugal ainda criança, o aprendiz vivia e trabalhava com o patrão, sendo ele criado e educado para, talvez um dia, herdar a loja ou obter

---

<sup>21</sup> Informações retiradas do Dicionário Michaelis numa rápida consulta ao termo “caixeiro”. Consultado em: 25 de outubro de 2022 às 12h53min.

<sup>22</sup> SANTOS. Op. Cit, pág. 29/30.

<sup>23</sup> Mensagens do Governador, 1903. Hemeroteca Digital.

<sup>24</sup> Estatuto da Sociedade Phenix Caixeiral Paraense, Pará, 1917.

sociedade. Isto estabelecia uma certa proximidade nas relações entre patrões e empregados<sup>25</sup>.

Talvez esse seja um dos maiores questionamentos em torno do grupo dos caixeiros e que, vez ou outra, era discutido entre a sociedade: o desejo deles se tornarem patrões. Não há dúvidas de que os caixeiros, na grande maioria das vezes, estão alocados em espaços próximos e muito ligados aos seus patrões, principalmente por dividirem os mesmos locais de trabalho e, por vezes, até moradia. Portanto, um dos aspectos mais marcantes de suas vidas entre os séculos XIX e XX foi a possibilidade de ascensão social. Popinigis argumentou que “a ideia de mobilidade mantinha as relações de trabalho nas casas comerciais estáveis”, dando uma certa esperança aos trabalhadores; contudo, para muitos deles essa possibilidade nunca chegou a existir.<sup>26</sup>

Mas qual era a imagem construída em torno dos caixeiros? A literatura pode ser um caminho ideal para respondermos essa questão. O romancista naturalista maranhense Aluísio de Azevedo (1857-1913) nos deu alguns bons exemplos sobre isso. Em suas obras percebemos os caixeiros espalhados pela sociedade “em serviços nas ruas; avultavam os paletós-sacos, de brim pardo, mosqueados nas espáduas e nos sovacos por grandes manchas de suor”<sup>27</sup>.

Em *O Mulato*, publicado em 1881, Azevedo apresentou três tipos característicos comuns de caixeiros aos seus leitores. O primeiro era Bento Cordeiro, “português dos seus trinta e tantos anos, arruivado, feio, de bigode e barba e cavanhaque”. Não tinha muito apreço pelo patrão e um dos motivos que o levava a não entrar na sociedade da casa comercial que fazia parte era a bebedeira. A queda para o álcool era um fator de primeira importância que agia contra a figura dos caixeiros em diversos momentos.

O segundo era Gustavo de Vila Rica, português de 16 anos, simpático, bonito e sempre de bom humor. O defeito dele, segundo Aluísio de Azevedo, era estar associado ao Gabinete Português e enxergava nas letras uma possível saída para melhorar de vida, apesar do alerta de Bento Cordeiro “o patrão já lhe tem dado a entender que não gosta de caixeiros amigos de gazeta?”. Percebemos dois pontos na figura do jovem Gustavo, o primeiro era a proximidade de vários caixeiros com o mundo das letras e o segundo de os próprios caixeiros entenderem que precisam progredir na “carreira”.

---

<sup>25</sup> POPINIGIS, Fabiane. (2010). As sociedades caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*, 6(10/11). Recuperado de <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2480>, pág. 111.

<sup>26</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Op. Cit.* pág. 29-31.

<sup>27</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Luís: Tipografia do Paiz, 1881, pág. 1.

O terceiro exemplo é o de Manuelzinho, um jovem caixeiro de 10 anos de idade e que havia acabado de chegar da cidade do Porto. Ficava responsável por varrer o armazém, limpar as balanças e vez ou outra apanhava dos outros. Vemos em Manuelzinho uma das imagens clássicas de trabalho infantil, impactado pelo serviço em casas comerciais ao longo do Brasil, uma imagem bastante comum.

Nos personagens elencados acima, vemos três tipos de caixeiros representativos nas vivências das grandes cidades e que partilhavam de questões extremamente importantes. A embriaguez, a afeição para a instrução e o trabalho infantil. Três características fundamentais na vida cotidiana dos caixeiros comuns.

Não foi por acaso que o brilhante Aluísio Azevedo tinha tanta facilidade de escrever sobre essa temática. Em sua infância, em São Luís do Maranhão, ele trabalhou como caixeiro, chegando a exercer o cargo de guarda-livros<sup>28</sup>. Toda essa experiência trouxe sensibilidade ao literato para narrar de maneira perspicaz o mundo do trabalho.

Azevedo também descreveu essas experiências para *O Cortiço* de 1890, ao retratar João Romão e a escrava de ganho Bertoleza. A história retratava a vida de um jovem português que trabalhou como caixeiro em uma venda e buscando uma ascensão social, acaba enganando sua companheira e se apodera de seus recursos para construir patrimônio. Sua amada, por vezes, também chegou a assumir “o papel tríplice de caixeira, de criada e de amante”<sup>29</sup>.

A ascensão de Romão ocorreu ao se casar com a filha de um comerciante português. Após a união, “a sua casa tinha agora um pessoal complicado de primeiros, segundos e terceiros caixeiros, além do guarda-livros”<sup>30</sup>. A figura do caixeiro circulou por quase toda a narrativa de maneira a orbitar a história central, diferentemente da importância crucial em *O Mulato*. Por fim, para se livrar de sua amante, Romão a denuncia ao seu senhor como uma escrava fugitiva, ao descobrir que voltaria ao trabalho forçado, ela se mata.

A literatura possui um arcabouço fenomenal de entendimento da sociedade em que está inserida. A afirmação de que “qualquer obra literária é evidência histórica” possui correlação direta com a historicidade da mesma e parte daí a importância de se

---

<sup>28</sup> Academia Brasileira de Letras. <https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>. Consultado em 22/07/2025.

<sup>29</sup> AZEVEDO. Op. Cit. pág. 31.

<sup>30</sup> AZEVEDO. Ibid. Pág. 20.

questionar e usar textos literários como parte da realidade. As obras de Aluísio Azevedo nos ajudaram a enxergar de certa maneira um aspecto importante dos mundos do trabalho e não poderíamos deixar de fora nesse universo complexo que é estudar os caixeiros.

Neste ponto, a simpatia pela pesquisa surgiu devido a temática dos mundos do trabalho já fazer parte dos meus interesses acadêmicos. Desde a graduação e também no mestrado nos debruçamos em analisar as mobilizações do 1º de Maio em Manaus durante a República. A partir da experiência, buscamos entender como um grupo de trabalhadores tão diverso tentou construir uma identidade operária. Para isso, analisaremos o processo associativo deles, a imprensa produzida por eles, o fomento da instrução e as mobilizações por melhores condições de trabalho e a luta por direitos.

## **Métodos, Fontes e Capitulação**

Para responder as perguntas e inquietações precisamos adotar procedimentos teórico-metodológicos que abarque nossos interesses. Para tanto, recorrer à História Social seria um caminho adequado, tendo em vista toda a renovação pela qual esse campo da História precisou passar a partir de 1990.

As reflexões de Batalha no artigo intitulado “*A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*” foram fundamentais para entender a ampliação dos temas e dos enfoques que foram as primeiras observações apontadas pelo autor, que afirmou que “a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado”, passando agora a abranger “sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe”<sup>31</sup>.

Os recortes cronológicos e geográficos também mudaram e passaram a diminuir as escalas. As temporalidades foram ficando cada vez menores e o espaço cada vez mais micro. Com isso, Cláudio Batalha constatou uma crise de “fragmentação do campo de estudo” acarretando em “perda de interesse acadêmico na história operária”<sup>32</sup>. Essa “crise dos paradigmas” teve como saída à síntese entre as vertentes estruturalistas e culturalistas proposta por Emília Viotti da Costa<sup>33</sup>. Um dos caminhos apontados foi à leitura diferenciada das novas fontes, que permitisse olhar outras possibilidades de análises.

---

<sup>31</sup> BATALHA, Cláudio. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências”. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pág. 153.

<sup>32</sup> Ibid, pág. 154.

<sup>33</sup> Ibid, pág. 155.

Atualmente, a História do Trabalho tem se preocupado com as discussões de gênero, com a História das Mulheres, os debates em torno de raça e também na questão indígena<sup>34</sup>.

Foram influenciados por Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles<sup>35</sup> que Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva discutiram que “o muro de Berlim historiográfico” evidenciava um “paradigma da ausência” ainda muito presente entre os estudiosos do trabalho urbano e da escravidão<sup>36</sup>. Dentre as três vertentes da História do Trabalho observadas, a partir da virada dos anos 1980, por Chalhoub e Teixeira da Silva, consideramos o “alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisas” uma das mais importantes, justamente pela incorporação de novas temáticas como a ampliação do conceito de “trabalhador”. Para os autores:

A *déblâcle* de conceitos monolíticos de classe ocorreu no bojo do debate com os movimentos negro e feministas, que alertavam para o fato de que os estudos sobre as práticas e a consciência operárias tornavam evidente que o conceito “se fundava numa generalização das práticas masculinas”, deixando também na sombra as diferenças raciais. Assim, a adoção de perspectivas de gênero e de raça eliminou a invisibilidade das mulheres e das diferenças raciais nos estudos sobre as vivências cotidianas, os modos de inserção e relações de trabalho<sup>37</sup>.

Para além desses debates, iremos trabalhar também com alguns conceitos que serão cruciais para a nossa pesquisa. O mais importante deles será o de Cultura Associativa que foi muito bem debatido entre os historiadores do trabalho, sobretudo por Cláudio Batalha. O conceito é definido pelo autor como:

O conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias.<sup>38</sup>

Entretanto, apesar de partilharem ideias e ações das mais diversas correntes políticas existentes, “a cultura associativa transcende os limites dessas culturas militantes”. Ou seja, a cultura associativa é caracterizada como algo mais amplo e

---

<sup>34</sup> BATALHA, Cláudio. Op. Cit., pág. 155.

<sup>35</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa). IN: *Revista Brasileira de História*. N.6. 1983. Pp. 149.

<sup>36</sup> CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: *Cadernos AEL*, v.14. n.26. 2009.

<sup>37</sup> *Ibidem*, pág. 40-41.

<sup>38</sup> BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República” IN: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pág. 99.

complexo, mas não anula o fato dela sofrer influências dessas correntes, sobretudo “no que diz respeito ao tipo de atuação das associações e seu grau de formalização institucional”.<sup>39</sup>

Convém salientar que a presente tese teve a imprensa como o principal conjunto de fontes. Grande parte dos jornais que constituem os acervos de periódicos no estado do Amazonas é composto por títulos efêmeros e produção fragmentária. Levando-se isto em consideração, os jornais da imprensa operária aqui alvos de análise são: *O Caixeiro* (Belém, 1889), *A Voz do Caixeiro* (Belém, 1890), *O Restaurador* (Manaus, 1890), *O Imparcial* (Manaus, 1890), *O Empregado no Comércio* (Belém, 1899), e *Tribuna do Caixeiro* (Manaus, 1908). Da grande imprensa utilizamos diversos jornais, entre eles: *Jornal do Comércio*, *A Federação* e *Correio do Norte* do Amazonas e os impressos *O Pará* e *Diário de Notícias* do vizinho Pará.

A imprensa é uma realidade complexa de se analisar, seja pelo caráter de compreensão da sociedade, seja pelo entendimento de mundo que os sujeitos que escrevem nela denotam. Entender e compreender o mecanismo da imprensa é útil como forma de elucidar expressões e vivências das sociedades e nos ajuda a entender melhor como funciona a lógica dos que escrevem e para quem eles escrevem. Para além de informar, a imprensa também pode instruir, mostrar os diversos discursos e apresentar realidades diversas.

No que concerne à imprensa operária, Luciano Teles elencou três preocupações que os historiadores e historiadoras precisam ter para trabalhar com periódicos, sendo a primeira delas evitar a ingenuidade de uma leitura superficial da fonte. A segunda preocupação consiste em “tomar o jornal de forma isolada da sociedade”, sem perceber que eles podem “assumir posições surpreendentes”. Por fim, a terceira se refere à percepção da montagem de redes sociais por meio da imprensa operária. Contudo, diz o autor, é preciso alguns cuidados, como o de não sobrevalorizar os estabelecidos entre os indivíduos que compõem as redes, assim como a “extensão e tempo de duração” delas, sendo, estas, posturas que podem atrapalhar o desenvolvimento das pesquisas nesse campo dos mundos do trabalho<sup>40</sup>.

Com isso percebemos a riqueza de informações que a imprensa operária pode nos mostrar. Segundo Luís Balkar Peixoto Pinheiro, ela assume uma dimensão informativa

---

<sup>39</sup> Ibid, pág. 100.

<sup>40</sup> TELES, Luciano Everton Costa. “As palavras impressas e a pesquisa histórica: os jornais operários no Amazonas (1890-1928)”. *Historiae*, 9 (1), 2018, pág. 124-5.

que ajuda a construir “uma memória histórica mais plural” ao quebrar os silêncios da História para esses sujeitos explorados.<sup>41</sup> Os periódicos ajudam os historiadores e historiadoras do presente a entender mais uma parte da história que não podia ser mostrada por meio do viés tradicional da grande imprensa.

O recorte cronológico deu-se pelo ano da publicação do periódico *O Caixeiro* em 1889 e finda pela data de um dos processos movido por um trabalhador do comércio ao seu patrão em 1921. Por falar em processo, eles também foram fontes para a presente tese de doutorado. Foram trabalhados desde processos criminais até mesmo processos da Junta Comercial oriundos dos Tribunais de Justiça do Pará e do Amazonas. Eles se encontram tanto no Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas quanto no Centro de Memória da Amazônia no Pará.

Os processos-crime nos ajudaram a ampliar nosso leque de fontes, como fez Sidney Chalhoub<sup>42</sup>, e também a entender melhor como se organizava na esfera pública as vivências dos sujeitos pesquisados. Chalhoub evidenciou que essas fontes, assim como de qualquer outro tipo, não são responsáveis pela verdade e precisam ser historicizadas e até mesmo comparadas com outras fontes para que consigamos chegar a um entendimento de como as coisas podem ter acontecido. Ou melhor:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar.<sup>43</sup>

Como já mencionado, esse método precisa ser utilizado em todas as fontes que serão alvo de análise dos historiadores. Em nosso caso, foi bastante útil nas análises dos processos ao longo de toda a tese. Por conta disso, torna-se necessário ter um crivo apurado ao fazer observações a esse tipo de fonte.

Por fim, trabalhamos com diversos estatutos das sociedades caixeiras do Amazonas e Pará da virada do século XIX para o XX. Entre os principais estudados estavam os da Phenix Caixeiral do Pará (1908), o da Associação dos Empregados no

---

<sup>41</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, pág. 53.

<sup>42</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

<sup>43</sup> CHALHOUB, Sidney. *Ibid*, pág. 40.

Comércio do Pará (1898) e o da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (1906).

Desta maneira, a presente tese de doutorado está dividida em quatro capítulos: no capítulo um, *O mutualismo em torno do associativismo dos trabalhadores do comércio em Manaus e Belém no início da República*, abordaremos os mundos do trabalho tanto no Amazonas quanto no Pará. Buscamos compreender como os caixeiros estavam se organizando em torno de suas associações e sociedades de classe, sobretudo na forma organizativa e de seus objetivos e ambições.

No capítulo dois intitulado “*Temos direitos a velar, temos opiniões a manifestar, temos ideais a emitir*”: *a imprensa caixeiral no Amazonas e no Pará no raiar da República (1889-1909)* buscamos, a partir da leitura dos jornais caixeirais, compreender como se deu processo de consolidação de uma imprensa dos trabalhadores do comércio, buscando entender como foram criados, quais eram suas ambições e que ideais eles queriam levar adiante frente ao restante dos trabalhadores e da sociedade. Também observamos como a literatura, aí nos referimos aos poemas e crônicas produzidas por eles, foi importante no fomento a consolidação dessa imprensa caixeiral.

Em “*Educar e Instruir*”: *estratégia de mobilidade social dos trabalhadores do comércio no início da República* buscamos evidenciar como esse grupo de trabalhadores pensava a instrução dentro de suas associações. É pertinente destacar que, por serem um dos poucos grupos letrados no seio da classe trabalhadora, os caixeiros davam muita importância para o processo de educação. Tanto que foram um dos primeiros a criarem escolas noturnas para que seus pares pudessem instruir-se.

No quarto capítulo chamado de *Lutas, disputas e conflitos: o cotidiano de trabalho dos caixeiros no Norte do país* pretende-se abordar as formas de mobilização dos caixeiros. Tivemos como ponto de partida as movimentações em torno do fechamento de portas às 6 horas da tarde e aos domingos. Essa foi a grande campanha de mobilização dos trabalhadores do comércio que divulgavam suas ações na imprensa animada por eles. Outro aspecto da luta desses trabalhadores também foi analisado: a ida à justiça para cobrar salários não pagos por seus ex-patrões.

## CAPÍTULO 1 – O MUTUALISMO EM TORNO DO ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MANAUS E BELÉM NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Mesmo na sua decadência, era ainda a borracha que movia tudo aquilo, os navios de diferentes portes e os rebocadores de agudos silvos; os guindastes de compridos braços e as vagonetas sobre os carris brunidos ao longo dos cais, com um vaivém constantes dos estivadores entre a beira da água e a fila dos “galpões”.<sup>44</sup>

Assim como os irmãos Martins, Antonio Rodrigues Alves chegou à Belém como caixeiro, com idade de 19 anos, no período inicial da borracha, no ano de 1874.<sup>45</sup>

Esse pequeno trecho da obra *A Selva* de Ferreira de Castro, consegue nos exemplificar parte de como funcionava o mundo do trabalho nas cidades da Amazônia na virada para o século XX. A extração da borracha, mesmo em sua crise, ainda trazia consequências positivas para as cidades portuárias da Amazônia. Alberto, personagem do romance, passou por Belém e Manaus até se deslocar para a região dos seringais, o que acabou escancarando como ocorriam os processos de imigração para a Amazônia, tal qual vários trabalhadores do comércio também passaram.

Os reflexos da imigração/migração também chegaram ao mundo urbano, com as cidades funcionando como entreposto na economia gomífera e acabavam por sofrer mudanças sociais, políticas e também econômicas de uma maneira acelerada. Fato é que, por conta dessa produção massiva de borracha, as duas cidades passaram a modificar seus aspectos físicos e também sociais incorporando cada vez mais uma amplitude maior de trabalhadores e trabalhadoras.

O vislumbre do enriquecimento acarretou na vinda de muitas levas de migrantes portugueses ainda jovens, como evidenciamos na segunda epígrafe, para a região amazônica ainda no século XIX. O retorno à cidade natal com certo prestígio, acabou corroborando ainda mais esse aspecto do processo imigratório. Ferreira de Castro, autor do texto literário, veio de Portugal em 1911 em direção a Belém do Pará e poucas semanas após sua chegada já embarcou para o Seringal Paraíso onde trabalhou como Guarda-livros e como seringueiro até 1913<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Barcelos, Portugal: Guimarães, 1976, Pág. 39.

<sup>45</sup> CANCELA, Cristina Donza. “Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia”. *Antíteses*, v. 9, n. 17, 2016, pág. 149.

<sup>46</sup> Retirado através de uma consulta no site: <https://www.ceferreiradecastro.org/cronologia.php>

Sua biografia confunde-se com a própria história de Alberto, personagem de seu romance, um português que chegou na Amazônia com 26 anos e logo embarcou para os seringais do rio Madeira. Paula de Souza Rosa destacou que essa região recebeu muitos imigrantes portugueses por conta da “expansão da economia da borracha na segunda metade do século XIX” e que isso ocorreu “pois ali estavam situadas áreas ricas em borracha natural e extensos castanhais”<sup>47</sup>.

Com base nessa reflexão, neste capítulo, pretendemos mostrar como eram as vivências nas cidades amazônicas de Manaus e Belém durante a passagem do século XIX para o século XX, apresentando aspectos sociais e políticos, além de entender como se deu a formação da classe trabalhadora na região. Os empregados do comércio inserem-se nesse grupo e para isso buscamos entender o processo de associação, sobretudo de caráter mutualista, além da criação de suas principais sociedades e associações entre 1890 e 1920.

### 1.1. Manaus e Belém: as vivências nas cidades amazônicas

As cidades de Manaus e Belém possuem ligações próximas em vários aspectos, neste tópico iremos abordar de maneira geral parte delas. A partir da segunda metade do século XIX, as duas cidades iniciaram um processo de modificação profunda nas estruturas físicas, sociais e econômicas. A produção da borracha trouxe para ambas grande crescimento urbano, culminando num aumento populacional satisfatório.

**Tabela 1 – Habitantes da capital do Pará**

| Ano  | Número de habitantes | %        |
|------|----------------------|----------|
| 1868 | 30.000               |          |
| 1872 | 61.997               | +106,65% |
| 1884 | 70.000               | +12,90%  |
| 1890 | 50.064               | -28,48%  |
| 1896 | 90.119               | +80,00%  |
| 1900 | 96.560               | +7,14%   |
| 1920 | 236.402              | +144,82% |

Fonte: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma Capital Amazônica* (Belém 1870-1920). Belém: Ed. Acaí, 2011, pág. 69.

Na tabela acima, construída a partir de dados elencados por Cristina Donza Cancela, nota-se o incremento populacional na cidade de Belém exceto pelos dados de

---

<sup>47</sup> ROSA, Paula de Souza. *Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2019, pág. 27.

1890 em que a população baixou e que a autora justificou essa disparidade por conta dos dados terem sido colhidos de fontes diferentes. Enquanto os dados de 1884 foram extraídos de números da administração provincial, os dados de 1890 foram retirados do censo de 1890, pode ter sido originado daí essa divergência.

Notadamente observamos um incremento de população de quase 98% entre as décadas de 1890 e 1900. Esse aumento pode ser respondido pela alta procura de empregos e por processos migratórios mais fortes em direção à capital do Pará, influenciado pela economia gomífera ainda em evidência naquele momento.

Em Manaus, com base nos dados censitários, também foi possível notar esse crescimento populacional, sobretudo a partir de 1890 com o maior desenvolvimento da economia gomífera. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro destacou que a cidade teve crescimento “exponencial” até 1912 (80.931 habitantes), e na sequência viu sua população diminuir lentamente. Segundo Pinheiro, isto se deu pela “decadência da economia de exportação da borracha”<sup>48</sup>

**Tabela 2 – Crescimento da população do Amazonas e da cidade de Manaus**

| <b>Ano do Censo</b> | <b>Amazonas</b> | <b>%</b> | <b>Manaus</b> | <b>%</b> |
|---------------------|-----------------|----------|---------------|----------|
| <b>1872</b>         | 57.610          |          | 29.334        |          |
| <b>1890</b>         | 147.915         | +156,8%  | 38.720        | +32%     |
| <b>1900</b>         | 249.756         | +68,85%  | 50.300        | +29,90   |
| <b>1920</b>         | 363.166         | +31,22%  | 75.704        | +59,50%  |

Fonte: CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento Candido. “*Salve Aurora do 1º de Maio*”: associativismo operário e gênero na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930). Curitiba: CRV, 2021, pág. 33.

Os dados das duas tabelas apresentadas anteriormente nos confirmam o gradativo aumento populacional das cidades em decorrência de um processo grande de migração por conta da economia gomífera e “as notícias sobre as facilidades de enriquecimento [...] circulam e compõe, com frequência, as justificativas elencadas por descendentes de alguns pioneiros que se dirigiam para Manaus”<sup>49</sup>. Ou seja, era um círculo vicioso de

<sup>48</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017, pág. 28.

<sup>49</sup> DAOU, Ana Maria. *Cidade, Teatro e o “Paiz das Seringueiras”*: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014, pág. 52.

suposto enriquecimento que fazia atrair alguns contingentes de pessoas em busca de emprego e renda.

A Amazônia passou a receber muitos contingentes de imigrantes, sobretudo para o Pará e o Amazonas. Uma das principais justificativas para o incremento de mão de obra estrangeira na região foi para suprir a falta de trabalhadores. Otoni Mesquita destacou que parte desse processo migratório foi construído pelo próprio Estado:

Ao oferecer terras e garantir trabalho àqueles que se dirigissem para a região. A maior parte das investidas visava atrair o potencial contingente nordestino. [...] (que) não ofereciam qualquer resistência às sedutoras propostas de riqueza fácil em uma região de grandes rios e exuberantes florestas, principalmente porque não conheciam as reais condições de trabalho nos seringais.<sup>50</sup>

O próprio ambiente amazônico revelava-se como um personagem importante na vida desses sujeitos aparecendo como “contraponto das mazelas que estavam sendo enfrentadas pelos antigos companheiros de sertão”. Todo esse ambiente era ainda mais evidenciado pela “abundância em água, as caças que não eram miúdas”<sup>51</sup> e tudo sendo caracterizado como um verdadeiro paraíso no meio da floresta e sendo atrativa para esse processo de migração.

O processo migratório para a região foi importante e uma ferramenta primordial dessas modificações nas duas cidades na virada do século XIX para o XX. No que tange o processo de urbanização das cidades, ele ocorreu de maneira bastante parecida. Em Belém foi de maneira gradual onde era destacado uma divisão da cidade em duas: a cidade em si e a Campina que eram “separados por um alagadiço que dividia Belém em duas”<sup>52</sup>. A cidade cresceu durante todo o século XIX dando cara a uma mais moderna visualmente com ruas pavimentadas de paralelepípedos, construção de jardins e praças e recolhimento de lixo, entretanto tudo estava circunscrito a área central da cidade<sup>53</sup>.

Em Manaus não foi muito diferente, notava-se que apenas as regiões centrais da cidade recebiam a devida atenção dos poderes públicos, sobretudo na construção de grandes monumentos como o Teatro Amazonas, as praças e outras construções com inspiração europeia. À população comum restou os bairros mais distantes e

---

<sup>50</sup> MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine – Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Valer, 2009, pág. 158.

<sup>51</sup> CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Pág. 83.

<sup>52</sup> GONÇALVES, Analuz Marinho. “O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos”. IN: *Oficina do historiador*, Porto Alegre, v. 15, n 1, 2022, pág. 4.

<sup>53</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3º ed. Belém, Paka-tatu, 2010, pág. 158.

desvalorizados, somando-se a isso, ainda “eram separadas do centro por igarapés, sendo o meio de transporte realizado por catraias”<sup>54</sup>.

Destacavam-se como bairros de trabalhadores São Raimundo, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos:

Os novos bairros que surgem diferenciam-se do “fausto” da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao porto, às grandes casas comerciais (importadoras-exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas, etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos<sup>55</sup>.

Além disso, o combate aos cortiços nas áreas centrais da cidade de Manaus também foram ações tomadas pelos poderes públicos visando a higienização dessa região. Nas Mensagens do Governador foi destacado como o caso do cabeça de Porco no Rio de Janeiro tornou-se emblemático para falar do que não se queria por aqui<sup>56</sup>. Sidney Chalhoub destacou que o controle de cortiços foi baseado em discursos higienistas e encarado “como um problema para o controle social dos pobres”<sup>57</sup>.

Chalhoub evidenciou também que durante o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro foi moldando a ideia de casas populares, segundo o autor, em alguns documentos existiu uma relação direta entre cortiços e escravidão. Existia uma forte ligação com o fim da escravidão e a busca de moradia pela população recém liberta. Ainda segundo os documentos analisados por ele, essa proliferação de casas populares “esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos”<sup>58</sup>.

Nota-se que o combate ao cortiço em áreas centrais de grandes cidades foi uma ação encadeada em várias localidades no Brasil. Várias ações foram tomadas visando uma adequação das duas cidades na chamada Belle Époque que estava sendo financiada pelos recursos oriundos da economia da borracha na região. Belém “procurou se modernizar. [...] Enriquecendo graças à borracha, muitos grupos exigiam essa modernização,

---

<sup>54</sup> DIAS, Edneia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, pág. 124.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Mensagens do Governador do Amazonas ao Congresso do Amazonas. Eduardo Gonçalves Ribeiro, ano de 1893.

<sup>57</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pág. 31.

<sup>58</sup> Ibid, pág. 26.

sobretudo porque era na cidade que moravam os seringalistas, comerciantes e financistas”<sup>59</sup>.

Por conta disso os cortiços teriam que sair da região central da cidade, pois além de serem anti-higiênicos eles “prejudicavam o processo de modernização de Lemos”, então prefeito da cidade. Eles também eram considerados imorais perante a Intendência Municipal por terem em seu espaço um conglomerado de pessoas dividindo um local pequeno.<sup>60</sup>

Essa postura higienizadora tão difundida pela modernidade fez as cidades criarem outras ações. Na cidade de Belém foram construídos um sistema de esgoto, um crematório e um Matadouro<sup>61</sup>, todos pensando em condições mínimas de salubridade para a população e com os ideais de modernidades bem afluídos. Em Manaus a construção do reservatório do Mocó foi uma das preocupações sanitárias, porém não sanou o problema da falta d’água<sup>62</sup>.

Tanto em Manaus quanto em Belém, assim como em todas as grandes cidades do período<sup>63</sup>, passaram por esse processo de transformação dos espaços urbanos, entretanto nem todas tiveram como motor principal a economia da borracha. Nota-se particularidades e questões em comum entre as cidades do norte e o restante do Brasil e do mundo, algo que nos ajudou a situar e contextualizar dentro dos nossos objetivos da tese.

## **1.2. Trabalhadores e trabalhadoras no universo da borracha**

Articular duas cidades em torno de um objetivo comum não é tarefa simples, sobretudo ao pensá-las em uma perspectiva globalizada. Manaus e Belém possuem essas

---

<sup>59</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002, pág. 29.

<sup>60</sup> SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. Dissertação (mestrado em História). Belém, 2008. pág. 216-218.

<sup>61</sup> GONÇALVES, Analuz Marinho. “O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos”. IN: Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 15, n 1, 2022, pág. 6.

<sup>62</sup> CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. *Op. Cit*, pág. 40.

<sup>63</sup> Várias outras cidades também buscavam tornar-se espelho de Paris no Brasil como Rio de Janeiro, São Paulo, além de cidades vizinhas como Buenos Aires. Ver mais: SOUZA, F. Gralha de. *A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. MILAGRE JÚNIOR, S. L.; FERNANDES, T. F. Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio. *Revista História em curso*. Belo Horizonte, v.3, n.3, 1º sem. 2013. P. 19-33.

características muito latentes ao longo de suas histórias e a incorporação de mão de obra em seus territórios também foi de maneira global.

O mundo do trabalho urbano nas duas cidades começou a se consolidar e fortalecer devido a todos os processos elencados no subtópico anterior. No caso de Manaus, por conta do expressivo número de pessoas vindas pelo fluxo da borracha, foi expandindo diversas atividades “ligadas à circulação, consumo e aos serviços de infraestrutura, como transporte, limpeza pública, água, esgoto, etc”<sup>64</sup>.

Deixando em evidência que grande parte da classe trabalhadora que chegava ao Amazonas neste período era de outras localidades, alguns historiadores fizeram reflexões em suas pesquisas sobre a questão da migração para a região.<sup>65</sup> Maria Luiza Ugarte Pinheiro já destacava, à época da escrita de sua dissertação de mestrado, como a mão de obra dos migrantes foi de suma importância “tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade”.<sup>66</sup>

Esses migrantes forneceram uma parcela importante dos estivadores da cidade, que como tantos outros participaram desta “aventura do capital” na selva amazônica, materializada principalmente pelo trabalho de suas mãos calejadas e de seus ombros esfolados.<sup>67</sup>

A questão da migração para a região é um pouco anterior ao boom da borracha, concentrando-se principalmente na segunda metade do século XIX. Antônio Alexandre Isídio Cardoso destacou que a estiagem não foi o único fator determinante para a migração dos cearenses para a Amazônia - como é amplamente divulgado pela historiografia -, mas “ajudou a pensar o lastro do fluxo” para a região, evidenciando que “a floresta já estava presente no Ceará, povoando o imaginário das pessoas que migravam”.<sup>68</sup>

Outro grupo bastante presente na cidade de Manaus na década de 1890 foi o dos maranhenses, desde o Governador Eduardo Ribeiro, até trabalhadores dos setores mais simples, como os estivadores. Sua figura acabou sendo:

Ligada a uma administração responsável pelas obras de intervenção urbana, edificações suntuosas, e pela ênfase na modernidade urbana.

---

<sup>64</sup> DIAS, Edneia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, pág. 44.

<sup>65</sup> Ver mais: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2011, e outros.

<sup>66</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1915)*. 3ª edição. Manaus: FUA, 2015, pág. 61.

<sup>67</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2011, pág. 62.

<sup>68</sup> CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Op. Cit. 2011, pág. 77/78.

Exemplos como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, reservatório do Mocó, a ponte Benjamin Constant, entre tantas outras edificações, são registradas e conhecidas na história do Amazonas como sendo obras importantes oriundas de seu governo.<sup>69</sup>

Em 1893, a imprensa noticiou que existia uma grande vontade de criar uma sociedade beneficente de cidadãos do Maranhão na cidade, visto o grande número deles. O jornal *Amazonas* divulgou as informações de uma reunião que tinha esse propósito, onde compareceram 70 maranhenses de “todas as classes”.<sup>70</sup> A ideia deu tão certo, que dias depois a Sociedade Beneficente Maranhense havia sido criada e já convocava novos membros para filiação.<sup>71</sup> Mário Ypiranga Monteiro destacou que o então governador Eduardo Ribeiro havia mandado “estabelecer linha de navegação para o Maranhão, a mandar vir colonos e operários maranhenses”<sup>72</sup> com o intuito de trabalharem nas obras públicas da cidade.

Neste diapasão, os imigrantes não ficaram de fora dessa disputa por espaço de trabalho na Manaus da Primeira República, sendo os portugueses o grupo de maior impacto numérico na cidade.<sup>73</sup> Deusa Costa destacou as várias tentativas de incentivar a vinda de novas levas migratórias para a região, sendo necessário “construir uma imagem positiva” onde difundiam “propagandas da potencialidade econômica da região, desmentindo as notícias sobre sua insalubridade, ressaltando a amenidade climática e a facilidade de enriquecimento a médio prazo”.<sup>74</sup> De fato, essas medidas surtiram efeito na cidade de Manaus.

Conforme se expandia a “economia gomífera, a comunidade portuguesa ampliou-se ainda mais e novos migrantes oriundos de Portugal chegavam todos os dias a Manaus”.<sup>75</sup> Sendo assim, “a presença portuguesa era particularmente significativa no controle dos empreendimentos comerciais do varejo”,<sup>76</sup> além de caixeiros, catraieiros e estivadores.

---

<sup>69</sup> MATOS, Geisimara Soares. “Aformoseamento” da cidade: a normatização do espaço urbano de Manaus no final do século XIX. In: Revista *Ars Histórica*, n° 15, 2017, pág. 337.

<sup>70</sup> Jornal *Amazonas*, 3 de agosto de 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>71</sup> *Diário de Manaós*, 11 de agosto de 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>72</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1990, pág. 100.

<sup>73</sup> TELES, Luciano Everton Costa. Op. Cit. 2018, pág. 76.

<sup>74</sup> COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 52.

<sup>75</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Migração, Trabalho e Etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus (1880-1920)”. IN: *Varia Historia*, vol. 30, n° 54, set./dez. 2014, pág. 813.

<sup>76</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2014, pág. 813.

**Tabela 3 - Nacionalidade dos Trabalhadores da União Operária Amazonense (1918-1926)**

| Nacionalidade   | #            |
|-----------------|--------------|
| Brasileiros     | 895          |
| Estrangeiros    | 115          |
| Portugueses     | 80           |
| Peruanos        | 9            |
| Italianos       | 8            |
| Espanhóis       | 7            |
| Ingleses        | 4            |
| Alemães         | 3            |
| Austríacos      | 1            |
| Franceses       | 1            |
| Russos          | 1            |
| Sírio-Libaneses | 1            |
| <b>Total</b>    | <b>1.010</b> |

**Fonte:** Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense. APUD: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2017, pág. 196.

Como observa-se na tabela acima, além do número elevado de portugueses, também compunham as grades da classe trabalhadora em Manaus os peruanos e europeus, como italianos, russos, franceses, alemães e ingleses. Os ingleses, por sua vez, também possuíam destaque na cidade, mas ao contrário dos portugueses, que estavam inseridos no trabalho mais pesado, eles ocupavam cargos mais elevados e de confiança nas indústrias inglesas instaladas em Manaus.<sup>77</sup>

Deusa Costa destacou que “entre os gráficos predominavam portugueses e espanhóis”, que também estavam nos transportes marítimos.

Os pescadores que diariamente abasteciam a cidade eram em sua maioria mestiços amazonenses, ainda que, mais uma vez, os portugueses se fizessem presentes; saindo da esfera de trabalho urbano, os turcos, sírios e libaneses compunham o sistema de aviação do processo extrativo, na figura fundamental do regatão, abastecendo os

---

<sup>77</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit. 2014, pág. 820.

seringais com mercadorias e negociando a borracha. Na cidade, eles ficaram nas adjacências do comércio ambulante e também de pequeno varejo, na disputa, com portugueses, pela freguesia no entorno do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.<sup>78</sup>

A passagem acima evidencia que o mundo do trabalho amazonense era partilhado por trabalhadores locais, migrantes e imigrantes. Dentre eles, os espanhóis e portugueses foram, sem dúvida, os principais responsáveis por animar a classe trabalhadora local, sendo as figuras do espanhol Joaquim Azpilicueta e do português Tércio de Miranda exemplos emblemáticos de como foram sendo inseridos dentro da sociedade amazonense.<sup>79</sup>

O caso da vizinha Belém era mais contundente por ser considerada uma das maiores cidades em termos populacionais da época. A construção da composição dos trabalhadores e trabalhadoras confunde-se com os processos migratórios que ocorreram desde o século XIX para a região, o que fez alcançar o número de 15.631 portugueses só no Estado do Pará em 1929<sup>80</sup>. Entre os anos 1908 e 1911 a porcentagem de portugueses era de 46,3% frente aos outros grupos de estrangeiros no estado<sup>81</sup>.

Edilza Fontes consolidou dados das fichas de habilitações de portugueses residentes no Pará oriundos do consulado e constatou que a maioria deles estavam em profissões ligadas ao comércio. Eram 320 destacados como caixeiros, 712 como trabalhador do comércio, 22 como guarda livros e 425 como comerciantes<sup>82</sup>. Os portugueses destacavam-se também entre os carregadores (42), as domésticas (59), no serviço marítimo (188), como leiteiros (33), como hoteleiros (54), como alfaiates (48) e como carpinteiros (66). Ou seja, a grande maioria dos imigrantes luso ganhavam a vida na região atuando como caixeiros. Temos como exemplo a própria figura de Alberto, personagem da obra destacada no início deste capítulo.

---

<sup>78</sup> COSTA, Deusa. Op. Cit. 2014, pág. 87/88.

<sup>79</sup> Vários estudiosos escreveram sobre a importância dessas duas lideranças operárias para a cidade de Manaus. Ver mais: TELES, Luciano Everton. “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, 2017. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, 2017.

<sup>80</sup> FONTES, Edilza J. O. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Belém-PA, EditAedi, 2016, pág. 37.

<sup>81</sup> Ibidem, pág. 40.

<sup>82</sup> Ibidem, pág. 47.

A relação entre a imigração de portugueses para a região estava intimamente ligada ao tipo de profissão que esses sujeitos iriam exercer, sendo de maneira exponencial o comércio o principal destino deles.

Vemos o predomínio de práticas associadas ao comércio, seja na condição de proprietário de casa comercial, caixeiro, empregado comercial ou vendedor de produtos de rua. Daqueles que declaravam a profissão ao fazer o registro consular, 46.4% estavam envolvidos com atividades comerciais.<sup>83</sup>

Essa dinâmica relação entre imigração e trabalho para a região também foi percebida nas áreas de seringal. Segundo dados levantados por Paula de Souza Rosa “dos 87 portugueses residentes no rio Madeira que declararam a profissão ao fazer o registro consular, 48 indivíduos desempenhavam funções relacionadas ao comércio”<sup>84</sup>. Ou seja, de fato existiu uma ligação direta entre o processo migratório de portugueses para o norte do país com a profissão no comércio, para além do exercício de trabalho como caixeiro.

Ainda segundo a autora, esses processos migratórios eram fomentados pela construção de redes de sociabilidade que ajudavam a criar corredores migratórios saindo do Norte de Portugal em direção a região amazônica, “essa rede composta de parentes e conterrâneos destinava os emigrados, após curta passagem em Belém, para o rio Madeira para trabalhar como caixeiros”<sup>85</sup>.

No que tange a esfera de trabalho urbano, Adriano Oliveira conseguiu elencar diversos estatutos de associações e sindicatos do Pará durante os primeiros anos da República para mapear como estava composta a classe trabalhadora local. A grande maioria dessas associações eram de cunho mutualistas, sobretudo de caráter beneficente, entre as principais estavam a Sociedade Beneficente Cruzeiro do Norte fundada em 1924 e a Associação Beneficente dos Mestres e Marinheiros da Amazônia fundada em 1918.

86

Entre as organizações de ofício, os qualificados eram grande parte desses trabalhadores segundo Marcos Braga, fossem eles sapateiros, carpinteiros, marceneiros, metalúrgicos, mecânicos, tipógrafos, entre outros. O autor destacou que os sapateiros

---

<sup>83</sup> CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. “Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)”. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2016, pág. 245.

<sup>84</sup> ROSA, Paula de Souza. *Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2019, pág. 41.

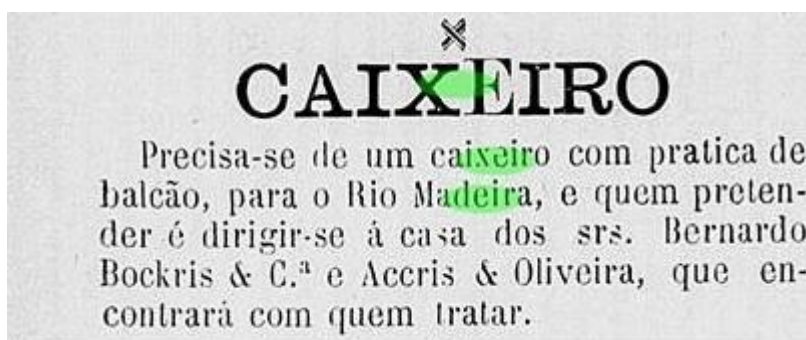
<sup>85</sup> ROSA, Paula de Souza. Op. Cit., pág. 47.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Pág. 110

eram um dos grupos mais ativos devido a construção de sua sociedade organizativa ter se dado no início da década de 1880<sup>87</sup>. Braga também explorou os trabalhadores da construção civil, além dos empregados no comércio e dos transportes e destacou essas categorias como sendo as mais atuantes no Pará no final da década de 1910.

No que tange aos caixeiros, é preciso destacar que estamos falando de um grupo de trabalhadores que são acostumados com deslocamentos, seja saindo de sua terra natal para se aventurar em outro país, ou fazendo deslocamentos internos visando uma colocação melhor dentro do universo do trabalho. Na região amazônica temos esse trânsito de pessoas muito forte saindo de Belém, passando por Manaus em direção aos seringais do rio Madeira.

Imagem 1 – Anúncio de Caixeiro



Fonte: *Diário Oficial*, Manaus, 08 de agosto de 1894.

A imagem acima é apenas um dos vários exemplos dos deslocamentos dos caixeiros pelas regiões da amazônia. Parte da mão de obra caixeiral era usada para esse fim e por vezes o trabalho chegava a se assemelhar com o regatão. Entretanto, o poder público passou a fiscalizar e cobrar taxas para quem fosse praticar esse serviço. Os códigos de posturas relatavam alguns mecanismos para evitar essas ações como aplicação de multa de 30\$ réis para aqueles que não pagassem imposto.

Eles também poderiam ter suas embarcações ou canoas apreendidas caso se negassem a pagar. Para evitar esses constrangimentos, “os donos de casas comerciais e canoas de regatão são obrigados a munirem-se da licença”, para caso sejam exigidos<sup>88</sup>. Ou seja, todas essas legislações comprovam que essas práticas ocorriam de maneira corriqueira e os caixeiros, a mando de seus patrões, executavam essas ações, mesmo

---

<sup>87</sup> BRAGA, Marcos Lucas Abreu. *Anos Vermelhos: classe, gênero e nacionalidade no movimento operário de Belém do Pará, 1917-1920*. Dissertação (Mestrado em História). 2023, pág. 64.

<sup>88</sup> CÓDIGOS DE POSTURAS MUNICIPAIS. *Diário Oficial*, 4 de agosto de 1895, pág. 2.

burlando a lei. O não pagamento de imposto gerava uma competição desequilibrada entre os caixeiros e os regatões, pois os produtos acabavam sendo vendidos por preços diferentes.

Em 1904, uma denúncia foi publicada no jornal do Comércio do Amazonas acerca da ida de caixeiros da capital Manaus para as regiões dos seringais. Segundo a nota, eles “trazem grande sortimento de jóias e outros gêneros que não só vendem aos comerciantes como também a particularidades”.

Como V. Ex. sabe, ou antes, não deve ignorar, estes viajantes, quando vem a esta localidade, furtam-se, não só a grandes despesas, com relação aos que aqui são estabelecidos, como também ao pagamento de impostos decretados por essa ilustre Intendência, de sorte que, não tendo despesas forçadas, maiores vantagens podem oferecer aos consumidores, tornando-se, por esta forma, um verdadeiro espantinho para comerciante cumpridor de seus deveres.<sup>89</sup>

Parte dos regatões que já trabalhavam naquela região acreditavam que os impostos de 550\$000 encarecia o custo dos produtos deles, em contrapartida os caixeiros que iam para essas regiões vender os produtos, na grande maioria das vezes a mando dos seus patrões, exerciam vantagem por ter seus produtos vendidos mais baratos.

Essas relações chegaram até os tribunais de justiça do estado, não por pedidos de salários por parte dos trabalhadores, mas sim pelo patrão pedir a prestação de contas das mercadorias vendidas. Francisco Pereira, ao apresentar o processo de Ação de Reconhecimento nº 357, de 10 de dezembro de 1908, constatou que foram entregues “mercadorias para fazer regatagem, mais pagamento de um salário de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) mensais, como ajuda de custo”<sup>90</sup>.

A ação se resumiu ao ressarcimento do valor dos produtos vendidos nas regiões dos seringais no Acre. Mas esse caso serve para percebermos como a atuação dos caixeiros na região norte estava além das posições tradicionais estabelecidas em outras regiões e que essa característica precisa ser evidenciada nas nossas análises.

Isso exemplifica, mais uma vez, que a região amazônica tinha peculiaridades distintas com relação ao restante do país. Apesar da figura do caixeiro já ter tantas significações do mundo do trabalho, aqui na região ganhou mais esse significado. A

---

<sup>89</sup> VARIEDADES. *Jornal do Comércio*, 3 de fevereiro de 1904.

<sup>90</sup> Costa, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês... Entre o labor e a lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917)*. 1º ed. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2023, pág. 84.

circulação desses trabalhadores nesses espaços acabou ajudando a construir a própria identidade deles.

### 1.3. As formas de organização dos trabalhadores do comércio

O historiador Marcel Van der Linden apontou que o surgimento do conceito de mutualismo foi no século XIX e se referia “a todos os sistemas voluntários, nos quais as pessoas contribuem para um fundo coletivo”. Ainda segundo o autor, o mutualismo:

Não se restringe a uma classe específica, embora, frequentemente, seja um aspecto importante das estratégias de sobrevivência do proletariado: uma rica rede de contatos sociais com pessoas dispostas a compartilhar pode compensar a falta de riqueza material.<sup>91</sup>

As tipologias do mutualismo analisadas pelo historiador holandês são das mais variadas e incluíam mutirões de trabalho, os fundos rotativos mútuos de poupança e crédito, além das associações de poupança e empréstimos em diversos nichos.<sup>92</sup> É interessante notar que o mutualismo preza por uma experiência coletiva em detrimento do individual e essa relação é primordial para pensarmos as relações em rede de grupos de trabalhadores nos séculos XIX e XX.

O processo associativo no Brasil teve início nas primeiras décadas do século XIX. Num primeiro momento com grupos associativos compostos por membros das elites, sobretudo aqueles que estavam preocupados com o progresso e a civilização do país, porém os subalternos<sup>93</sup> também criaram seus grupos organizativos, um dos exemplos foi a Sociedade dos Artífices fundada na Bahia em 1832<sup>94</sup>. O processo associativo em seu caráter mais inicial partiu de sua definição mais simples que correspondia ao agrupamento organizado de indivíduos em um objetivo comum.

---

<sup>91</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, pág. 96.

<sup>92</sup> *Ibid*, pág. 100.

<sup>93</sup> Aqui cabe mencionar a importância dos estudos de Gramsci e dos indianos do *Subaltern Studies* na difusão e consolidação dessa área. Em grande medida buscava-se “descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração” ou que não tinham condições de vida adequadas. Ver mais em: SIMIONATTO, Ivete. “Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana”. In: *Revista Kátal*, Florianópolis, v. 12, 2009, pág. 43.

<sup>94</sup> MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio H. M (Org.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, pág. 13.

É importante destacar que o associativismo mutualista foi muito importante a partir do século XIX como forma de “caixas de previdência” onde havia contribuição de membros, sendo diversos os serviços oferecidos. Aldrin Castellucci aprofundou essas ideias ao afirmar que:

O primado da necessidade não era o único móvel para a associação. Havia um duplo condicionante no movimento que levava as pessoas a se agruparem. Em muitos casos, os fatores objetivos, relacionados às condições de vida e trabalho e à luta contra a adversidade, combinavam-se com os subjetivos, relacionados à construção de identidades.<sup>95</sup>

As associações mutualistas eram compostas por diversas categorias sociais, “que atuavam no reforço de valores excludentes e que promoviam a cooperação entre diferentes setores sociais”, mas a categoria “classe social” não compreenderia toda a complexidade das relações mutuais, sobretudo no viés das mutuais étnicas.<sup>96</sup> A união em torno de uma causa específica moldava as relações desses grupos. Por conta disso:

As associações mutualistas tinham em seu horizonte problemas relacionados à sua atividade específica, cuidando, quando possível, para que esta se desenvolvesse e ocupasse lugar de destaque cada vez maior entre os ofícios praticados.<sup>97</sup>

Cláudia Viscardi teve uma preocupação bastante interessante ao mapear quais eram as principais fontes que auxiliavam os historiadores que estudavam o mutualismo. Se em grande medida as documentações das associações se perdiam pelo desgaste do tempo, a imprensa surgia como principal conjunto de fontes para suprir essa falta, pois em algumas localidades era possível encontrar até os estatutos das associações através dos Diários Oficiais.<sup>98</sup> Para além da imprensa, a autora também listou os relatórios de presidente de província, os almanaques e em alguns casos até as documentações policiais para serem usadas como fonte. Ou seja, existe uma grande gama de possibilidades e fontes para se analisar o mutualismo na sociedade.

O mutualismo em torno das identidades étnicas, como mencionado anteriormente, também foi bastante presente entre os séculos XIX e XX no Brasil. A partir dos anos

---

<sup>95</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). IN.: MARC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, pág. 48.

<sup>96</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “O estudo do Mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, 2010, pág. 34.

<sup>97</sup> CRUZ, Rafael Almeida. *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2015, pág. 57.

<sup>98</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. Cit, pág. 27.

1890, observamos uma grande quantidade de grupos sendo criados em torno das questões de classe e também da nacionalidade, muito por conta das políticas públicas do governo nacional que buscavam atrair mão de obra estrangeira. Então o que vimos foi uma criação de vários grupos associativos como de portugueses, espanhóis, ingleses, etc.

Essas mutuais étnicas, como destacado por Cláudia Viscardi, tinham objetivos além de “prestar socorro aos seus próprios membros em momentos de necessidade”<sup>99</sup>, pois “ampliava a experiência associativa com a publicação de periódicos, a construção de escolas, de bibliotecas e por meio de entretenimento com fins caritativos”<sup>100</sup>. No Amazonas, nas primeiras décadas do século XX, o grupo dos espanhóis chegou a contabilizar cerca de 3.000 mil indivíduos. Maria Luiza Ugarte Pinheiro pontuou que no início do século XX a capital amazonense já contava com experiências de seis associações étnicas espanholas,

Sendo elas: Centro Español: Sociedad de Socorro, Instrucción y Recreo (1902); Sociedad La Unión Española (1905); Sociedad Española de Beneficencia Cervantes (1905); Sociedad Española de Beneficencia (1909); Centro Español de Socorros Mútuos (1914); Sociedad Española de Socorros Mutuos (1916) e Sociedad Espanhola Recreativa e de Beneficência (1919)<sup>101</sup>.

Em Belém também foi grande a presença de espanhóis e por consequência também foi forte a criação de sociedades mutualistas que tinham nesses espaços “construção e fortalecimento de laços”, além de serem “acionadas para resolução de conflitos, ou simplesmente como mecanismo de acesso a recursos”<sup>102</sup>. Entre as principais destacam-se a Sociedade de Socorros Mútuos (1903) e o Centro Galaico do Pará (1909)<sup>103</sup>. É importante destacar a importância que Manaus e Belém tiveram na região da Galícia por ventura de constantemente serem noticiadas informações das duas cidades no período *Vida Gallega*.<sup>104</sup>

---

<sup>99</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 18, 2004, pág. 100.

<sup>100</sup> JESUS, Ronaldo. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Orgs.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, pág. 112/113.

<sup>101</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Da proteção à projeção: o Associativismo espanhol em Manaus (1901-1919). In: *História* (São Paulo), v. 40, 2021, pág. 23.

<sup>102</sup> LIMA, Aline de Kassia Malcher, “Em auxílio dos seus”: mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2021, pág. 71.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Ver mais: FERNANDEZ, Roberto Ribao. *A fotografia na revista vida galega: um silandeiro universo de sentido*. Tese doutoral. Universidade de Santiago de Compostela, 2007.

Neste diapasão, não podemos deixar de citar a visão teleológica dos estudos do associativismo no Brasil e de como a vertente pregada por grandes estudiosos do tema durante as décadas de 1960 e 1980 tornou-se ultrapassada ao reafirmar que existiu um processo evolutivo em torno dos grupos associativos, ou seja, os estudos sobre associativismo no Brasil eram encarados como “pré-história da classe operária”.

A partir das décadas 1990 até mais recente nos anos 2010, uma profusão de estudos sobre mutualismo no Brasil foram sendo divulgados e passaram a construir novas realidades acerca dessa questão. Muitos deles enxergaram as sociedades mutualistas “como espaços nos quais a classe trabalhadora construiu e legitimou suas identidades socioculturais na mais longa duração”<sup>105</sup>.

O mutualismo foi sem dúvidas a principal vertente organizativa dos trabalhadores do comércio no mundo inteiro. No Brasil, Aldrin A. S. Castellucci definiu que as sociedades de auxílio mútuo:

Funcionavam, sobretudo, como caixas de previdência para as quais os associados contribuía, mensalmente, com uma quantia previamente estabelecida em seus estatutos.[...] Os serviços prestados pelas sociedades mutualistas podiam ser bem amplos, desde uma remuneração para os dias parados nos momentos de doença, assistência médica, farmacêutica e jurídica, passando pela pensão por invalidez ao associado ou para seus dependentes em caso de morte, além do auxílio-funeral, herança das antigas irmandades religiosas.<sup>106</sup>

É necessário destacar que escolher falar de trabalhadores do comércio no norte do país é pensar nas reflexões de Silvia Petersen acerca do cruzamento das fronteiras historiográficas que por muito tempo foram barreiras que impediam o pensamento historiográfico de avançar<sup>107</sup>. As discussões cada vez maiores seja da ampliação de fontes seja pela redução da escala, ajudaram a fortalecer os estudos mutualistas, como observado por Ronaldo Pereira e David Lacerda<sup>108</sup>. Portanto, pensar essas temáticas e abordagens é fazer escolhas conscientes de sua importância social.

#### **1.4. Associativismo caixeiral no Amazonas**

---

<sup>105</sup> MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio H. M (Org.). Op. Cit, pág. 15/16.

<sup>106</sup> MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio H. M (Org.). Op. Cit, pág. 47/48.

<sup>107</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a História Operária Brasileira”. Anos 90. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995.

<sup>108</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de e LACERDA, David P. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. Revista Mundos do Trabalho. Florianópolis, v. 2, n. 4, 2010.

Alerta! Caixeiro Amazonense, atende nosso convite, lembra que se hoje uma estrela de felicidade guia-te os passos na carreira que abraçaste, amanhã uma nuvem espessa poderá embargar a tua trajetória a percorrer e que essa associação, pesando a soma de energias que despendeste em proveito da sua existência, deixei prender sobre tua cabeça sua bandeira tricolor e protetora.<sup>109</sup>

Como destacado anteriormente, a organização em torno das associações era um mecanismo bem aceito no âmbito do mundo do trabalho. A nota acima evidencia que todo trabalhador pode precisar de uma associação, pois só ela evitaria que recaísse sobre suas cabeças os males que possam vir a sofrer. A ideia que é passada era de que com os caixeiros juntos na associação eles poderiam ter mais força para lutar por melhores condições de trabalho.

É partindo dessa ideia que pretendemos abordar como se deu a criação e consolidação de associações de caixeiros no Amazonas na virada do século XIX para o XX. Para isso, uma maneira bastante importante de análise de grupos mutualistas dentro da História do Trabalho foram os estatutos das associações. Eles são ricos em informações, pois contém dados de fundação, seus sócios e outras informações pertinentes. Eles serviam

Como elemento mediador nos momentos de conflitos de interesses entre membros e também com a diretoria, legitimando as ações tomadas. [...] Os estatutos não só normatizavam as práticas mutuais, como também serviam como meio de legitimação perante o poder público.<sup>110</sup>

Neste primeiro momento iremos analisar os estatutos das principais associações de trabalhadores do comércio no Amazonas. A partir disso, vislumbramos encontrar e refletir as indagações prioritárias desses trabalhadores que contribuíram na construção desse documento.

A primeira associação de empregados no comércio fundada no Amazonas foi da data ainda no século XIX, mais precisamente em 12 de outubro de 1898<sup>111</sup>. Ela apareceu para preencher uma lacuna que estava aberta e que “dá a medida da harmonia que reina em Manaus entre os patrões e empregados”. Ou seja, para algumas lideranças a associação surgiu para mostrar a harmonia entre patrões e empregados.

A sua inauguração foi bastante concorrida e teve como primeiro presidente o governador coronel do estado José Cardoso Ramalho Junior cuja sua fala demarcava o

---

<sup>109</sup> UM CONVITE, *Tribuna do Caixeiro*, 28 de fevereiro de 1909.

<sup>110</sup> CRUZ, Rafael Almeida. Op. Cit, pág. 50.

<sup>111</sup> *Comércio do Amazonas*, 11 de outubro de 1898, pág. 1.

“quão valioso era o princípio associativo e quanto folgava em vê-lo adotado pelo comércio desta capital”<sup>112</sup>. Sua sede era localizada na rua da Instalação nº 2, onde passou a funcionar durante o período noturno a partir de novembro daquele ano, a fim de dar funcionamento as aulas noturnas<sup>113</sup>. Sua inauguração foi notícia no estado vizinho, pelo jornal *O Pará*.<sup>114</sup>

Ainda em seu início e para arrecadar fundos para dar prosseguimento às suas aspirações, a associação distribuía circulares na imprensa para falar de ações como as quermesses cujo objetivo era acumular recursos<sup>115</sup>. Além disso, em outro momento, foi realizado no Circo Americano outra ação para arrecadar dinheiro para a associação<sup>116</sup>. Até o Teatro Amazonas chegou a ser usado como local para arrecadar fundos ao abrigar a ópera “Os mosqueteiros no convento”<sup>117</sup>. Ou seja, em seu início a diretoria já pensava na consolidação de um caixa forte que pudesse bancar todos os anseios da associação frente aos seus sócios.

Muito embora tenha sido criada de fato em 1898, os seus estatutos só foram ser discutidos em fevereiro de 1899 e com uma ressalva, apenas os sócios com a mensalidade em dia poderiam palpar na criação dos estatutos<sup>118</sup>. Pouco restou de documentação sobre essa associação, entretanto esse pouco nos faz reafirmar que os trabalhadores do comércio já pensavam, desde muito cedo no XIX, em organizar suas demandas.

Anos depois, em 1906, foi fundada a Associação dos Empregos no Comércio do Amazonas em 11 de novembro, fruto das lutas e da perseverança de diversos caixeiros estabelecidos em Manaus. Ela foi considerada a mais organizada e duradoura das associações caixeirais estabelecidas no Amazonas, tornando-se um sindicato no final da década de 1930.

É preciso mencionar que, apesar de sua longa duração, os primeiros estatutos da associação não foram encontrados, apenas as atualizações posteriores nas décadas seguintes. Entretanto, foi possível perceber como eles pensavam a associação através da

---

<sup>112</sup> *Comércio do Amazonas*, 14 de outubro de 1898, pág. 1.

<sup>113</sup> *A Federação*, 25 de outubro de 1898, pág. 3.

<sup>114</sup> *O Pará*, 20 de outubro de 1898.

<sup>115</sup> *A Federação*, 15 de dezembro de 1898, pág. 1.

<sup>116</sup> PALCOS E... *Comércio do Amazonas*, 11 de outubro de 1898, pág. 1.

<sup>117</sup> PALCO E... *Comércio do Amazonas*, 27 de janeiro de 1899.

<sup>118</sup> ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO AMAZONENSE, *Comércio do Amazonas*, 4 de março de 1899, pág. 2.

coluna “Associação dos Empregados no Comércio” no *Tribuna do Caixeiro*. Nossas análises se concentraram, sobretudo, a partir de lá.

No que tange às admissões na associação, uma das principais regras era que um sócio indicasse o novo. A indicação funcionaria como uma espécie de controle interno que visava uma segurança da “moral e do cumprimento das obrigações por parte do candidato”.<sup>119</sup> Em todas as edições do *Tribuna do Caixeiro*, vemos petições pedindo a entrada de novos sócios e sendo analisada pela comissão de sindicância.

Propostas para novos sócios dos senhores Affonso Assis de Mattos, Mario Neves, José Gonçalves Casa Nova, Orlando de Mattos Muniz, Luiz Mendes Nunes e Raymundo Freitas – À comissão de sindicância.<sup>120</sup>

É possível reparar que após o nome dos indicados vem o nome do sócio que indicou, deixando evidente que essa ação traria mais segurança ao processo de filiação, sobretudo como garantia de cumprir com os pagamentos. Isso é reafirmado porque:

Todos os dados pedidos pelas associações podem ser interpretados como uma forma dessas instituições certificarem-se de que seus novos sócios estariam dentro dos padrões morais e profissionais já anteriormente estabelecidos pelos estatutos, assim como teriam condições de honrar com as diversas contribuições requeridas pelos estatutos.<sup>121</sup>

Quem tinha o papel de analisar todas as proposições de novos membros era a comissão de sindicância, ao final o veredito era pela aprovação ou reprovação. Em caso positivo, os membros votariam secretamente pela entrada em definitivo ou não dos candidatos e seus nomes eram publicizados no *Tribuna do Caixeiro*.

Foram aceitos sócios efetivos os seguintes candidatos: Affonso Burnett e Joaquim Antonio Candeias propostos pelo consócio José Jorge Vieira; Carlos da Silva Perdigão e Raymundo da Gama e Silva pelo consócio José de Sousa Guimarães; Anthero Mendes de Vasconcelos pelo consócio Antonio M. da Cunha e Manoel Felisberto Tenório pelo consócio João Batista de Araújo.<sup>122</sup>

Uma das responsabilidades dos associados seriam os pagamentos de suas mensalidades para a tesouraria da associação. Em junho de 1908, a tesouraria da AECA divulgou uma lista com as cartas dos prazos para pagamento dos membros. O que nos chamou a atenção foi o fato de que muitos caixeiros tinham prerrogativa de circulação

---

<sup>119</sup> CRUZ, Rafael Almeida. Op. Cit, pág. 74.

<sup>120</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 3 de agosto de 1908.

<sup>121</sup> CRUZ, Rafael Almeida. Op. Cit, pág. 75.

<sup>122</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 19 de julho de 1908.

entre as diversas cidades do norte do país, sobretudo num fluxo entre Manaus – Belém – cidades do interior. Isso deixava em evidência como essa categoria estava sempre em deslocamento por diversas regiões do país e do mundo.

Em nota veiculada no *Tribuna do Caixeiro*, a tesouraria da associação expôs que “os associados que regressavam a capital deverão comunicar a esta Tesouraria a sua chegada a fim de ser reiniciado a extração dos recibos de suas mensalidades”,<sup>123</sup> o que corrobora esse fluxo de trânsito muito comum desses trabalhadores por outras localidades. A Tesouraria da AECA também deixou destacado que o associado que não efetuasse os pagamentos das mensalidades sem justificativa por seis meses seria eliminado do corpo associativo.<sup>124</sup> Essas informações também nos dão conta de que muitos desses caixeiros usavam desse mecanismo para não efetuar os pagamentos.

No que tange aos números de sócios, foi perceptível que a AECA teve em seu momento de maior efervescência números bem altos, em um dos meses de 1908 a Associação recebeu a visita de 476 membros e outros 10 visitantes<sup>125</sup>. Kleber Barbosa, com base nos relatórios da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, conseguiu levantar a quantidade de membros filiados e as entradas e saídas desses membros.

Em 1906 eram 239 associados, número que foi crescendo até 1910 (auge do declínio da economia da borracha) com 375. Em 1911 o número de membros chegou a 586, regredindo novamente em 1914 para 417.<sup>126</sup> Devemos destacar que esses números não podem ser considerados de maneira tácita, tendo em vista que eles divergem em determinadas fontes, como a imprensa. Mas eles nos ajudam a entender a grandiosidade desses grupos de trabalhadores no início da República no Amazonas.

Narciso, em um dos artigos publicados pelo *Tribuna do Caixeiro*, evidenciou como o crescimento do número de sócios da associação ajudou a consolidá-la entre os trabalhadores do estado e de como a organização em torno da sociedade acabou atraindo “os arredios do nosso meio, os que não nos conhecem, nem sabem como trabalhamos”. Esse sucesso foi constatado devido ao progressivo aumento de 200 associados, no momento da fundação, para 400 membros poucos meses depois<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 14 de junho de 1908.

<sup>124</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 28 de junho de 1908.

<sup>125</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 5 de junho de 1908.

<sup>126</sup> MOURA, Kleber Barbosa. Op. Cit, pág. 70.

<sup>127</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 12 de julho de 1908.

A manutenção dos números de sócios foi um grande problema para a associação amazonense, assim como foi em praticamente todos os outros estados. Esse problema chegou até as páginas da imprensa, onde foi externalizado que “os relapsos da associação” teriam suas inscrições canceladas por falta de pagamento. A nota do *Tribuna do Caixeiro* lamentava o fato dessas inadimplências altas no pagamentos das mensalidades:

Que o caixeiro, que representa incontestavelmente o tipo de sinceridade e do trabalho, se deixe assim aniquilar; porque é sem dúvida nessas pequenas coisas que se revela o critério do homem, e esses que a Associação elimina por falta de pagamento não sabem zelar o seu nome; assumiram um compromisso sério e sem nenhuma justificação deixaram-no caducar.<sup>128</sup>

Toda essa mobilização denunciando a falta de pagamento dos sócios era justificada pela baixa arrecadação da Associação, o que refletiria também numa limitação de suas ações já grandiosas entre os membros. Entre as despesas estavam gastos com a Caixa Econômica e Banco do Brasil, as hipotecas dos imóveis, além de gastos com móveis, utensílios, com a Biblioteca e com material tipográfico<sup>129</sup>. Ou seja, gastos enormes que as mensalidades já não conseguiam suprir.

Na coluna destinada a tesouraria da associação, foi feita uma súplica pedindo a “cada associado para apresentar um novo candidato, com que espera enriquecer facilmente o seu quadro social, garantindo o conagraçamento completo da classe”.<sup>130</sup> Não era uma obrigatoriedade, como ocorreu em outras associações mutuais<sup>131</sup>, indicar determinado número de sócios, mas observava-se como uma medida de desespero para tentar fazer as finanças da AECA respirar.

É preciso destacar que ao final de todo ano a tesouraria da associação anunciava que para apresentar o relatório anual e o balanço das contas do ano corrente era necessário que todos os membros que estavam com pendências regularizassem a situação até o início do mês de dezembro.<sup>132</sup> Isso mostrava-se como mais um mecanismo que visava recuperar os recursos da associação que estavam cada vez mais complicados.

Por conta disso e por ventura do final do ano, a AECA veiculou no *Tribuna do Caixeiro* uma nota que falava sobre a eliminação de todos os associados que não haviam quitado suas dívidas até o prazo estabelecido. Também anunciou que em 25 de dezembro

---

<sup>128</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 30 de agosto de 1908.

<sup>129</sup> MOURA, Kleber Barbosa. Op. Cit, pág. 72.

<sup>130</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 18 de outubro de 1908.

<sup>131</sup> CRUZ, Rafael Almeida. Op. Cit, Pág. 79.

<sup>132</sup> TESOURARIA, José Nunes de Lima. *Tribuna do caixeiro*, 22 de novembro de 1908.

de 1908 sairia a segunda lista com mais associados eliminados pelo mesmo motivo.<sup>133</sup> Nota-se que a tesouraria tinha um trabalho bastante exigente para efetuar as cobranças até que se chegasse ao destino final que era a eliminação do associado.

Para evitar essa situação eram feitas diversas tratativas. Devido aos grandes apelos da comissão de tesouraria, alguns sócios acabavam por realizar algumas medidas solicitadas. Como foi a petição de João de Carvalho Fortes que solicitava a suspensão dos pagamentos das mensalidades por motivos pessoais por dois meses, o que foi prontamente acatado.<sup>134</sup>

Todo esse recurso arrecadado também era usado para equipar a sede social da AECA. Em 1909 chegou móveis vindo da Áustria para ornar “com duas artísticas estatuetas da Indústria e Comércio”<sup>135</sup>. Nota-se que parte do recurso arrecadado com as mensalidades dos membros eram gastos com coisas que fugiam a necessidade deles, porém faziam parte da maneira como eles queriam ser vistos pela sociedade e ainda fazia com que a sede social fosse “muito visitada”.

O jornal da associação era o principal meio de difusão das ideias e não era incomum que fossem divulgadas todas as ações. Além da oferta das aulas noturnas aos seus associados, também foi oferecido o serviço médico gratuito por meio de oito clínicos aos seus membros. Além disso, mostrou-se unida ao relembrar as constantes lutas em prol do fechamento das portas aos domingos e da figura importante do deputado pelo Amazonas Jorge Augusto de Moraes.<sup>136</sup> Portanto, a AECA tinha vários ramos de atuação entre seus membros e era importante para o contexto social da cidade naquele momento.

O 11 de novembro, data da criação da associação, foi alçado a uma data especial e forte para os trabalhadores do comércio em que “o sol fecundante do Amazonas iluminou com os seus raios fulgurantes num domingo adorável”. Entre as principais pautas desse grupo de trabalhadores estavam a luta pelo descanso semanal, o fechamento das portas às 18 horas, a edificação de um mausoléu no cemitério da cidade, além da participação maior nas aulas da associação<sup>137</sup>.

O *Tribuna do Caixeiro* lançou uma edição especial em prol do aniversário de dois anos da associação. Para além da rememoração sobre a data, foi veiculado na edição uma

---

<sup>133</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 20 de dezembro de 1908.

<sup>134</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 24 de janeiro de 1909.

<sup>135</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 9 de maio de 1909.

<sup>136</sup> O QUE A ASSOCIAÇÃO TEM FEITO, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, 25 de outubro de 1908.

<sup>137</sup> SAUDANDO UMA DATA, Jorge Vieira. *Tribuna do Caixeiro*, 11 de novembro de 1908.

peça teatral no gênero de comédia intitulada de *A Conquista* escrita por Teophilo de Albuquerque especialmente por conta do aniversário de 2 anos da associação. A edição teve veiculado também poemas e textos com essa inspiração.

Em quase toda a edição especial foi possível observar o entusiasmo dos trabalhadores do comércio pela consolidação da sociedade.

É bem sincera a nossa alegria, e bem justificada é a nossa satisfação, porque vemos vitoriosa a nossa ideia, em parte realizada a aspiração da nossa classe. [...] Essa associação que hoje mantemos com uma coragem e confiança indefesas está firmada incontestavelmente sobre pedestais seguros. Existe realmente.<sup>138</sup>

Neste diapasão, em todas as reuniões da associação era destinado uma parte para se falar dos ofícios recebidos. É interessante notar que vemos uma circulação grande de informação entre os vários estados do Brasil e também de regiões de fora do país. Na sessão de 21 de outubro de 1908 a sociedade recebeu ofício da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, além do relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.<sup>139</sup> Também recebeu ofício da Phenix Caixeiral do Ceará e o relatório da Sociedade Estímulo Caixeiral de Teresina.<sup>140</sup> Ou seja, todas essas ações corroboram a ideia de trocas de informações entre as diversas sociedades caixeirais espalhadas dentro e fora do Brasil.

Toda experiência associativa parte de outros exemplos promissores que ocorreram na contemporaneidade dos sujeitos que vão associar-se. Foi o caso da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA), que observando a grandiosidade que foi a Phenix Caixeiral do Ceará, acabou buscando inspiração para criar a sociedade. A associação cearense foi sem dúvidas uma das maiores experiências associativas caixeirais de sucesso no país.<sup>141</sup>

Tanto a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) quanto a Phenix Caixeiral do Ceará trocavam correspondências e ofícios, corroborando a proximidade entre elas, bem como mostrando essa rede entre as diversas associações caixeirais pelo país.<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> VENCENDO, Paulo de Araújo Lima. *Tribuna do Caixeiro*, 11 de novembro de 1908.

<sup>139</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 6 de dezembro de 1908.

<sup>140</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 10 de janeiro de 1908.

<sup>141</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 3 de maio de 1908.

<sup>142</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 13 de setembro de 1908.

Retornando aos estatutos, a duração do mandato dos dirigentes da associação girava em torno dos dois anos, e ao final de dezembro de 1908 foi veiculado que em 27 do mês corrente ocorreria a eleição para os novos corpos dirigentes.<sup>143</sup> Os vencedores tiveram seus nomes publicizados na primeira edição de 1909 conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Composição diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas de 1909

| <b>Membros da Assembleia Geral</b> |                           |
|------------------------------------|---------------------------|
| Presidente                         | Manoel Ribeiro da Cunha   |
| Vice-Presidente                    | Antonio de Vasconcelos    |
| 1º Secretário                      | Virgílio Xavier de Souza  |
| 2º Secretário                      | Paulino P. Ibiapina Filho |

| <b>Diretoria</b> |                             |
|------------------|-----------------------------|
| Presidente       | Raymundo Alves Tribuzi      |
| Vice-Presidente  | José Nunes de Lima          |
| 1º Secretário    | José Anthero de Sá          |
| 2º Secretário    | Francisco A. S. Guimarães   |
| Orador           | Eduardo M. Pinho            |
| Tesoureiro       | Marcílio Fernandes Basto    |
| Adjunto          | Armando de Castro Guimarães |

| <b>Vogais</b>               | <b>Suplentes da Diretoria</b> |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Augusto Furtado Menezes     | Innocencio Lopes Filho        |
| Antonio Guedes de Araujo    | Ezequiel Delgado              |
| Abel da Costa Mendes        | Pancrácio Ferreira Nobre      |
| Arthur Studart              | Romualdo Leite Cartacho       |
| Eduardo Ribeiro             | Jorge Penha                   |
| Alfredo Climaco de Carvalho | João Rodrigues Coelho         |

| <b>Comissão de Sindicância</b> | <b>Suplentes</b>      |
|--------------------------------|-----------------------|
| Simon Horner                   | Luiz Burgos Filho     |
| José de Sousa Guimarães        | Heitor Miguel Bastos  |
| Antonio Joaquim Bordallo       | Luiz de Sousa Moreira |

| <b>Conselho Fiscal</b>   | <b>Suplentes</b>                      |
|--------------------------|---------------------------------------|
| José Jorge Vieira        | Salvador B. de Albuquerque Montenegro |
| Maurício Samuel Marrache | Leonilo Tavares de Miranda            |
| Elpídio Eloy de Hollanda | Erasmio Ferreira                      |

<sup>143</sup> ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. *Tribuna do Caixeiro*, 13 de dezembro de 1908.

Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 1 de janeiro de 1909.

Poucas semanas após a eleição, vários candidatos que haviam sido eleitos pediram renúncia das novas funções. O 1º secretário, Arthur Studart, lançou um edital de convocação para substituição de Antonio de Vasconcelos, Raymundo Alves Tribuzi, José Anthero de Sá, Francisco d'Assiz de Sousa Guimarães, Antonio Guedes de Araújo, Eduardo Ribeiro, Innocencio Lopes Filho e Heitor Miguel Bastos.<sup>144</sup>

A nova eleição ocorreria no dia 10 de janeiro de 1909 visando fechar as lacunas causadas pelas renúncias. A posse dos novos membros foi realizada dia 24 de janeiro com a presença do presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA). Foi realizado a leitura do relatório do presidente da Diretoria, na sequência ocorreu o discurso do orador da sociedade e por fim, a entrega do diploma aos alunos que finalizaram o 1º ano do Curso Comercial.<sup>145</sup> A festa foi bastante concorrida, tendo a participação do então cônsul de Portugal, além de um inspetor da Alfândega, de membros da Marinha do Brasil e do Secretário Geral do Estado.<sup>146</sup>

A nova composição ficou assim:

Tabela 5 – Nova diretoria da AECA em 1909

| <b>DIRETORIA</b> |                             |
|------------------|-----------------------------|
| Presidente       | Joaquim Francisco de Paula  |
| Vice-presidente  | José Nunes de Lima          |
| 1º Secretário    | José Jorge Vieira           |
| 2º Secretário    | Eduardo Ribeiro             |
| Orador           | Eduardo M. Pinho            |
| Tesoureiro       | Marcílio Fernandes Bastos   |
| Adjunto          | Armando de Castro Guimarães |

Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 31 de janeiro de 1909.

Era notório que existiam embates profundos dentro da associação, seja por conta dos cargos de direção ou até mesmo por questão ideológica. Kleber Barbosa observou esses conflitos como uma “indiferença interna” que ocorria na sociedade. Tanto as renúncias aos cargos administrativos, quanto a ausência de participação nas reuniões foi observada como algo perigoso.<sup>147</sup> É sabido que, assim como qualquer outro grupo de trabalhadores, os caixeiros não eram homogêneos, pensavam e se articulavam de

<sup>144</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 17 de janeiro de 1909.

<sup>145</sup> POSSE. *Tribuna do Caixeiro*, 17 de janeiro de 1909.

<sup>146</sup> ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO: POSSE. *Tribuna do Caixeiro*, 31 de janeiro de 1909.

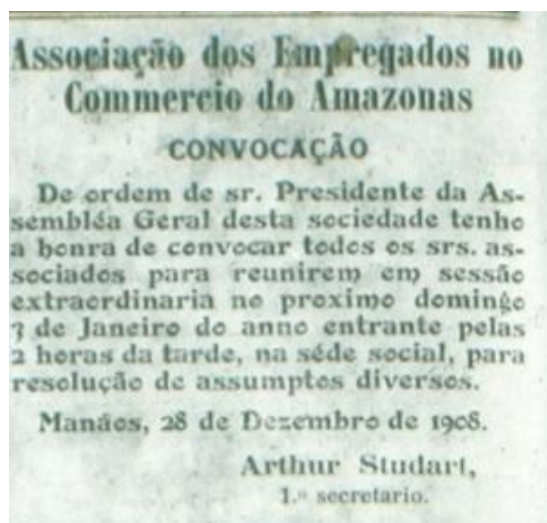
<sup>147</sup> MOURA, Kleber Barbosa. Op. Cit, pág. 15.

maneiras distintas, muitas das vezes sendo refletidas através de discursos inteiramente políticos. Entretanto, é preciso ter uma ponderação, nem todas as desistências ocorreram por algum desentendimento. O primeiro presidente eleito, Raimundo Tribuzi, havia adoecido e por conta disso não pode assumir o cargo.<sup>148</sup>

Contudo, essas divergências ficavam evidentes nesses conflitos e eram externalizadas através da imprensa, muitos deles tornaram-se públicos porque essas demandas não eram finalizadas no caráter privado, dentro das reuniões das associações.<sup>149</sup> Osvaldo Maciel observou, para o caso do Alagoas, que parte de alguns conflitos internos estavam girando em torno de correntes liberais e da oposição conservadora dentro da Sociedade.<sup>150</sup> Não temos como afirmar se o mesmo ocorreu na AECA, mas de fato os conflitos ideológicos eram evidentes.

Como foi possível observar ao longo das páginas anteriores, o próprio *Tribuna do Caixeiro* era usado como meio de comunicação com seus membros. Seja divulgando informações ou até mesmo soltando os editais de convocação, como é possível observar abaixo.

Imagem 2 – Convocação sessão extraordinária



Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 1 de janeiro de 1909.

Assim como na imagem acima, outras informações também foram difundidas através da imprensa. Portanto, tanto os impressos quanto os estatutos foram importantes para nos ajudar a mapear de maneira mais profundas um pouco da história dessas

<sup>148</sup> ATUALIDADES. *Tribuna do Caixeiro*, 24 de janeiro de 1909.

<sup>149</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011, pág. 89.

<sup>150</sup> Ibidem, pág. 168.

associações amazonenses e sua importância. Observar os ritos de consolidação desses grupos associativos foi de fundamental importância para os enxergar como trabalhadores do comércio.

Dhyene Vieira dos Santos constatou que entre os anos de crise da economia da borracha, entre 1913 e 1915, a baixa arrecadação afetou diretamente na manutenção dos serviços ofertados pela sociedade, fazendo com que os dirigentes evitassem promessas e elaborassem “o discurso do dever cumprido mesmo sob severas restrições”<sup>151</sup>.

### 1.5. Associativismo caixeiral no Pará

No estado do Pará, em 1890 fomos apresentados ao que no futuro seria a Associação dos Empregados no Comércio. Tratava-se da Liga Protetora dos Empregados do Comércio, uma entidade que em 9 de março de 1890 foi empossada nos salões do Atheneo Comercial Paraense<sup>152</sup>. Seu principal objetivo era “proteger a classe auxiliar do comércio”, e enfatizava que a liga poderia fazer aflorar o espírito de classe<sup>153</sup>.

Edward Palmer Thompson será usado como fio condutor de nossa reflexão em torno dessa questão de classe.

Alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>154</sup>

Essa célebre frase de Thompson nos ajuda a entender o que seria o termo “classe” tão utilizado nos estudos em torno dos mundos do trabalho. O trecho nos ajuda a definir que a luta de classes é que molda as primeiras reflexões em torno dessa noção, como também já havia demonstrado Marx ao afirmar que “para que uma classe seja libertadora par excellence, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora”<sup>155</sup>.

---

<sup>151</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. “Unamo-nos, e criemos uma sociedade”: cultura associativa, formação e organização da classe trabalhadora em Manaus (1889-1930). Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2025, pág. 306.

<sup>152</sup> LIGA PROTETORA... *A Voz do Caixeiro*, 9 de março de 1890, pág. 4.

<sup>153</sup> LIGA PROTETORA... *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890, pág. 4.

<sup>154</sup> THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1: a árvore da liberdade. 11º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

<sup>155</sup> MARX, Karl. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: LusoSofia Press, 2008, pág. 17-18.

Na introdução de *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa vol. 1*, o autor definiu:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>156</sup>

Thompson enfatizava que a classe se definiria apenas quando estivesse em relação a outra classe e vai buscar em Marx seu entendimento maior desse conceito ao afirmar que “o uso marxista apropriado e majoritário de classe é o de categoria histórica. Creio poder demonstrar que é esse o uso do próprio Marx em seus escritos”<sup>157</sup>. Ao abordar uma categoria como a dos caixeiros, que oscilava bastante entre alinhamentos próximos dos patrões e ora mais vinculado aos trabalhadores, é preciso ter em mente que não podemos usar essa categoria de análise com esses grupos de trabalhadores, mesmo que em diversos momentos isso possa parecer possível.

Essa grande diferença entre as ocupações dos trabalhadores do comércio contribuiu para diferenciar-se nesse debate de classe. Desde o trabalho mais qualificado até o mais simples criava barreiras entre os trabalhadores do comércio e isso acabava impedindo uma unidade em torno da classe. Era como se existissem várias classes dentro de uma única.

Fabiane Popinigis, em extensa discussão acerca dessa problemática, trouxe várias abordagens questionando se de fato esse grupo de trabalhadores poderiam ou não serem entendidos no viés de classe. Apesar dos discursos classistas, tanto da classe trabalhadora quanto dos próprios caixeiros, não tornava evidente que o grupo fosse visto como uma classe, pois segundo Popinigis, “os objetivos que cada um dos dois grupos almejavam alcançar através dele eram bem diferentes”.

Para grande parte do movimento caixeiral, o discurso de proletarização e a proximidade da militância operária pode não ter significado uma perspectiva de mudanças na estratégia de luta e barganha. Ao contrário, teria representado a possibilidade de forte argumento a ser utilizado

---

<sup>156</sup> THOMPSON, E.P. Op. Cit, pág. 9/10.

<sup>157</sup> THOMPSON, E. P. “Lucha de Clases sin clases?” Barcelona: Crítica, 1989. APUD, NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 16, 1996, pág. 53.

para influenciar a opinião pública como instrumento de pressão aos representantes da Câmara Municipal.<sup>158</sup>

É por conta dessas justificativas observadas por Popinigis que é complicado falar em “classe caixeiral” ao nos referirmos aos trabalhadores do comércio. De fato, por diversas vezes eles eram colocados em um lugar comum da classe trabalhadora, porém em diversos outros momentos, por conta de suas experiências que são distintas, eles acabavam se distanciando dos trabalhadores. Segundo o texto do jornal, “não devemos confiar a outros o que só a nós compete fazer”<sup>159</sup>. Muito embora eles reconhecessem suas lutas e que era “uma prova enorme de esforços empregados, que através da sua existência tem tido”.

Francisco Pereira destacou que as associações caixeirais, sobretudo a do Amazonas, atuavam de maneira “protocolar”:

Atuavam **mediantes protocolos**, endereçando às autoridades locais e ao empresariado ofícios, cartas, além de receberem, na sede do Jornal, as mesmas autoridades, portanto, estabeleceram junto ao patronato amazonense uma relação de reciprocidade.<sup>160</sup>

Essas características corroboram com a ideia de conciliação de classes, muito presente no discurso caixeiral. Essa atuação protocolar ficou perceptível quando o jornal anarquista *A Lucta Social* questionou a Associações dos Trabalhadores do Comércio do Amazonas por ter acionado um advogado para pleitear seus direitos em juízo, pois para eles, não fazia sentido terceirizar uma ação que seria do grupo nas mãos de outra pessoa. Ou seja, mesmo sendo anarquistas eles atendiam os caixeiros como trabalhadores, sobretudo ao questionar ações como essa que iam contra o próprio sentido de luta.

Além dessa discussão, a própria imprensa caixeiral enxergava eles como uma “classe”, um grupo que considerava-se explorado, mesmo que ainda fossem intimamente ligados aos seus patrões. Eles se viam como uma classe “sob uma mesma bandeira, mesmo ideal” que os levava a um caminho de respeito e admiração das outras classes<sup>161</sup>. Por conta disso é que em grande parte da presente tese utilizaremos a denominação de classe caixeiral, mas sem deixar de lado toda a discussão anterior.

---

<sup>158</sup> POPINIGIS, Fabiane. “Caixeiros e operários: relações de trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *História Social*, Campinas-SP, nº8/9, 2001/2002, pág. 231.

<sup>159</sup> *A Lucta Social*, Manaus 1 de setembro de 1914.

<sup>160</sup> Costa, Francisco Pereira. Foi só para espantar o inglês... Entre o labor e a lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917). 1º ed. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2023, pág. 57.

<sup>161</sup> DOIS ANOS, José Nunes de Lima. *Tribuna do Caixeiro*, 11 de novembro de 1908.

Retomando as informações sobre a Liga Protetora, as suas ações eram divulgadas na imprensa paraense, como por exemplo, as reuniões de posse dos novos membros que eram realizadas no Atheneo Comercial.<sup>162</sup> Essas ações evidenciam como esse grupo usava a imprensa para publicizar suas ações, em grande medida, os periódicos operários apresentavam os olhares, as críticas e as inquietações dos próprios trabalhadores.

Meses depois foi fundada outra Associação dos Empregados no Comércio em 27 de março de 1898. O jornal *O Empregado no Comércio* foi o grande animador de parte da história dessa associação, mesmo tendo sido criado quase um ano depois da fundação da mesma<sup>163</sup>. Em sua reunião inaugural realizada na sede do Atheneo Comercial, contou com a participação de 250 empregados no comércio, cerca de 28 deles foram listados como membros fundadores. O evento contou com a participação de figuras como o governador do estado do Pará e seu ajudante de ordens, o Bispo D. Antonio Brandão, além do senador José Marques Braga presidente da Praça comercial e do comandante das forças estaduais coronel Sotero de Menezes.

Somente em agosto daquele ano foi que a sessão de instalação ocorreu e foi presidida pelo senador José Marques Braga. Também participaram o governador do estado, o senador Antonio Lemos, o coronel Sotero de Menezes, além do bispo da diocese e o presidente do Grêmio Literário Português.<sup>164</sup> Nota-se que as lideranças que ficavam comandando essa associação eram figuras influentes e de grande prestígio na sociedade belenense. Isso acabava por reafirmar como esse grupo de trabalhadores, por vezes, sabiam da importância de ter essas figuras próximas a eles.

Neste contexto, o objetivo central da associação era “promover e auxiliar o desenvolvimento moral e intelectual dos associados”, promover o convívio máximo por meio de reuniões, celebrar anualmente o 15 de agosto em alusão a instalação da sociedade, além de “dispensar aos seus associados toda a proteção e auxílio possíveis de conformidade com os recursos que dispõem”<sup>165</sup>. Ou seja, os estatutos da associação já deixavam evidente que buscava-se oportunizar aos caixeiros um convívio maior entre seus pares e seu desenvolvimento intelectual, sobretudo na difusão do ensino e do conhecimento.

---

<sup>162</sup> *O Democrata*, 2 de março de 1890.

<sup>163</sup> O capítulo 2 da presente tese será completamente destinado a falar sobre a imprensa caixeiral.

<sup>164</sup> *O Pará*, 17 de agosto de 1898.

<sup>165</sup> ESTATUTOS... *O empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

Figuravam como membros da diretoria da associação após sua fundação Candido Pitta Pereira como presidente, José Joaquim Pereira da Costa como vice-presidente, Leoncio Cunha como 1º secretário, João Lucena de Barros como 2º secretário, Manoel Nervaes Simões como tesoureiro e Paulo D’Azevedo Perdigão como bibliotecário. Em seu início a sede funcionava no Atheneo Comercial, porém depois foi alugado um prédio na rua 13 de Maio<sup>166</sup> e na sequência a sede funcionou próximo a praça Saldanha Marinho no nº 23, todas as sedes próximas a região central da cidade.

No que tange os benefícios sociais, a sociedade alegou ter poucos recursos, porém em caso de desemprego custeava algumas emergências, bem como prestava auxílio contra doenças. Também custeava o funcionamento da Escola Prática de Comércio que ensinava várias disciplinas aos caixeiros, além de formar novos deles. Além disso, mantinha um médico que prestava serviço aos sócios. E não menos importante, fundou o jornal *O Empregado no Comércio*, principal veículo de divulgação e defesa dos caixeiros no Pará.

A sociedade seria composta de sócios beneméritos, honorários, remidos, efetivos e fundadores, com número ilimitado de membros. Edward Palmer Thompson já havia sinalizado ao falar da Sociedade Londrina de Correspondência no século XVIII<sup>167</sup>, que essa expressão significava o fim da exclusividade entre grupos de trabalhadores e estava nesse ponto a mudança na perspectiva de análise nos mundos do trabalho.

Ainda analisando os estatutos, seriam admitidos como novos sócios “pessoas do sexo masculino, de qualquer nacionalidade, que se empregavam no comércio”<sup>168</sup>. Segundo os estatutos, o sócio remido, fundador ou efetivo que entrasse na Sociedade teriam que desembolsar a quantia de 500\$000 réis ou para garantir a isenção desse pagamento, ter proposto a entrada de 50 sócios efetivos.

Depois de aceito como sócio pela diretoria, o novo membro teria que efetivar sua entrada pagando uma jóia no valor de 20\$000 réis, além da quantia mensal de 5\$000 com vencimento todo dia 30 de cada mês. No artigo 8º constava que mesmo os membros que fossem aceitos depois da instalação da Sociedade deveriam pagar a jóia, porém só teriam acesso aos benefícios um ano após a aprovação.

Entre os direitos dos sócios vinculados à Sociedade estavam o pagamento de 100\$000 réis por até quatro meses em caso de doença ou falta de recurso financeiro, além

---

<sup>166</sup> *O Pará*, 28 de janeiro de 1899.

<sup>167</sup> THOMPSON, E.P. Op. Cit., pág. 17.

<sup>168</sup> ESTATUTOS... *O empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

de 100\$000 réis também por até quatro meses em caso de desemprego. Em caso de doença era possível solicitar ajuda do médico da associação e existia a possibilidade de recurso financeiro para adquirir os medicamentos. Porém, caso o sócio deixasse de pagar suas mensalidades sem justificativa plausível, teria sua exclusão imediata do quadro.

Em dezembro de 1900, a associação realizou consulta entre seus membros para escolher a diretoria do ano seguinte. A posse se daria no dia 1 de janeiro de 1901 na sede da associação. O resultado teve como presidente José Rodrigues Barata, como vice-presidente Juventino Jayme de Almeida, como 1º secretário teve Jayme de Nazareth Oliveira, 2º secretário Antônio Bulhões de Goes e como tesoureiro o senhor Lorgio Gonçalves de Aragão.<sup>169</sup>

É pertinente notar como a instrução fazia parte do cotidiano de quase todas as associações, inclusive as de classe. Elas enxergavam “a educação como importante ferramenta para a conquista de seus objetivos”, fosse individual ou coletivo. Como ponto de partida, as associações “pretendiam manter ao menos uma biblioteca e sala de leitura para uso dos sócios”<sup>170</sup>.

Outra associação despontou em 14 de julho de 1905 com o nome de Associação dos Empregados no Comércio do Pará. Seu principal objetivo era congregar e confederar a classe dos caixeiros no Pará, além de participar de atos com as demais congêneres do país. Também fazia parte de suas ações prestar aos seus sócios e familiares procedimentos médicos e farmacêuticos. Os desempregados também seriam ajudados pela associação a arrumar uma nova colocação no mundo do trabalho.

A criação de uma caixa beneficente também estava nos planos da associação, ela seria utilizada por quem fosse acometido por doença grave, por invalidez ou morte. Para os filhos menores de 12 anos seria implementada aulas de ensino elementar, além de um curso comercial. Por fim, o ideal da sociedade era defender a classe dos empregados do comércio para conquistar suas pretensões dando suporte para eles evoluírem mais.

Entre os recursos estava a destinação de dinheiro para construção de um prédio que seria a sede da associação. Para isso, a direção da sociedade seria dividida em três esferas: deliberativo, fiscal e administrativo. O documento finaliza com a listagem dos

---

<sup>169</sup> ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO PARÁ. *A República*, 18 de dezembro de 1900, pág. 2.

<sup>170</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. “Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930)”. In: *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, 2018, pág. 10.

nomes dos sócios que comporiam as três comissões em quase 10 páginas de documentação.<sup>171</sup>

Contudo, como era de costume com várias sociedades, a efemeridade também foi uma realidade desta associação. Junto de seu desaparecimento, as documentações também não sobreviveram ao poder do tempo. Esse processo de esquecimento acaba atrapalhando o trabalho dos historiadores, mas não o torna impossível.

Já em 1908 foi fundada a Sociedade Phenix Caixeiral Paraense com sede na cidade de Belém e que tinha como principais fins “congregar os empregados no comércio em um só corpo”, lutar pela criação e manutenção de um curso comercial, além de criar aulas de música para seus sócios. Foi listado cerca de 8 finalidades que justificaram a criação da sociedade.

Além dos fins listados acima, ainda foi colocado que seria providenciado novos empregos para aqueles que fossem demitidos, seria fornecido consultas médicas e atendimentos com advogados, desenvolver uma biblioteca, além de criar um corpo de teatro para possíveis eventos internos. Ou seja, foi possível observar que a sociedade atuaria em diversos aspectos na vida de seus sócios, sempre buscando priorizar seus membros.

Com relação a admissão de sócios, a hierarquia era dividida entre membros fundadores, os efetivos, os remidos, os beneméritos, os honorários e os correspondentes. A idade mínima para participar era acima de 12 anos e era necessário exercer “profissão decente no comércio”, mas também em outras áreas como na indústria, nas artes, nas ciências e nas Letras. Foram listados como sócios honorários o Governador do Estado e o Intendente de Belém e todas as sociedades irmãs de outros estados e de fora do Brasil também poderiam ser listadas como membros correspondentes, se assim desejarem.

As propostas de novos sócios foram definidas e levavam em conta a socialização do nome, idade, naturalidade, estado civil, residência e estabelecimento comercial que trabalhava. A indicação deveria ser feita por um membro em “pleno gozo de seus direitos sociais” e o sócio “proposto é obrigado a firmar a proposta com o seu nome em extenso”. Para efetivar a entrada, os membros deveriam pagar a importância de quinze mil réis correspondente à jóia, o diploma e estatuto, com a mensalidade custando 2\$500 réis.

---

<sup>171</sup> Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Pará, 1908.

Em 1913, em razão das saídas de alguns membros que compunham a Assembleia Geral da associação, foi feita uma nova votação. No dia 10 de Janeiro do corrente mês foram escolhidos os senhores Raymundo de Paula Barros e Raphael Moreno por aclamação para os cargos de presidente da Assembleia Geral e de Tesoureiro.<sup>172</sup>

A partir da década de 1910, a Sociedade Phenix Caixeiral do Pará foi sendo mais efetiva entre a população em geral. Entre os caixeiros, ela já tinha certa relevância, sobretudo por discutir as demandas referentes à regulação da jornada de trabalho. No contexto mais amplo, a preocupação da sociedade era com problemas higiênicos e fisiológicos, por conta da alta demanda de horas de trabalho nas casas comerciais que não tinham estrutura. Em 1919, após pedido de ajuda para a Associação Comercial, foram realizadas reuniões para discutir essa demanda com representantes de algumas casas comerciais de Belém.<sup>173</sup>

É importante destacar que a sociedade tinha como uma de suas missões expedir diplomas de funções de seus sócios, foi o caso de Cyrineu Gomes de Melo que pediu registro como Guarda-Livros<sup>174</sup>. Até os anos 1970 a associação resistiu e expandiu sua vertente educacional, inclusive buscando abrir cursos de graduação voltados a área comercial e de graduação<sup>175</sup>. Como o próprio nome indica, ela não ressurgiu das cinzas como o nome remetia, mas teve uma vida bastante longa se compararmos com outras sociedades de caráter parecidos.<sup>176</sup>

Neste diapasão, é importante frisar que sempre foi complicado separar os padrões e empregados dentro das organizações caixeirais. Aldrin Castelluci destacou que isso se dava porque eles “compartilhavam, na maior parte das vezes, origens nacionais comuns e até laços de consanguinidade”. Ou seja, essas relações também influenciavam as ações dentro das sociedades classistas.

Tanto que foi possível observar em praticamente todas as associações listadas aqui a presença dessas figuras ilustres presidindo esses espaços, inclusive, figuras políticas, como governadores e representantes da Intendência. Essa situação, em certa medida,

---

<sup>172</sup> *Estado do Pará*, 19 de janeiro de 1913.

<sup>173</sup> *Revista Comercial, industrial e agrícola do Pará*. Pág. 20 e 21.

<sup>174</sup> *O Liberal*, 12 de Julho de 1947.

<sup>175</sup> Decreto nº 26.688, de 23 de maio de 1949.

<sup>176</sup> A congênere de Fortaleza também teve uma vida longa. Fundada em maio de 1891, chegou a ter a Escola de Comércio, um cine-teatro, biblioteca social, além de atendimentos médicos e como um banco de crédito para caixeiros. Deixou de existir por conta de dívidas no final da década de 1970. Ver mais: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A “Phenix Caixeiral” (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, 2008.

coloca em xeque as ações com caráter mais mobilizatório dessas associações, entretanto não as inviabilizou.

Portanto, as mutualistas caixeirais, amplamente discutidas neste capítulo, possuem essa peculiaridade de conciliação com as classes superiores. A grande chave de análise para entender os trabalhadores do comércio é de que eles são grupos sociais distintos entre si e entre os outros grupos de trabalhadores. Essa percepção precisará guiar as nossas análises a partir dos próximos capítulos e será crucial no entendimento das respostas da tese.

## **CAPÍTULO 2 – “TEMOS DIREITOS A VELAR, TEMOS OPINIÕES A MANIFESTAR, TEMOS IDEIAS A EMITIR”<sup>177</sup>: A IMPRENSA CAIXEIRAL NO AMAZONAS E NO PARÁ NO RAIAR DA REPÚBLICA (1889-1909)**

Temos direitos a velar, temos opinião a manifestar, temos ideias a emitir, temos princípios a advogar; e estes direitos, estas opiniões, estas ideias, estes princípios só podem escapar de nós pela grande válvula da imprensa, a máscula grandeza propulsora do progresso<sup>178</sup>.

A epígrafe acima remete a praticamente todas as experiências com periodismo entre os trabalhadores no início da República. No caso específico dos caixeiros, algumas particularidades chamam a nossa atenção, sobretudo a enorme vontade de querer falar aos seus pares.

A imprensa surge para eles como um caminho de pleno diálogo com os trabalhadores e o trecho acima surge como justificativa da criação de jornais caixeirais. Seja fiscalizando direitos, dando opiniões ou ideias sobre acontecimentos ou protegendo princípios que eles julguem primordiais, é para isso que os periódicos são usados e para esse fim que os caixeiros irão enxergar essa demanda.

Com base no exposto acima, neste capítulo, iremos analisar seis jornais construídos e divulgados pelos trabalhadores do comércio das cidades de Belém e Manaus entre os anos de 1889 e 1909. São eles *O Caixeiro* (Belém, 1889), *A Voz do Caixeiro* (Belém, 1890), *O Restaurador* (Manaus, 1890), *O Imparcial* (Manaus, 1890), *O Empregado no Comércio* (Belém, 1899), e *Tribuna do Caixeiro* (Manaus, 1908).

Esses periódicos são importantes para pensarmos as ambições, desejos e anseios desse grupo de trabalhadores, além de suas lutas travadas no cotidiano do labor. É interessante perceber, por exemplo, que muitos dos jornais que circulavam nesse período entre o final do século XIX e início do século XX eram destinados, em parte, para uma certa elite letrada na cidade que “ganhou visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local”<sup>179</sup>.

Para além do caráter elitizado economicamente, percebemos uma “elite” letrada também dentro dos grupos de trabalhadores conforme o tipo de profissão que exerciam.

---

<sup>177</sup> O NOSSO APARECIMENTO. *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890.

<sup>178</sup> O NOSSO APARECIMENTO. *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890.

<sup>179</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3º ed. Manaus: EDUA, 2015, pág. 125.

Os gráficos, responsáveis pela “introdução dos jornais operários no cenário amazonense”, eram considerados um desses grupos de trabalhadores que conseguiam se destacar por conta do letramento massivo em torno do grupo<sup>180</sup>, mas que, ainda assim, se faziam inexpressivos num mundo do trabalho altamente iletrado.

Outro grupo que tinha uma parcela significativa de trabalhadores letrados eram os caixeiros. Por serem um grupo heterogêneo, eles possuíam uma grande quantidade de alfabetizados ou que estavam em busca da alfabetização e acabavam criando e divulgando, mesmo que de maneira efêmera, seus próprios jornais. Como é o caso dos seis jornais destacados anteriormente e que serão alvo de nossas análises neste capítulo. Para além dessa nuance, os caixeiros buscavam no letramento mecanismos de ascensão social, que muito foi difundido no pensamento social à época.

Para falar de jornais da classe caixeiral é preciso ter em mente que a grande parte dos editores e jornalistas que produziram esses periódicos são vinculados aos grupos de imigrantes portugueses. Notadamente, tanto os caixeiros quanto seus patrões eram quase majoritariamente de origem portuguesa, inclusive, muitos empregadores preferem contratar lusitanos por conta dessa ligação identitária. Aldrin Figueiredo destacou que “a colônia portuguesa teve um papel inigualável na veiculação e expressão de ideias voltadas para a solidificação de uma certa identidade nacional, em torno da origem lusitana”.

Para isso, a construção de diversos jornais que tinha como centro as questões identitárias foram sendo criados no Pará<sup>181</sup> e no Amazonas<sup>182</sup> também. Em muitos casos, percebe-se que os próprios jornais analisados aqui também enveredaram por esses aspectos, sobretudo por conta da origem da grande maioria desses trabalhadores ser portuguesa.

Para isso, o presente capítulo visa desenhar como os caixeiros construíram sua imprensa nas duas cidades e como pode ser possível articular suas ideias e visões em âmbito nacional e internacional, tendo em vista que não queremos fazer dos caixeiros uma classe por si só. Marcel van der Linden elencou como a História Global do Trabalho

---

<sup>180</sup> Ibid, pág. 169.

<sup>181</sup> A Colônia Portuguesa (1885), O Luzitano (1906), Gazeta Lusitana (1916), Jornal Luzitano/A Colônia (1920). Ver mais essa discussão em FIGUEIREDO, Aldrin. “*Páginas Antigas*”: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. Pág. 256.

<sup>182</sup> O Luzitano (1900), O Luso (1904), O Loriguense (1906), O Lusitano (1913), entre muitos outros. Essa discussão foi feita de maneira primordial por Geraldo Pinheiro em sua tese: PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937)*. Tese (doutorado em História). Universidade do Porto, 2011.

pode ser um dos mecanismos reflexivos para pensar processos históricos “menores” em contexto mais amplo através de estudos transnacionais e transcontinentais<sup>183</sup>.

## 2.1. A Imprensa caixeiral em Belém

A imprensa operária surgiu no Brasil no final do século XIX e se fortaleceu no raiar da República, mostrando-se bastante enraizada numa dimensão política, ao denunciar e expor a exploração sofrida por trabalhadores e trabalhadoras. Em seu início, a imprensa de trabalhadores tendia a ser liderada por grupos de gráficos, pois eram um dos poucos grupos letrados no seio operário brasileiro. Segundo Luís Balkar Peixoto Pinheiro, a imprensa operária assumiu uma dimensão informativa que ajudou a construir “uma memória histórica mais plural” ao quebrar os silêncios da História para esses sujeitos explorados.<sup>184</sup> Os periódicos operários nos apresentam os olhares, críticas e inquietações dos próprios trabalhadores e ajudam os historiadores e historiadoras do presente a entender mais uma parte da história que não podia ser mostrada por meio do viés tradicional da grande imprensa.

Alguns impressos foram fortemente influenciados pelo anarquismo, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX. Na cidade de Manaus teve o caso do jornal *A Lucta Social*, de 1914, cujo redator responsável foi Tércio Miranda, ferrenho anarquista português que animou os trabalhadores no Norte do país<sup>185</sup> e que foi responsável por difundir esse ideal na cidade naquele momento. Entretanto, os jornais discutidos aqui não sofreram influências do anarco-sindicalismo.

Durante o período analisado neste ponto, os trabalhadores do comércio tiveram uma atuação muito forte na imprensa, sobretudo ao criar e difundir seus anseios para a

---

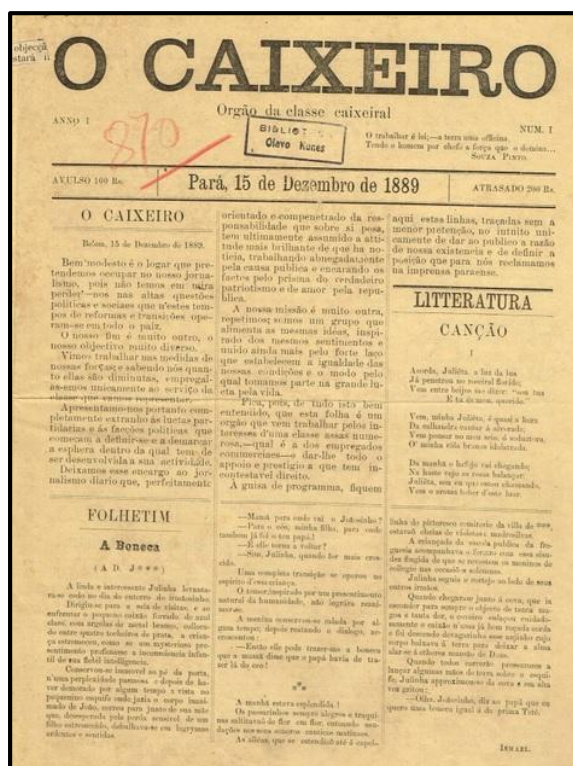
<sup>183</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, pág. 14.

<sup>184</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, pág. 53.

<sup>185</sup> Nascido em Portugal, chegou em 1913 ao Brasil e circulou por algumas cidades, inclusive por Belém. Foi um dos que mais pregou por um 1º de maio combativo muito influenciado por suas próprias convicções políticas. Criou e fomentou o jornal *A Lucta Social* no Amazonas. Sobre Tércio de Miranda ver: TELES, Luciano Everton Costa. “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”. IN: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, nº17, Janeiro-Julho, 2017. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910- 1930)” IN: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 9, nº 17, Janeiro-Julho, 2017. BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891- 1914)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2015. Sobre a relação de Tércio com o Primeiro de Maio ver: CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “*Salve Aurora do 1º de maio*”: associativismo operário e gênero na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930). Curitiba: CRV, 2021.

sociedade<sup>186</sup>. Em Belém, *O Caixeiro* foi o primeiro jornal desse grupo que ganhou as ruas da cidade. Com apenas dois números lançados em 15 e 22 de dezembro de 1889, o semanário possuía quatro páginas divididas em 3 colunas. Seus valores de venda variavam bastante, por exemplo, o número avulso custava entre 100 e 200 réis e as condições de assinatura poderiam ser variadas, custando 1\$000 réis o valor adiantado por uma assinatura trimestral.

Imagem 3 – Capa de *O Caixeiro*



Fonte: *O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889

A redação do jornal era localizada na Travessa Sete de Setembro nº 8 e utilizava-se a tipografia de Pinto Barbosa que também chegou a ser espaço da *Revista Estudantina* em 1890 e de *O Salão Muzical* em 1891<sup>187</sup>, assim como de outras publicações. Note-se que a utilização dessa tipografia pode ter sido uma escolha financeira, devido aos custos de publicação do jornal.

<sup>186</sup> Fabiane Popinigis destacou que além da imprensa, o teatro, a comunicação direta com a Câmara, as cartas e petições também tiveram papel importante na luta por direito e cidadania entre os caixeiros. Ver mais: POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, 2016, pág. 649.

<sup>187</sup> CONDIÇÕES DE ASSINATURA. *O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889.

O periódico intitulava-se como “Órgão da classe caixeiral”, como observado na imagem 1 acima, e usava uma epígrafe de Souza Pinto que dizia “o trabalhar é lei; - a terra uma oficina, tendo o homem por chefe a força que domina...”. Essa mesma frase ganhou um comentário do próprio jornal buscando explicar a ousadia da escolha da dita frase:

Se o leitor consciente atender, porém, ao fim justo e decidido a que nos propusemos, verá claramente, que, se não tomarmos uma posição segura e definida, se não falarmos com a clareza e positivismo da verdade, será improdutivo o nosso trabalho, e dissipar-se as nossas esperanças, como ao primeiro ósculo do sol as névoas que a manhã produz.<sup>188</sup>

Ou seja, os editores têm o cuidado de destacar que a clareza e a positividade da verdade seriam os caminhos para defender os direitos da classe caixeiral do Pará e como os periódicos podiam exercer uma função primordial para divulgação dessas lutas e movimentos. Em uma fala mais direcionada aos caixeiros, eles evidenciaram nessa nota que era necessário ter as metas definidas para que as ações em grupo não fossem em vão assim que o primeiro obstáculo aparecesse. Isso fez tornar evidente, também, que a luta pela causa do trabalhador do comércio era pauta prioritária, tendo em vista o tipo de imprensa que estamos nos referindo.

Contudo, em que pese essa definição, o periódico colocava-se à margem das “lutas partidárias e às facções políticas que começam a definir-se e a demarcar a esfera dentro da qual tem de ser desenvolvida sua atividade”, o que é um claro sinal aos debates políticos em torno da Monarquia e República em evidência na esfera pública naquele momento<sup>189</sup>. Em seguida, os editores afirmaram novamente que a “folha é um órgão que vem trabalhar pelos interesses de uma classe numerosa – como é a dos empregados comerciais”<sup>190</sup>.

Foi perceptível que os editores do jornal não queriam culpabilizar determinados setores pelos problemas que os afligiam, eles faziam questão de delimitar essa “culpa” a “meia dúzia de homens apenas que entendem que o caixeiro não deve ter cabeça nem direito de pensar!”<sup>191</sup>. Ou seja, para grande parte dos trabalhadores do comércio, a culpa por suas mazelas laborais não eram em grande medida de responsabilidade de seus

---

<sup>188</sup> DE LANÇA EM RISTE...*O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889.

<sup>189</sup> Conferir: COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

<sup>190</sup> O CAIXEIRO. *O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889.

<sup>191</sup> DE LANÇA EM RISTE...*O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889.

patrões, ou pelo menos não de todos eles. O direito de pensar, mencionado anteriormente, referia-se à instrução desses trabalhadores e de como, a partir desse processo, eles podem exigir seus direitos em diálogo com seus patrões.

Os jornais *A Província do Pará*, *Diário do Gran-Pará* e *Diário de Notícias*<sup>192</sup> noticiaram o ingresso de *O Caixeiro* “na arena jornalística” e receberam agradecimentos pela “atenção que tiveram”. Contudo, o esquecimento por parte de outros periódicos acarretou num lamento por não terem tido a mesma “gentileza”<sup>193</sup>, o que mostrava o quão era importante se noticiar o surgimento de um novo jornal para fins de divulgação. A importância dessa lembrança foi também significativa na construção de redes de informação entre os jornais de caixeiros e a grande imprensa.

Outra pertinente informação era que o periódico continha também uma coluna social intitulada *Pelas Sociedades* destinada a falar sobre grupos e sociedades de lazer com quais eram envolvidas ou tinham alguma ligação, sendo assinada pelo pseudônimo *Rialto*. Nessa coluna foram mencionadas três associações sendo a primeira a *Assembleia Paraense*, a segunda *Atheneu Commercial* e a última *Bella Harmonia*<sup>194</sup>. Enquanto a primeira revelava um alívio pela retomada da associação, a segunda chamava para a reunião de escolha da nova gestão, enquanto a última fazia um convite para a leitura do parecer da comissão do exame de contas<sup>195</sup>.

No que tange a área comercial, *O Caixeiro* destinou metade da página 4 aos anúncios de propaganda em sua 1ª edição – enquanto na 2ª edição não observamos nenhum espaço destinado a esse fim. As propagandas eram bastante diversas indo do anúncio da loja de calçados de Arantes Braga & Irmão, passando pela livraria Pinheiro Braga de Domingos de Oliveira & C, até anúncio de casamento proposto por um caixeiro “bem conceituado, com alguns bens de fortuna, de fisionomia simpática, boa educação e esperanças de boa sociedade”<sup>196</sup>. Ou seja, a variedade de anúncios explanou acerca da variedade do alcance que se queria com eles e da manutenção da sua existência.

Vemos como a existência de *O Caixeiro* dentro da imprensa paraense abriu um espaço para criação de outros periódicos que proclamavam demandas parecidas. Um

---

<sup>192</sup> Os três jornais eram de grande circulação na cidade de Belém e tiveram ligações fortes com a Monarquia, pois foram fundados durante aquele período e se estenderam até a República.

<sup>193</sup> EXPEDIENTE. *O Caixeiro*, 22 de dezembro de 1889.

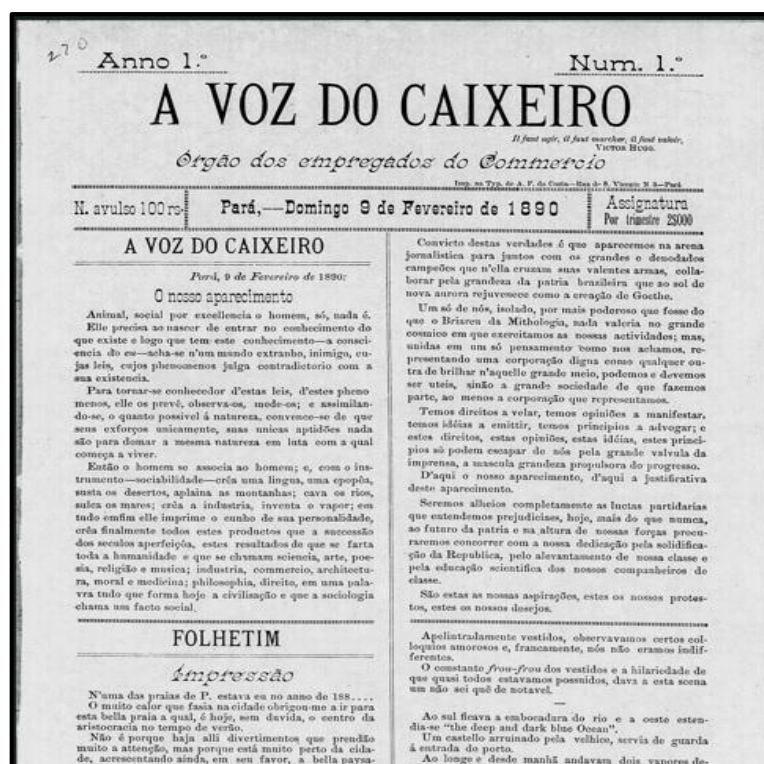
<sup>194</sup> Falar dessas associações nas colunas sociais era importante, pois evidenciava que o papel da imprensa, mesmo operária, era difundir aspectos do cotidiano e do lazer da sociedade.

<sup>195</sup> PELAS SOCIEDADES. *O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889; 22 de dezembro de 1889.

<sup>196</sup> *O Caixeiro*, 15 de dezembro de 1889; 22 de dezembro de 1889.

exemplo, foi que, em 9 de fevereiro de 1890, surgiu *A Voz do Caixeiro* na cidade de Belém do Pará, deixando de circular no mesmo ano em 28 de dezembro. Com o subtítulo de “Órgão dos Empregados do Comércio”, era impresso na tipografia A. F. da Costa, situada na rua de S. Vicente nº 3. O semanário teve 46 edições onde apenas três não estão nos acervos digitais. A assinatura trimestral girava em torno de 2\$000 e a assinatura avulsa custava 100 réis. Possuía duas colunas em cada uma das quatro páginas, como poderemos observar na imagem 2 a seguir.

Imagem 4 – Capa de *A Voz do Caixeiro*

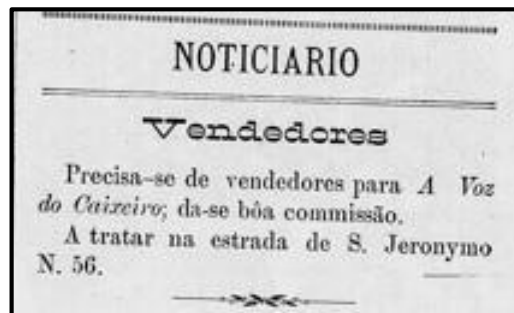


Fonte: *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890.

Como demonstrado na Imagem 3, em sua segunda edição o jornal anunciou que precisava de vendedores e pediu que os candidatos a vaga se apresentassem na estrada de São Jerônimo nº 6, sugerindo uma clara vontade de expansão comercial e de entrada no mercado de impressos da cidade de Belém do final do século XIX que foi marcado como um período de forte expansão do periodismo, como destacou Maria Luiza Ugarte Pinheiro<sup>197</sup>.

<sup>197</sup> PINHEIRO. Op. Cit, pág. 168.

Imagem 5 – Notícia sobre vendedores



Fonte: *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

Os editores anunciavam que o periódico tinha como propósito “colaborar com a pátria brasileira”, colocando-se como mais um colaborador em meio aos outros periódicos daquele momento. Posicionou-se tanto como representante de uma corporação digna como a dos caixeiros, quanto também para representar a “grande sociedade que faziam parte”. Para isso, a imprensa tinha muita importância e, na perspectiva deles, representava uma visão do progresso calcada nos pilares da República.

Temos direitos a velar, temos opinião a manifestar, temos ideias a emitir, temos princípios a advogar; e estes direitos, estas opiniões, estas ideias, estes princípios só podem escapar de nós pela grande válvula da imprensa, a mácula grandeza propulsora do progresso.<sup>198</sup>

Os editores do jornal tentavam deixar em evidência que queriam estar alheios às lutas partidárias que eles entendiam ser prejudiciais, contudo, enfatizavam que o esforço deles seria pela “solidificação da República”, além de ajudar a levantar a classe dos caixeiros, assim como “pela educação científica dos nossos companheiros de nossa classe”<sup>199</sup>. Ou seja, pensavam no aspecto mais amplo que era a consolidação da República em Belém, assim como em aspectos pertinentes à própria classe caixeiral. Além disso, note-se como em ambos os periódicos *O Caixeiro* e *A Voz do Caixeiro* os editores buscavam utilizar imagens positivas dos caixeiros em meio a sociedade e a política, sobretudo para valorizar a profissão e o lugar social ocupado por eles.

Após o fim das assinaturas que teve como justificativa uma “melhor regularidade do serviço”, os editores alertaram que o jornal só seria vendido nas ruas, “porém, brevemente criaremos agências em diversos pontos da cidade, para facilidade dos nossos

<sup>198</sup> O NOSSO APARECIMENTO. *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890.

<sup>199</sup> O NOSSO APARECIMENTO. *A Voz do Caixeiro*, 9 de fevereiro de 1890.

estimados leitores”<sup>200</sup>. Essa ideia corrobora com o anúncio destacado mais acima que solicitava vendedores para o jornal, ou seja, essa mudança partia da própria maneira como eles queriam vender e se inserir na sociedade paraense.

Na segunda edição o jornal expôs a criação das três primeiras agências que iriam vender os seus exemplares. A primeira seria na Tabacaria Havaneza situada na rua do Conselheiro João Alfredo, a segunda seria no Cavalo de Troya na travessa de São Matheus e a terceira e última na Pinto Cruz & Cia no Reduto<sup>201</sup>. Contudo, na edição de 2 de março de 1890 o periódico anunciou que retornaria com as assinaturas “visto que agora poderemos dispor de mais tempo”, deixando claro que as mudanças ocorridas foram por falta de material humano<sup>202</sup>.

Pensando ainda nos aspectos estruturais, a coluna *Expediente* apresentava possíveis problemas que pudessem atrapalhar a desenvoltura do jornal. Como por exemplo, noticiou que um artigo sobre a questão anglo portuguesa, que fora anunciado na 1ª edição não seria publicado naquele momento por um atraso de seu autor.<sup>203</sup>

As trocas de informações eram bastante comuns entre os periódicos em diversos momentos, caracterizando-se assim como articulação e circulação de ideias por todas as regiões do país. Entretanto, não tratava-se apenas de mera circulação de ideias, em muitos casos essas informações eram escolhidas através de afinidades políticas<sup>204</sup> entre os sujeitos que estavam à frente desses espaços.

Ainda nesse ar de estreia, os editores de *A Província do Pará* divulgaram que receberam o primeiro número de *A voz do Caixeiro* afirmando que tinha “por fim advogar os interesses da classe caixeiral”. Com uma linguagem limpa e prudente, o seu aparecimento foi recebido com aplausos. O *Diário de Notícias* também noticiou o surgimento do periódico e enalteceu o “belo programa”, destacando o trecho que versou sobre serem alheios às lutas partidárias e pela dedicação “na solidificação da República”. Outro periódico que também noticiou o aparecimento de *A Voz do Caixeiro* foi o *O Apologista Cristão Brasileiro* que evidenciou o fato do não partidarismo e dá ênfase ao

---

<sup>200</sup> EXPEDIENTE. *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

<sup>201</sup> AGENCIAS. *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

<sup>202</sup> EXPEDIENTE. *A Voz do Caixeiro*, 2 de março de 1890.

<sup>203</sup> EXPEDIENTE. *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

<sup>204</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho* (1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2008, pág. 56.

republicanismo, destacando que é dedicado aos interesses “dos futuros comerciantes da amazônia” e deseja vida forte e útil ao novo jornal.<sup>205</sup>

Os redatores de *A Voz do Caixeiro* agradeceram aos jornais que lançaram notas falando sobre o seu surgimento com “um cordial aperto de mão”. Contudo, nomearam os jornais que não falaram nada, como o *Diário do Grão-Pará* e *Democrata* “a quem, também, tivemos a cortesia de oferecer o nosso jornal, um – obrigado – pelo silêncio”<sup>206</sup>. Nas edições seguinte, *A Voz do Caixeiro* recebeu as visitas de *O Gládio* e *O Apologista Cristão Brasileiro* que anunciou que por essa “delicadeza pagaremos com a permuta do nosso jornal”<sup>207</sup>.

Neste diapasão, na coluna *Como fomos recebidos*, *O Estado do Pará* relatou o recebimento das duas primeiras edições do *A Voz do Caixeiro* o qual caracterizou como “limpa, nítida, bons artigos e mimosa” e por “muitas vezes estaremos ao seu lado”<sup>208</sup>. A resposta do jornal caixeiral foi de que “aos bons colegas” era sempre “reservado um cordial aperto de mão”. Esse agradecimento se estendeu também ao *A Província do Pará* e ao *Diário de Notícias*. Contudo, mais uma vez, o *A República* recebeu um singelo “obrigado pelo silêncio” e aos *Diário do Grão Pará* e *Democrata* ficaram sem resposta por não noticiar o surgimento do jornal<sup>209</sup>.

Esses embates foram estendidos até a edição nº 5 publicada em 9 de março de 1890 através da coluna “como fomos recebidos”. O jornal *A República* respondeu que silenciou sobre o surgimento de *A Voz do Caixeiro* porque também não foi notado pelo periódico à época de seu ressurgimento. Quem também respondeu o recebimento da 4ª edição do jornal foi *O Democrata*, que, mais sutil, pediu para “não gastar muito suas reticências”. O hebdomadário caixeiral respondeu ao primeiro que as edições podem ter sido extraviadas da redação deles e ao segundo que não iria mais gastar reticências<sup>210</sup>.

Outros jornais também noticiaram o surgimento de *A Voz do Caixeiro*, dentre eles *O Globo* e *Pacotilha* do Maranhão. Também receberam exemplares os periódicos *A Província* de Pernambuco, *A Reação* e *O Comercial* de Cametá-PA, *Jornal do Amazonas* e *A Época* de Manaus e *A Voz do Caixeiro* de Lisboa. Algo que chamou a atenção nas

---

<sup>205</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

<sup>206</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 16 de fevereiro de 1890.

<sup>207</sup> VISITAS. *A Voz do Caixeiro*, 23 de fevereiro de 1890.

<sup>208</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 2 de março de 1890.

<sup>209</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 2 de março de 1890.

<sup>210</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 9 de março de 1890.

falas de vários desses periódicos foi com relação a qualidade física, seja por conta da impressão ou pela qualidade do papel.<sup>211</sup>

Podemos analisar como as publicações ou de não reconhecimento entre os periódicos eram um campo de disputa por espaço político na esfera pública além de representarem uma forte característica da imprensa operária que era a construção de redes de solidariedade por meio de impressos. Percebe-se uma gênese da construção dessas redes nas trocas simples entre os jornais de maneira local, assim como entre os estados brasileiros e também entre jornais de outras partes do mundo.

Luciano Everton Costa Teles destacou em sua tese de doutorado ao menos três níveis “núcleo duro, rede pequena e densa, rede ampla”<sup>212</sup> através da imprensa operária. O autor foi buscar esse conceito nas ciências sociais e humanas que já o utilizavam de maneira mais volumosa<sup>213</sup> e que também estavam sendo utilizadas pela micro-história italiana<sup>214</sup> de maneira mais aprofundada pelos historiadores. Portanto, como destaca Teles:

Não se procurou absolutizar as estruturas e nem cair no lado oposto, do individualismo “puro”, mas sim promover uma análise que busque articular os diferentes níveis – individual, relacional e estrutural/sistêmico –, percebendo-os num processo de interação onde o fluxo nunca é de mão única.<sup>215</sup>

Neste diapasão, Luciano Teles percebeu que a imprensa operária podia trazer “conexões e interações variadas entre os indivíduos e grupos”<sup>216</sup>. A exemplo disso, podemos analisar como *A Voz do Caixeiro* se conectava com a imprensa local, nacional e internacional. Em sua edição de número 33 foi listado na coluna “Jornais” a chegada dos periódicos *Athleta* de Porto Alegre, *O Progresso* de Ouro Preto, *Eco Popular* do Rio de Janeiro, *Sete de Março* de Curitiba e *O Cara Dura* de Maceió.<sup>217</sup> Demonstrando como havia uma ligação forte entre os periódicos de diversos lugares por meio das redes construídas por seus editores.

---

<sup>211</sup> COMO FOMOS RECEBIDOS. *A Voz do Caixeiro*, 6 de abril de 1890.

<sup>212</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, pág. 94.

<sup>213</sup> Ibid, pág. 29.

<sup>214</sup> Ibid, pág. 31.

<sup>215</sup> Ibid, pág. 33.

<sup>216</sup> Ibid, pág. 34.

<sup>217</sup> JORNAIS. *A Voz do Caixeiro*, 28 de setembro de 1890.

No que tange os anúncios publicitários no periódico *A Voz Caixeiro*, a primeira propaganda só apareceu na oitava edição e mesmo assim ainda de maneira muito acanhada. Isso nos faz questionar sobre as estratégias utilizadas pelos editores para manter a publicação do jornal até aquele momento sem os recursos recebidos pelos anúncios. Ou seja, provavelmente até aquela edição o periódico parece ter se mantido ativo apenas com as assinaturas.

Imagem 6 – Anúncio em *A Voz do Caixeiro*



Fonte: *A Voz do Caixeiro*, 28 de setembro de 1890.

Os anúncios nesse periódico ocorriam de forma sazonal não sendo percebido um padrão para eles. Contudo, essas propagandas ocorriam de maneira lenta e com pouco espaço destinado a elas. Somente na edição 33<sup>218</sup> que o periódico trouxe mais de um anúncio em suas páginas, o que acabou por tomar quase a última coluna da quarta página inteira. Isso evidenciou o gradativo aumento das propagandas em suas páginas, essa tendência não padronizada dos anúncios mantém-se nos restantes das edições, deixando evidente que eles possuíam outros meios de sustentar a publicação do periódico.

Seguindo na direção dos periódicos analisados anteriormente, alguns anos depois ganhou as ruas de Belém *O Empregado no Comércio* no ano de 1899. Criado a partir do fortalecimento das ideias de classe e com apoio da Associação dos Empregados no Comércio do Pará, o jornal tinha como principal objetivo ajudar a consolidar a instituição entre a sociedade paraense.

---

<sup>218</sup> *A Voz do Caixeiro*, 28 de setembro de 1890.

## Imagem 7 – Capa de *O Empregado no Comércio*



Fonte: *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899

A primeira edição do jornal foi lançada em 15 de agosto de 1899 com o slogan “Órgão da Associação dos Empregados no Comércio do Pará” e com a frase “honra ao dever e ao trabalho” em destaque. Possuindo quatro páginas em sua totalidade e divididas em quatro colunas, o periódico listava como parte da redação os senhores Francisco Telles, R. Silveira, Benaias Loureiro e Leoncio Cunha. Segundo Aldrin Figueiredo, esse periódico funcionou como publicação mensal, todavia não foi possível acessar as demais edições visto que o periódico sofreu com problemas de armazenamento nos arquivos e apenas a primeira edição chegou até os dias de hoje.<sup>219</sup>

Como mencionado anteriormente, *O Empregado no Comércio* surgiu como um periódico de apoio a Associação dos Empregados no Comércio do Pará que foi fundada em 27 de março de 1898. São divulgados na primeira página como parte da diretoria Candido Pitta Pereira como presidente, José Joaquim Pereira Costa como vice-presidente, Leoncio Cunha como 1º secretário, João Lucena de Barros como 2º secretário, Manoel Nervaes Simões como tesoureiro e Paulo d’Azevedo Perdigão como bibliotecário.

Ainda em sua primeira edição, o periódico se concentrou em trazer informações sobre a Associação dos Empregados no Comércio do Pará em várias de suas colunas. Na

<sup>219</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. *Margens (UFPA)*, Abaetetuba, PA. V. 2, n. 3, 2005, pág. 255.

primeira página observa-se uma descrição do relatório do presidente da associação bastante extensa com variadas informações, inclusive sobre o número de membros e na última página foi divulgado uma parte dos estatutos da associação, que por conta da limitação, teria terminado de ser publicado na edição seguinte. Na primeira República, a historiografia têm demonstrado que era comum a construção de impressos vinculados às classes operárias e tinham como intuito difundir ideias e ambições entre seus pares<sup>220</sup>.

Nessa direção, o artigo de abertura do jornal intitulado “O empregado no Comércio” apresentava os motivos do surgimento do periódico, suas ambições e objetivos. Contudo, logo nos primeiros parágrafos surgiu, na fala do autor do artigo, uma justificativa para a criação da associação e do jornal para que seus patrões não ficassem questionando a organização, fazendo com que não se criasse inimizades com seus empregadores. O edital apontava que:

De certo não deixarão de aprovar esta ideia, que de forma alguma vem prejudicar o nosso labor, sendo, pelo contrário, uma defesa aos nossos brios, uma prova de que não é aos bordéis, as espeluncas que nos entregamos nas horas que nos sobram.<sup>221</sup>

O trecho é enfático e uma clara resposta a possíveis críticas que diversos trabalhadores urbanos sofriam ao terem suas imagens associados a espaços de lazer que, parte da sociedade da época entendia como imoral, como eram os casos de bares e bordéis. Entretanto, a historiografia tem modificado sua percepção com relação a essa questão e reafirmado que os espaços de lazer também eram espaços de lutas políticas e militância, e que a dicotomia lazer x trabalho não era tão bem definida assim<sup>222</sup>. Ao finalizar a nota destacou-se que a associação tinha uma história ainda curta e com “barreiras enormes”, mas que o jornal surge com a ideia dos sócios terem “o direito de nossa defesa”.

Em um outro artigo foi apresentado um relatório feito pelo presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Pará para os leitores do jornal. Nele constava que a reunião de fundação da associação ocorreu nos salões do Atheneo Comercial do Pará em 27 de março de 1898 com a participação de 250 empregados no comércio. A nota evidenciou uma desmobilização por parte dos participantes da primeira

---

<sup>220</sup> Ver mais essas discussões em: CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo, EDUC, 2000, pág. 20-24.

<sup>221</sup> O EMPREGADO NO COMÉRCIO. *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

<sup>222</sup> Sobre essa questão: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. IN.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Tempo*, vol. 19, nº 35, 2013.

reunião de fundação para a sequência da associação “ficando reduzido a 28 o número de sócios”<sup>223</sup>.

Candido Pitta Pereira escreveu com bastante profundidade sobre a situação da associação no momento de sua fundação e como ela estava quase um ano após sua fundação. Tocando em assuntos educacionais como a escola mantida pela associação, discorrendo sobre as questões sociais e sobre a situação financeira, Pereira conseguiu apresentar de maneira geral a instituição presidida por ele e justificar sua relação com o impresso.

Para além desse debate, *O Empregado no Comércio* tinha duas colunas que tratavam diretamente dos caixeiros, a primeira era chamada de “Atualidades” e a segunda de “Carnet”. Enquanto uma trata de assuntos do cotidiano caixeiral<sup>224</sup>, a outra trazia informações de caráter mais social ao lembrar os aniversariantes do dia e algumas festas importantes para o grupo, corroborando com a diversidade de notícias e informações no jornal.

Por fim, o jornal consolidou-se com uma característica de apresentação dos anseios da associação e com uma preocupação grande em trazer novos membros e assim ajudar a consolidar o grupo dos caixeiros na cidade de Belém na virada do século XX. Apesar dos três jornais analisados aqui não terem os mesmos objetivos, eles nos ajudam a entender como a classe dos empregados no comércio no Pará estava pensando, discutindo e dialogando entre si questão do cotidiano laboral e nos ajudou a entender as várias formas de organização dos caixeiros no Pará.

## **2.2. A Imprensa caixeiral em Manaus**

A virada do século XIX para o século XX proporcionou um aumento no surgimento de periódicos dos mais variados tipos e fins. No Amazonas e em outras regiões do país, como destacou Maria Luiza Ugarte Pinheiro, a virada dos séculos

---

<sup>223</sup> RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO PARÁ. Candido Pitta Pereira. *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

<sup>224</sup> A coluna chegou a discutir sobre a importância dos trabalhadores do comércio para a consolidação da associação tendo em vista o número de seus sócios. ATUALIDADES. Achilles Maymarão. *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

“favoreceu a emergência de um vigoroso processo de editoração jornalística”<sup>225</sup>. Esse movimento estava relacionado às transformações econômicas, políticas e demográficas que tornaram, especialmente a capital Manaus, em um polo de recepção de imigrantes/migrantes. Foi nesse ambiente diversos e turbulentos que os jornais explorados aqui surgem na esfera pública da capital amazonense.

Nesse contexto, *O Restaurador* ganhou as ruas da cidade de Manaus no domingo dia 22 de junho de 1890 como “órgão da classe caixeiral”. Sendo considerado o primeiro jornal de trabalhadores da cidade de Manaus do período republicano, ele estampou em seu nome referências a monarquia<sup>226</sup>. Todavia, foi um jornal semanário efêmero que circulou por seis números sendo substituído na sequência pelo *O Imparcial*<sup>227</sup>.

A folha possuía 4 páginas com duas colunas e tinha como redatores os portugueses J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva. As assinaturas para a capital custavam 1\$000 por mês, enquanto que para o interior saía por 1\$200. A sede do jornal funcionava como o local para recebimento de reclamações, de denúncia de algum fato específico ou as pessoas poderiam procurar algum dos redatores para relatar qualquer fato que pudesse virar notícia.

---

<sup>225</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3º ed. Manaus: EDUA, 2015, pág. 73.

<sup>226</sup> É importante lembrar que caixeiros e gráficos tiveram elevada importância no processo associativo na cidade de Manaus por conta da construção e difusão dos primeiros periódicos. Ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX”. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, 2014, pág. 261.

<sup>227</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa et all. *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de jornais. Manaus, Editora Calderaro. 1990, pág. 15.

Imagem 8 – Capa de *O Restaurador*



Fonte: *O Restaurador*, 22 de junho de 1890

O teor das páginas do semanário girava em torno da vida dos caixeiros que em alguns momentos evidenciavam o aspecto da luta. Maria Luiza Ugarte Pinheiro apontou que o periódico possuía um tom interclassista e mediador conforme ia:

Evitando o conflito e a ação direta. Ele podia ser percebido ainda quando buscava “sustentar e defender... os direitos da classe caixeiral e... harmonizar os interesses dos patrões de fora que tudo se resolva de modo junto”<sup>228</sup>.

Também foi possível observar essa relação mediadora dos editores do jornal com o patronato ao destacar que “os próprios patrões acharão apoio em nossas colunas, quando suas reclamações forem acertadas”<sup>229</sup>. Ou seja, desde que os interesses não entrassem em conflito, o periódico iria seguir essa linha editorial muito próxima dos socialistas reformistas<sup>230</sup>. Pinheiro também observou a presença dessa corrente no jornal e destacou

<sup>228</sup> PINHEIRO, op. Cit. pág. 176.

<sup>229</sup> O NOSSO PROGRAMA. *O Restaurador*, 22 de junho de 1890.

<sup>230</sup> Essa corrente política pregava que o diálogo com as classes dominantes fosse o único caminho para ajudar a classe trabalhadora a sair da exploração. Ver mais: SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: História de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.

que o reformismo estava muito ligado aos caixeiros, sendo algo comum naquele momento.<sup>231</sup>

Apesar desse aspecto, o jornal colocou-se na esfera pública como um órgão que ia “defender uma classe que vive aí acorrentada ao balcão”, não esperava por elogios e nem louros e sim pela “liberdade da classe caixeiral”<sup>232</sup>. Verifica-se que o jornal criou um ambiente mediador entre os empregados e seus patrões, sem que existisse um ar de peleguismo por parte deles. Provavelmente, essas afirmações apresentadas pelos editores conectavam ao crescimento do número de caixeiros que trabalhavam no vale amazônico devido principalmente ao constante crescimento da produção e comercialização da borracha que também gerou o aumento da negociação de produtos variados na região.

Logo em sua primeira edição, O Restaurador trouxe um anúncio em sua quarta página. Como é possível observar na imagem 7, tratava-se da propaganda do Hotel Madeira onde descrevia bem as suas especialidades, bem como sua fama de ter o melhor vinho importado da região. Nesta edição foi o único anúncio veiculado por eles.

Imagem 9 - Anúncio no jornal *O Restaurador*



Fonte: ANÚNCIOS, *O Imparcial*, 21 de setembro de 1890

Dando sequência ao antecessor surge o *Imparcial* que teve 15 edições, contudo apenas as edições 1, 8, 10 e 15 sobreviveram até o presente. Teve como slogan a frase

<sup>231</sup> PINHEIRO, op. Cit. pág. 176.

<sup>232</sup> O NOSSO APARECIMENTO. *O Restaurador*, 22 de junho de 1890.



Em nota chamada de “O Imparcial” os redatores demonstraram como se deu o surgimento do periódico.

Propõe-se a substituir O Restaurador e continuar na propaganda conciliativa dos incontáveis direitos dos homens, não podemos coibi-  
nos de declarar que o novo periódico como representante de uma  
associação florescente, onde não há garantias ou distinções individuais,  
onde todos se medem pela mesma craveira, saberá conservar-se no seu  
posto de honra, sempre pronto a defender aqueles que lhe pedirem  
auxílio.<sup>236</sup>

Nota-se que o aspecto conciliativo presente no antecessor também ficou evidente em *O Imparcial*, deixando manifesto a forte presença do reformismo entre os trabalhadores do comércio e como uma clara definição de sua atuação entre seus pares.

Era comum que existisse fluxo de informações entre jornais de diferentes localidades, assim como entre o Pará e o Amazonas. Em *A Voz do Caixeiro* de Belém foi noticiado que um jornal do Amazonas chegaria para substituir *O Restaurador* “que continua sob a mesma ilustrada redação dos srs J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva”<sup>237</sup>. Importante mencionar que eles informaram que seria um jornal com um formato maior que o antecessor, além da presença de artigos mais elaborados.

Em outra edição, o mesmo *A Voz do Caixeiro* anunciou que recebeu uma edição especial pelas datas comemorativas da Proclamação da República e adesão do Amazonas ao regime republicano<sup>238</sup>. A edição trouxe na capa um artigo chamado “21 de novembro” assinado por J. H. de Souza que versou sobre a importante data e de como ela chegou no Amazonas e da sua importante adesão ao movimento<sup>239</sup>.

No que tange os anúncios, parte da quarta página da primeira edição foi destinada a eles e variavam entre uma propaganda de um circo e até lojas de estivas eram parte dos anúncios. Contudo, na 10ª e nem na 15ª edição houve ocorrência de anúncios, o que também impede de inferir se houve nas outras edições que não sobreviveram. Novamente, como ressaltamentos os anúncios mesmo que destoantes do restante da proposta dos periódicos eram de extrema importâncias para a manutenção da publicação dos mesmos.

Contudo é preciso deixar em evidência que por ser um periódico ligado à Associação Comércio e Indústria não estamos falando exclusivamente de caixeiros a

---

<sup>236</sup> O IMPARCIAL. *O Imparcial*, 3 de agosto de 1890.

<sup>237</sup> O IMPARCIAL. *A Voz do Caixeiro*, 17 de agosto de 1890.

<sup>238</sup> O IMPARCIAL. *A Voz do caixeiro*, 30 de novembro de 1890.

<sup>239</sup> A edição citada apresentou aspecto que pouco ajudou na leitura do periódico.

frente do jornal. Como ficou claro em seu artigo de abertura, a ideia era “harmonizar os comerciantes, seus auxiliares” na proteção de seus interesses. Estavam na diretoria da associação no momento da criação do jornal Antônio Esteves Coutinho como presidente, José Henrique de Souza como 1º secretário, Abel Nunes de Quadros como 2º secretário e Antônio Maria Alves Guimarães como tesoureiro<sup>240</sup>.

Anos depois, já no final da década de 1900, surgiu o *Tribuna do Caixeiro*, mais precisamente em 21 de abril de 1908 indo até novembro de 1909. Colocou-se como “Órgão de propaganda e defesa dos interesses da classe”, muito embora tenha se apresentado como de propriedade de uma empresa<sup>241</sup>. O periódico se colocava, em suas primeiras páginas, como um órgão “para doutrinar, para instruir, para combater” os dissabores laboriosos dos caixeiros na cidade de Manaus.

Constavam como diretores e redatores os senhores Antônio de Vasconcellos, José Jorge Vieira, José Nunes de Lima, J. Anthero de Sá, João de Albuquerque Maranhão e Antônio Guedes de Araujo. Todos ora assumiam as funções de diretores ora de redatores e contavam com diversos colaboradores convidados, como foi possível observar ao longo de sua leitura.

O periódico tinha tiragens semanais, sempre aos domingos, com assinaturas para o interior do Amazonas, além de outros estados. O valor das assinaturas variava de acordo com a modalidade sendo o mais caro 12\$ no mesmo dia até 4\$ trimestral. No caso das assinaturas trimestrais elas encerravam sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro e caso não ocorresse sinalização, as remessas eram interrompidas.<sup>242</sup> A redação e a oficina ficavam localizadas na rua Municipal, nº 113. Possuía quatro páginas que eram divididas em três colunas cada.

Para termos uma noção da amplitude de sua circulação, eram divulgadas as tiragens das edições. Na sua estreia foram distribuídos 200 exemplares, enquanto que na edição seguinte esse número passou para 500 exemplares e na terceira edição baixo para 290, cujo número ficou estável nesse patamar por várias outras edições<sup>243</sup>. Era através do diretor-gerente que algumas publicações eram contratadas, pagas de maneira adiantada e sem a possibilidade de reaver os textos que não foram publicados.

---

<sup>240</sup> O IMPARCIAL. *O Imparcial*, 3 de agosto de 1890.

<sup>241</sup> *Tribuna do caixeiro*, 21 de abril de 1908.

<sup>242</sup> *Tribuna do caixeiro*, 21 de abril de 1908.

<sup>243</sup> Conf. *Tribuna do Caixeiro*, 21 de abril de 1908. *Tribuna do Caixeiro*, 2 de abril de 1908. *Tribuna do Caixeiro*, 3 de maio de 1908.

Imagem 11 – Capa de *Tribuna do Caixeiro*



Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 21 de abril de 1908.

Como forma de ampliar seu alcance e “desejando facilitar aos nossos colegas a aquisição do nosso jornal”, foi estabelecido alguns postos de venda pela cidade. Entre eles estão a casa Itatiaya na rua Municipal, o Café Riche na av. Eduardo Ribeiro, Engraxador sem rival na rua Deodoro, O Tico Tico na praça Tamandaré<sup>244</sup>.

Veç ou outra poderia ocorrer alguns problemas com atraso nas impressões do jornal. A 2ª edição, por exemplo, saiu tarde por conta de uma das peças do prelo ter partido e feito com que a impressão fosse realizada em outro lugar<sup>245</sup>. Além disso, também foi noticiado que devido “à falta de espaço no primeiro número do nosso jornal forçou-nos a deixar de publicar muita matéria já composta”. Todavia, apesar desses atrasos o esforço por manter o periódico ativo demonstra como era importante que circulassem as informações contidas nas edições.

A falta de espaço para publicar as matérias e colunas também foi usada como justificativa para retirar parte da identidade visual da primeira página do jornal. O periódico resolveu “suprimir definitivamente a vinheta do cabeçalho [...] substituindo-a pelo simples título [...], pois assim poderemos dispor de mais espaço e melhor servir ao

<sup>244</sup> A TRIBUNA DO CAIXEIRO. *Tribuna do Caixeiro*, 17 de maio de 1908.

<sup>245</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 28 de abril de 1908.

público, nossa principal preocupação”<sup>246</sup>. Ao comparar a imagem 9 com a imagem 10 a seguir será possível notar essa mudança de maneira mais clara.

Imagem 12 – Layout *Tribuna do Caixeiro*



Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 7 de maio de 1908.

Em sua segunda edição, o *Tribuna do Caixeiro* passou a descrever na coluna “como nos receberam” as reações de outros periódicos em relação ao seu surgimento. Neste primeiro momento os jornais do *Amazonas* e do *Comércio* tiveram suas notas expostas. Ambos relataram se tratar de um jornal de doutrina e de combate, porém “avessos às degladações dos partidos políticos” e que trazia um ar de esperança para a classe caixeiral<sup>247</sup>. Nota-se como havia um certo reconhecimento por parte dos jornais de maior circulação das pautas e reivindicações levantadas pelos caixeiros e publicizadas por meio da classe.

O *Tribuna do Caixeiro* recebia também exemplares de outros jornais recém lançado como o *Echo Luzitano* da vizinha Belém do Pará cujo diretor havia feito uma visita recente a Manaus e falado com os redatores da *Tribuna*<sup>248</sup>. Recebia exemplares de novos periódicos lançados na própria cidade de Manaus como foi o caso de *O Paladino* que surgiu pregando “pelo levantamento do nível intelectual da mocidade amazonense”<sup>249</sup>.

Assim como o *Empregado no Comércio* de Belém, a existência desse periódico estava ligada a uma associação de trabalhadores chamada Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) e tinha como membros de sua diretoria Raymundo Alves Tribuzy (presidente), Maurício Samuel Marrache (1º secretário), Abel da Costa Mendes (2º secretário), Simon Horner (tesoureiro) e José de Souza Guimarães (adjunto

<sup>246</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 7 de maio de 1908.

<sup>247</sup> COMO NOS RECEBERAM. *Tribuna do Caixeiro*, 28 de abril de 1908.

<sup>248</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 29 de novembro de 1908.

<sup>249</sup> O PALADINO. *Tribuna do Caixeiro*, 24 de janeiro de 1909.

tesoureiro). Como diretores e redatores Antonio de Vasconcelos, José Jorge Vieira, José Nunes de Lima, J. Anthero de Sá, Virgílio Xavier de Souza e Jayme Ferreira Ramos e tinham diversos colaboradores escrevendo em várias seções do jornal.

O *Tribuna do Caixeiro* tinha uma coluna destinada a falar sobre o que ocorria nas sessões da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Geralmente ela vinha na terceira página do jornal e descrevia os últimos acontecimentos das regiões e tinha como título “Associação dos Empregados no Comércio”. A AECA foi criada em 1906 e tinha como objetivo aglutinar o maior número de caixeiros da cidade em prol de uma unidade que visasse a luta por seus direitos<sup>250</sup>.

O *Tribuna do Caixeiro* também se atentou com questões de saúde e de higiene que preocupavam a sociedade do momento, como por exemplo, quando recrudescia no Rio de Janeiro a varíola e existia a inércia dos governos. Segundo a nota, era necessário que o governo lesse aos livros de história “para aprenderem a dirigir os povos”<sup>251</sup>.

De todos os periódicos analisados aqui, o *Tribuna do Caixeiro* foi o que teve uma estrutura mais diversificada de anúncios. Era destinada a última página para as intervenções comerciais, entretanto isso não era uma regra. As inserções comerciais também aconteciam entre um artigo e outro, como verificou-se na primeira edição ao anunciar um álbum para fotografia que vendia na Livraria Palais Royal<sup>252</sup>.

Na imagem a seguir, observa-se a página 4 inteira destinada aos anúncios de diferentes tipos. Com o *Tribuna do Caixeiro* evidenciou-se a presença massiva de anúncio nas diversas páginas corroborando com a ideia de profissionalização cada vez mais latente de jornais com o alvorecer do século XX. O exemplo a seguir é notado em praticamente todas as edições do periódico.

---

<sup>250</sup> Sua criação e estruturação serão alvo de nossas análises nos próximos capítulos da presente tese de doutorado.

<sup>251</sup> A VARÍOLA NO RIO DE JANEIRO. *Tribuna do Caixeiro*, 5 de junho de 1908.

<sup>252</sup> ALBUM PARA FOTOGRAFIA. *Tribuna do caixeiro*. 21 de abril de 1908.

Imagem 13 – Anúncios *Tribuna do Caixeiro*

TRIBUNA DO CAIXEIRO

GRUPO A BREVET  
Caixa Postal N. 77  
Telegraphos: GRUPO  
Commodos, Condições  
e Importantes.

ARMAZENS ANDRESEN  
SUCESSORES DE  
J. H. ANDRESEN, SUCESSORES  
PRIMEIROS TITULARES - MANAOS

Motta Vieira & C.  
Grande Fabrica de Malas  
de MOTA VIEIRA & C.

AGENCIA CEB  
de LEO MOISE  
Agente de Leilões  
Sertimento permanente de mercaderias  
mercaderias em consignação.  
21, Avenida Estanão Ribeiro  
Manaus - Caixa Postal, n. 296

TABACARIA CUBANA  
José Gonçalves Bastos  
Prêmio na Exposição de S. Luis de 1904 com medalha de prata

M. Silva & C.  
Livraria, Papeleria, Typographia, Encadernação, e Pa-  
teiros. Fabrica de cartões de homenagem,  
livros, livros de instrução e recreio.  
RUA HENRIQUE MARTINS, CANTO DA JOACUM SANTIAGO.

Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 21 de abril de 1908.

Essa grande quantidade de espaço destinado aos anúncios mostrava que era necessário um investimento grande para manter um jornal funcionando, daí a importância da presença de muitos anunciantes no *Tribuna do Caixeiro*. Deixando a dinâmica de anúncios mais diversificada, o periódico mudou seu layout a partir da edição 20 e passou a espalhar as propagandas ao longo de toda a publicação.

Como destacado por Maria Luiza Pinheiro, o periodismo operário foi avançando no Amazonas de acordo com o avanço da própria imprensa no estado<sup>253</sup>. Esses três jornais analisados aqui são apenas uma ponta da totalidade de periódicos operários criados e que, por vezes, foram animados por grupos de trabalhadores como os gráficos e os próprios caixeiros.

Para além de todas as discussões engendradas até aqui, temos em mente que os jornais analisados são exemplos tácitos de como o avanço da imprensa nos diversos

<sup>253</sup> PINHEIRO. Op. Cit. pág. 168.

espaços do país estava sendo uma experiência de sucesso. A imprensa a que nos referimos aqui, a chamada operária, não estava apenas se adequando ao contexto republicano, pelo contrário, ela estava contribuindo para reafirmar um projeto político que não era hegemônico na sociedade. Portanto, a existência deles faz com que consigamos dar conta de parte da sociedade que não é abarcada pelos jornais da grande imprensa.

### 2.3. A literatura na imprensa caixeiral

Uma das características comuns entre todos os jornais analisados até aqui foi a forte presença da literatura em suas páginas. Seja com a presença de folhetins novelescos, seja pela quantidade massiva de poemas e contos que versavam ora sobre o cotidiano das vidas das pessoas comuns ora sobre o amor e seus desamores, o fato é que a literatura faz parte da vida útil dos impressos naquele momento.

A grande imprensa, de maneira geral, e a imprensa operária também vão dar destaque à literatura em suas páginas. Vários romances foram divulgados pela primeira vez através das páginas dos jornais e só então ganhavam edição em brochura com circulação maior como foi o caso de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto<sup>254</sup> publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre 11 de agosto a 19 de outubro de 1911<sup>255</sup>.

Os folhetins<sup>256</sup> surgem, num primeiro momento, como um marco inicial desse avanço literário através da imprensa, fato esse observado em *A Voz do Caixeiro*, assim como em outros periódicos, ao lançar em sua primeira página da primeira edição o folhetim chamado *Impressão de Auguste*.

Os jornais surgem no cenário social das cidades, ainda no século XIX, e se consolidam como o veículo mais acessível, “rápido e fácil para o escritor alcançar notoriedade”<sup>257</sup>, ainda mais se ele vier das classes menos favorecidas como alguns

---

<sup>254</sup> Por volta dos anos 1980, Francisco Foot Hardman destacava a importância de Lima Barreto na produção de “literatura social e militante” em seus artigos jornalísticos. Ver mais: HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro* (situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil: 1889-1922). Dissertação de mestrado (Unicamp). Campinas, 1980, pág. 201.

<sup>255</sup> SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. “A imprensa operária anarquista: gênero, leitura e sentido”. IN: *Revista do GELNE*, vol. 3, nº 1, 2001, pág. 2.

<sup>256</sup> O jornalismo literário é uma face muito interessante para os estudos de imprensa no Brasil. Durante o século XIX observamos um destaque sempre grande nos jornais aos escritos literários, sobretudo aos folhetins, contudo, a partir dos primeiros anos do século XX, vemos uma mudança ocorrendo aos poucos com a gradativa substituição desses espaços por propaganda. Ver mais: GONÇALVES, Mariana Couto. “O jornalismo literário no século XIX: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores”. IN: *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, pág. 5.

<sup>257</sup> SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. IN: *Entrelaces*. Agosto, 2007, pág. 45.

trabalhadores e trabalhadoras. Com a imprensa e por meio da literatura também foi possível estreitar os laços entre leitor e o texto impresso, fazendo com que as relações entre as partes ficassem cada vez mais próximas e com trocas de experiências<sup>258</sup>. Entre as correntes combativas que mais se destacavam naquele momento, os anarquistas conseguiram desenvolver de maneira mais sistemática as suas produções.

Os contos publicados na imprensa operária surgem como textos panfletários. Foram publicados em jornais de classe de circulação entre os operários e produzidos pelos operários. [...] Para os anarquistas, o impulso criador vale mais que a obra, sendo mais expressivas aquelas de autor desconhecido, pois a estas atribui-se a autoria do ‘espírito popular’ ou ‘alma coletiva’. Por isso, muitos contos são apresentados como de ‘autor anônimo’<sup>259</sup>.

Apesar dos jornais analisados aqui não serem de cunho libertários, ainda assim, veremos muitos contos e poemas sem assinaturas ou assinado por pseudônimos que impossibilitaram definir quem realmente eram seus autores. Francisco Foot Hardman elencou os poemas libertários como conservadores em relação à linguagem e a “forma do soneto será a preferida na poesia”<sup>260</sup>, algo que também verificamos na maioria dos poemas publicados na imprensa caixeiral.

### **Finados**

Quanta Tristeza neste dia, quanta  
Desolação nas almas torturadas  
Ao sinistro soar dessas maguadas  
Vozes d’um sino que saudoso canta.

Loucas de dor ó noivas desoladas  
Afogais os soluços na garganta,  
Lembrando a doce criatura santa  
Das vossas santas ilusões fanadas.

Matizadas de lírios e boninas,  
À sombra ideal das tristes casuarinas  
Jazem as frias sepulturas calmas;

---

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> SARGENTINI. Op. Cit. pág. 2.

<sup>260</sup> HARDMAN. Op. Cit. pág. 202.

Cofres sagrados de relíquias puras,  
Sóis todas vós ó brancas sepulturas  
Um pedaço real das nossas almas.

J. Maranhão<sup>261</sup>

O poema acima publicado por J. Maranhão apresentou a estrutura de um soneto e versava sobre o dia dos finados, que era próximo ao lançamento da edição em que fora publicada a obra. Nota-se que os temas e mensagens que se queriam passar eram de acordo com o contexto do momento, sobretudo em datas importantes como a dos finados ou em comemoração ao Primeiro de Maio.

No que tange aos folhetins, Daniella Moura discutiu a mudança de significado da palavra ao longo dos séculos XIX e XX. A palavra vinha do francês e significava tudo que aparece no rodapé de um jornal, ao passo que as histórias produzidas vão sendo lançadas nos rodapés dos jornais o sentido da palavra folhetim foi sendo modificado para dar o sentido de “frequência quase diária”<sup>262</sup>.

Nesse sentido, *O Caixeiro* divulgou dois folhetins, um em cada edição. O primeiro foi “A Boneca (A. D. J \*\*\*)” e o segundo “Às Ave-Marias (A alguém)” ambos escritos/adaptados por Ismael. O *A Voz do Caixeiro* divulgou em todas as suas edições folhetins em sua página inicial como forma de chamar a atenção de um público cada vez maior. Na tabela abaixo listamos todos os folhetins publicados no periódico.

Tabela 6 – Folhetins publicados em *A Voz do Caixeiro*

| <b>Título e edição do folhetim</b>                                                                  | <b>Autor</b>               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Impressão (1º edição)                                                                               | Auguste                    |
| A terra das maravilhas – ext. da “Vespa” (2º edição)                                                |                            |
| Os noivos – A’L Samuel (3º edição)                                                                  | Ovidio Filho (Scravonêtas) |
| Os dois primos (4º edição)                                                                          | Elmano Romeira             |
| Um poeta assassino (versão para A Voz do Caixeiro) Armando Charpentier (5º e 6º edição, 10º edição) | Lauro Casnart              |
| O Desventurado (8º edição)                                                                          | Ennio                      |
| Casamento gorado (Jean de Carolles) (Monólogo) (13º e 14º edição)                                   | Lauro Casnart              |

<sup>261</sup> FINADOS. J. Maranhão. *Tribuna do Caixeiro*, 1 de novembro de 1908.

<sup>262</sup> MOURA, Daniella de Almeida. *A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Pará, 2021, pág. 203.

|                                                                                                                                   |                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Memórias de Bocage (15° e 16° edição)                                                                                             | Ennio                  |
| Desesperança (17° edição)                                                                                                         | Ennio                  |
| Derradeira crença (18° edição)                                                                                                    | Ennio                  |
| Agatha e Lydia – Gastoro Bergeret (versão para A Voz do Caixeiro) (19°, 20°, 21°, 22°, 23°, 24°, 25°, 26°, 27°, 28° e 29° edição) | Rosa Cantalum          |
| Um homem da Providência – Aurelien Scholl (versão para A Voz do Caixeiro) (30°, 31° edição)                                       | X                      |
| O Mendigo – Castro Alves (32° edição)                                                                                             | Ennio                  |
| As Flores do Baile (33° edição)                                                                                                   | Sem assinatura         |
| Baptistina (34° edição)                                                                                                           | Catulle Mendes         |
| O Beijo (35° edição)                                                                                                              | Júlia Lopes de Almeida |
| A Tapera da Lua (lenda amazônica) (A Sylvio Romero) (36° edição)                                                                  | Mello Moraes Filho     |
| As três grinaldas (38° edição)                                                                                                    | Eugênio de Castro      |
| O Cura Santa Cruz (conto de A. Daudet) (40° edição)                                                                               | Gonçalves Crespo       |
| O Primeiro rabecão (A. P. B.) (41° e 42° edição)                                                                                  | Olavio                 |
| Infelicidades do sr. Engracio (43° e 45° edição)                                                                                  | Olavio                 |
| Club Euterpe (44° edição)                                                                                                         | Polycarpo Vaqueta      |
| Evangelina (46° edição)                                                                                                           | Olavio                 |

A tabela acima apresenta todos os folhetins publicados em cada uma das edições do periódico. Cada número tinha um folhetim diferente, geralmente curtos e finalizados na mesma edição, exceto por alguns deles como a adaptação de “Agatha e Lydia” que circulou por 11 edições, assim como a versão de “Um Poeta Assassino” que durou três edições. Nota-se uma preocupação em manter os leitores através dos folhetins, sobretudo visando uma maior circulação e venda do impresso.

Daniella Moura, embasada em outras reflexões, destacou que a predominância dos folhetins, nesse sentido por uma influência francesa, foi uma clara alusão ao republicanismo “uma vez que trazem as ideias de progresso, civilização, um modelo a ser seguido”<sup>263</sup>.

Alguns autores repetem seus nomes em vários desses folhetins, seja fazendo adaptações estrangeiras exclusivas para o jornal, seja por traduções ou mesmo criações próprias. Ennio, Olavio e Lauro Casnart são alguns dos que escrevem muitos dos folhetins publicados em *A Voz do Caixeiro*. Ennio foi um dos nomes com mais destaque ao longo

---

<sup>263</sup> MOURA. Op. Cit. pág. 222.

das 46 edições do periódico, sobretudo na autoria de poemas e contos publicados no periódico.

Neste diapasão, *O Empregado no Comércio* também destacou um grande espaço aos aspectos literários no periódico, seja pelo folhetim de José de Alencar “Diva” veiculado na primeira página do impresso, ou pelos sonetos e poemas espalhados ao longo das quatro páginas, sobretudo ao divagarem sobre amor e causas da vida cotidiana. Um dos exemplos foi o caso de *Um Ano!* escrito por R. Silveira, um dos redatores do periódico, e de *Indestrutível* assinado por Frederico Rhossard.

Imagem 14 – Folhetim *A Diva*



Fonte: FOLHETIM, *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

Apesar de todo o destaque dado à literatura, em um artigo intitulado *Porque escrevo*, assinado por um pseudônimo K. Peta, vemos exposto um protesto contra o meio dos literários do Pará pela edição do jornal não ter tido muitas colaborações nesse segmento:

Recorrendo por meio de um convite especial às mais ilustradas pessoas desta terra, a Associação dos Empregados no Comércio do Pará passou o dissabor de não ter colaboração para seu pequeno jornal que hoje sai a publicidade. [...]

Agarrado a uma carteira de trabalho, cheia de serviço, faço estas linhas como um protesto contra essa apatia da parte mais ilustrada do meio literário do Pará, desprezando a ideia de uma mocidade que deseja seguir um caminho de futuro.<sup>264</sup>

<sup>264</sup> PORQUE ESCREVO. *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

O provável editor do periódico demonstrou que o número lançado deveria ter tido muito mais participação literária, mas que por conta desse problema acabou sendo reduzido esse espaço. Contudo, mantém o agradecimento a Rhossard, um “mavioso poeta” considerado amigo da classe e que “enviou uma belíssima produção sua”. O autor da nota demonstrou, por longas linhas, a tarefa árdua para conseguir colaboradores para a edição, mas sem sucesso. A nota exemplifica como os periódicos faziam para conseguir colaborações literárias. Muito provavelmente alguns desses escritores não queriam se ver associados aos jornais operários, visto que muitos deles eram ligados a políticas de mobilização e protestos.

Os jornais manauaras também exploraram a literatura, como observamos em diversos momentos no *Tribuna do Caixeiro*. Neste periódico vemos incorporado a participação nas colunas literárias de alunos do Gymnasio Amazonense, escola de destaque no âmbito local.

Em sua primeira edição temos dois trabalhos que abrem, ainda de maneira acanhada, a parte literária do jornal: o soneto O Comércio de Luiz Plynio e dentro da coluna Ensaio Literários o texto de Maria Ribeiro Sempre Viva. A partir da segunda edição temos mais destaque com os textos de B. Nunes intitulado “A Uma Noiva”, “Perfis Azuis” de Moacir divididos em várias partes e várias edições. Na edição seguinte temos o poema de Maranhão Sobrinho intitulado “Maio”. Na tabela abaixo veremos os autores e suas respectivas obras listados em todas as edições deste periódico.

TABELA 7 – Lista de poemas e contos publicados em *Tribuna do Caixeiro*

| <b>Título/edição</b>                                                        | <b>Autor</b>          |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| O Comércio – 1º edição                                                      | Luiz Plynio           |
| Perfis Azuis – 1º a 4º, 6º, 8º a 12º, 14º a 18º, 20º a 25º, 30º, 32º edição | Moacir                |
| Ensaio Literários: Sempre Viva – 1º edição                                  | Maria Ribeiro         |
| A Uma Noiva – 2º edição                                                     | A. Nunes              |
| Maio – 3º edição                                                            | Maranhão Sobrinho     |
| Ensaio Literários: O Coio – 3º edição                                       | Maximo Jacques        |
| Tela Amazônica – 4º edição                                                  | J. Maranhão           |
| Anerio – 4º edição                                                          | Manoel Madruga/BALKAR |
| Decadência – 5º edição                                                      | Virgílio Barbosa      |
| Herval – 6º edição                                                          | Maranhão Sobrinho     |
| Ensaio Literários: A – 6º edição                                            | A. Richanan           |

|                                                                    |                          |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| A Mulher – 7º edição                                               | A. Reis                  |
| Ensaio Literário: Amor e Sofrer – 7º edição                        | E. Gavinho               |
| Ingenita Fides – 8º edição                                         | Soares Bulcão            |
| A Cor dos Sonhos – 8º edição                                       | Antônio Luca             |
| Ensaio Literário: primeiro amor (A' Opala) – 8º edição             | Halley                   |
| Soneto – 9º edição                                                 | J. Maranhão              |
| Chromo – 10º, 11º edição                                           | Maranhão Sobrinho        |
| Echo – 12º edição                                                  | Luiz Elysio              |
| Imutáveis – 13º edição                                             | Soares Bulcão            |
| Ensaio Literário: Missão dos Anjos – 13º edição                    | Ronny                    |
| Sonho – 14º edição                                                 | Virgílio Barbosa         |
| Inania Verba – 15º edição                                          | Olavo Bilac              |
| As Toucas (do poemeto “meus filhos”) – 16º edição                  | Soares Bulcão            |
| Humorismo: seção de lágrimas – 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 25º edição | Simplório                |
| Artista – 17º edição                                               | Soares Bulcão            |
| O Sol e o Vento – 17º edição                                       | L. Tolstoi               |
| Lygia – 18º edição                                                 | Soares Bulcão            |
| Ciúme – 19º edição                                                 | Maximo Jaques            |
| Visita -19º edição                                                 | Soares Bulcão            |
| Lamentações – 19º edição                                           | Paulo Euletério / Balkar |
| Crônica Triste: Emilia Freitas – 20º edição                        | Hiram,                   |
| Os teus anos – 21º edição                                          | Soares Bulcão            |
| Silhueta – 21º, 23º, 28º edição                                    | Zito                     |
| Breve Adeus – 22º edição                                           | Maranhão Sobrinho        |
| Crônica Triste: In Memoriam – 22º edição                           | Zetho                    |
| Flora – 23º edição                                                 | J. Maranhão              |
| Ensaio Literário: o castigo do sacrílego – 23º edição              | Maria Luiza de Saboya    |
| Crônica Triste: Coronel Plácido de Castro – 23º edição             | Hiram                    |
| Contrate – 24º edição                                              | Soares Bulcão            |
| Ensaio Literário: o beija-flor – 24º edição                        | Maria Luiza de Saboya    |
| O leão – 25º edição                                                | Teophilo de Albuquerque  |
| Concentração – 26º edição                                          | Teophilo de Albuquerque  |
| O Sol de Brumário – 26º, 27º, 28º edição                           | François de Nion         |
| Oráculos – 27º edição                                              | Teophilo de Albuquerque  |
| Nostalgia – 28º edição                                             | J. Maranhão              |
| Finados – 29º edição                                               | J. Maranhão              |
| Fortes – 30º edição                                                | J. Maranhão              |
| Súplicas e desejos – 32º edição                                    | Ozeas Motta              |
| Sorte Iguais – 33º edição                                          | Ozeas Motta              |
| Missiva íntima – 34º edição                                        | Ozeas Motta              |
| Depois do Baile – 35º edição                                       | Isabel V. de Serpa       |

O *Tribuna do Caixeiro* publicou diversos folhetins ao longos de suas edições, um deles nos chamou a atenção que foi *A Escrava Isaura* adaptado por Bernardo Guimarães<sup>265</sup> e que teve sua presença em diversas edições do periódico. Contudo, a partir da edição 49 o jornal passou a não circular mais seus folhetins, deixando as áreas literárias destinadas apenas a contos e poemas.

Entretanto, *O Restaurador* não veiculou nenhum folhetim em suas páginas, entretanto teve alguns poemas publicados como *A Morte* de Camillo Castello Branco escrito por um dos redatores do jornal J.H. de Souza. Os editores resgatam um poema de Enéas Affonso publicado no Almanaque Literário de 1889 intitulado *Abandonado*. O poeta era conhecido dos editores e chegou até a fundar um jornal chamado *O Coador* e publicaram o poema como homenagem por sua morte<sup>266</sup>.

Já *O Imparcial* publicou em sua primeira edição o folhetim “Estella” de J. H. de Souza que acabou tendo uma duração bastante longa, indo até a edição de número 10 do periódico. Na edição 15 teve continuidade o folhetim “O Store do Japão” que não possuía assinatura e muito provavelmente teve continuidade nas edições seguintes.<sup>267</sup>

Ainda na área literária, o periódico destinava quase sua totalidade a esse fim, trazendo, além dos folhetins, poemas, sonetos e crônicas em todo seu corpo de editoração, além de uma coluna intitulada Literatura. Constatamos que praticamente apenas os textos literários levavam assinatura, muito raro as notas que discorriam sobre as agruras da classe caixeiral receberam assinatura. Nota-se uma participação recorrente do editor J. H. de Souza, tanto na área literária quanto nos outros assuntos.

Outros periódicos também tinham colunas sobre literatura destinada aos contos curtos e poemas. Foi o caso de *O Caixeiro* em que cerca de 10 poemas foram publicados nas duas edições do periódico e seus autores basicamente focavam em seus poemas nas questões amorosas ou da não compreensão do amor, evidenciando muitas das vezes nas lamúrias dos enamorados<sup>268</sup>. Essas obras eram solicitadas pelos jornais para futuras

---

<sup>265</sup> O romance foi publicado pela primeira vez em 1875 pelo mineiro Bernardo Guimarães no formato de folhetim. Ver: SILVEIRA, Daniela Guimarães da. *As lições de Bernardo Guimarães em A Escrava Isaura: escravidão e literatura na segunda metade do século XIX*. Temporalidades – Revista de História, edição 25, v. 9, nº 3, 2017, pág. 39.

<sup>266</sup> ENÉAS AFFONSO. *O Restaurador*, 22 de junho de 1890.

<sup>267</sup> É preciso destacar a precariedade que o jornal se encontra, mesmo ele tendo sido microfilmado as páginas estão esbranquiçadas e impedindo de fazer uma leitura mais profícua das suas linhas. Também precisamos deixar em evidência que apenas esses dois folhetins foram listados porque as outras edições do periódico não chegaram até os dias de hoje.

<sup>268</sup> Neste ponto cabe uma diferenciação maior entre os poemas publicados nos jornais caixeirais e os publicados em jornais libertários. No segundo caso, os poemas publicados na imprensa anarquista “se

publicações e era alertado que mesmo que seu poema ou conto não fosse publicado, seus autores não as veriam novamente.

TABELA 8 – Poemas e Contos em *O Caixeiro*

| <b>Título e edição do jornal</b>           | <b>Autor</b>       |
|--------------------------------------------|--------------------|
| Canção (1º edição)                         | Leinad             |
| Atração e Repulsão (1º edição)             | Topsius Junior     |
| Vem... (1º edição)                         | G. M. de Lima      |
| Assim!... (de campoamor) A. P. (1º edição) | S.                 |
| A quadrilha dos carecas (1º e 2º edição)   | Sem assinatura     |
| Suplício (2º edição)                       | Veríssimo do Couto |
| Dois Mundos (2º edição)                    | B. Silva           |
| A uns olhos (2º edição)                    | Hamilton D'Araujo  |
| Vingança (2º edição)                       | G. M. de Lima      |
| Olhos Negros (2º edição)                   | C. Ferreira        |

Entre os nomes que publicaram seus contos no periódico destacamos a presença de Veríssimo do Couto, provável comerciante a retalho da cidade de Belém<sup>269</sup> e que publicou “Suplício” na 2º edição. Veríssimo do Couto também foi homenageado com contos e poemas em outros jornais tanto de grande circulação quanto literários de Belém<sup>270</sup>, caracterizando-se como um literato que ia além das barreiras de uma imprensa operária.

O autor também chegou a ir na imprensa dizer que não lhe pertencia “a honrosa paternidade do soneto: A Província, ontem publicado por esse estimado órgão na seção editorial”<sup>271</sup>, caracterizando-se assim como ele sendo um dos autores com bastante destaque no cenário literário de Belém naquele período.

Nota-se que a imprensa periódica avançava com naturalidade no espaço destinado à literatura. Debora Andrade destacou esse aspecto dos jornais como uma “época

---

utilizavam de comparações, analogias, ironia, sarcasmo, dramaticidade exagerada, dicotomias e maniqueísmos”, algo que na imprensa caixeiral não ocorria de maneira latente, porém ambos os tipos de poemas eram lidos em voz alta em “reuniões, meeting, festas, salas de leitura ou em pequenos grupos familiares”. Ver mais: POLETTTO, Carolina. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. Tese (doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2017, pág. 177-178

<sup>269</sup> SOLICITADOS, *A República*, 2 de outubro de 1890.

<sup>270</sup> VISÕES, Alfredo Sousa. *Diário de Belém*, 25 de novembro de 1888. DE MANHÃ, Adélia Motta. *O Crepúsculo*, 3 de agosto de 1890.

<sup>271</sup> SOLICITADOS, Veríssimo do Couto. *A República*, 26 de março de 1890.

literária” em que eram “recrutados jovens sem fortuna” para escrever folhetins, contos e poemas. Ela percebeu que a imprensa tornou-se um espaço de sociabilidade e que ela “poderia lançar os jovens literatos estreantes à projeção no universo literário e seria, igualmente, um meio de perceber algum sustento.”<sup>272</sup>

A revelia da imprensa periódica de grande circulação, percebe-se, com base nas informações ao longo deste capítulo 2, que a imprensa operária não ficou atrás dessa realidade. Pelo contrário, nota-se uma participação significativa de trabalhadores ou grupos próximos a eles publicando seus contos e poemas nos jornais.

As questões da literatura não paravam apenas nos folhetins, contos e poemas publicados na imprensa operária caixeiral. Em comemoração aos dois anos de fundação da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, fundada em 1906, o jornal *Tribuna do Caixeiro* publicou uma peça de teatro intitulada “Conquista” e escrita por Theófilo de Albuquerque. Segundo o roteiro, as personagens seriam a associação, o Patrão e o próprio Caixeiro.

A peça tinha quatro cenas e ocupava toda a página dois do jornal. Funcionava como uma grande troca de palavras bonitas entre a associação e o patrão, uma certa camaradagem. Em um dos diálogos o patrão pergunta da associação o que afligia ela num dia tão especial quanto o que estava se comemorando e a resposta foi emblemática:

Tudo por que eu me esforço e em vão batalho é conseguir que a noite, no agasalho de meu seio, se veja multidão dos que se veem privados da instrução. [...] Eis o meu ideal singelo e vivo, eis a causa fatal, eis o motivo por que não tenho a vida como pensa.<sup>273</sup>

O trecho da peça evidenciou que, apesar do caráter mediador do espetáculo, o personagem da associação assumiu um papel de mostrar aos patrões que nem tudo estava bem e que a instrução ainda era uma ambição muito latente entre os caixeiros da cidade. O diálogo também mostrou que a tensão pela redução da jornada de trabalho ficou amplamente presente na passagem em que a associação questiona o patrão:

**Associação (muito alegre)**

- Eu quero que a esta festa compareça seu caixeiro, já, muito depressa.

(consultando o relógio)

---

<sup>272</sup> ANDRADE, Débora El-Jaick. *A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: os Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais*. IN: ENGEL, Magali Gouveira (Orgs). *Os intelectuais e a imprensa*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015, pág. 14

<sup>273</sup> CONQUISTA. Theófilo Albuquerque. *Tribuna do Caixeiro*, 11 de novembro de 1908.

Pouco falta para as seis, e as seis em ponto entre os presentes nessa festa eu conto.

**Patrão**

- Será feita, senhora, a sua vontade.

Em breve, aqui, nesta festividade, meu caixeiro estará.

[...]

Vou fechar o armazem que aberto está. Esteja alegre, até logo.<sup>274</sup>

Nota-se que um conflito muito evidente entre os caixeiros foi posto em diálogo nessa passagem da peça e o patrão se responsabilizaria em fechar as portas do comércio às 18 horas e fazer com que seus trabalhadores fossem participar da festividade. Contudo, nas cenas seguinte percebe-se que o empregado no comércio se via “num cativo vil” e a figura do patrão surgiu como algo bom fazendo com que “quase me ajoelho aos pés”, ao fim a associação caracterizou o patrão como “bom” e com “belo coração” por ter possibilitado a participação de seu caixeiro na festa em horários habitual. A peça surgia como uma utopia para a vida desses trabalhadores, porém uma utopia que em um curto espaço de tempo poderia se tornar real. Por meio dessa aparente boa relação, os caixeiros estavam ali publicizando as suas pautas.

Francisco Foot Hardman em sua dissertação destacou que o teatro fazia parte de manifestações culturais, assim como poemas, contos e a própria imprensa operária. Ainda segundo o autor, essas peças tinham caráter de expressar “conteúdo sócio-político sobre a luta de classes”<sup>275</sup> e observa-se que na peça “Conquista” isso torna-se evidente, mesmo entre os caixeiros e permeados de um debate mediador com o patrão.

Para além de toda a dimensão física de um jornal, entendemos que a literatura fazia parte do modo de vida desses trabalhadores e trabalhadoras do comércio no país e por isso torna-se importante de se analisar e perceber sua diluição entre seus pares, sobretudo ao acompanhar as profundas mudanças.

Fabiane Popinigis mapeou como alguns literatos tiveram apreço pelos caixeiros por conta de um “perfil desejável de cidadãos, dignos representantes do trabalho livre, branco e masculino” e muitos como muitos desses literatos “fizeram da literatura uma frente de luta em prol de causas que consideravam importantes”<sup>276</sup>. Nota-se que a

---

<sup>274</sup> Grifos nossos.

<sup>275</sup> HARDMAN. Op. Cit. pág. 95.

<sup>276</sup> POPINIGIS. Fabiane. Op. Cit. Pág. 659.

literatura não deve ser encarada apenas como uma prática de lazer para a sociedade através da imprensa, ela tinha algumas funções e permeia vários aspectos para além dessa prática. Daniela Moura elencou três possibilidades de importância dos folhetins:

- 1) proporcionar o entretenimento e ampliação da circulação do jornal;
- 2) favorecer a divulgação da literatura e do público leitor e 3) bem como tinha uma função política, fazendo parte do discurso republicano.<sup>277</sup>

Aos poucos notamos uma gradativa substituição dos espaços destinados à literatura. Paulatinamente, durante a passagem do século XIX para o século XX, observamos uma substituição do amplo espaço dado à literatura nos jornais, sobretudo os da grande imprensa. Ciro Marcondes Filho exemplificou essa transição nos impressos onde a venda do espaço para as publicidades tornou-se superior ao uso noticioso e de literatura nos jornais<sup>278</sup>.

Podemos chegar a algumas conclusões prévias com base nas análises feitas até aqui. A primeira foi que a imprensa caixeiral vai divergir de alguns segmentos da imprensa operária em geral, sobretudo na questão de luta. Segundo Luciano Everton Costa Teles, por não apresentar essas ideias mais radicais, os caixeiros faziam “pressão moral” principalmente através da imprensa buscando “diálogo e colaboração”<sup>279</sup>.

A segunda conclusão a se destacar foi que a imprensa caixeiral, assim como a imprensa operária, era circunscrita a apenas uma parcela dos trabalhadores urbanos das duas cidades. Nota-se, por exemplo, que a quantidade de exemplares eram bem menores em relação aos jornais da grande imprensa. A título de exemplo podemos citar o caso do jornal *Correio do Norte do Amazonas* que as tiragens giravam entre 3 mil a 6 mil exemplares<sup>280</sup> e o *Tribuna do Caixeiro* no seu auge fez apenas 500 exemplares.

Portanto, todas as informações destacadas até aqui nos ajudam a responder um pouco mais nossos objetivos gerais e específicos da presente tese, sobretudo por caracterizar a imprensa caixeiral como forjadora de pensamentos e comportamentos de parte dos empregados no comércio no norte do país. Ou seja, estavam buscando criar uma linguagem de classe.

---

<sup>277</sup> MOURA. Op. Cit. Pág. 220.

<sup>278</sup> FILHO, Ciro Marcondes. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000, pág. 11-12.

<sup>279</sup> TELES. Op. Cit. pág. 62.

<sup>280</sup> TRINDADE, Debora Vilhena. *Imprensa, poder e política no jornal Correio do Norte (1906-1912). Relatório final de Iniciação Científica*. Universidade Federal do Amazonas, 2011, pág. 16.

### Capítulo 3 – “Educar e Instruir”<sup>281</sup>: estratégia de mobilidade social dos trabalhadores do comércio no início da República

O gosto pelo livro vai encontrando guarida entre os empregados do comércio de Manaus e nós, somente agora, é que vamos compreendendo a desídia em que permanecemos por tão dilatado tempo.<sup>282</sup>

O movimento de trabalhadores ao longo de sua história teve como alicerce algumas pautas prioritárias e entre elas estava a educação. A historiografia do trabalho, sobretudo a voltada para analisar a cultura operária, já destacava a importância da instrução desses sujeitos. Educar para o trabalho foi uma característica latente de diversos grupos de trabalhadores e neste capítulo buscaremos perceber uma tentativa de construção de identidades operárias através da instrução.

O fomento e a consolidação das escolas noturnas funcionam não só como uma estratégia de ensino, mas também como tática de conscientização de classe. Vários grupos de trabalhadores se organizaram em torno dessa demanda e ponderavam ela como um caminho de mobilidade social. A instrução dos trabalhadores durante a República também foi encarada como um mecanismo na busca por cidadania. Grupos socialistas enxergavam essa possibilidade como um caminho de luta e transformação, sobretudo através do diálogo, ou seja, por meio da participação ativa na arena pública, na busca da construção coletiva de consensos e de direitos sociais. No Amazonas observamos a experiência de diversas escolas que funcionavam como modelo de mudança de vida para os trabalhadores.

Em 1892, no jornal *Gutenberg*, foi noticiado a abertura de uma escola noturna para operários em Manaus. Como consequência, a escola traria novos leitores não só para os jornais classistas, como também para panfletos das associações e sindicatos<sup>283</sup>. Em 1928, João Cursino da Gama assinou a matéria “A Instrução”, no jornal comemorativo *Primeiro de Maio*, onde, segundo ele, o operariado não reconhecia seu próprio valor por conta da pouca instrução, e divergia do sentido de luta como forma de adquirir direitos, pois considerava “criminoso” lutar e fazer greve; as escolas noturnas, sobretudo, visando à instrução era um dos caminhos de vitória da classe trabalhadora<sup>284</sup>. Gama apostava que

---

<sup>281</sup> PELA INSTRUÇÃO. *Tribuna do Caixeiro*, 29 de novembro de 1908.

<sup>282</sup> CONSIDERAÇÕES, *Tribuna do Caixeiro*, 7 de fevereiro de 1909.

<sup>283</sup> *Gutenberg*. Manaus, 1 de maio de 1892.

<sup>284</sup> *Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928.

a educação poderia livrar os trabalhadores da exploração, um pensamento bastante presente no período entre as lideranças operárias socialistas.

Essas reivindicações dos operários socialistas em relação à educação não ficaram somente no papel. [...] Os socialistas tentaram efetivar suas ideias através da nascente organização sindical. Mesmo com poucos recursos [...] os operários conseguiram fundar escolas para adultos e crianças.<sup>285</sup>

Ou seja, a educação para os grupos socialistas correspondia a uma maneira de busca de conhecimento visando uma melhor colocação dentro da sociedade organizada. Essa instrução iria favorecer, inclusive, as formas de relação dos trabalhadores com os patrões e os órgãos públicos, sobretudo através do diálogo, das alianças e da luta parlamentar. Os anarquistas concebiam a educação como parte do processo evolutivo que visava a emancipação da classe trabalhadora. De acordo com Luiza Guimarães, “o conhecimento necessário é aquele que esclarece o trabalhador e faz dele um sujeito capaz de realizar suas lutas para a grande Revolução Social”.<sup>286</sup> Apesar das visões distintas, observamos sentidos convergentes para a finalidade da educação para esses dois grupos.

Neste ponto, é interessante notar que as percepções em torno da instrução entre os trabalhadores do comércio e os anarquistas não eram tão distintas assim. Tanto que o jornal *A Lucta Social* chegou a divulgar informações acerca do cotidiano dos trabalhadores do comércio na cidade de Manaus. É perceptível que as ações desse grupo de trabalhadores os alçaram a espaços que costumeiramente não deveriam ser compartilhados por eles, entretanto os anarquistas acabaram aprovando algumas de suas ações e os encarando como eixo importante de luta contra a opressão, sobretudo na educação<sup>287</sup>.

Para tanto, a criação de escolas noturnas também teve iniciativa entre os trabalhadores do comércio, entretanto, elas eram voltadas para o aprendizado no comércio, em que consistia na manutenção de um curso comercial com as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Aritmética, Contabilidade comercial e Escrituração mercantil.<sup>288</sup>, além disso, também buscavam alfabetizar seus sócios com aulas de primeiras letras.

---

<sup>285</sup> GHIRALDELLI JR, Paulo. Movimento Operário e educação popular na Primeira República. *Cad. Pesq.* São Paulo (57). 1986, pág. 32.

<sup>286</sup> GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. *A educação do trabalhador no movimento operário da Primeira República no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014, pág. 206.

<sup>287</sup> ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS... *A Lucta Social*, 1 de setembro de 1914.

<sup>288</sup> *Estatuto da Sociedade Phenix Caixeiral*. Belém: Typographia Gutenberg, 1917, pág. 3.

Percebe-se que todas essas estruturas buscavam, de certa maneira, a emancipação desses sujeitos visando a busca de cidadania, através de uma formação profissional.

Tal qual foi discutido ao longo do capítulo 1, os estatutos das associações serão usados como fontes para entendermos um pouco mais dessa aproximação dos trabalhadores do comércio com a educação. Além disso, a imprensa nos ajudará a compreender esse processo de maneira mais profunda, ao observarmos no cotidiano todas essas demandas, sobretudo tentando resgatar as experiências voltadas à educação para o trabalho.

### **3.1. A instrução pela emancipação e as escolas noturnas na historiografia**

Os estudos sobre instrução da população, bem como de consolidação da educação estão ganhando mais destaque dentro da História do Trabalho recentemente, sobretudo analisando perspectivas de busca de cidadania durante o pós-abolição pela população negra e pelos trabalhadores e trabalhadoras, essa característica é fundamental para entendermos melhor a história desses sujeitos. Nas próximas páginas, iremos discutir como se deu o processo de solidificação da instrução entre os trabalhadores no Brasil, sobretudo nas cidades de Manaus e Belém. Além disso, buscamos entender como o ensino noturno foi uma ferramenta importante para a mudança de vida dessas pessoas.

Em 15 de outubro de 1827, durante o Império do Brasil, foi regulamentada uma lei que criava escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Entretanto, desde o início da década de 1820 já havia discussões tentando estancar um grande número de analfabetos que o Império possuía, inclusive, em uma carta outorgada por Dom Pedro I, em março de 1824, já vinha destacado que a instrução primária seria gratuita a todos.<sup>289</sup>

Neste período notou-se uma discussão bem ampla sobre o processo de instrução da população. Entretanto, “muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida a maioria da população”<sup>290</sup>. Em muitos casos, as províncias empregavam uma quantidade grande de recursos e os resultados não

---

<sup>289</sup> SILVA, Marcos. *História da Educação Brasileira*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009, Pág. 91

<sup>290</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. “Instrução elementar no século XIX”. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.) 500 anos de educação no Brasil. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pág. 134.

eram os mais satisfatórios. Durante o Império, as “escolas de primeiras letras” eram destinadas exatamente às populações mais pobres da sociedade, o que afetou de maneira crucial a região amazônica.

No caso da região amazônica, essa implementação foi bastante difusa, sobretudo por ter que abarcar regiões distantes das grandes cidades, como Manaus e Belém. Essas políticas buscavam “vencer o atraso da instrução no país”, buscando um ideal de “progresso escolar”.<sup>291</sup>

Resistências, conflitos e a diversidade das práticas pedagógicas caracterizaram a implantação e a implementação da forma moderna de educação da população, que coexistiu com outras formas, como o ensino doméstico e o promovido por instituições religiosas.<sup>292</sup>

Essa característica geográfica da região também foi justificada pela baixa quantidade de estudantes necessários para a abertura de novas turmas. Enquanto no Amazonas era necessário a presença de ao menos 15 estudantes, no Pará esse número era ainda menor, apenas 10<sup>293</sup>. Segundo Irma Rizzini, quanto mais longe dos dois grandes centros da região mais baixo era o grau de escolarização<sup>294</sup>.

Nas cidades de Manaus e Belém, durante o século XIX, as legislações educacionais já contemplavam a educação popular onde era possível buscar dois caminhos:

A documentação oficial das províncias do Pará e do Amazonas anuncia o firme propósito de disseminar a educação e a instrução pelo interior amazônico (expansão geográfica) e de estender o seu alcance às mais diversas categorias sociais da população mais pobre (expansão social).<sup>295</sup>

Tanto a expansão geográfica quanto a expansão social faziam parte de políticas de ampliação do acesso à educação para a população. Por se tratar de regiões com difícil acesso, era importante que se criasse mecanismos para tentar burlar esses dois caminhos apontados na citação acima.

Quem ficava a cargo do processo de fiscalização eram as diretorias de instrução pública, entretanto não existia uma fiscalização dura que gerisse a criação de escolas, como apontou Irma Rizzini. As instituições ficavam sob responsabilidade dos próprios

---

<sup>291</sup> RIZZINI, Irma. A expansão da instrução pública pelas fronteiras remotas da Amazônia (1870-1889). *Ver a educação*. V. 12, n. 1, 2011, pág. 11.

<sup>292</sup> Ibid, pág. 11.

<sup>293</sup> Ibid, pág. 12.

<sup>294</sup> Ibid, pág. 17.

<sup>295</sup> Ibid, pág. 16.

professores, que eram obrigados a enviar a quantidade de matriculados e frequentes para que os estabelecimentos de ensino pudessem continuar funcionando, o que em muitos casos não era confiável.

Já o projeto civilizador que a República trazia em seu bojo acabou por evidenciar que parte da classe trabalhadora e dos subalternos estava dentro do que eles chamavam de “classes perigosas”. Esses debates surgiram através das discussões políticas em torno da abolição da escravidão e a preocupação iminente de combater a “ociosidade” desses sujeitos<sup>296</sup>. Sidney Chalhoub evidenciou que parte dessas desconfiças “tornaram (os negros) suspeitos preferenciais”.

Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativoiro.<sup>297</sup>

Por conta disso, o Estado, como instituição, não conseguiu achar mecanismos importantes para evitar um aumento do que eles chamavam de “classes perigosas”. Entretanto, a partir da promulgação da Reforma Eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, ficou possibilitado a eleição de libertos e estrangeiros desde que tivessem renda e fossem alfabetizados, as coisas começaram a mudar, muito por conta das ações dos próprios grupos marginalizados<sup>298</sup>.

Apesar da legislação parecer um grande avanço de inclusão dos sujeitos, na verdade ela mostrou-se como uma grande barreira para alguns setores da sociedade. Segundo Sidneya Magaly Gaya e Maria Fernandes Laffin:

Embora Ruy Barbosa defendesse que a orientação legal serviria de estímulo às buscas e pressões das camadas populares por instrução primária, não se verificou no período, condizente expansão da escolarização ou da alfabetização. As populações rurais, as mulheres e os negros permaneceram no mesmo lugar de interdição, enquanto se consolidava ideologicamente a associação entre analfabetismo e incapacidade de participação política, de autodeterminação e de cidadania.<sup>299</sup>

Ruy Barbosa, propositor da lei, foi além e alegou que o projeto excluía apenas a ignorância absoluta e as pessoas que não tinham o que comer, dando a entender que sua

---

<sup>296</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pág. 20.

<sup>297</sup> Ibid, pág. 23.

<sup>298</sup> GAYA, Sidneya Magaly e LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. “As escolas noturnas de Santa Catarina nas últimas décadas do século XIX”. In: *Cadernos de História da Educação*. V. 2, 2023, pág. 4.

<sup>299</sup> Ibid, pág. 4.

proposição trazia um grande avanço social. Entretanto, ele não conseguiu mensurar que essas duas cláusulas, que podem parecer ingênuas, na verdade tornaram-se um grande gargalo na sociedade brasileira até os dias de hoje.

Os dados do Censo de 1872, o primeiro realizado no Brasil, mostram que mais de 80% da população brasileira era de analfabetos. Na tabela abaixo, vemos que esses números mostram que o Amazonas detinha uma quantidade ainda maior de analfabetos que o restante das províncias:

TABELA 9 – Dados Censitários de Analfabetismo 1872

| Analfabetismo no Amazonas e Pará 1872 |               |                |                 |
|---------------------------------------|---------------|----------------|-----------------|
|                                       | Sabem Ler     | Analfabetos    | População Total |
| Amazonas                              | 7.613 (13.2%) | 49.992 (86.8%) | 57.605          |
| Pará                                  | 60.484 (22%)  | 214.753 (78%)  | 275.234         |

Fonte: Censo de 1872.

As informações da tabela tornam-se ainda mais alarmantes por conta dos dados do Amazonas. Se em todo o Império eram cerca de 80% de analfabetos, por aqui esses valores quase chegaram a 87%. Números ainda maiores que os do vizinho Pará e que podem ser explicados devido, sobretudo, à questão geográfica e ao isolamento de muitas pessoas ao longo dos diversos rios da região.

Os dados acima nos mostram também que a Lei Saraiva de fato surgiu visando a exclusão da quase totalidade da população nacional do direito ao voto. Essas duas exigências soavam contraditórias, tendo em vista a grande quantidade de sujeitos que não sabiam nem escrever no país. Foi então que, a partir dessa lei, começaram a ocorrer diversas tentativas de criação de escolas voltadas para o público excluído, como mecanismo de superação desse problema.

Irma Rizzini rastreou, através do Censo de 1872, a porcentagem de pessoas em idade escolar que frequentavam as escolas em relação a população total, tanto da Província do Amazonas quanto do Pará. Os números evidenciaram que menos de 15% da população nas províncias frequentavam as escolas, daí a importância de fomentar políticas para que as cidades do interior tivessem mais oportunidade de escolarização.

TABELA 10 – Frequência escolar da população livre em idade escolar (6 a 15 anos)

| Província | Frequentam escolas |
|-----------|--------------------|
| Amazonas  | 12,54%             |
| Pará      | 14,93%             |

Fonte: RIZZINI, op. Cit. pág. 17/18.

Neste contexto, na literatura sobre escolas noturnas, surgia como uma das primeiras justificativas dos governos públicos para fomentar esse tipo de ensino, a população e os trabalhadores iletrados que seriam prejudiciais para as ambições governamentais. Segundo Martins, setores da elite e de classes em ascensão entendiam que a instrução, de fato, era importante para o avanço do Império<sup>300</sup>.

Mesmo com as políticas visando a criação de escolas noturnas pela corte, o que se observou foi que essa questão não era de importância prioritária para o governo. O então ministro dos negócios da corte Carlos Leôncio de Carvalho, deixou evidente em seu discurso que essa medida era “realizada com a máxima economia para os cofres públicos”, tendo em vista que as escolas ficariam nos prédios que já funcionavam as escolas públicas e os professores receberam “razoável gratificação pelo excesso de trabalho”.<sup>301</sup>

Na Bahia, durante a década de 1870, as primeiras escolas noturnas começaram a ser instaladas e em grande parte delas os professores pediam poucos recursos para prover a instalação das mesmas, alguns até lecionava sem cobrar nada<sup>302</sup>. Contudo, em alguns casos, era “uma estratégia para receber o deferimento de abertura e depois de iniciadas as aulas, fazerem solicitações financeiras”<sup>303</sup>.

<sup>300</sup> MARTINS, Roberto de Andrade. Sobre o papel da história da ciência no ensino. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, (9), 1990, pág. 324.

<sup>301</sup> GAYA; LAFFIN, Op. Cit, pág. 5.

<sup>302</sup> DOS SANTOS, Jucimar Cerqueira. *Escolas Noturnas para Trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2017, pág. 30.

<sup>303</sup> Ibid, pág. 36.

No relatório apresentado pelo inspetor Cynildo Barros, observamos que a implementação dessas escolas não ocorreu sem conflitos, evidenciando que muitos grupos políticos tinham interesses nessa questão, inclusive no âmbito religioso com a difusão de escolas religiosas.<sup>304</sup> Essas escolas passaram a ganhar muita adesão a partir de 1870, sobretudo aquelas ligadas aos grupos protestantes como presbiterianos e metodistas.<sup>305</sup>

No Sul do Brasil, em Santa Catarina, a primeira escola noturna foi criada em 1871 em Camboriú por um jovem franciscano chamado Benjamim d'Oliveira. Entretanto, essas informações causaram controvérsias, como foi demonstrado por Gaya e Laffin, por meio de um ofício da Diretoria da Instrução Pública para o presidente da Província em fevereiro de 1872. Segundo consta:

Em resposta ao questionamento da Corte sobre a necessidade de envio de materiais de leitura a ser enviados para as Escolas Noturnas da Província de Santa Catarina, responde relatando que não há na província tais escolas.<sup>306</sup>

Esse é apenas um exemplo de como os poderes públicos enxergavam essa prática, quase sempre não se importando ou não conhecendo nada sobre elas. Fato que a partir desse momento a província de Santa Catarina passou a expandir mais essa política. Um dos periódicos de boa circulação por lá definiu que as aulas noturnas eram destinadas “aos operários, e aos cativos” que eram deixados de lado na sociedade “para que não tivessem consciência da própria degradação”<sup>307</sup>.

Neste diapasão, Surya de Barros conseguiu mapear como as legislações de instrução durante o Império abarcavam a população negra. Na maioria das regiões do Império era proibido a participação de sujeitos escravizados nas aulas, entretanto com a criação das escolas noturnas essa população passou a ser inserida mais nesse processo de escolarização. Foi o caso das províncias de Santa Catarina, mencionada acima, do Paraná e do Rio Grande do Sul.<sup>308</sup>

Analisando a República, Melina Perussatto trouxe experiências de escolarização noturna no Rio Grande do Sul através do jornal *O Exemplo*. A autora apresentou um

---

<sup>304</sup> Ibid, pág. 31.

<sup>305</sup> SILVA, Op. Cit, pág. 96.

<sup>306</sup> GAYA; LAFFIN, Op. Cit, pág. 10.

<sup>307</sup> GAYA E LAFFIN, Op. Cit, pág. 10.

<sup>308</sup> BARROS, Surya Pombo de. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”. In: *Educ. Pesq.* São Paulo, v. 42, 2016, pág. 600/601.

debate muito importante sobre o papel da subvenção do Estado na manutenção dessas escolas noturnas.

Ao invés de incentivar e subsidiar a ampliação da instrução popular e de cursos noturnos pelo estado, o governo decidiu resolver a questão extinguindo os existentes. Por isso, mais do que um abandono do estado, o fechamento do curso e o corte de investimentos na instrução popular eram partes constitutivas do projeto político republicano em implementação.<sup>309</sup>

Ou seja, o Estado optou por descontinuar os investimentos nas escolas noturnas do que investir mais nessa política. Diversos jornais operários do estado passaram a criticar o governo por essa decisão, sobretudo por optar investir em eventos da elite e não nas políticas voltadas às classes baixas e aos trabalhadores. Inclusive, reclamando da falta de recursos para a formação dos professores que eram responsáveis pela educação dos filhos dos menos favorecidos<sup>310</sup>.

No Paraná, a falta de recursos foi usada como justificativa para sancionar o fechamento de 168 escolas na província em 1888. Noemi Santos analisou que essa medida, que teve como argumento o problema orçamentário na verdade visava impedir que quase 3 mil crianças pobres e de áreas rurais ficassem sem estudar apenas três meses após a Abolição da Escravidão. A população acabou criando protestos para evitar que essa medida se prolongasse.<sup>311</sup>

Assim como em quase todas as províncias do Império, no Amazonas e Pará a implementação das escolas noturnas começou a ocorrer na segunda metade do século XIX. A primeira escola noturna de alfabetização em Manaus foi criada pela lei nº 325 de 16 de maio de 1872, em uma sessão na Câmara Municipal da cidade. Já em Belém, o ensino noturno foi efetivado em 1871, “numa sala cedida pela câmara municipal”<sup>312</sup>.

A partir desses marcos, vamos observar uma grande difusão do ensino noturno pela região. Segundo dados do relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1871, o Pará e o Amazonas estavam entre as primeiras províncias a fomentar essa prática. No

---

<sup>309</sup> PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul)” In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, 2002, pág. 8.

<sup>310</sup> Ibid, pág. 9.

<sup>311</sup> DA SILVA, Noemi Santos. *Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação* (Paraná, 1853-1910). Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2023, pág.. 251-254.

<sup>312</sup> BRITO, Elias Santos de; MELO, Clarice Nascimento de. “Pobreza e conflitos políticos nas Escolas Noturnas do interior do Grão-Pará (1871-1879)”. In: *Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, Ano V, n.1, 2025, pág. 1.

caso do primeiro, através de recursos públicos, e do segundo, por meio de “esforços dos cidadãos”<sup>313</sup>.

A década de 1870 foi um marco na inauguração das escolas noturnas em ambas as cidades. Na província vizinha, logo foi se espalhando pelas localidades interioranas quase de maneira concomitante com as aulas na capital. Vigia tornou-se a primeira cidade do interior do Pará a inaugurar escola noturna que foi dirigida pelos professores Francisco Ferreira de Vilhena Alves e Francisco Quintiliano de Araújo Nunes.<sup>314</sup>

Temos outros exemplos de cidades que estavam abrindo suas escolas noturnas naquela região, entretanto a condição desses locais acabava por chamar a atenção da imprensa.

A sala suja, móveis velhos, objetos usados, o cenário característico para críticas [...], jamais seriam notadas se denúncias não publicadas nos periódicos, falsas ou verdadeiras, chegassem à tona, as autoridades pedagógicas não se ocupavam em apurar a veracidade das informações.<sup>315</sup>

Quanto menos gastos tivessem, seria melhor e as escolas noturnas demandam orçamentos maiores para os poderes públicos. Elias Brito e Clarice Melo trouxeram o exemplo da cidade de Bragança no Pará em que a municipalidade havia incentivado a criação da escola, porém sem recursos não havia lugar para que ela funcionasse. Contudo, para que a escola abrisse, as aulas deveriam ser “na mesma residência do professor”, evitando assim “seu fechamento e aumento de despesas”.<sup>316</sup>

Se em seu início as escolas noturnas das grandes localidades sofriam com problemas de recursos, ao abordar as escolas do interior do Pará nota-se que esses problemas eram ainda piores. Muitos professores trabalhavam sem receber seus proventos e, em muitos casos, as escolas “funcionavam por intermédio do professor que a sustentava na iluminação comprando querosene ou outra substância inflamável para clarear o ambiente da sala de aula”<sup>317</sup>.

Com base na literatura sobre escolas noturnas, nota-se uma grande importância que os estudiosos do pós-abolição têm dado a essa questão. A maioria dos estudos analisados foram da ótica de criação de escolas noturnas para a população negra durante

---

<sup>313</sup> *BRASIL*, 1871, Pág. 25.

<sup>314</sup> BRITO e MELO, Op. Cit, pág. 4.

<sup>315</sup> Ibid, pág. 8.

<sup>316</sup> Ibid, pág. 10.

<sup>317</sup> Ibid, pág. 15.

o início da República, ou para libertos no final do Império. Isso mostra a importância que a educação teve como mecanismo de mobilidade social de ex-escravizados no pós-abolição.

Portanto, a Lei Saraiva, já discutida anteriormente, ao mesmo tempo que excluía a população negra, os pobres e os trabalhadores do cenário político, também dava esperanças para eles acessarem esses espaços. A própria criação e manutenção das escolas noturnas por essas pessoas era um exemplo claro de mudança de sentido e da busca por cidadania.

### **3.2. A difusão das escolas noturnas pelo norte do país**

Foram muitas as tentativas de implementação das escolas noturnas, tanto por grupos de trabalhadores quanto por populações negras ao final da escravidão, assim como no pós-abolição. A reflexão está em torno da criação e consolidação delas no norte do país e em como elas tornaram-se importantes mecanismos de mobilidade social por parte dos sujeitos subalternos.

Não será possível mensurar a quantidade de escolas noturnas criadas tanto no Amazonas quanto no Pará por conta da escassez de fontes para tal empreitada. Entretanto, as fontes nos apresentaram diversas tentativas de criação e manutenção delas desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Muitas ligadas a grupos associativos, assim como aos diversos segmentos de trabalhadores. As fontes não apontam números tão exatos sobre a quantidade de escolas e muito menos sobre a quantidade de alunos matriculados. Porém, as análises a contrapelo das fontes dão o caminho para a possibilidade de descortinar parte dessas histórias.

A abertura de escolas por particulares precisava ser autorizada pelos órgãos reguladores dos estados. Em 1909, foi publicado o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas, e nele veio constando algumas regras. O ensino particular, onde se encaixa a maioria das escolas noturnas abertas por trabalhadores, era livre. Além disso:

1º - Todos os estabelecimentos de ensino particular são obrigados a enviar mensalmente à Diretoria Geral, por intermédio da Inspetoria do Ensino, uma relação dos seus alunos com a frequência e aproveitamento de cada um.<sup>318</sup>

---

<sup>318</sup> Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas, 1909, pág. 6.

Além disso, a permissão teria que ser feita ao Diretor Geral, o mesmo iria ouvir o Conselho de Instrução para conceder ou não a abertura de escolas. Outro ponto importante do regimento era a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa durante todo o ensino. Diante disso, compreende-se que existia uma facilidade de abertura dessas escolas com uma fiscalização bastante atuante. Entretanto, chama a atenção que em nenhum momento, ao longo das quase 200 páginas do regimento, as escolas noturnas são mencionadas. Esse esquecimento é bem sintomático, e pode sinalizar a falta de importância dada pelo poder público.

Grupos associativos, como Atheneu das Artes, fundado ainda nos anos 1860, também criou a sua escola noturna. Ela funcionava como recurso de alfabetização dos artífices da cidade, que eram considerados como o futuro desse grupo de trabalhadores. Marcos Braga evidenciou que a escola chegou a funcionar na residência de alguns professores:

Em um primeiro momento, a escola funcionou na residência de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha – militante republicano radical que viveu e atuou tanto no Pará quanto no Amazonas – e depois da saída deste para a província vizinha, foi transferida para a casa do capitão José Justiniano Braule Pinto, então presidente da associação.<sup>319</sup>

A falta de local era uma característica comum das escolas noturnas, o que corrobora de fato para mostrar como era difícil manter funcionando esses espaços. Essa característica não era diferente nas escolas fundadas por grupos associativos vinculados aos trabalhadores, sendo as casas dos professores o principal espaço não convencional para manter o funcionamento das escolas.

Temos alguns exemplos de escolas noturnas fundadas na cidade de Manaus. No bairro Espírito Santo, a escola noturna municipal funcionava com aulas entre 6 horas da tarde até 9 horas da noite. As matérias ensinadas eram leitura, caligrafia, aritmética, álgebra, ortografia, sistema métrico decimal e doutrina cristã. As inscrições ocorreriam na Câmara Municipal. Seriam admitidos alunos de qualquer idade, nacionalidade e religião, exceto os menores de 7 anos, os que sofreram moléstias incuráveis e de conduta irregular.<sup>320</sup>

---

<sup>319</sup> BRAGA, Marcos Lucas. “Homens do trabalho, filhos do povo” – os artistas manauaras entre as décadas de 1870-1880: organizações e manifestações coletivas. In: *Revista eletrônica discente do curso de História – UFAM*, Vol. 5, 2021, pág. 361.

<sup>320</sup> ESCOLA NOTURNA MUNICIPAL, *Jornal do Amazonas*, 29 de agosto de 1875, pág. 4.

No início da década de 1890 o Partido Operário de Manaus fundou sua escola noturna, que funcionava todos os dias, exceto às quintas, das 7 às 9 horas da noite. Era localizada na Praça 5 de setembro, nº 42.<sup>321</sup> Por tratar-se de um partido pluriclassista, a iniciativa da escola era para que trabalhadores das mais diversas classes pudessem ter acesso à educação. Ela chegou a funcionar no mesmo prédio do próprio partido como estratégia de manutenção da escola.

Anos depois, em 1908, houve outra experiência com a sociedade Luzitânia Repatriadora, uma associação vinculada a grupos de origem portuguesa, que decidiu fundar sua própria escola noturna a fim de “ensinar a ler, escrever e a contar” a todos os adultos. Eles também iriam abrir uma lista para o interior, mostrando que a expansão da educação era uma estratégia pertinente de vários grupos associativos.<sup>322</sup> É interessante notar que diversas associações buscavam manter sua própria escola noturna a fim de fomentar a instrução de seus sócios e públicos.

Neste diapasão, nas Mensagens do Governador do Pará, o número de estudantes matriculados nas 8 escolas noturnas de Belém no ano de 1925 era de 485. Já as 2 escolas noturnas instaladas no interior do estado somavam 57 estudantes. Esses números eram muitos inferiores aos quase 17 mil estudantes de todo o estado que estavam matriculados naquele ano.<sup>323</sup>

Nos dois exemplos acima percebemos, em momentos diferentes, que as escolas noturnas ganharam força e destaque na sociedade daquele momento. Seja pelos orçamentos destinados a elas, seja pela quantidade de estudantes matriculados, nota-se uma maior profusão dessas escolas por meio de todas essas políticas.

Outras experiências de consolidação das escolas noturnas ocorreram em várias cidades do país. No que tange aos grupos de trabalhadores, é possível mensurar que parte deles buscava valorizar o ensino em prol da própria consciência de explorados. Marcos Braga observou que em 1920 alguns sindicatos profissionais solicitaram do diretor de ensino público a abertura de uma escola noturna em Val-de-Cans, em Belém, para meninos ou meninas, adultos ou menores. Braga também constatou que:

Uma das pautas levantadas pelos trabalhadores da construção civil que se manifestaram em greve em abril de 1919 foi a construção, às expensas dos patrões, de escolas noturnas para seus filhos, além do

---

<sup>321</sup> ESCOLA NOTURNA DO PARTIDO OPERÁRIO. *Diário de Manaus*, 18 de janeiro de 1893, pág. 3.

<sup>322</sup> *Jornal do Comércio*, 8 de março de 1908, pág. 2.

<sup>323</sup> Mensagens do Governador do Amazonas, setembro de 1926, pág. 20.

estabelecimento da obrigatoriedade das habilidades de saber ler, escrever e contar para que os meninos maiores de 14 anos fossem admitidos como aprendizes nos ofícios do ramo.<sup>324</sup>

Para Luciano Everton Costa Teles a busca da “cidadania operária” se dava por meio de três elementos: a associação, o partido político e a imprensa<sup>325</sup>. O segundo ponto nos interessa, pois a profusão desses partidos foi importante exatamente por conta da criação de algumas escolas noturnas destinada aos operários, sobretudo aqueles ligados aos socialistas. Isso se justificava porque eles entendiam que a instrução levava a uma vida política pública.

### **3.3. Entre os estatutos das associações e a imprensa: consolidação das escolas noturnas dos trabalhadores no comércio em Manaus e Belém**

Em praticamente todas as sociedades mutualistas a educação tinha relevância entre os membros diretores. Os caminhos para acesso ao conhecimento poderiam variar, mas principalmente ocorriam no fomento à criação de escolas e cursos, além de uma biblioteca de cada associação. O mundo associativo cada vez mais demandava o letramento dos seus membros, seja para a leitura de panfletos e jornais, ou para a escrita.

Através do Decreto nº 7.566 de 23 de dezembro de 1909, foi criado em quase todos os estados do país as Escolas de Aprendizes Artífices. Um dos objetivos dessa criação era fazer com que as crianças adquirissem “hábitos de trabalho” e que “os afastará da ociosidade” e dos vícios<sup>326</sup>. Uma das primeiras políticas que visava, de fato, educar para o trabalho e que estava intimamente ligado ao recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A partir do ano seguinte, em 1910, o Amazonas e o Pará abriram suas escolas de aprendizes artífices, a primeira com 70 alunos e a segunda com 95 estudantes<sup>327</sup>. O índice de abandono era alto, porque quando se adquire conhecimentos básicos do ofício

---

<sup>324</sup> BRAGA, Marcos Lucas Abreu. *Anos Vermelhos: classe, gênero e nacionalidade no movimento operário de Belém do Pará, 1917-1920*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2023, pág. 109.

<sup>325</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2008, pág. 124.

<sup>326</sup> Decreto nº 7566 de 23 de dezembro de 1909.

<sup>327</sup> CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. “Nilo Peçanha e a criação das escolas de aprendizes artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914”. In: 7º Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Pág. 07.

pretendido, os alunos entendiam que não havia mais necessidade de frequentar as aulas e iam em busca dos seus empregos no mundo do trabalho.<sup>328</sup> O que de certa maneira acabou sendo um problema para os órgãos oficiais.

A experiência com as escolas de alunos artífices foi paralela às escolas noturnas dos trabalhadores do comércio. Entendemos que ambas as vivências ajudaram a entender como a educação para o trabalho era vista nos primeiros anos da República no Brasil. Essas práticas exemplificam a mentalidade da época, muito influenciadas pelas questões educacionais e do trabalho como algo moral.

Ana Luiza Jesus da Costa chamou de *educação pela cultura associativa* cerca de três características fundamentais oriundas das análises dos estatutos das associações classistas. São elas: “1) ensejo ao envolvimento dos trabalhadores com o universo letrado; 2) normalização do comportamento moral, civil e associativo; 3) aprendizado das regras da vida política e dos direitos.”<sup>329</sup>

A autora nos apresentou a Liga Operária do Ypiranga em que os membros encaravam o processo de alfabetização como algo coletivo, ou seja, o analfabetismo era um problema de todo o grupo. Para isso, os seus estatutos anunciavam “que todo sócio tem o dever de aprender a ler e escrever”, mas que isso não seria impeditivo para votar nos seus representantes<sup>330</sup>. Entre os trabalhadores do comércio também existiu preocupação parecida, sobretudo no fomento à instrução.

Os estatutos das associações delimitavam suas ações, no caso da Associação Comercial do Pará em seu artigo 3º inciso 10º declarava: “Promover a instrução dos empregados no Comércio, por meio de escolas práticas ou profissionais, conferências ou qualquer outros meios de que possa resultar proveito às classes associativas”. Já os estatutos da Sociedade Phenix Caixeiral Paraense dedicou várias linhas que versavam sobre essa proximidade com a educação:

2º Manter um curso comercial composto das seguintes disciplinas: português, francês, inglês, aritmética, escrituração mercantil e contabilidade. [...]

Art. 74 - As aulas serão noturnas e funcionarão de acordo com a diretoria e professores.<sup>331</sup>

---

<sup>328</sup> Ibid, pág. 08.

<sup>329</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. “Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930)”. In: *Educ. Pesqui*, São Paulo, v. 44, 2018, pág. 13.

<sup>330</sup> Ibid, pág. 15.

<sup>331</sup> Estatutos Sociedade Phenix Caixeiral Paraense, 1917.

O trecho acima demonstra que as aulas funcionavam no período da noite exatamente para contemplar os caixeiros após um dia longo de trabalho. Tudo funcionava para que os trabalhadores pudessem participar das ações planejadas pelo corpo dirigente das associações visando um processo mais ágil de educação.

Os estatutos da sociedade Atheneu Comercial do Pará mencionavam que ela havia sido criada para fins exclusivos de lazer tais como reuniões familiares, saraus e outros. Entre suas principais aspirações também estava a manutenção de aulas de dança e música. Também buscava estabelecer aulas de escrituração, ciências e línguas, além da manutenção de uma biblioteca com livros que fossem úteis aos sócios.<sup>332</sup>

De todas as associações paraenses mencionadas aqui, a Sociedade Phenix Caixeiral Paraense foi a única que sinalizou em seus estatutos a abertura de uma escola. O capítulo IX era destinado a falar acerca das aulas que seriam oferecidas por eles e ao longo de 7 artigos observamos como essa sociedade tentava lidar com a educação dentro de seu arcabouço. Entre as normas estava a deliberação que as aulas seriam noturnas e teriam que ter ao menos 10 alunos para não serem descontinuadas. Ao final do ano letivo, todos os estudantes passaram por exames no mês de outubro visando medir os conhecimentos adquiridos e só após isso eles receberam os certificados.

Art. 76 – O sócio que desejar matricular-se nas aulas da Sociedade deverá inscrever-se no livro destinado a esse fim, devendo pagar no ato da inscrição a importância de 5\$000 por cada matéria que se inscrever.<sup>333</sup>

O artigo acima evidenciou algo curioso que chamou a atenção. A cobrança para participar das aulas noturnas não era algo comum em outras sociedades. Esse mecanismo surgiu como uma maneira da diretoria da associação manter as aulas ao efetuar os pagamentos dos professores, mas também como uma maneira do próprio grupo de trabalhadores do comércio se diferenciar dos demais. Entretanto, outras sociedades agiam diferente, por exemplo, as aulas noturnas da escola da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) não tinha cobrança para seus sócios.<sup>334</sup>

Entre as aulas ofertadas pela associação paraense estavam o Português, o Francês, o Inglês, a Aritmética, a Escrituração Mercantil e a Contabilidade Comercial, todas voltadas para pensar no bem-estar social de seus sócios e os preparar ainda mais para o

---

<sup>332</sup> Estatutos Atheneu Comercial do Pará. Diário Oficial, 07.02.1900, pág. 282

<sup>333</sup> Estatutos Sociedade Phenix Caixeiral Paraense, 1917.

<sup>334</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 12 de julho de 1908.

trabalho. A sociedade teve vida longa e em 1949 foi autorizado o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, mantida pela Phenix Caixeiral do Pará com sede na cidade de Belém do Pará.<sup>335</sup> Com o fim da associação, anos depois, a Universidade Federal do Pará herdou toda a estrutura.

Como evidenciado ao longo do texto, os trabalhadores do comércio enxergavam na instrução uma maneira de acabar com a exploração, assim também como uma maneira de distinção dos outros grupos de trabalhadores. “Não se tratava de reivindicar o acesso a uma educação comum; ela há de ser diferenciada” e esse processo só seria validado se fosse pensado e elaborado pelos próprios caixeiros<sup>336</sup>.

Além do mais, a ênfase na instrução angariou apoios importantes entre as elites, incluindo-se aí o da Associação Comercial do Amazonas, a mais importante agremiação patronal do estado. Em tais condições, em pouco tempo o movimento pela instrução dos caixeiros conseguiu angariar conquistas importantes, como a criação, por parte da municipalidade, de uma “Escola do Comércio”.<sup>337</sup>

Ou seja, a presença da instrução entre esse grupo de trabalhadores era bem específica. Nos estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Pará em seu capítulo VII, era destinado a falar sobre a instrução dos trabalhadores e era dividido em duas seções. Na seção I, os três artigos focaram na organização da biblioteca e como seriam adquiridos os livros e de como funcionavam os empréstimos e consultas, além também de explicitar que teria um regulamento próprio para essa prática<sup>338</sup>.

A biblioteca da associação demonstrava a importância que davam à instrução de seus sócios e do tamanho do valor dela. Em praticamente todas as sociedades a figura do bibliotecário estava presente, tendo inclusive cadeira cativa na direção de algumas associações, como foi Paulo D’Azevedo Perdigão, bibliotecário da Associação dos Empregados no Comércio do Pará em 1899.<sup>339</sup>

A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas divulgou que em 1908 havia comprado cerca de 2.500 volumes para equipar a sua biblioteca, algo que demandava um investimento alto. Esse número se somaria ao já existente e comporia de

---

<sup>335</sup> Decreto nº 26.688, de 23 de maio de 1949.

<sup>336</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Identidade Operária e associativismo caixeiral: Manaus, 1880-1910”. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 70, n. 2, 2022, pág. 282.

<sup>337</sup> Nas próximas páginas iremos abordar de maneira mais detida sobre a criação da Escola Municipal do Comércio. Ver: *Ibid*, pág. 283.

<sup>338</sup> *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

<sup>339</sup> *O Pará*, 28 de janeiro de 1899.

maneira profunda o acervo do espaço que seria inaugurado na sequência.<sup>340</sup> Era comum ocorrer doações de obras para compor o acervo da biblioteca por parte de pessoas importantes aos caixeiros, como fez João Maranhão, uma figura atuante dentro do jornal da associação.<sup>341</sup>

O jornal também teve um espaço destinado a divulgar as doações de obras para a sua biblioteca. Na imagem abaixo vemos 92 exemplares doados por Simon Horner em que continha títulos clássicos da literatura mundial como *Viagem ao Centro da Terra* e *Uma Cidade Flutuante*, ambos do escritor francês Júlio Verne, publicados na década de 1860, além de *Os Degenerados* de Máximo Gorki, publicado em 1868.

Imagem 15 – Doações a Biblioteca da AECA

| Bibliotheca da Associação                                                                                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Como promittimos no numero passado começamos hoje a publicar a relação das obras feitas á Associação dos Empregados no Commercio e destinadas a enriquecer a sua bibliotheca. |           |
| Pelo associado sr. Simon Horner:                                                                                                                                              |           |
| A casa e vapor                                                                                                                                                                | 2 volumes |
| Aventuras do capitão Hatteras                                                                                                                                                 | 1         |
| Descoberta da Terra                                                                                                                                                           | 1         |
| Viagem ao centro da terra                                                                                                                                                     | 1         |
| O bilhete de loteria                                                                                                                                                          | 1         |
| Mulher do capitão Harlan                                                                                                                                                      | 1         |
| Cesar Cascahel                                                                                                                                                                | 1         |
| Piratas do Archipelago                                                                                                                                                        | 1         |
| Os quinhentos milhões da Begun                                                                                                                                                | 1         |
| O regresso                                                                                                                                                                    | 1         |
| Reinar e Conquistador                                                                                                                                                         | 1         |
| O odio de tesar                                                                                                                                                               | 1         |
| Justica                                                                                                                                                                       | 1         |
| Constantinopla a scutari                                                                                                                                                      | 1         |
| O Baio Verde                                                                                                                                                                  | 1         |
| A Escola dos Robsons                                                                                                                                                          | 1         |
| A Ulla Errante                                                                                                                                                                | 1         |
| O camião da França                                                                                                                                                            | 1         |
| Uma cidade Flutuante                                                                                                                                                          | 1         |
| O naufrago do Chynthea                                                                                                                                                        | 1         |
| Exploradores do século XIX                                                                                                                                                    | 1         |
| A volta do mundo em 80 dias                                                                                                                                                   | 1         |
| O homem das aguas                                                                                                                                                             | 1         |
| Cinco semanas em balão                                                                                                                                                        | 1         |
| Da terra a lua                                                                                                                                                                | 1         |
| A roda da lua                                                                                                                                                                 | 1         |
| Vinte mil leguas submarinas                                                                                                                                                   | 1         |
| A perdicão da Mulher                                                                                                                                                          | 1         |
| O Primo Basilio                                                                                                                                                               | 1         |
| O Rigado                                                                                                                                                                      | 1         |
| Os tres Mosquiteiros                                                                                                                                                          | 1         |
| Os mohicanos de Paris                                                                                                                                                         | 1         |
| Memorias d'um medico                                                                                                                                                          | 12        |
| A Promessa Sagrada                                                                                                                                                            | 1         |
| As guerras de Napoleão I                                                                                                                                                      | 1         |
| Pedro e João                                                                                                                                                                  | 1         |
| Sorel Philomena                                                                                                                                                               | 1         |
| O Amigo Fritz                                                                                                                                                                 | 1         |
| As Minas de Prata                                                                                                                                                             | 1         |
| Comandador e Barão                                                                                                                                                            | 1         |
| Jehan Lescant                                                                                                                                                                 | 1         |
| Os degenerados                                                                                                                                                                | 1         |
| As ultimas escandalas de Paris                                                                                                                                                | 13        |
| Historia da guerra de 1870                                                                                                                                                    | 1         |
| Livro de Viagem                                                                                                                                                               | 1         |
| O azougue                                                                                                                                                                     | 1         |
| O Busto e o de Hamires                                                                                                                                                        | 1         |
| A Princesa de Boivão                                                                                                                                                          | 1         |
| O Segredo do capitão-mor                                                                                                                                                      | 1         |
| O vingança do Sargento                                                                                                                                                        | 1         |
| Bertha Sertanejos                                                                                                                                                             | 1         |
|                                                                                                                                                                               | 92        |

Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 12 de julho de 1908.

Em edição posterior do *Tribuna do Caixeiro*, foi noticiado que Lino Aguiar & Cia fez a doação de 11 volumes e Anthero de Sá, outra figura ilustre da associação, também havia doado outros 11 volumes para a Biblioteca.<sup>342</sup> Outros 114 volumes foram doados pelo associado José de Souza Guimaraes.<sup>343</sup> A biblioteca da Associação também recebia relatórios e documentação de outras sociedades e funcionava como uma espécie de

<sup>340</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 21 de abril de 1908.

<sup>341</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 5 de junho de 1908.

<sup>342</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 26 de julho de 1908.

<sup>343</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 9 de agosto de 1908.

arquivo ao ter esses documentos sob sua guarda, como foi o caso das documentações da Sociedade Beneficente Portuguesa que solicitou que parte de sua documentação ficasse sob a guarda da AECA<sup>344</sup>.

É importante destacar que os sócios que não devolvessem as obras emprestadas no prazo estabelecido pagaria multa a associação. Em janeiro de 1909 a biblioteca da AECA recebeu a quantia de 10\$000 proveniente dessas multas.<sup>345</sup> Em um de seus auge, a biblioteca chegou a contar com 5.500 exemplares e só no ano de 1913 teve 1.300 consultas, mostrando que era bem visitada por seus sócios e membros.<sup>346</sup>

Retomando os estatutos da Associação Paraense, a sua seção II focava nas escolas, como, por exemplo, na criação do Curso Comercial com aulas de “escrituração mercantil, aritmética, línguas francesa e inglesa” e outras. Além disso, as sessões instrutivas focaram na discussão de pontos da história, da ciência, da literatura e do comércio com conferências ou palestras. Em 1899, segundo o relatório do presidente da associação, estavam matriculados na Escola Prática de Comércio mais de 300 alunos em sua grande maioria caixeiros vinculados à sociedade.<sup>347</sup>

A instrução acabava assumindo um aspecto diferenciado entre os trabalhadores do comércio, inclusive como um caminho que levasse a uma ação mais combativa no futuro, como o caminho político. Segundo as lideranças desses trabalhadores, as aulas noturnas, as trocas no salão da sede social, e outras experiências proporcionadas por eles, serviriam como forma de adquirir ferramentas para lutar por seus direitos.<sup>348</sup> A criação das aulas noturnas pela Associação, de acordo com suas lideranças, tinha como sentimento fortalecer os caixeiros na luta por um futuro próspero. Ainda segundo eles:

A instrução fortalece e encoraja o indivíduo para prosseguir a rota que se traçou, sem desânimos, persuadindo de um triunfo que ele estaria longe de alcançar e até mesmo perceber se sua luz não lhe mostrasse o caminho da verdade.<sup>349</sup>

Nota-se que eles entendiam o processo de instrução como evolutivo no sentido de fazer com que seus pares modificassem seus pensamentos, cujo objetivo seria quando todos alcançassem o triunfo contra a exploração. É importante mencionar que a instrução

---

<sup>344</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 27 de setembro de 1908.

<sup>345</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 17 de janeiro de 1909

<sup>346</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 1º de setembro de 1914.

<sup>347</sup> *O Empregado no Comércio*, 15 de agosto de 1899.

<sup>348</sup> AVANTE, *Tribuna do Caixeiro*, 26 de abril de 1908.

<sup>349</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 14 de junho de 1908.

era a base primordial do processo de construção de identidade entre os caixeiros, os processos educativos guiavam os sujeitos a consolidar de certa maneira suas identidades.

Apesar de suas instituições terem uma certa proximidade com o Estado e até mesmo com os patrões, foi notório perceber que as ações sobre educação e instrução foram maneiras encontradas por eles para criarem uma cultura associativa, mesmo que em diversos momentos tivessem que dialogar com eles. Para Cláudio Batalha, “não significa que a cultura associativa não seja atravessada e marcada pelas diferentes concepções ideológicas atuantes no movimento operário”<sup>350</sup> fosse anarquista ou socialista.

As lideranças caixeirais do Amazonas observavam, de fato, a instrução como um processo evolutivo na luta contra a exploração. Esse processo foi apoiado através das experiências das outras associações caixeirais do país e corroborado pelos trabalhadores do comércio como algo civilizatório. A jornada de trabalho excessiva entre 12 a 15 horas diárias os deixavam numa “apatia dolorosa”. A consolidação da instrução entre eles era intimamente ligada a um vínculo “cada vez mais forte e mais unida” deles.<sup>351</sup>

É possível articular questões em torno do Dia Trabalhador com os caixeiros ao pensarmos a construção de identidade operária. Para além de refletirmos as identidades visíveis que podem ser encaradas como “a habitação nos cortiços ou casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças” partilhadas pelo grupo, é importante articulá-las com as vivências do trabalho<sup>352</sup>. A luta por uma diminuição da jornada de trabalho através do 1º de maio foi uma ferramenta de importância fenomenal e de apoio direto na consolidação de identidades operárias, sejam elas das mais diversas, como o caso dos caixeiros. Assim como a jornada pelo fechamento das portas, o 1º de maio também foi uma data que buscou diminuir a jornada de trabalho para 8 horas diárias.<sup>353</sup>

---

<sup>350</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. BATALHA, C. H. M.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora da Unicamp, 2005, pág. 99.

<sup>351</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 5 de junho de 1908.

<sup>352</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?”. In: *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, v. 12, nº 23/24, 1991/1992, pág. 121

<sup>353</sup> Sobre o Primeiro de Maio e sua difusão pelo país ver: ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas: SP, 1996. BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo Vargas”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011. CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “*Salve Aurora do 1º de maio*”: associativismo operário e gênero na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930). Curitiba: CRV, 2021. KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1987.

Em comemoração ao 1º de Maio de 1909, o *Tribuna do Caixeiro* divulgou um artigo que descreveu a importância da consolidação de um feriado na data, tornando-se “um feriado legal, uma interrupção obrigatória da atividade material”<sup>354</sup>. O sentido atribuído à data pelos caixeiros era o mesmo que os socialistas partilhavam: o de festa. Isso foi perceptível pelo próprio significado dado à instrução pelos socialistas e que era bastante similar ao que os trabalhadores do comércio também pregavam, sobretudo na importância das escolas noturnas.<sup>355</sup>

Em que pese o processo de instrução dos caixeiros do Amazonas, algumas lideranças usavam a imprensa caixeiral para fazer reflexões sobre a apatia de alguns trabalhadores em não buscar a instrução. A justificativa da falta de tempo, aliada com a indiferença, ainda fazia por manter aqueles que não soubessem ler e escrever, segundo a imprensa caixeiral. Em um dos artigos que discutia a instrução, foi abordado que a simples leitura de livros poderia ajudar aqueles que tinham dificuldades mais complexas na escrita e na leitura.

Os artigos lançados no *Tribuna do Caixeiro* acerca da instrução por vezes eram profundos na maneira que atingia os caixeiros que não tinham afeição pela educação. No artigo “Pelo Trabalho e Pelo Livro” ficou evidente que existia um imbróglio entre os trabalhadores do comércio letrados e aqueles que não eram ou não buscavam o letramento.

O caixeiro sem a instrução jamais passaria do ente imbecil desconhecedor dos seus direitos, abandonados a mercê da consciência de seu patrão, vivendo sem outro ideal, que o de receber a exígua retribuição por seu suor.<sup>356</sup>

Para o autor da nota, que não teve assinatura, a instrução de todos os caixeiros ajudaria a fortalecer ainda mais a sociedade fundada por eles e evitaria serem chamados de “imbecis”. Ou seja, a educação ajudaria a associação a espalhar-se mais entre seus pares. O artigo exibiu ainda uma certa preocupação com as aulas da sociedade, pois não tinham: “a frequência devida, e por conta disso a diretoria vê todos os seus planos frustrados”.<sup>357</sup>

---

<sup>354</sup> 1º DE MAIO. *Tribuna do Caixeiro*, 2 de maio de 1909.

<sup>355</sup> CANDIDO, Op. Cit, pág. 65.

<sup>356</sup> INSTRUÇÃO, *Tribuna do caixeiro*, 19 de julho de 1908.

<sup>357</sup> INSTRUÇÃO, *Tribuna do caixeiro*, 19 de julho de 1908.

Ao final de 1908 as notas das disciplinas de Português, de Escrituração Mercantil e de Aritmética foram publicadas com as médias variando entre 15 e 7 pontos.<sup>358</sup> Além das notas mencionadas acima, existiam exames educacionais que testavam o nível de ensino das aulas noturnas e com o Curso Comercial da AECA isso também chegou a acontecer. No final de novembro de 1908, ocorreu o primeiro exame final do curso e o resultado foi publicado no *Tribuna do Caixeiro*.

A introdução ao resultado dos exames veio com muito saudosismo e relatando a importância da associação de criar o Curso Comercial. O exame foi feito com base nas disciplinas de Português, Aritmética e Escrituração Mercantil e os resultados foram vistos como positivos para a Sociedade, mesmo com poucos aprovados em cada uma das disciplinas, como é possível ver na tabela abaixo.

Tabela 11 – Resultado dos exames finais do Curso Comercial de 1908

| Nome                       | Português | Aritmética | Escrituração Mercantil |
|----------------------------|-----------|------------|------------------------|
| Walfredo Augusto de Moraes | 10        | 9          | 7                      |
| Joaquim Coutinho Filho     | 8         | 8          | 4                      |
| Gregorio da Silva Prego    | 7         | 8          | 5                      |
| Accacio D'almeida Aguiar   | 4         | X          | X                      |
| José de Abreu Assumpção    | 4         | X          | X                      |
| Francisco Gomes Rodrigues  | 4         | 8          | 6                      |
| Francisco Martins Coelho   | X         | 8          | 5                      |

Fonte: *Tribuna do Caixeiro*, 29 de novembro de 1908.

Existia mérito entre as notas, onde o 10 era caracterizado como distinção; entre 7 e 9 plenamente; 4 a 6 simplesmente<sup>359</sup>. Apesar de ter sido encarado como resultado positivo, foi possível perceber o número pequeno de estudantes que frequentava as aulas. Essa também foi uma preocupação das lideranças caixeiras da cidade, que apreensivas com as promessas feitas sobre a ligação entre a concessão do fechamento de portas e a instrução, viu essa ligação paulatinamente se quebrando e podendo prejudicar todo o grupo em detrimento de alguns.

<sup>358</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 12 de julho de 1908.

<sup>359</sup> SANTOS, Op. Cit, pág. 328.

Desolador, simplesmente desolador o resultado dos exames realizados nas nossas escolas. De uma turma de 15 alunos preparados para exames, apenas três receberam aprovação. [...]

Lembro-me que há cerca de um ano a Associação dos Empregados no Comércio publicou cinco avisos na imprensa, anunciando a abertura de uma escola noturna. Tal escola não chegou a funcionar, pois a despeito de ser uma escola gratuita e acessível a crianças, operários, etc, não apareceu uma única criatura para se matricular.<sup>360</sup>

Nota-se que, além do número baixo de estudantes matriculados, o nível de ensino que eles absorviam era precário. As lideranças caixeirais da cidade chegavam a questionar a importância que os trabalhadores davam a essa oportunidade tão cara que apenas poucos mostravam interesse.

No início de 1909, semanas após a abertura das inscrições para o Curso Comercial daquele ano, as matrículas para as aulas noturnas estavam tendo pouca procura, tornando-se algo “desanimador”. As lideranças empenharam-se em dizer que a justificativa pelo fechamento das portas era para frequentar as aulas, entretanto na prática não era o que estava ocorrendo:

Lembrem-se que obtivemos o fechamento de portas as 6 horas da tarde, prometendo aos nossos patrões concorrer as aulas para ali nos instruímos; tenham bem vivo na memória que amanhã poderemos ser censurados por aqueles mesmos que ontem nos aplaudiram, apontando-nos num gesto irritado de desprezo a nossa pouca seriedade.<sup>361</sup>

Em diversos momentos esse “pacto” com os patrões acerca do fechamento de portas estava sendo direcionado ao centro da discussão. Segundo as lideranças, era importante que ficasse claro que a falta de compromisso poderia acarretar futuros problemas com os patrões e os órgãos públicos. Talvez isso explicasse os motivos dessa legislação avançar e retroceder em diversos momentos.<sup>362</sup>

O professor da escola, Eduardo Ribeiro, recebeu elogios por sua dedicação louvável à causa da educação.<sup>363</sup> O educador também publicava artigos no *Tribuna do Caixeiro*, e, em um dos textos, ele aclamou a Associação pela passagem de 2 anos de criação.<sup>364</sup>

---

<sup>360</sup> DESOLADOR, *Jornal do Comércio*, Itacoatiara, 11 de novembro de 1917.

<sup>361</sup> MAIS UMA VITÓRIA. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

<sup>362</sup> No próximo capítulo iremos abordar de maneira aprofundada todas as nuances acerca das leis sobre o fechamento de portas.

<sup>363</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 2 de agosto de 1908.

<sup>364</sup> 11 de novembro, Eduardo Ribeiro. *Tribuna do Caixeiro*, 11 de novembro de 1908.

Durante a posse da nova gestão da Associação em janeiro de 1909, o professor Eduardo Ribeiro recebeu o diploma de sócio benemérito da AECA, devido ao trabalho desenvolvido por ele nas aulas. Também durante a cerimônia houve a entrega das cartas dos exames aos alunos aprovados nas matérias do 1º ano do Curso Comercial.<sup>365</sup> Nota-se que existia um empenho grande por parte da Associação em deixar com prestígio tudo que era ligado às aulas noturnas, sobretudo para ajudar na divulgação e no aumento do números de alunos.

Mas nem tudo era positivo no que consiste a instrução dos caixeiros amazonenses. Em 2 de agosto de 1908 Eurico, autor do artigo intitulado “As Aulas” mostrou preocupação com a grande quantidade de alunos ausentes nas aulas da Associação. Ainda segundo a publicação, após quase 1 ano e 6 meses do oferecimento da instrução na Sociedade o número de alunos era pouco frente à quantidade de caixeiros que necessitavam se instruir.<sup>366</sup>

Os motivos da baixa frequência eram variados e poderiam ser desde a “preguiça” dos caixeiros, como chegou a ser abordado em algumas publicações, até o próprio desinteresse pela educação. Mas também em alguns casos os patrões exerciam influência de maneira com que seus trabalhadores não fossem as aulas noturnas, até mesmo a carga horária de trabalho extenuante tornava-se motivo para não ir. É importante fazer uma ligação direta entre a grande pauta de mobilização dos caixeiros, o fechamento das portas, e a instrução dos trabalhadores, como já mencionado anteriormente.

[...] Revela-se (sic) evidentemente o efeito que já começa a produzir a futura lei do fechamento de portas as 6 horas da tarde, tão humanitária para uma classe laboriosa que se quer instruir e educar.<sup>367</sup>

As aulas noturnas e o fechamento das portas às 6 horas da tarde tinham uma relação importante para as lideranças caixeiras. Ao mesmo tempo que discutiam a diminuição da jornada de trabalho, era possível também discutir o que os trabalhadores do comércio faziam nesse tempo livre.

Adesão unânime do comerciante retalhista de Manaus, aceitando o fechamento de seus estabelecimentos as 6 horas da tarde, a fim de facultar ao seu empregado, o tempo que ele reclama para o estudo.<sup>368</sup>

---

<sup>365</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 31 de janeiro de 1909.

<sup>366</sup> AS AULAS, Eurico. *Tribuna do Caixeiro*, 2 de agosto de 1908.

<sup>367</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 4 de outubro de 1908.

<sup>368</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 11 de outubro de 1908.

As lideranças caixerais, por motivo das mobilizações de fechamento das portas, precisavam a todo tempo justificar o encerramento do horário de trabalho às 6h da tarde. Foi nesse contexto que as aulas noturnas da associação ganharam força e foram usadas como justificativa para que os caixeiros tivessem tempo para estudar a noite.

A diretoria da Associação procura conseguir da Municipalidade uma lei humanitária e higiênica para o fechamento de portas do comércio as 6 horas da tarde – que vem incontestavelmente trazer para os seus associados o que há tempo é o seu desejo e vontade de instruir-se.<sup>369</sup>

Os trechos acima nos apresentam exatamente a ligação entre as duas pautas. Essa justificativa soa muito interessante sendo um mecanismo muito bem pensado das lideranças caixerais, pois conseguiriam em uma única ação dois objetivos cruciais para a causa deles. O tempo que os caixeiros ganharam com o fechamento das portas poderia ser dedicados “ao estudo, ao convívio com os mestres, a assiduidade nas bibliotecas e nos grêmios literários”<sup>370</sup>, ou seja, ao mesmo tempo que as lideranças caixerais impulsionaram por uma busca de consciência de classe através da instrução, eles também já vivenciavam essa mesma consciência através das mobilizações pelo fechamento de portas.

Em Manaus, tivemos outra experiência positiva com a criação da Escola Municipal do Comércio, através da Lei 578 de 25 de novembro de 1909. Sem local adequado para seu funcionamento, a AECA cedeu seus espaços para que as aulas pudessem ocorrer pelo menos nos primeiros anos de sua fundação. Sua inauguração só aconteceu em 24 de fevereiro de 1910 com suas aulas ocorrendo apenas no período noturno. Esse momento teve ampla divulgação na imprensa em Manaus.<sup>371</sup>

No ano de sua inauguração, em fevereiro de 1910, foi divulgado um edital de matrícula assinado pelo presidente da escola Arthur Cezar Moreira de Araújo. Nele constava que os candidatos precisam pagar uma jóia de 10\$000 a Intendência Municipal, além de:

1º Provar que está habilitado nas matérias que constituem o curso primário das Escolas do Estado, ou das escolas noturnas municipais, ou prestará exames das mesmas disciplinas indispensáveis à matrícula.<sup>372</sup>

---

<sup>369</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 25 de outubro de 1908.

<sup>370</sup> O FECHAMENTO DE PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, 22 de novembro de 1908.

<sup>371</sup> *Jornal do Comércio*, 21 de fevereiro de 1909.

<sup>372</sup> *Jornal do Comércio*, 07 de fevereiro de 1910.

Além dessa obrigatoriedade, foi exigido também que os estudantes não tivessem nenhum tipo de moléstia contagiante, deveriam ter tomado todas as vacinas e ter uma boa conduta social. A escola recebia recursos da Municipalidade, porém usava emprestado os espaços da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, pelo menos até 1918. Essa informação é importante de ser constatada, pois não havia nenhuma relação com a AECA a não ser pelo uso dos espaços.

Ao final dos anos, como pedia as normas, eram realizados os exames finais. A imprensa de grande circulação divulgou os nomes dos estudantes que realizaram as provas em 1910, assim como as respectivas disciplinas e os nomes dos avaliadores dos exames. Entre as matérias avaliadas estavam Geografia, Francês, Inglês e Aritmética. Vale mencionar que o professor da disciplina de Geografia era o ilustre Agnello Bittencourt. Abaixo é possível ver uma imagem dele divulgada na imprensa.

Imagem 16 – Agnello Bittencourt



Fonte: *Jornal do Comércio*, Manaus, 4 de abril de 1912.

Em abril de 1912, os estudantes da Escola Municipal de Comércio inauguraram um quadro com um retrato de Bittencourt em uma solenidade com várias pessoas presentes. Essa homenagem era por conta de sua importância em ter sido um dos fundadores da escola<sup>373</sup>. Esse momento foi realizado exatamente no dia da comemoração

---

<sup>373</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus 4 de abril de 1912.

de 2 anos de fundação da escola e foram convidadas autoridades federais, estaduais e municipais.<sup>374</sup>

Em 1917, novamente os estudantes prestaram homenagem a ele, agora já como diretor da instituição. A passeata como ato simbólico percorreu diversos locais da cidade e finalizou em frente à sua casa.<sup>375</sup> Bittencourt era um professor conhecido na cidade de Manaus, filho de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, figura pública que havia sido prefeito e governador.<sup>376</sup>

Neste sentido, a quantidade de estudantes matriculados era muito variável, no ano de 1911, por exemplo, haviam 50 estudantes e outros 26 ouvintes. Já em 1912 o número subiu para 99 inscritos nas aulas. Entre os que se formavam de fato como guarda-livros, os números eram ainda menores. Em 1913, uma cerimônia de entrega dos títulos foi realizada na sede da AECA, tendo sido entregue para 6 estudantes.<sup>377</sup> Em 1914, foi noticiado que haviam cerca de 67 solicitações de matrícula para aquele ano<sup>378</sup>. Esses números demonstram uma aceitação grande da sociedade pela escola, chegando em 1917 a 250 matrículas.<sup>379</sup> Entretanto, os números baixos de formados podem ser exemplos das dificuldades do aluno em se manter num curso noturno e trabalhar ao mesmo tempo.

Neste diapasão, também ocorreu um conflito envolvendo os estudantes dos três anos do curso comercial com o professor Antero Veiga que ministrava aulas de Aritmética, de Álgebra e Desenho. Na alegação, os alunos discorreram que ele tinha um método “muito pouco pedagógico”. Por conta disso, os alunos fizeram uma greve e abandonaram as aulas de Veiga, o que resultou na criação de um manifesto. O documento continha a assinatura de todos os estudantes da escola e era endereçada ao Superintendente Municipal.<sup>380</sup>

Na sequência, cerca de 20 estudantes assinaram uma nota e enviaram ao *Jornal do Comércio* falando sobre esse caso. Os jovens alegaram que tanto o Superintendente quanto o Diretor da escola não ouviram suas demandas e disseram para voltarem “às aulas, que não lhes ficava bem esse proceder, revelador de uma censurável

---

<sup>374</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus 7 de abril de 1912

<sup>375</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus 18 de março de 1917.

<sup>376</sup> DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol 6, 2000, pág. 870.

<sup>377</sup> *Jornal do Comércio*, 9 de fevereiro de 1913.

<sup>378</sup> *Jornal do Comércio*, 14 de janeiro de 1914.

<sup>379</sup> *Jornal do Comércio*, 13 de outubro de 1917.

<sup>380</sup> *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1914.

indisciplina”.<sup>381</sup> Esse imbróglio envolvendo o professor e os alunos estava durando bastante tempo e dava pra perceber uma tensão e a possibilidade de perda do curso naquele ano de 1914. Meses depois, foi exonerado do cargo o diretor da Escola Municipal do Comércio, José Estevam de Araújo e Filho, ainda sob as influências de protestos.<sup>382</sup>

É preciso destacar que eram duas escolas diferentes que partilhavam os mesmos espaços físicos da AECA. Primeiro, os associados eram matriculados na escola da própria Associação, aprendendo as primeiras letras e questões educacionais básicas. Na sequência, os que desejassem poderiam cursar as aulas da Escola Municipal de Comércio, mantida pela Municipalidade e cuja o ensino era voltado à formação de Guarda-livros.<sup>383</sup>

Entre as listas dos estudantes que faziam o curso comercial, observamos a presença de alguns nomes femininos que buscavam a formação como guarda-livros. Em 1916, o jornal do *Comércio* divulgou que uma moça estava cursando o último ano do curso comercial e chamava-se Olívia Achoa. Na ocasião, ela havia sido aprovada com grau 7 em francês.<sup>384</sup> Em 1917, no jornal *A Capital*, foi divulgado que Celeste Achão e Agueda Maria de Barros Almeida estavam cursando o 1º ano da escola e Bartyra Pucu de Aguiar era finalista no 3º ano.<sup>385</sup> Também em 1917, as senhoras Maria Antonietta de Araújo e Luiza Ribeiro Menezes prestaram os exames do curso integral da Escola Municipal do Comércio.<sup>386</sup>

A presença desses nomes, mesmo que de maneira acanhada, demonstra que as mulheres estavam tentando conquistar os espaços públicos nas grandes cidades. O início do século XX trouxe experiências traumáticas nos mundos do trabalho para as mulheres, sobretudo devido elas serem analisadas “a partir do crivo moral dos homens”<sup>387</sup>. Ainda durante esse período, muitos trabalhadores chegavam a questionar “que as mulheres tomavam seus espaços no mundo do trabalho, enquanto outros acreditavam que sua presença no mercado de trabalho barateava o preço da mão de obra”<sup>388</sup>.

---

<sup>381</sup> *Jornal do Comércio*, 31 de março de 1914.

<sup>382</sup> *Jornal do Comércio*, 7 de abril de 1914.

<sup>383</sup> *Jornal do Comércio*, 11 de novembro de 1917.

<sup>384</sup> *Jornal do Comércio*, 4 de outubro de 1916

<sup>385</sup> *Jornal A Capital*, 15 de março de 1917.

<sup>386</sup> *Jornal do Comércio*, 9 de outubro de 1917.

<sup>387</sup> CANDIDO, Op. Cit, pág. 88.

<sup>388</sup> CANDIDO, Op. Cit, pág. 97.

No que tange a divisão sexual do trabalho, Michelle Perrot havia destacado que o processo de industrialização deixou a divisão sexual do trabalho mais segregativo<sup>389</sup>. Isso impactou diretamente na inserção delas no mundo do trabalho das grandes cidades. Maria Luiza Ugarte Pinheiro havia destacado o papel fundamental da instrução na vida das mulheres amazônidas. A posição estratégica da cidade de Manaus, devido ao grande comércio de borracha, acabou criando ambientes de trabalho na área comercial para as mulheres. Essa questão acabou possibilitando uma abertura maior do mercado de trabalho para elas através da instrução, para além da profissão no magistério.

A instrução formal, incluindo noções de álgebra, aritmética e o ensino da língua portuguesa (eventualmente o ensino de francês) por parte de um contingente cada vez maior de mulheres, qualificava-as para o exercício de novas profissões em um mercado de trabalho que se expandia e se diversificava num ritmo frenético.<sup>390</sup>

Esse momento acabou sendo propício para elas adentrarem ao universo da instrução, bem como do ensino profissional, que era o caso das escolas de comércio. Por fim, após a formação, elas estavam aptas a participar das atividades comerciais, sendo parte importante desse grupo tão diverso, como eram os caixeiros, trazendo ainda mais diversidade a eles.

Na Bahia, durante a Primeira República, também existiu a presença de mulheres trabalhando como caixeiros. Apesar do percentual baixo (1,75%) os números nos davam uma dimensão de que elas estavam conquistando outros espaços de trabalho, diferentes dos que eram destinados a elas<sup>391</sup>. Luciane Dantas destacou que no Amazonas, no mesmo período, o magistério era o lugar prioritário e mais aceitável para as damas trabalharem.<sup>392</sup> Além disso,

A partir de 1920 na cidade de Manaus, curiosamente as mulheres eram maioria justamente nas profissões que se cristalizaram como femininas – Magistério (81.1%), serviço doméstico (63.9%) e vestuário (74.7%).<sup>393</sup>

No Censo de 1920, as mulheres apareciam ocupando 3.8% das vagas no comércio da cidade de Manaus. Esses números acabam sendo exemplos de como elas conseguiram

---

<sup>389</sup> PERROT, Michelle. Op. Cit, pág. 253

<sup>390</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A mulher na imprensa amazonense, 1900-1950: algumas reflexões”. In: Anais XXVII Simpósio Nacional. Natal, 2013, pág. 7.

<sup>391</sup> DE JESUS, Vitor Santos. *Mutualismo e Caixeiros na cidade de Salvador durante a Primeira República: delineando identidades, conflitos e trajetórias*. Pág. 7.

<sup>392</sup> CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, Pág. 123.

<sup>393</sup> CANDIDO, Richard. Op. Cit. pág. 85.

adentrar no mundo do trabalho na cidade de Manaus, mesmo que de maneira acanhada. Mary Angela Costa Tourinho traz as experiências de várias mulheres que atuavam como comerciantes e caixeiros em Parnaíba entre 1930 e 1950. A autora trouxe o exemplo de Maria de Lourdes da Costa França, que entrou em 1945 como auxiliar de comércio em uma loja e se aposentou na mesma loja em 1980 como gerente. A trabalhadora expressava em suas memórias as maneiras como ela teve que buscar a manutenção de seu emprego por todos esses anos.<sup>394</sup>

Neste ínterim, a maneira como as lideranças expunham as aulas noturnas era repetitiva. Isso deve se relacionar com a vontade de engajamento na causa caixeiral, mas também para demonstrar a importância do acesso à instrução. São textos repetitivos ao longo de várias edições tentando reforçar o caráter positivo da relação entre o fechamento de portas e a instrução dos caixeiros nas aulas noturnas oferecidas pela AECA. A título de ilustração:

O caixeiro precisa instruir-se para se tornar no futuro o comerciante capaz de resolver com acerto todas as questões que surgem na vida comercial; e é esta instrução que vimos reclamar, senhores, partindo desse princípio harmônico que regula a vida do indivíduo na sociedade. O comerciante retalhista que se conserva suas portas abertas até nove e dez horas da noite, priva, ao seu empregado de desenvolver as suas faculdades intelectuais, contribuindo destarte para o aniquilamento moral de um indivíduo bruto, que lapidado, poderia ser mais tarde o seu digno sucessor.<sup>395</sup>

Portanto, a instrução era uma ferramenta cada vez mais presente entre os trabalhadores no final do século XIX e início do século XX. Os trabalhadores do comércio ao articularem e buscarem formas de melhorias contra a exploração através da educação, criaram elos que ajudavam a construir as suas identidades. Vale destacar que são múltiplas as formas de se enxergar como caixeiro na sociedade daquele momento e, por conta disso, as experiências vivenciadas por eles também era um fator importante de consolidação de identidade.<sup>396</sup>

É importante mencionar que para os caixeiros, além das condições precárias, a jornada de trabalho longa era um fator que atrapalhava o processo de instrução. A

---

<sup>394</sup> TOURINHO, Mary Angélica Costa. Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930-1950). Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, 2015, pág. 194.

<sup>395</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 6 de setembro de 1908, pág. 4.

<sup>396</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.

educação acaba sobrepondo-se inclusive ao lazer, que era tão caro aos outros segmentos da classe trabalhadora. Portanto, percebe-se que para os trabalhadores do comércio a instrução possuía o mesmo valor que o próprio trabalho.

Em síntese, os caixeiros enxergavam a educação como parte do processo cultural de busca por uma identidade. Por vezes eles entendiam que a educação e a instrução deles eram materialmente impossíveis sem a disposição de tempo e vontade. Entretanto, estamos nos referindo a um grupo não homogêneo, um grupo de trabalhadores com suas particularidades e peculiaridades únicas que flertam com explorações latentes como os caixeiros de balcão e até mesmo aqueles mais próximos aos patrões como os Guarda-Livros, mas todos partilhando algum tipo de exploração. Todos esses grupos, juntos, compõem o que chamamos de Trabalhadores do Comércio ou como eles próprios se auto chamavam de Classe Caixeiral.

## CAPÍTULO 4 – LUTAS, DISPUTAS E CONFLITOS: O COTIDIANO DE TRABALHO DOS CAIXEIROS NO NORTE DO PAÍS

O domingo, desde os tempos remotos, por uma crença legendaria e quase universal, é considerado um dia de descanso para os que trabalham e mourejam na infrene batalha do “struggle for life”.<sup>397</sup>

As mobilizações em torno do fechamento das portas do comércio aos domingos foi a grande causa de mobilização entre os caixeiros no país inteiro. As justificativas para esse pedido variam e englobam diversos motivos, entre eles um descanso para que os trabalhadores pudessem permanecer ativos durante a semana, ou um tempo para estudo em que pudessem se instruir melhor para buscar novas forma de sobreviver na sociedade ou até mesmo de galgar novos espaços nos postos de trabalho. O fato é que essa ação foi um dos grandes alicerces de aglutinação desses grupos de trabalhadores.

O fechamento das portas foi uma ação em âmbito internacional em que os trabalhadores do comércio pediam ao Estado para que os estabelecimentos comerciais deixassem de funcionar aos domingos e que durante a semana o expediente durasse até as 18 horas. Os patrões/comerciantes eram demasiadamente contra a ideia, pois alegavam que perderam dinheiro com as lojas fechadas. Por outro lado, a municipalidade surgia com o objetivo de legislar e fiscalizar o cumprimento ou não da lei.

Em muitas das vezes, as alianças, para buscar esse propósito, eram realizadas seja por meio das legislações municipais e dos agentes públicos ou até mesmo por seus próprios patrões. Por diversas momentos, quando era conquistado o direito do fechamento das portas por meio das intendências municipais, os comerciantes uniam-se e reclamavam, inclusive na imprensa, contra a ação.

Os jornais continuariam cheios de artigos pagos, dessa vez, por comerciantes que choravam suas misérias, insatisfeitos com o fechamento das portas e a probabilidade de diminuição das vendas. Mas o grande motivo de indignação, na verdade, era a intromissão dos poderes públicos no que pensavam ser sua vida particular e liberdade individual, leia-se liberdade de comércio. Afinal, pagavam pesados impostos e o município ainda os obrigava a fechar as portas!<sup>398</sup>

Ou seja, a falácia de que os agentes públicos estavam legislando em causas particulares eram cortinas de fumaça para esconder o real motivo da indignação dos patrões: o dinheiro que deixaria de entrar. A imprensa era o principal meio que tanto

---

<sup>397</sup> FERIADOS NACIONAIS E DOMINGOS. *A Federação*, Manaus, 04 de fevereiro de 1896, pág. 2.

<sup>398</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007, pág. 116.

patrões e a municipalidade quanto os empregados no comércio externalizam suas angústias e desgostos para o grande público, assim como suas alianças e projetos para chegar aos seus anseios.

Neste capítulo buscamos entender como se deu o processo de luta e mobilização dos caixeiros no norte do país em torno das mobilizações pelo fechamento das portas. Para além dessas campanhas, descobrimos que alguns desses trabalhadores foram à justiça cobrar direitos que eles julgavam ter, sobretudo por não concordarem com seus antigos patrões em alguns acordos. Essa nova nuance da pesquisa trará novas questões que nos ajudarão a pensar mais profundamente acerca da relação “amistosa” entre caixeiro e patrão, sempre muito difundida entre a historiografia do tema.

#### **4.1. Descanso dominical: os caixeiros e o fechamento das portas do comércio em Manaus e Belém, 1890-1910.**

Há patrões que habituados a dar pouca importância a lei não trepidam em fazer os seus empregados trabalharem nos dias acima citados [domingos e feriados] entre quatro paredes com as portas hermeticamente fechadas não entrando nem um raio de luz tornando-se prejudicial a saúde onde muitas vezes se dá a tuberculose.<sup>399</sup>

O trecho acima foi retirado de um artigo do jornal *Tribuna do Caixeiro* de 1908 em meio a densas discussões sobre o fechamento das portas do comércio aos domingos. Esses debates evidenciaram que os patrões continuariam a burlar qualquer tipo de resolução e até mesmo de lei para continuar funcionando seus empreendimentos comerciais aos domingos. Nota-se uma grande preocupação dos caixeiros com relação à saúde, pois além de terem que trabalhar domingo a domingo ainda enfrentavam condições ruins de trabalho, visto que as lojas funcionavam quase que fechadas “não entrando nem um raio de luz”, como mencionado acima.

Levando isso em conta, o fechamento das portas do comércio surgiu como uma demanda dos caixeiros – entendidos aqui como trabalhadores do comércio – para estabelecer uma delimitação das horas de suas jornadas de trabalho. Em muitos casos, essa jornada chegava a ser de 17 horas, não existindo condições especiais de trabalho relacionadas ao gênero ou a faixa etária. Desde o Império grupos de caixeiros tentaram diminuir as jornadas extenuantes, usando como justificativas para isso, num primeiro momento, questões religiosas vinculadas ao domingo de descanso e, mais para frente, a

---

<sup>399</sup> FECHAMENTO DAS PORTAS, Tasso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 31 de maio de 1908, pág. 2.

necessidade de tempo livre para instrução. Na maioria das vezes, e em várias localidades, as legislações em torno do assunto do fechamento das portas avançava e retrocedia, oscilando em diversos momentos, como foi possível observar através da imprensa.

Segundo Fabiane Popinigis, desde as décadas iniciais do século XIX, os caixeiros da cidade do Rio de Janeiro vinham tentando modificar as práticas de trabalho para que tivessem os dias de domingo como período de descanso. Com a chegada da República, intensificou-se ainda mais esse desejo dos trabalhadores do comércio carioca, o que só acabou acontecendo para alguns segmentos e para outros não:

Desde, pelo menos, a primeira metade do século XIX, já se discutia esse assunto no Rio de Janeiro, e os empregados no comércio, então chamados de “caixeiros”, sonhavam com um dia de folga na sua atarefada semana. Labutavam de domingo a domingo e, muitas vezes, moravam no próprio local de trabalho, com a família do patrão, estando, assim, sob constante vigilância<sup>400</sup>

Lenira Menezes Martinho, também pesquisando sobre os caixeiros do Rio de Janeiro, observou por meio do periódico *O Caixeiro* que, em 1883, os trabalhadores estavam escrevendo diversos artigos no jornal sobre o fechamento das portas aos domingos, onde argumentavam que os patrões sequer os mandavam à missa naquele dia, como era comum à sociedade, e ressaltaram que “se querem ter bons caixeiros, dêem os patrões liberdade aos seus empregados no domingo”<sup>401</sup>.

Em Maceió, os períodos mais emblemáticos das campanhas pelo fechamento das portas aos domingos foram durante a República, por volta de 1891 até início de 1913. Por lá, as campanhas tiveram estrito apoio da Sociedade Auxílio e Perseverança no sentido de “fortalecer seu quadro social, o ambiente de trabalho e discussões internas e a prestação de serviços aos associados e familiares”<sup>402</sup>. Ou seja, para além da imprensa, em Alagoas essa sociedade teve papel crucial nos debates em torno do descanso semanal aos domingos.

É preciso ter em mente que essas mobilizações em torno da luta pelo fechamento das portas foi um dos momentos mais fortes de intervenção pública dos caixeiros. Será muito difícil observarmos eles fazendo greves ou até mesmo mobilizações contra patrões ou contra o Estado, diferentemente de outros grupos de trabalhadores como o caso dos

---

<sup>400</sup> POPINIGIS. Op. Cit, p. 108.

<sup>401</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1993, p. 40.

<sup>402</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011, pág. 214.

estivadores em Manaus<sup>403</sup>, o caso das fábricas têxteis no Rio de Janeiro<sup>404</sup> ou o caso dos trabalhadores da construção civil de Salvador<sup>405</sup>. Apesar disso, não será possível descartar algum tipo de mobilização mais ferrenha entre eles.

Evidenciava-se que essa reivindicação estava presente em várias localidades do país e há muito tempo, como falado anteriormente. No norte também já se discutia sobre o fechamento das portas durante o Império, ainda que pensando essa demanda como algo vinculado aos Códigos de Postura. Em 1877, na Província do Pará, a Câmara Municipal de Campos iria propor uma postura sobre o fechamento das portas das casas comerciais aos domingos e dias santos<sup>406</sup>. Nota-se que essa demanda era algo partilhado entre a classe no país inteiro e desde muito cedo, podendo ser encarada como parte das primeiras discussões sobre direitos para trabalhadores.

Também na região norte do país o jornal *Correio do Norte* veiculou em 25 de agosto de 1909 uma nota intitulada *comentários pessimistas*, em que descrevia os benefícios do fechamento das portas para os caixeiros, além de indicar que a própria noção de “fechar as portas” aos domingos e durante a semana, em horário mais cedo que o habitual, era encarada como progresso e fruto de longas batalhas dos empregados do comércio da cidade de Manaus.

Foi por iniciativa da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, que a generosa e explorada classe dos caixeiros teve a ventura de ver um dia, em plena execução, a lei salutar e benemerita, que mandava fechar o comércio às seis horas da tarde. Essa lei foi para os dignos moços, que dedicam a sua atividade e o seu esforço ao comércio desta praça, uma carta de alforria. O caixeiro vivia preso ao seu esfalfante trabalho durante todas as horas de vigília; o seu repouso media-se pelas horas do sono durante a noite. Afora isto, nenhum descanso lhe era mais concedido! Era, num regime de liberdade, a mais completa e perfeita negação dos mais elementares direitos do homem! Era, num país onde só fez o 13 de maio de 88, um tristíssimo resíduo da suprema vergonha da escravidão!<sup>407</sup>

Além de toda a discussão presente no trecho acima, nota-se que uma comparação com a escravidão também ficou evidente na nota, o que não era muito incomum de

---

<sup>403</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.

<sup>404</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

<sup>405</sup> GUIMARÃES, Luciano de Moura. “Pela lei e contra a lei: lutas e organizações dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922)”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1–30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/75395>. Acesso em: 9 jan. 2024.

<sup>406</sup> *O Liberal do Pará*, Belém, 05 de outubro de 1877, pág. 3.

<sup>407</sup> COMENTÁRIOS. *Correio do Norte*, Manaus, 25 de agosto de 1909, p. 1

acontecer naquele período. A ligação com o passado escravista foi muito recorrente no interior do movimento operário, como destacou Marcelo Badaró Matos. Segundo este autor, essas discussões estão associadas “à exploração burguesa” em que, mesmo após o período escravocrata, ainda persistiam relações de exploração, vindas principalmente do patronato<sup>408</sup>. O manifesto a seguir, publicado no jornal *Diário de Notícias* de Belém do Pará, deu ênfase a como os patrões definiam seus funcionários do comércio:

Os patrões severos consideram os seus caixeiros como um escravo; tratam-no como um carregador de rua; privam-no de se colocar junto a si em uma mesa de jantar, proibem-no de passear, até nas únicas horas de descanso que tem; censuram-no se intervém em suas conversações; enfim, procurar esmagar a classe caixeiral colocando-a no mais ínfimo grau de posição.<sup>409</sup>

Ainda segundo Mattos, muitos desses trabalhadores, no pós-abolição, realmente vivenciaram os paralelos com a escravidão, tendo em vista a sociedade brasileira daquele momento do fim da escravidão e início da República. Contudo, a superação das marcas mais latentes da escravidão poderiam estar “nas organizações e lutas sindicais e políticas”, porém ficou entendido que, mesmo naquele momento, “novas faces de escravidão apareciam por trás das formas assalariadas de trabalho”<sup>410</sup>. Por conta disso, as comparações com o período escravocrata eram recorrentes e nos levam às reflexões de E.P. Thompson que destacava que a classe era composta de homens e mulheres livres que carregavam consigo todas as suas experiências passadas, neste caso a escravidão, e que ajudavam a moldar as relações futuras<sup>411</sup>.

Neste diapasão, os poderes públicos também reconheceram a importância dos desejos dos “moços do comércio” e aprovaram a lei tão importante sobre o fechamento das portas, muito embora esses desdobramentos não terminasse naquele momento. A nota evidenciou que a unanimidade em torno da aceitação do fechamento das portas não ocorreu entre todos os grupos caixeirais:

Agora, porém, surge, no seio do Conselho Municipal, a voz de um homem, que até hoje ainda se não limpou de uma acusação gravíssima que sobre ele pesa, trovejando e clamando, na epilepsia de uma grande raiva injustificada e injustificável, contra a belíssima lei emancipadora e humanitária!...

---

<sup>408</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008, pág. 213.

<sup>409</sup> *Diário de Notícias*, Belém, 29 de dezembro de 1889, pág. 1.

<sup>410</sup> MATTOS, Op. Cit. pág. 214.

<sup>411</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 2: a maldição de Adão. 5º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020, pág. 18.

Por que clama essa voz?... Em nome de que sagrados princípios ou intangíveis interesses sociais treveja essa voz?<sup>412</sup>

A proposição de uma lei como essa acabou causando controvérsia entre alguns segmentos dos trabalhadores do comércio e serviços, como mencionado anteriormente. Para parte deles, todos tinham direito de exercerem suas profissões de maneira livre, fossem eles sapateiros, carreiros, engraxadores ou alfaíates, dentre outros, mas “desde que não alterem a ordem pública nem prejudiquem direitos de outros”. Tal ponderação, acabou confirmando que a heterogeneidade dos trabalhadores do comércio não era apenas relacionada às atividades e ofícios, mas também a ideias, visões de mundo e interesses.

Cabe destacar que a *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas* teve uma importância crucial nas campanhas em prol do fechamento das portas após sua fundação e o tema do “descanso semanal” passou a ser noticiado de maneira corriqueira no *Tribuna do Caixeiro* a partir de 1908. Por ser ligado a Associação notou-se um empenho maior em “abordar o problema para resolução do qual converge uma das mais gratas aspirações dos caixeiros amazonenses”<sup>413</sup>. O editorial de uma das edições de maio de 1908 apresentou uma justificativa para essa luta tão árdua:

Se queremos o descanso dominical é porque nos impõe a necessidade palpitante de entregarmos um dia na semana em que descansamos materialmente, aos trabalhos fecundos da inteligência, preparando o nosso espírito para encarar com serenidade todos os acontecimentos que venham porventura impedir a realização dos nossos desejos completamente harmoniosos com o desenvolvimento moral e material de uma classe que tudo conseguiria se uma orientação sadia unisse-a indissolavelmente.<sup>414</sup>

O descanso semanal, nesta perspectiva, surge como um dia para que os trabalhadores possam realmente descansar e voltar à rotina de trabalho na segunda-feira e não como “ vaidade filha da nossa fantasia”. Entretanto, existiu uma ideia de busca por esse descanso que se diferenciou de outros modelos, sobretudo para aqueles que estão à frente dos editoriais deste jornal ao afirmarem que alcançariam “pela força suasiva da palavra o que os outros só o tem conseguido a poder de esforços e sacrifícios inauditos”<sup>415</sup>. Ou seja, embasados na ideia de conciliação, eles pretendiam conseguir o descanso semanal através do diálogo com o poder público e o patronato e não através do conflito.

---

<sup>412</sup> COMENTÁRIOS. *Correio do Norte*, Manaus, 25 de agosto de 1909, p. 1.

<sup>413</sup> DESCANSO DOMINICAL. *Tribuna do caixeiro*, Manaus, 17 de maio de 1908, pág.1.

<sup>414</sup> DESCANSO DOMINICAL. *Tribuna do caixeiro*, Manaus, 17 de maio de 1908, pág.1.

<sup>415</sup> DESCANSO DOMINICAL, Eurico. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 24 de maio de 1908, pág. 1

Eurico, autor da nota “descanso dominical”, apontou que se os esforços de negociação para a conquista do descanso não avançassem seria apelado “para aqueles cuja eficácia é segura, uma vez que tenhamos do nosso lado a boa vontade do exmo. Sr. Superintendente municipal”<sup>416</sup>. Ou seja, percebe-se que, apesar do tom de negociação com os patrões de maneira “amigável”, existia uma segunda opção de resolução do conflito através das esferas públicas, um outro nível de embate.

A Superintendência Municipal tinha o caráter de fiscalizar as legislações, dentre elas a do fechamento das portas dos comércios das cidades. Em grande medida quem infringiu as regras era multado e mesmo assim ainda continuava a burlar as legislações, deixando evidente que nem sempre a força da lei valia como mecanismo de comprovação do cumprimento de alguma demanda. Era corriqueiro que as leis que versassem sobre o fechamento das portas retroagissem e ora progredirem entre as esferas políticas e públicas, muito por conta das diversas demandas que a sociedade levava ao poder público.

Podemos ter como exemplo o ano de 1904 em que ocorreu a publicação de duas leis que abrangiam o fechamento das portas, a primeira foi a lei nº 348 de 30 de maio de 1904 e a segunda foi a lei nº 371 de 10 de dezembro do mesmo ano. As duas leis foram exemplos desse vai-e-vem da legislação sobre essa questão. A primeira regulariza “o fechamento de portas dos estabelecimentos comerciais aos domingos e dias de feriados da União e do Estado”<sup>417</sup>, enquanto a segunda permitiu que “as oficinas de barbeiro e cabeleireiro que não funcionarem com outro estabelecimento, conservarem aberta suas portas”.<sup>418</sup> Ou seja, a segunda legislação afrouxou a primeira lei, tornando-se um claro exemplo de como entre os próprios caixeiros existiam demandas específicas e que poderiam prejudicar alguns dos grupos envolta da classe.

Essa demanda com os barbeiros trouxe muitos embates entre os trabalhadores ao ponto da imprensa diária divulgar uma matéria assinada por Marcus Aureo referindo-se a uma petição para que as barbearias pudessem abrir aos domingos, uma clara relação com as leis abordadas anteriormente. A nota evidenciou que parte dos trabalhadores do comércio estavam insatisfeitos com as decisões tomadas pela Intendência Municipal acerca dessa questão, assim como o fato de que a aprovação da lei se deu, em boa medida, ancorada num argumento religioso do descanso semanal.<sup>419</sup>

---

<sup>416</sup> DESCANSO DOMINICAL, Eurico. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 24 de maio de 1908, pág. 1

<sup>417</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de janeiro de 1905, pág. 2.

<sup>418</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de janeiro de 1905, pág. 2.

<sup>419</sup> NOTAS AO LADO, Marcus Aureo. *Jornal do Comércio*, Manaus 16 de outubro de 1904, pág. 1.

Essa tradição da folga semanal foi percebida em várias regiões, geralmente em locais com indústrias pequenas e onde tinha a predominância do trabalho doméstico. Por vezes a “folga” às segundas-feiras era correlacionada a um ritmo irregular do trabalho, sobretudo quando era associado a “bebedeiras no fim de semana”<sup>420</sup>. Com efeito, em todo o país a religião surgiu como uma das justificativas para o fechamento das portas, sobretudo aos domingos. Fabiane Popinigis observou que desde meados do século XIX os caixeiros do Rio de Janeiro já usavam os preceitos cristãos para pedir pelo fechamento:

No período imperial, o discurso utilizado pelos interessados no fechamento das portas regia-se pela deferência à religião católica e aos preceitos cristãos. Em 1870, alguns caixeiros enviaram à Câmara uma representação “pedindo” uma lei que determinasse a suspensão dos trabalhos aos domingos e nos dias santificados. Respaldaram-se, como habitualmente faziam, nos preceitos da religião católica e na falta de tempo para se instruírem<sup>421</sup>

Edward Thompson já havia inferido como a disciplina do trabalho era percebida pelos trabalhadores através do viés religioso na Inglaterra do século XVII. Se no Brasil do final do século XIX o domingo era caracterizado como esse dia de descanso, na Inglaterra analisado por Thompson, a segunda-feira que era usada como dia de descanso. Sapateiros, alfaiates, mineiros de carvão, tipógrafos, oleiros, tecelões e alguns outros, eram uns dos poucos grupos que não respeitavam a Segunda-Feira Santa.<sup>422</sup>

Contudo, parte dos trabalhadores manauaras, principalmente os que, em 1904, assinaram a nota à imprensa, discordavam dessa justificativa, sobretudo por conta da República ter excluído a religião como parte inerente do Estado. Para eles:

Se a lei votada há pouco se funda em um princípio religioso, é ilegal porque o Estado não tem religião, tanto é obrigado a respeitar a de Cristo, como a de Maomé, como a de Confúcio ou de Moisés e neste caso teria de decretar descanso para os dias que estas religiões escolheram para esse fim.<sup>423</sup>

Ou seja, para os barbeiros, que peticionaram pela abertura das suas lojas aos domingos, a religião não podia mais ser usada como justificativa. Ainda segundo eles, a ordem social também não poderia ser usada como justificativa pelo fechamento, pois “também não tem razão de ser porque não nos consta que os escanhoadores dos queixos do próximo ofendam direitos de alguém, à ordem social ou a moralidade pública”,

---

<sup>420</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 283

<sup>421</sup> POPINIGIS, Op.Cit, 2007, p. 113

<sup>422</sup> THOMPSON, Op. Cit. pág. 282.

<sup>423</sup> NOTAS AO LADO, Marcus Aureo. *Jornal do Comércio*, Manaus 16 de outubro de 1904, pág. 1.

incitando que são botequins que “tem ampla permissão de envenenarem os seus frequentadores com as suas drogas desde o dia de ano bom até o de S. Silvestre”.

O que esta nota extensa divulgada na imprensa evidenciou é que o grupo dos caixeiros não eram homogêneos e por vezes tinham composição e pensamentos divergentes, assim como qualquer outro grupo de trabalhadores. Para parte deles, essa proibição era por vezes ilegal e, segundo a matéria, a aprovação da lei não fazia parte de medidas republicanas e sim de uma autocracia, em que as diversas profissões estavam sujeitas a diversas regulamentações. A nota foi mais enfática ao comparar os barbeiros com outros grupos de profissionais para além do comércio, como os de serviços, e da sua importância para a dinâmica da cidade:

E se a classe dos motorneiros e condutores, cozinheiros, bolieiros, etc. se lembrassem de pedir a Intendência sua proteção, esta mandaria nos domingos, parar os bondes, fechar os hotéis, suspender o serviço de carros, etc.?

Assim deveria ser, pois estas classes têm o mesmo direito de descanso que os caixeiros, e oficiais de barbeiro. <sup>424</sup>

“A lei é para todos”, finalizou a nota, dando bem a dimensão do desconforto que o grupo dos barbeiros e outros segmentos estavam tendo com a lei do fechamento das portas aos domingos, tendo em vista todos os argumentos nela levantados. Por fim, a solução defendida pela nota era que se deixasse “livre o exercício das profissões”, posição que, contudo, não foi acatada pela municipalidade.

A lei, entretanto, não era uma realidade para todos como afirmado acima. Apesar da legislação em voga, muitos patrões obrigavam seus funcionários a trabalharem de portas fechadas, burlando assim qualquer tipo de vigilância do poder público:

Há patrões que habituados a dar pouca importância a lei não trepidam em fazer os seus empregados trabalharem nos dias acima citados [domingos e feriados] entre quatro paredes com as portas hermeticamente fechadas não entrando nem um raio de luz tornando-se prejudicial a saúde onde muitas vezes se dá a tuberculose. <sup>425</sup>

Nota-se que era bem comum que patrões burlassem as legislações vigentes em prol de sua própria demanda, não só no Amazonas mas no Brasil inteiro como já demonstramos anteriormente. Tasso, autor do artigo “fechamento das portas”, ainda destacou que era importante que os patrões percebessem a necessidade do dia de descanso ao “seu maior amigo, aquele que o ajuda muitas vezes a enriquecer e nem sempre é

---

<sup>424</sup> NOTAS AO LADO, Marcus Aureo. *Jornal do Comércio*, Manaus 16 de outubro de 1904, pág. 1.

<sup>425</sup> FECHAMENTO DAS PORTAS, Tasso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 31 de maio de 1908, pág. 2.

recompensado”,<sup>426</sup> o que reafirma a ideia de que, apesar do conflito, o patrão não era um inimigo latente, muito embora, não recepcionou tão bem a regulamentação do descanso.

Segundo a nota “pro descanso” os comerciantes da cidade definiram que os caixeiros “eram menos que um cão leproso, que batido pela fome, lhe penetra em casa - no olhar mortiço suplicando um osso – por que ao menos este consegue, algumas vezes, inspirar-lhe compaixão”. O tom da nota deixa entender os motivos que fizeram alguns padrões não atenderem essa demanda dos trabalhadores, tendo em vista que já existia uma legislação vigente sobre isso e que consistia apenas “pelo descanso dominical e pelo respeito as leis” e que o apelo “é diretamente dirigido aos comerciantes em geral, e em particular – a Associação Comercial e ao poderes públicos”<sup>427</sup>.

Essa percepção de idas e vindas nas legislações sobre o fechamento das portas do comércio também foi constatada no Rio de Janeiro por Fabiane Popinigris em que a Câmara Municipal da cidade aprovou uma lei em 1880, mas que logo depois teve que ser revogada “por força da pressão dos proprietários”<sup>428</sup>. O fato é que a lei só foi regulamentada de fato em 1911 devido a novas pressões dos trabalhadores do comércio.

As demandas do fechamento das portas chegaram a extrapolar as esferas sociais ou trabalhistas segundo o narrado em uma nota do *Tribuna do Caixeiro*. Nela constou uma denúncia sofrida pela Cunha & Cia e que teria resultado em uma multa por infringir a lei do fechamento das portas aos domingos. Contudo, a empresa venceu a ação em primeira instância, possivelmente por sua influência entre o judiciário local, fazendo com que a ação chegasse ao Supremo Tribunal Federal<sup>429</sup>. Fato é que talvez tenha sido uma das poucas ações criminais que resultou em denúncia contra comércios que abriam aos domingos e que também era muito comum que se desrespeitasse a legislação sobre o fechamento das portas em diversas ocasiões e por diversos momentos.

O *Jornal do Comércio* do Amazonas trouxe um pequeno apelo para que os proprietários das “lojas de fazendas e modas, [e de] retalho” fechassem suas portas às 18 horas, para atender a reclamação “justa” dos caixeiros de Belém.<sup>430</sup> Na edição seguinte do mesmo jornal, a nota publicou quais setores haviam aderido ao movimento, dentre eles

---

<sup>426</sup> FECHAMENTO DAS PORTAS, Tasso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 31 de maio de 1908, pág. 2.

<sup>427</sup> PRO DESCANSO. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 28 de junho de 1908, pág. 1.

<sup>428</sup> POPINIGIS, Fabiane. “As sociedades caixeiras e o ‘fechamento das portas’ no Rio de Janeiro”. IN: *Cad. AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, pág. 113.

<sup>429</sup> DESCANSO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 31 de maio de 1908. Pág. 1.

<sup>430</sup> TELEGRAMAS. *Jornal do Comércio*, Manaus, 07 de fevereiro de 1904, pág. 1.

as chapelarias e as sapatarias iriam trabalhar até as 8 horas da noite nos sábados e vésperas de feriado.<sup>431</sup>

Naquele momento na cidade de Belém existia uma greve em andamento e o fechamento das portas ganhou mais fôlego quando os caixeiros anunciaram que fechariam as mercearias a partir das 19 horas durante a semana. Na verdade, essa greve em andamento por lá se deu devido ao fato da Intendência Municipal de Belém ter colocado uma legislação que cobrava uma taxa de 10% dos trabalhadores do comércio, além da obrigatoriedade de matrícula e as várias multas por conta das constantes desobediências<sup>432</sup>.

Essa legislação impactou efetivamente todo o comércio a retalho da cidade de Belém, nos anos iniciais do século XX. Em 1900 um grupo de caixeiros foram até a Intendência pedir a revogação da lei, porém sem sucesso<sup>433</sup>. É preciso destacar que, apesar de toda essa movimentação e até provável greve na cidade, não foi possível localizar na imprensa da cidade qualquer menção a esse acontecimento<sup>434</sup>. Entretanto, é viável destacar o caráter inovador dessa mobilização do comércio a retalho na cidade, deixando mais evidente que, apesar de não ser comum, ocorriam mobilizações entre os trabalhadores do comércio sim.

Os principais difusores dessas ideias em Belém do Pará foram *O Caixeiro* e *A Voz do Caixeiro*, dois jornais que surgiram no final do século XIX e tiveram como alicerce os interesses dos grupos caixeirais<sup>435</sup>. Sobre o assunto, Marcos Carvalho destacou em sua tese que a questão do “fechamento das portas” acabou ganhando um grande destaque nos dois periódicos e que:

A cobrança que vai começar a ser feita na sociedade pelos caixeiros através da imprensa, implícita e expressamente, reclamava das péssimas condições de vida e trabalho desses trabalhadores do comércio. As solicitações de providências sugeriam punições e ainda o controle dos comerciantes que teimavam em abrir as portas aos domingos. Tal situação resultara em uma pressão das autoridades aos donos de casas comerciais e destes sobre seus funcionários<sup>436</sup>

---

<sup>431</sup> TELEGRAMAS. *Jornal do Comércio*, Manaus, 13 de fevereiro de 1904, pág. 1.

<sup>432</sup> SARGES, Maria de Nazaré. “Os portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém 1900)”. In: SOUZA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima e MATOS, Izilda. *Nas duas margens*. Os portugueses no Brasil. 2009. pág. 181.

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Não foi possível localizar em nenhum periódico disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional qualquer menção a essas mobilizações na cidade de Belém entre 1900 e 1905.

<sup>435</sup> Já abordados no capítulo anterior.

<sup>436</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí, comendo bacalhau*: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX. Tese (doutorado em História). Universidade do Porto, 2011, p. 190.

A campanha pelo fechamento das portas em Belém se intensificou após a publicação de um artigo que noticiou o surgimento da lei no vizinho estado do Maranhão<sup>437</sup>. A partir disso a imprensa local iniciou belas campanhas em prol da aprovação de uma lei parecida no Pará. Tendo conquistado a aprovação da lei em 16 de janeiro de 1890 e, segundo a própria imprensa, foi aprovada por unanimidade no conselho municipal. Os trabalhadores consideraram essa data como libertadora, mas suas lideranças tendem a não aceitar o acontecimento. Para os redatores, esse momento foi encarado como o auge de suas lutas, caracterizando-o, por um lado, como uma das “mais ardentes aspirações”<sup>438</sup>, e, por outro, fazendo questão de deixar claro que muitos outros anseios da classe ainda continuavam em pauta.

A conquista do direito ao fechamento das portas aos domingos, portanto, não era o fim da luta, já que a nota evidenciou que era necessário que os trabalhadores fizessem esse dia valer a pena: “lendo, estudando, procurando ilustrarem-se, para que o caixeiro não continue a ser como é hoje, uma entidade quase que totalmente material”<sup>439</sup>. Em diversas localidades vários patrões obrigavam seus caixeiros e funcionários a continuar abrindo aos domingos, burlando a lei, ao deixarem suas portas semiabertas. Em fevereiro daquele mesmo ano, o jornal insistiu na questão, pedindo que os fiscais municipais agissem com rigor nas fiscalizações, pois essa prática “é um abuso”. A pequena nota do periódico avisou aos comerciantes que continuavam a infringir a lei que teriam como punição a publicação de seus nomes no jornal<sup>440</sup>.

A imprensa caixeiral de Belém notou que a lei aprovada em janeiro de 1890 sobre o fechamento das portas foi caindo no esquecimento. A nota intitulada de “Abuso!” mostrou preocupação com relação a essa questão e que “em breve nós veremos por terra tão humanitária lei”. A nota denunciou ainda que um comerciante da cidade entregava ingressos aos seus clientes por uma porta do corredor para que pudessem ser atendidos aos domingos. A nota finalizou com um aviso à intendência: vigilância!<sup>441</sup>. Isso tornava-se evidente como a manutenção dessa legislação foi cansativa, não só para os próprios trabalhadores, mas também para a intendência municipal, pois a todo momento era necessário que ocorresse intervenção nas casas comerciais para que se respeitasse a legislação.

---

<sup>437</sup> *A Voz do Caixeiro*, Belém, 15 de dezembro de 1889, pág. 2.

<sup>438</sup> *A Voz do Caixeiro*, Belém, 15 de dezembro de 1889, pág. 2.

<sup>439</sup> O CONSELHO..., *A Voz do Caixeiro*, Belém, 9 de fevereiro de 1890, p. 2.

<sup>440</sup> AOS SENHORES..., *A Voz do Caixeiro*, Belém, 9 de fevereiro de 1890, p. 4.

<sup>441</sup> ABUSO, *A Voz do Caixeiro*, Belém, 4 de maio de 1890, p. 4.

Neste diapasão, após a aprovação da lei, o *A Voz do Caixeiro* começou a divulgar os nomes dos comércios que abriam aos domingos na cidade de Belém, como havia prometido antes, e, em 2 de março de 1890, o jornal denunciou a mercearia “O Protetor das Famílias”, informando que ela continuava “a vender amplamente aos domingos”; acusando ainda o seu dono de zombar “descaradamente de nossas leis”. Ainda segundo a nota:

O proprietário deste estabelecimento, leva a sua audácia até o ponto de mandar dizer a todos os seus fregueses, que não comprassem aos sábados, porque nos domingos ele os servirá ainda com mais solicitude, por isso que quem manda em sua casa é ele e não a Intendência Municipal.<sup>442</sup>

A nota acima escancarou uma face dos comerciantes que era a de não temer legislações e ainda agir debochando e alegando que quem mandava em suas casas eram eles próprios. Talvez muito influenciados por uma mentalidade do início da República em que tivemos experiências com leis que não “pegavam” entre a população. Mas neste caso, observamos uma insistência bem constante dos trabalhadores do comércio para que essa lei funcionasse.

Em dezembro de 1899 numa reunião do Conselho Municipal de Belém foi colocado em discussão que uma proposição sobre o fechamento das portas não poderia ser votada naquele momento porque um dos relatores precisava de mais tempo para estudar a amplitude de uma lei como essa em outras localidades do país. O relator ainda deixou evidente que a proposição era específica dos barbeiros, porém Sabino da Luz, um dos conselheiros, questionou a exclusividade dos caixeiros na lei e deixou evidente que os de farmácia também mereciam um olhar especial para o caso do fechamento das portas. Por conta disso o relator pediu que fosse adiada a votação sobre o tema, o que foi aprovado<sup>443</sup>.

É perceptível que, tanto em Manaus quanto em Belém, as ações em torno das legislações sobre o fechamento das portas estavam caminhando de maneira não uniforme, porém num sentido alinhado tanto com as pautas locais e regionais assim como nacional. Esse constante diálogo entre os pólos foi importante para construir a classe dos caixeiros, como destacou Thompson em seu clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa*, nenhum grupo nasce pronto, todas as experiências entre eles precisam ser encaradas como

---

<sup>442</sup> NOTICIÁRIO, *A Voz do Caixeiro*, Belém, 2 de março de 1890, pág. 3-4

<sup>443</sup> CONSELHO MUNICIPAL, *O Pará*, Belém, 23 de janeiro de 1900, pág. 2.

processo histórico.<sup>444</sup> Para isso, soa importante as vivências entre esses grupos nos mais variados espaços físicos, seja em Manaus ou em Belém ou no Rio de Janeiro ou na Inglaterra, por exemplo.

Em novo artigo publicado no *Tribuna do Caixeiro*, Eurico, autor da nota, evidenciou várias questões que amparavam a legalidade do fechamento das portas, seja usando a justificativa da instrução dos trabalhadores ou mesmo como apenas um dia de descanso e que “poderiam apelar junto ao exmo. Sr. Superintendente municipal, para que em defesa da justiça, fazer cumprir a lei do fechamento de portas”<sup>445</sup>.

Nota-se, nesta passagem, que o conflito não era uma saída para chegar ao tão sonhado descanso dominical pois “preferimos estar de acordo com os nossos patrões de quem somos os maiores amigos, esperando a evolução natural”<sup>446</sup>. Ou seja, preferiam acreditar numa evolução natural do patronato que os levasse à aceitação e cumprimento da lei de fechamento das portas ao invés de se posicionarem contra eles de maneira mais incisiva, fazendo greves e mobilizações.

Segundo Fabiane Popinigis, os comerciantes do Rio de Janeiro utilizavam a imprensa para expressar sua insatisfação pelo fechamento precoce das portas e que, na maioria das vezes, alguns caixeiros sinalizavam com o apoio aos seus patrões.

O grande motivo de indignação, na verdade, era a intromissão dos poderes públicos no que pensavam ser sua vida particular e liberdade individual, leia-se liberdade de comércio. Afinal, pagavam pesados impostos e o município ainda os obrigava a fechar as portas!<sup>447</sup>

Com isso percebe-se que tanto os patrões quanto seus funcionários podiam ter, às vezes, pensamentos alinhados nessa questão. Ainda numa das notas citadas pode-se ver os caixeiros deixando evidente que o fechamento seria uma decisão acordada entre eles e seus patrões e não uma interferência da Intendência Municipal. Mais uma vez percebe-se que a “intromissão” da Municipalidade nem sempre era bem vinda, para alguns grupos de trabalhadores no comércio. No entanto, as lideranças caixeiras pediam que:

O caixeiro quando entrar para o serviço do patrão declare que não trabalha aos domingos; o patrão que for cristão terá o cuidado de guardar o domingo sem precisar que o fiscal lhe meta medo e se é verdade que a totalidade dos brasileiros é cristã, toda ela guardará o dia que o Senhor mandou que se guardasse.<sup>448</sup>

---

<sup>444</sup> THOMPSON, E.P. Op. Cit, pág. 9-10.

<sup>445</sup> DESCANSO DOMINICAL, Eurico. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 26 de julho de 1908, pág. 1.

<sup>446</sup> DESCANSO DOMINICAL, Eurico. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 26 de julho de 1908, pág. 1.

<sup>447</sup> POPINIGIS, Op. Cit. p. 116.

<sup>448</sup> NOTAS AO LADO, Marcus Aureo. *Jornal do Comércio*, Manaus 16 de outubro de 1904, pág. 1.

Percebe-se que o sentimento de alguns trabalhadores do comércio ainda era o da esperança na possível mudança de seus patrões e que fizesse com que eles entendessem a importância de fato do fechamento das portas. Para eles, era necessário que tanto trabalhadores quanto patrões entendessem a dinâmica do fechamento das portas e fizessem seus próprios acordos evitando maiores conflitos com a municipalidade.

A busca pelo fechamento das portas no comércio era uma missão que envolvia várias frentes de luta. O presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manoel Ribeiro da Cunha, escreveu uma nota no jornal *Tribuna do Caixeiro* que narrava que pediu ao deputado federal Jorge de Moraes uma proposição de lei sobre o descanso dominical “para todas as classes trabalhadoras do país” o que foi sinalizado positivamente.

Na sequência foi encaminhado o ofício de nº 147 de 16 de julho de 1908 endereçado ao deputado que seria empossado constante do seguinte conteúdo:

Não tendo a diretoria desta associação tido conhecimento antecipado da partida de V. Exc. para essa capital, não pode realizar a conferência necessária para definitivamente ter ocasião de combinar com V. exc. O assunto magno como é a apresentação ou seguimento do projeto de lei tornando obrigatório em todo país o descanso dominical, como foi combinado com V. Exc. É um diretor desta associação.

Tendo calculado o tempo preciso para V. Exc. Tomar assento na Câmara, resolveu esta associação telegrafar a V. Exc. Lembrando a promessa aqui feita, fazendo para isso expedir um telegrama concebido nos seguintes termos e que viemos confirmar:

“relembrando a promessa feita no sentido de apresentar à Câmara projeto de lei sobre descanso dominical, pedimos vossa sábia intervenção a fim de conseguirmos o sublime ideal”.

Associação dos Empregados confia e espera vossa iniciativa generosa e benemérita. Saudações”<sup>449</sup>.

Ainda segundo a nota, foi convidado várias associações da cidade de Manaus para que enviassem seus telegramas a fim de endossar a pauta e uma diretiva foi encaminhada aos membros da associação dos trabalhadores no comércio comunicando sobre o fato narrado anteriormente. Em carta registrada o deputado federal confirmou “a promessa formal feita a associação e informando minuciosamente do andamento que tem tomado o assunto que prontificou-se defender”<sup>450</sup>.

Neste mesmo diapasão, o próprio *Tribuna do Caixeiro* se colocou à disposição para atualizar seu leitor sobre os passos que seriam dados nessa difícil missão da conquista desse direito através do deputado Jorge de Moraes. Cabe destacar também que

---

<sup>449</sup> A LEI FEDERAL DO DESCANSO SEMANAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 27 de agosto de 1908. Pág. 2-3.

<sup>450</sup> A LEI FEDERAL DO DESCANSO SEMANAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 30 de agosto de 1908. Pág. 2.

a Associação dos Empregados no Comércio “delegou a um de seus diretores o sr. Erasmo Ferreira amplos poderes para representá-la junto ao dr. Jorge de Moraes”<sup>451</sup>.

Contudo, a ideia de chegar ao fechamento das portas no comércio de Manaus sem conflitos com os patrões não deu muito certo. No domingo, 30 de agosto de 1908, ocorreu uma manifestação dos caixeiros na cidade visando o fechamento das portas às 6 horas da tarde, uma das poucas mobilizações públicas e em grande número dos caixeiros na cidade. Na sequência ocorreu uma reunião encabeçada pela Associação dos Empregados no Comércio em que discorreu sobre os motivos desse pedido aos patrões. O discurso de José Jorge Vieira, delegado da associação, foi transcrito no *Tribuna do Caixeiro*:

Conquanto ainda se não possa dizer hoje que o comércio de Manaus, sente-se forte para defender os seus direitos e interesses contra os ataques possíveis da preponderância de administradores ignorantes que porventura venhamos a ter, todavia, é agradável lembrar que uma revista bem feita, atesta já um passo dado na estrada do progresso.

A associação dos empregados por sua vez, acompanha a marcha evolutiva dos acontecimentos ostentando-se formidável na vanguarda das forças em ação perene, na defensiva das regalias a que tem jus uma classe, que em toda parte, é unida e forte e respeitada.

[...]

Não duvidamos que tal aconteça, em parte, com alguns, mas é aqui que começa a nossa missão, de conduzi-los pelos meios mais suasórios de benéfica propaganda, ao nosso grêmio, onde a atração irresistível da convivência instrutiva, vencerá as efêmeras seduções de divertimentos que cansam e enfastiam.

Seremos uma como sentinela vigilante a perscrutar com a nossa vista atilada e penetrante, o procedimento e a vida de todos aqueles que a nova deliberação aproveitar.

Não descansaremos nessa missão da qual depende o nosso próprio engrandecimento social.

Aos senhores cabe, no entanto, o dever de os aconselhar, obrigá-los até, quando se tornar preciso, a frequentarem as aulas da Associação.

[...]

Se o comércio supõe prejudicar-se com poupar ao seu empregado duas ou três horas de trabalho noturno, quase sempre improfícuo, lembramos que um empregado instruído vale mais do que dois ignorantes; além disto quando a lei é cumprida geralmente com religiosa observância, não prejudique ninguém. Só as leis de exceção, as mais das vezes odiosas, são atentatórias aos interesses da coletividade.

Vou terminar senhores, fazendo um apelo aos vossos generosos sentimentos, em nome da Associação dos Empregados no Comércio:

Se porventura, num assomo de justa consideração dispensada a nossa classe, resolverdes atender a nossa súplica, não o façais somente na aparência como se dá com o descanso dominical, em que muitas casas fecham as suas portas, mas conservam seus empregados presos a um trabalho asfixiante, sem ar e luz.<sup>452</sup>

---

<sup>451</sup> A LEI FEDERAL DO DESCANSO SEMANAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 30 de agosto de 1908. Pág. 2.

<sup>452</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 6 de setembro de 1908, pág. 4.

Nota-se, neste extenso discurso, que os caixeiros já estavam com as ideias bem articuladas acerca dessa demanda e que não queriam mais resoluções “da boca pra fora”. Por conta disso, foi decidido que seria criada uma comissão para angariar assinaturas para um ‘abaixo assinado’ em que “o comércio se compromete a fechar as 6 horas” tão logo fosse criada uma nova lei pela intendência municipal de Manaus<sup>453</sup>. Isso tornou-se motivo de alegria, pois a pressão popular fez com que vários comerciantes assinassem, até aquele momento “cento e dez” assinaturas, e algumas casas passaram a fechar efetivamente às 6 horas.

Aqui cabe destacar, mais uma vez, o caráter conciliador que existia nas relações patrões x empregados x associações. Tarciso, colaborador do *Tribuna do Caixeiro*, destacou “o modo carinhoso com que foi tratada a Diretoria da Associação dos Empregados pela Associação Comercial”. Nota-se que, apesar do conflito, ainda era no diálogo que parte dos caixeiros a frente dessas mobilizações buscavam solucionar os problemas com “essa dose de respeitabilidade que existe naturalmente de patrão a empregado”<sup>454</sup>.

Meses depois, o *Tribuna do Caixeiro* voltou a falar sobre a proposta de lei federal em torno do fechamento das portas do comércio. Mostrando-se uma luta em caráter nacional com o apoio de diversos grupos caixeirais ao redor do Brasil, o jornal publicou um memorial da Sociedade Humanitária de Empregados no Comércio de Santos em que era dirigido ao deputado federal João Galeão Carvalho, representante do estado de São Paulo, como resposta a solicitação encaminhado pela congênere do Amazonas.

Dentre outras demandas, o memorando pedia pela união da classe em apoio a proposta do deputado Jorge Moraes do Amazonas. Foi também pedido que os políticos de São Paulo se juntassem a essa causa, inclusive comparando com o que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, onde o descanso semanal era “rigorosamente observado, e de tal modo que ele faz parte dos costumes do povo”. A iniciativa da Associação amazonense também foi lembrada como uma medida que merecia um “simpático agasalho de todos os espíritos justos e imparciais”<sup>455</sup>.

O memorando evidenciou, ainda, que o melhor caminho para conseguir o descanso dominical seria exatamente através do legislativo do Congresso Nacional, pois

---

<sup>453</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 6 de setembro de 1908, pág. 4.

<sup>454</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de setembro de 1908, pág. 1.

<sup>455</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de setembro de 1908, pág. 1.

seria uma ação geral e obrigatória em todo o país. Os dois signatários do memorando foram Francisco Monteiro da Silva (presidente) e José Augusto Oliveira (1º secretário), ambos vinculados àquela associação.

A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas publicou dois ofícios endereçados aos deputados Jorge de Moraes e Altino Arantes que versavam sobre o então projeto de descanso semanal. O ofício encaminhado à Arantes destacou a importância dele como relator de tal proposta e como os estados do Pará e Amazonas necessitavam urgentemente da aprovação, pois “onde o clima atua impiedosamente no organismo dos que trabalham cotidianamente”<sup>456</sup>, fazendo uma relação ao clima amazônico.

A Associação destacou também a importância das co-irmãs estarem encampando nessa empreitada. O apoio e solidariedade delas, além da cobrança por elas dirigidas as bancadas respectivas de seus estados, foi destacado como positivo para pressionar de todos os lados a esfera política do país. Ambos os ofícios foram assinados pelo secretário da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Virgílio Xavier de Souza.

Todas as associações congêneres haviam manifestado solidariedade a proposição da filial do Amazonas. Em 26 de outubro do ano em questão, a Associação do Empregados no Comércio de Porto Alegre endereçou um ofício à Associação Amazonense em resposta ao enviado em 16 de julho de 1908. O secretário Oscar Canteiro, reitera o fato da proposição ser uma aspiração dos caixeiros a nível nacional e que a associação iria lutar em favor da classe para que se chegasse ao êxito.<sup>457</sup>

Neste diapasão, em 30 de agosto de 1908, na sede da Associação Comercial do Amazonas ocorreu uma reunião para colher as assinaturas dos comerciantes que eram ligados ao comércio a retalho da cidade. Ficou acordado que os estabelecimentos fechariam suas portas às 6h da tarde, desde que os demais comerciantes a retalho que não se fizeram presente também concordassem. O início para essa mudança ocorreria assim que a Intendência Municipal aprovasse uma lei que discorresse sobre essa questão.<sup>458</sup> Nota-se que toda a discussão começou a modificar as práticas de vários segmentos do comércio, um sinal positivo de mudança, ainda que lentamente.

Os comerciantes de jóias também acordaram fechar as lojas às 6 horas da tarde com aplicação de multa de 1 conto de réis ao infrator que não fechasse sua loja. A ação iria passar a contar a partir do mês de outubro de 1908 e foi registrada no cartório oficial

---

<sup>456</sup> A LEI DO DESCANSO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 25 de outubro de 1908, pág. 1.

<sup>457</sup> A LEI DO DESCANSO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 29 de novembro de 1908, pág. 2.

<sup>458</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 20 de setembro de 1908, pág. 1.

de registros de títulos. Isso mostrava que aos poucos essa ideia ia ganhando força entre os patrões e também na sociedade, para além dos comércio tradicional.<sup>459</sup>

O *Jornal do Comércio* lançou uma nota em sua primeira página destacando a ação dos caixeiros de Manaus e da Associação dos Empregados no Comércio, onde destacou que eles estavam enfadados com a labuta que beirava às 12 horas por dia de “sol a sol”.

É razoável que se lhes deixe essas três horas que iniciam a noite, ao seu dispor, ou para dedicarem-se ao labor intelectual e ao cultivo de suas inteligências, ou para entregarem-se a diversões lícitas do espírito, próprias de sua mocidade, pois, em geral, são todos eles jovens, os membros dessa esforçada classe.<sup>460</sup>

Nota-se que a grande imprensa também encampou informações sobre essa luta dos caixeiros em prol do descanso semanal, demonstrando que não foi algo exclusivo da imprensa operária. O *Tribuna do Caixeiro* externalizou esse agradecimento da Associação dos Empregados no Comércio ao jornal do Comércio do Amazonas:

Essa atitude espontaneamente assumida pelo conceituado órgão sabiamente dirigido pelo dr. Vicente Reis, tornou-se credora do agradecimento da Associação dos Empregados no Comércio, que vê no apoio unânime daqueles que soem fazer justiça aos que a merecem, o penhor seguro da vitória de um desiderato, para cuja conquista vem trabalhando com isenção de ânimo, a fim de merecer os louros do triunfo, sem deixar no campo da luta nenhum vestígio de ódios ou intrigas que desvirtuam as causas.<sup>461</sup>

A extensa nota também destacou o acordo entre os joalheiros da capital, que visavam fechar as suas portas a partir de 1º de outubro, como algo positivo na luta pela conquista do descanso dominical. A partir de um acordo oficial, alguns comerciantes desse segmento assinaram seus nomes em uma lista e registraram no cartório de registros de títulos. Cerca de 11 comerciantes colocaram seus respectivos nomes no documento que ainda elencou como punição uma multa de um conto de réis a quem quebrasse o acordo e o recurso proveniente das multas seria destinado à Santa Casa de Misericórdia.

As notas no *Tribuna do Caixeiro* continuaram a sair, dessa vez, após o narrado anteriormente, vinham com um ar de agradecimento por conta das lojas que já estavam fechando antes mesmo da criação de uma nova lei para regulamentar. Nota-se um empenho enorme para criar essa cultura pelo fechamento, seja divulgando os nomes das

---

<sup>459</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 27 de setembro de 1908, pág. 1.

<sup>460</sup> A PETIÇÃO DOS CAIXEIROS. *Jornal do Comércio*, Manaus, 22 de setembro de 1908, pág. 1.

<sup>461</sup> *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 27 de setembro de 1908, pág. 1.

lojas que passaram a fechar, seja demonstrando que “a semente foi plantada” para essa finalidade.<sup>462</sup>

Contudo, observamos que em muitas notas existia sempre uma maneira de agradecer ao patrão pelos avanços nas negociações, o que reforçava o caráter mediador entre eles. Narciso, colaborador do *Tribuna do Caixeiro*, destacou que “as assinaturas espontâneas dos nossos queridos patrões a darem-nos a liberdade que pedimos”<sup>463</sup>, era um exemplo dessa característica mediadora. Além disso, o trecho nos remete a relacionar, ainda, com a escravidão. Toda essa ação nos faz pensar que os trabalhadores ainda se enxergavam como um grupo que era privado de sua liberdade.

O constante diálogo entre os trabalhadores e os órgãos do Estado também aparecem a todo momento de maneira evidente nas fontes, fosse agradecendo ao Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, então governador do Amazonas e ao prefeito de Manaus coronel Domingos José de Andrade, ou agradecendo aos agentes da Intendência Municipal responsáveis por legislar<sup>464</sup>. O fato é que os caixeiros criavam mecanismos de negociação tanto com os patrões, quanto com o Estado, porém, sem deixar o aspecto de luta tão distante assim de seus horizontes.

Tanto em Manaus quanto em Belém as discussões sobre o fechamento das portas estavam estabelecidas no campo prático e das vivências, assim como no âmbito das discussões da municipalidade. O *Tribuna do Caixeiro* transcreveu uma nota do jornal *A Província do Pará* que discutia a constitucionalidade das leis municipais. Segundo o texto, o relator da comissão de leis do Conselho Municipal de Belém apresentou parecer favorável à petição inicial dos caixeiros de mercearia que solicitavam a diminuição de horas de trabalho.

As justificativas desse pedido foram expressadas de maneira contundente, segundo a petição:

As alegações dos suplicantes, sobre se basearem na necessidade fisiológica do descanso num determinado número de horas, apresentam ainda o desejo que aos mesmos ânimo de ampliar os seus conhecimentos, utilizando as horas forras do trabalho em preparar o espírito por meio do estudo.<sup>465</sup>

---

<sup>462</sup> O fechamento das portas as 6 horas da tarde. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 4 de outubro de 1908, pág. 1.

<sup>463</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 11 de outubro de 1908, pág. 1.

<sup>464</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 11 de outubro de 1908, pág. 1.

<sup>465</sup> A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS NO PARÁ. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 4 de outubro de 1908, pág. 2.

Nota-se uma amplitude de justificativas que buscavam pelo fechamento, seja por questões educacionais, seja por questões de saúde, o fato era que já se fazia necessário conquistar esse direito, que se já tinha um longo percurso desde as décadas iniciais do século XIX. No caso do referido projeto, o de nº 14, o Conselho Municipal estabeleceu 3 artigos:

Art. 1º - As mercearias e outros estabelecimentos de vendas a retalho de gêneros alimentícios só poderão iniciar o seu comércio às 6 horas da manhã, devendo interromper o trabalho, nos dias ordinários, às 7 horas da noite.

§§ único – os referidos estabelecimentos e mercearias não poderão, sob pretexto algum, abrir aos domingos, sendo-lhes permitido, entretanto, funcionar até meio dia nos dias de festa estadual ou nacional.

Art. 2º - Aos infratores da disposição do artigo precedente será imposta multa de 100\$, repetida a cada infração.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, S. C. Belém, 8 de setembro de 1908. – Monsenhor Domingos Maltez – Danin dos Santos – Arnaldo Tavares.<sup>466</sup>

Dentre as resoluções chamou atenção o fato de que os estabelecimentos comerciais que fossem pegos burlando a lei pagariam multas que se repetiam a cada nova infração. Nota-se que também no comércio a retalho começa a se moldar uma ideia de fechamento das portas aos domingos, algo que ainda não era possível de notar momentos antes tanto em Manaus quanto em Belém.

Em Manaus, logo após a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas completar dois anos de existência, em novembro de 1908, o Conselho Municipal local passou a funcionar efetivamente. Esse fato trouxe muito entusiasmo às lideranças que esperavam com “ansiedade incontida” para ir à comuna representar seus colegas de ofício. Segundo consta, um memorial foi publicado na edição de 22 de novembro de 1908 da *Tribuna do Caixeiro* e entregue na sessão do dito conselho, na 1ª comissão que era composta pelos intendentos Carlos Studart, Alberto Coelho e Juvencio França.

O documento seguiu com a assinatura de pelo menos 104 pessoas, entre patrões e empregados, e destacava que a diminuição das horas de trabalho era “a preocupação de todos os governos e a bandeira de combate de todos os grandes pensadores da humanidade”. O memorando ainda pediu que o conselho dos intendentos restituísse ao convívio social “à cultura literária tantos espíritos sequiosos de saber, ávidos de devassar outros horizontes”<sup>467</sup>. Nota-se que, mais uma vez, a instrução desses trabalhadores foi

---

<sup>466</sup> A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS NO PARÁ. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 4 de outubro de 1908, pág. 2.

<sup>467</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 22 de novembro de 1908, pág. 1.

usada como justificativa para que eles conseguissem em definitivo o fechamento das portas do comércio mais cedo.

A pressão por essa aprovação surtiu efeito imediato nas sessões do Conselho Municipal, rapidamente a comissão aprovou o parecer do projeto de lei enviado pela Associação e agora restaria pouco “para que vejamos convertida numa realidade essa aspiração do caixeiro de Manaus”<sup>468</sup>.

Foi então que em 6 de dezembro de 1908 a tão aguardada lei do fechamento das portas no Amazonas foi aprovada pela Intendência Municipal. O presidente Domingos de Andrade colocou em pauta o projeto nº 8. A votação ocorreu de maneira unânime no conselho e na fala de um dos intendentess notou-se como era exaustiva a quantidade de horas trabalhadas pelos caixeiros, mesmo que essa questão já tenha sido abordada de maneira incisiva pelos próprios caixeiros de maneira extenuante.

Essa plêiade de moços que consomem num trabalho insano a maior soma das suas energias, fazendo incontestavelmente, o progresso do nosso Estado, empregando a sua atividade em todas essas horas que vão das matutinas 6 da manhã a essas adiantadas 10 da noite, e isto num clima tão depauperante quanto o nosso.<sup>469</sup>

O trabalho era, quase sempre, relacionado ao progresso. Entretanto a exploração do trabalho era relacionado ao passado e uma cidade como Manaus não poderia deixar o progresso para depois. Esse progresso que, por vezes, foi colocado em evidência através da civilidade e via no processo de exploração desses trabalhadores mais um caminho para deixar o atraso para trás, contudo na prática o que era observado não refletia bem essas questões.

Nota-se também como as redes de sociabilidades e de experiências desses trabalhadores ajudaram a conquistar a lei. Um dos intendentess, que já havia sido caixeiro, conhecia o “quanto é horrível essa vida enclausurada” e que por conta disso votaria “satisfeito e feliz o projeto em discussão”.<sup>470</sup> Mesmo que uma passagem curta atuando como um trabalhador do comércio, o intendente percebeu, através de sua experiência, que era importante a aprovação da lei.

O conselheiro Carlos Studart, na sequência dos debates, apresentou uma emenda para que a lei passasse a vigorar a partir do dia 24 do corrente mês, o que foi prontamente

---

<sup>468</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 22 de novembro de 1908, pág. 1.

<sup>469</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 06 de dezembro de 1908, pág. 1.

<sup>470</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 06 de dezembro de 1908, pág. 1.

aprovado. A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas agradeceu ao Conselho Municipal, a Associação Comercial, a Classe Caixeiral e a própria Associação dos Empregados pela árdua vitória.

A lei teve sua redação final aprovada e publicada nos jornais dia 2 de dezembro de 1908 e consistia:

Art. 1º - A partir do dia 24 do corrente mês, ficam os proprietários de estabelecimentos de comércio a retalho obrigados a fechar os referidos estabelecimentos às seis horas da tarde de todos os dias úteis, sob pena de que trata o Código de Posturas, na parte referente a domingos e feriados.

Art. 2º - Ficam isentos dessa obrigação os botequins, hotéis, restaurantes, farmácias, tabacarias e barbearias que não venderem artigos para homens e perfumaria. As mercearias deverão fechar às oito horas da noite.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Superintendência Municipal de Manaus, 2 de Dezembro de 1908.<sup>471</sup>

Todo o comércio a retalho também foi agraciado com a aprovação dessa lei que em seu nascimento já se tornava emblemática para esses trabalhadores. Essa vitória foi recebida com “suprema alegria” e o “dia 24 de dezembro, data em que começa a humanitária lei, será um dia de festa para o caixeiro”. Dentre as várias questões abordadas na nota do jornal assinada por Narciso, observou-se, mais uma vez, o grande destaque dado à instrução. Contudo, um aviso é dado aos trabalhadores: “é preciso portanto conservar a tua integridade. Disseste que precisavas de repouso para aplicá-lo ao estudo. Aí o tens”.<sup>472</sup>

O *Tribuna do Caixeiro* ainda guardava mais homenagens aqueles que lutaram e ajudaram na aprovação da lei. O deputado federal Jorge de Moraes, grande porta-voz dos caixeiros no Parlamento Nacional, regressou ao Amazonas e teve enorme recepção na cidade e que “durante alguns dias sua residência esteve sempre repleta de inúmeras pessoas que iam cumprimentá-lo”.<sup>473</sup>

Uma comissão composta pelos diretores Erasmo Ferreira, Paulo de Araújo Lima, José Anthero de Sá e José Nunes de Lima foi enviada pela Associação à casa do deputado. Na oportunidade falou Anthero de Sá agradecendo o apoio e destacando o sucesso obtido na câmara por ele como representante do povo amazonense.<sup>474</sup>

---

<sup>471</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 22 de novembro de 1908, pág. 1.

<sup>472</sup> SUPREMA ALEGRIA, Narciso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 06 de dezembro de 1908, pág. 1-2.

<sup>473</sup> DR. JORGE DE MORAES, Jorge de Moraes. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 06 de dezembro de 1908, pág. 2.

<sup>474</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 06 de dezembro de 1908, pág. 1.

Na edição seguinte do *Tribuna do Caixeiro*, foi divulgado o edital explicando sobre a lei nº 529 de 2 de dezembro que havia sido aprovada. O edital destacava que as penas para quem desrespeitasse as ordens estava no Código de Posturas e que estariam isentos dessa legislação os botequins, hotéis, restaurantes, farmácias, tabacarias e barbearias.<sup>475</sup> Eram locais que ou demandavam um atendimento ao público mais constante ou haviam solicitado que fossem retirados da legislação, como o caso dos barbeiros.

Como já foi mencionado anteriormente, a lei entrou em vigor dia 24 de dezembro e demonstrou a persistência grande desses trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Afinal, como eles deveriam proceder para conquistar, de fato, esse direito?

Pedir aos nossos patrões.

Pedir aos comerciantes retalhistas.

Sim, pedir, rogar, suplicar se preciso fosse, que nos concedesse aquelas horas de descanso e de folga, tão precisas aos seus empregados para aplicá-las a leitura, para dedicá-las aos estudos e as convivência de livros.<sup>476</sup>

Patrões, comerciantes, colegas caixeiros, sociedade, foram esses os responsáveis, junto da luta encabeçada pela Associação, por conseguirem a aprovação da lei. Embora não fique claro nos artigos e textos, parte dos patrões e comerciantes e até mesmo da sociedade não aceitavam essa lei de maneira tão passiva como já demonstramos em algumas passagens desta tese, contudo foram lembradas nos agradecimentos das lideranças.

No artigo “Uma lei benemerita” publicada no jornal *Tribuna do Caixeiro* notou-se que a lei era muito mais que esperada por esse segmento de trabalhadores da cidade, sendo relacionada como um “sentimento de justiça e uma nobre manifestação de equidade”. Em meio a muitas explicações, chamou atenção a afirmação de que “o caixeiro no Amazonas era colocado em condições de vida precisamente inversas àquelas que a razão e a ciência estabeleciam como essenciais à conservação da saúde e da própria vida”.<sup>477</sup>

Nota-se que a condição de vida desses trabalhadores era colocada em xeque por conta da carga de trabalho elevada e das condições físicas da nossa região. Este, talvez, seja um ponto de diferença entre a região analisada e o restante do país. As particularidades climáticas do Amazonas e Pará, como o calor extremo, acaba por

---

<sup>475</sup> EDITAL. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de dezembro de 1908, pág. 3.

<sup>476</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de dezembro de 1908, pág. 1.

<sup>477</sup> UMA LEI BENEMÉRITA. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 20 de dezembro de 1908, pág. 1.

diferenciar a amplitude do sofrimento desses trabalhadores segundo eles próprios. Além desses aspectos, o lado moral e intelectual também eram afetados por essas condições e a instrução e a educação eram drasticamente abalados e impossíveis de serem realizados. Todas essas mudanças foram encabeçadas, segundo o *Tribuna do Caixeiro*, pela Associação que teve um destaque muito forte em meio a esses empreendimentos.<sup>478</sup>

Após a aprovação da lei, a Associação dos Empregados no Comércio passou a ter destaque em várias publicações da imprensa caixeiral, informando que em pouco tempo de criação eles já haviam conseguido aprovar uma das pautas mais caras aos trabalhadores do comércio de Manaus e que a agremiação pugnava pelos “interesses da classe patrocinando todas as causas justas em que ela se empenha”<sup>479</sup>.

Essa ação acabou tornando-se uma boa vitrine para trazer mais membros para a associação, uma verdadeira propaganda em causa própria. Na nota “Avante”, Tasso, passou a descrever como a Associação tinha capacidade de aglutinar os trabalhadores do comércio amazonense em torno de aspirações conjuntas. Seja por conta da aprovação da lei do fechamento das portas, seja em torno da instrução dos trabalhadores, o importante era que a:

Casa é bastante espaçosa com uma boa sala de leitura, uma boa biblioteca, não falando das diversas aulas que gratuitamente oferece aos seus associados, procurem estes a reunião habitual nesta agremiação, onde a par de uma boa distração e convivência, possam tirar os melhores resultados.<sup>480</sup>

Foi notável que a Associação conseguiu criar vínculos sólidos com grande parte dos trabalhadores do comércio e da sociedade amazonense e a aprovação dessa lei, encabeçada por eles, conseguiu trazer mais evidência e fazer com que mais pessoas tivessem acesso às suas ações e não ficando restrito aos segmentos operários da cidade.

Neste diapasão, um efeito cascata passou a incorrer em vários dos segmentos do comércio da cidade de Manaus depois dos acontecimentos do final do ano de 1908. Dessa vez, as farmácias passaram a exigir os fechamentos de suas portas nas tardes de domingo muito influenciados pelo comércio a retalho que “trouxe a seiva fecunda do reconhecimento dos direitos há tanto tempo menosprezados”<sup>481</sup>.

Os donos de farmácias da capital entraram em acordo para que seus estabelecimentos comerciais fossem fechados aos domingos à tarde, contudo duas

---

<sup>478</sup> AVANTE, Tasso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 20 de dezembro de 1908, pág. 2.

<sup>479</sup> ANO BOM. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1 de janeiro de 1909, pág. 1.

<sup>480</sup> AVANTE, Tasso. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 20 de dezembro de 1908, pág. 2.

<sup>481</sup> FECHAMENTO DAS FARMÁCIAS NAS TARDE DE DOMINGO. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1 de janeiro de 1909, pág. 1.

farmácias ficariam abertas para suprir as necessidades da sociedade numa espécie de rodízio semanal.

Nós, abaixo assinados, proprietários das farmácias desta capital, resolvemos de comum acordo conservar fechados aos domingos desde (1/2) meio dia em diante os nossos estabelecimentos.

[...]

II – Ao proprietário da farmácia que não cumprir qualquer destas condições será imposta multa de rs 1:000\$000 (um conto de réis) que reverterá em favor da Santa Casa de Misericórdia.

III – Este compromisso só deixará de ser observado, com o acordo de todos que assinam, sob pena do infrator ficar sujeito à cláusula anterior.

IV – O encerramento começará a ser feito no primeiro domingo do mês de Janeiro de 1909.<sup>482</sup>

No abaixo-assinado constavam o nome de 13 proprietários de farmácias da capital do Amazonas e uma ressalva, que eles teriam o direito de ir e vir às suas farmácias em qualquer momento, “não conservando porém o estabelecimento aberto e prescindindo o auxílio de qualquer empregado”, ou seja, o próprio patrão poderia adentrar o espaço de seu estabelecimento enquanto ele permanecesse fechado. Essa ideia já vinha sendo debatida entre os proprietários da farmácia, pois em dezembro de 1908, a Associação dos Empregados no Comércio foi comunicada dessa decisão por meio de um ofício enviado por Arthur Studart.

O ano de 1909 continuou trazendo boas impressões acerca da aprovação da lei do fechamento das portas, sobretudo por mostrar que ela realmente estava em execução. Esse fato tornou-se um grande acontecimento na cidade que até realizou uma procissão cívica para agradecer aqueles que ajudaram a conquistar essa lei.

A mobilização teve início às 9 horas da manhã após a fala do presidente da Associação dos Empregados do Comércio de Manaus, Antonio de Vasconcelos e teve como ponto de partida a própria sede da associação. O primeiro local visitado foi a casa do presidente da associação comercial Waldemar Scholz, por quem foram bem recebidos com “atenções e gentilezas”.

Falou da sacada do prédio o desembargador Washington Ferreira abordando a importância da instrução, “pois só assim poderiam ficar aptos a resolver os múltiplos problemas do comércio de hoje”. Na sequência falou o advogado José Duarte apontando para que os caixeiros sempre pautassem suas ações com “dignidade e civismo”. Ainda na casa de Scholz falou Heitor Figueiredo e ao fim todos os discursos foram aplaudidos.

---

<sup>482</sup> FECHAMENTO DAS FARMÁCIAS NAS TARDE DE DOMINGO. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1 de janeiro de 1909, pág. 1.

A procissão seguiu ao palácio do governo para saudar Antonio Bittencourt, porém ele havia mudado sua residência para a rua dos Remédios. Passaram então em direção a redação do jornal *Amazonas* em que discursou Anthero de Sá. Na sequência foram à casa de Affonso de Carvalho e ao final dos discursos todos entoavam vivas a associação. Chegando a casa de Carlos Studart a quem foi saudado por Anthero de Sá e se mostrou emocionado com a homenagem e, na sequência, acabou proferindo um longo discurso.

A lei municipal hoje posta em execução em meio desta ruidosa alegria, surgiu da vontade de quase todos os vossos chefes e sobretudo da dedicação e zelo da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio, que nem um instante cessou de trabalhar para que ela se tornasse em verdade.

Nota-se que em sua fala a luta dos trabalhadores caixeirais foi tutelada pela vontade de seus patrões e da diretoria da associação, deixando de fora toda a luta que os próprios trabalhadores vinham travando no chão das mobilizações. Era uma percepção de grande parte da população, sobretudo dos mais próximos à municipalidade e aos patrões.

Ao sair do local, o cortejo seguiu até a redação do *Jornal do Comércio* que foi saudado por Jorge Vieira e respondido pelo diretor Vicente Reis. Por fim, a passeata dirigiu-se até a casa do superintendente municipal Domingos de Andrade, que foi saudado pelo presidente da associação Antonio de Vasconcelos e que entregou um buquê de flores a ele. Andrade agradeceu e destacou as maneiras como o caixeiro poderia usufruir da lei. Na sequência, visitaram a casa de Manoel Lopes Prado, presidente da comissão que foi responsável pelo prosseguimento das discussões da lei do fechamento. Foi considerado por muitos como “eficaz meio de sucesso para as aspirações da nossa classe”.

Prado respondeu as homenagens dizendo que todo “patrão devia sentir orgulho pelo dia de hoje, que marca uma doação nobre e altiva, levando aos seus auxiliares e amigos os meios de se fazerem homens capazes de arcarem com as responsabilidades da vida moderna.” Nota-se que, mais uma vez, os trabalhadores do comércio surgem nas falas dessas pessoas como sujeitos sem protagonismo, que não lutaram por seus direitos e sim foram apadrinhados por patrões e pelos membros do governo municipal. Costumeiramente, era dessa maneira que os grupos dirigentes observavam as conquistas de direitos pelas classes mais baixas.

Na sequência, foram a residência do intendente Juvencio França e depois a casa de Agostinho Cezar. Por fim, a passeata foi até a redação de *A Notícia* sendo representada por Pericles de Moraes a quem proferiu um discurso entusiasta. Em seu retorno à sede da

associação, Raymundo Tribuzy abriu uma sessão discursando e agradecendo a todos pela vitória da aprovação da lei.<sup>483</sup>

Aqui nesse ponto cabe uma análise mais profunda das experiências desses trabalhadores no que tange às suas vivências. Um conceito importante que ajuda a entender isso é o de teatro e contra teatro de E.P. Thompson, na obra, enquanto as elites – aqui pensando nos patrões e no Estado – usam dos espaços públicos – sobretudo a imprensa - para mostrar que são benevolentes com os trabalhadores, por detrás arquitetam o não cumprimento das leis.

Por outro lado, os trabalhadores do comércio utilizavam o contra teatro que era um “teatro de ameaça e sedição” para demonstrar que as coisas não estavam boas. Segundo Thompson, era a forma como as classes dominadas recebiam o teatro de poder e respondiam ele com ações para que as respostas não fossem tão escancaradas. Muitas das vezes a ação direta era necessária, como mobilizações e greves, mas em muitos casos as ações eram veladas, dialogadas e por vezes acatadas como se fossem vindas de cima para baixo, porém em muitos casos o contra teatro persuadia a ação dos exploradores e fazia com que eles acreditassem que estavam sendo benevolentes, mas tratava-se de uma estratégia dos próprios trabalhadores.<sup>484</sup>

Nota-se que deixar que patrões e a municipalidade tenham elevado destaque na aprovação da lei do fechamento das portas pode ser encarado como um “teatro ou contra teatro”, pois os próprios trabalhadores estariam abrindo mão desse protagonismo para que as relações entre todos esses pólos fossem moderadas.

Neste ínterim, nem tudo foi positivo para os trabalhadores do comércio retalhista após a aprovação da lei municipal em 1908 em Manaus. Novas rodadas de negociação foram abertas depois de um protesto de alguns donos de casas comerciais contra a lei do fechamento das portas. Estavam presentes nessa nova sessão para julgar o protesto os diretores da Associação Comercial do Amazonas e alguns caixeiros que “seguiram os debates com alto interesse”<sup>485</sup>.

Primeiro foi lido o abaixo assinado daqueles que concordavam com o fechamento das portas cuja lista tinha 104 assinaturas, na sequência leu o protesto que constava com outras 103 assinaturas. Segundo o artigo, “a maioria das casas que firmaram este último documento, negociam em comércio totalmente alheio ao que é atingido pela lei em

---

<sup>483</sup> O FECHAMENTO DAS PORTAS AS 6 HORAS DA TARDE – MARCHA AU FLAMBEAUX. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1 de janeiro de 1909, pág. 1.

<sup>484</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit, pág. 65-66.

<sup>485</sup> ALEIVOSAS QUE FEREM. *Correio do Norte*, Manaus, 06 de junho de 1911, pág. 1.

vigor”<sup>486</sup>. Ou seja, parte desse grupo engendrou o protesto por um simples medo ou falta de conhecimento e tentou tumultuar todo o processo em vigência.

Para além de todos os embates em torno do fechamento das portas do comércio na cidade de Manaus, a legislação logo seria suspensa, e uma nova lei municipal, desta vez em 1910, voltou a regulamentar o assunto, muito embora, um ano depois ocorresse novamente o recuo, com a aprovação de uma lei que autorizava a abertura das portas em horários que antes eram proibidos<sup>487</sup>, evidenciando como esse tema estava submetido a esse jogo político e às correlações de forças entre os setores interessados sobre a conveniência ou não do fechamento das portas do comércio aos domingos.

Tornou-se evidente por diversos motivos que os caixeiros não são uma categoria de trabalhadores homogênea. Nas proposições de leis sobre o fechamento das portas isso também ficou manifesto em diversos conflitos entre eles e os retalhistas. Um dos palcos desse embate foram as páginas do *Correio do Norte* no ano de 1911, onde foi possível observar inúmeros artigos discursando sobre duas entidades: a sociedade dos retalhistas e a classe caixeiral.

Ficou perceptível que, apesar da aprovação da lei sobre o fechamento das portas, muitos comerciantes continuavam a manter seus estabelecimentos abertos de maneira clandestina e graças a Jorge de Moraes essas práticas passaram a diminuir, após a aplicação de multas. O ponto alto da nota “A sociedade dos retalhistas e a classe caixeiral”, publicada em 28 de maio de 1911, refere-se exatamente a essa tensão entre os dois grupos. O conflito levou até mesmo a Associação dos Retalhistas a entrar com um Habeas Corpus para que as casas pudessem continuar funcionando após as 6 horas da tarde, deixando escancarado que o embate estava apenas no início<sup>488</sup>.

Esse fato deixou os caixeiros bastante irritados ao ponto de fazer uma correlação desse fato com uma matança e que “esse habeas Corpus não terá, porém, uma solução desejada, porque nós estaremos aqui prontos a clamar contra essa verdadeira matança que a Associação dos Retalhistas quer operar”<sup>489</sup>. Um outro artigo assinado por Mercúrio versou sobre parte desse desentendimento entre os dois grupos em 1911 na cidade de Manaus. O extenso artigo publicado na primeira página do *Correio do Norte* demonstrou a insatisfação de alguns comerciantes a retalho com a obrigatoriedade da lei.

---

<sup>486</sup> ALEIVOSAS QUE FEREM, *Correio do Norte*, Manaus, 06 de junho de 1911, pág. 1.

<sup>487</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. Op. Cit, pág. 99.

<sup>488</sup> DEFENDENDO UM DIREITO I. *O Correio do Norte*, Manaus, 09 de agosto de 1911, pág. 1.

<sup>489</sup> DEFENDENDO UM DIREITO V. *O Correio do Norte*, Manaus, 13 de agosto de 1911, pág. 1.

A nota destacou que alguns comerciantes a retalho, com a ajuda da Associação Comercial do Amazonas, pediram ao Conselho Municipal a mesma legislação do restante do comércio. Porém, eles passaram:

A burlar a lei que era sua obra e as condições dos empregados pioraram, pois até aquela ocasião trabalhavam até altas horas da noite, com as portas abertas, daí em diante começaram a fazer-lá com as portas fechadas, sem ar e luz.<sup>490</sup>

Foi notório que estava bastante evidente que vários patrões que apoiavam a criação da lei do fechamento das portas também eram os mesmos que burlavam a própria e o ordenamento municipal não conseguia chegar até os furadores da lei de maneira tão natural. Ou seja, parte dos comerciantes apoiavam a lei, porém ao mesmo tempo desencorajavam e mudavam de ideia.

Todo esse rebuliço por conta das medidas tomadas pelos retalhistas fez criar um sentimento ruim dos outros segmentos comerciais, como a própria classe caixeiral e alguns redatores de jornais. O *Correio do Norte* passou a ser um defensor ferrenho dos caixeiros no meio dessa disputa, fato observado através dos editoriais lançados por eles no final de maio de 1911. Segundo um dos editoriais:

[A associação foi] fundada para o bem exercitou o mal com uma doblez de consciência que envolve a gente em graves cogitações. Instituída para proteger a classe caixeiral, atirou-se contra esta trabalhando, pelo excesso de serviço que lhe quer dar e pela dependência que lhe quer impor, para o seu fatal aniquilamento<sup>491</sup>.

Nota-se que os editores do jornal colocavam-se como julgadores do que eles achavam correto para o grupo dos trabalhadores do comércio e que “a evidência da invalidade do pedido de Habeas Corpus” ressaltou a todos. Eles consideravam que esse pedido feria um direito sagrado do descanso e atrapalhava a própria prática da profissão caixeiral tendo em vista as longas jornadas de trabalho que ainda se praticavam.

Esbofa-se um empregado subalterno em serviços pesados, em atmosferas asfixiantes, como são as da maior parte das nossas casas comerciais, doze horas por dia, com uma pequena solução de continuidade aberta para as refeições, para ganhar uma ninharia que revolta os sentimentos de humanidade.

---

<sup>490</sup> RETALHISTAS E CAIXEIROS I, Mercúrio. *Correio do Norte*, Manaus, 31 de janeiro de 1911, pág. 2.

<sup>491</sup> ALEIVOSAS QUE FEREM. *Correio do Norte*, Manaus, 06 de junho de 1911, pág. 1.

Volte ele ainda, a noite e continue a trabalhar, agora de portas fechadas, respirando um ar ruim e abafado por uma temperatura pesada.<sup>492</sup>

Mesmo após o fechamento das casas comerciais, o trabalho dos moços do comércio não findava-se. Ainda era necessário fazer todo o processo organizacional e de estrutura do local, como limpeza, organização e fechamento devido ao ambiente. Ou seja, o trabalho não terminava quando as portas eram fechadas, por isso era importante que a lei funcionasse de fato, para evitar que os trabalhadores extrapolassem no serviço em condições insalubres por conta dos locais serem demasiadamente abafados.

O desenrolar do pedido de Habeas Corpus impetrado pelo associação dos retalhistas foi positivo para os caixeiros, porém foram acatados alguns pedidos. A decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas destacou que por o Estado ser laico e haver a divisão entre ele e a religião, as casas comerciais poderiam abrir, entretanto deveria respeitar-se as decisões da Intendência Municipal que era a responsável por organizar o comércio na cidade.

Segundo o artigo, a decisão foi importante porque resguardava o direito que os caixeiros já haviam conquistado e colocava em xeque "os ideais absurdos e gananciosos" de parte dos retalhistas. É interessante perceber que, apesar de um conflito estabelecido, os caixeiros, ou quem falava por eles nos jornais, ainda traziam o aspecto de conciliação com seus superiores ao manter o "respeito ao patrão, mas nunca o medo e a subserviência"<sup>493</sup>. Ou seja, respeitar não era mais sinônimo de acatar todas as decisões tomadas por eles, nesse ponto observa-se uma mudança significativa na relação entre caixeiros e patrões.

Esses embates entre caixeiros e retalhistas foram amplamente divulgados pela imprensa local. O *Correio do Norte* foi o local em que os trabalhadores do comércio lançavam seus artigos e notas contra a ação dos retalhistas e eles respondiam no *Diário do Amazonas*. Nota-se que as críticas endereçadas aos retalhistas colocavam em xeque até mesmo os ideais republicanos de liberdade, os colocando como "semi-deuses". "Que concepção fazem, porventura, do que vem a ser democracia e liberdade?", são alguns dos questionamentos ensaiados num dos artigos publicados no *Correio do Norte* e que até os comparavam aos escravocratas por quererem "em vez de auxiliares ilustrados e briosos,

---

<sup>492</sup> DEFENDENDO UM DIREITO V. *O Correio do Norte*, Manaus, 13 de agosto de 1911, pág. 1.

<sup>493</sup> A VITÓRIA DOS CAIXEIROS. *O Correio do Norte*, Manaus, 1 de junho de 1911, pág. 1.

querem escravos desprezíveis”<sup>494</sup>, fazendo uma correlação direta entre o trabalho do caixeiro de hierarquia menor nas casas comerciais com o trabalho escravo praticado durante o século XIX.

Neste diapasão, percebemos que grupos de trabalhadores do comércio se mobilizaram para tentar continuar valendo a lei do fechamento das portas. Foi o caso dos barbeiros que não vendiam perfumarias – pois esses tinham a autorização a fechar – que organizaram um abaixo assinado com mais de 40 pessoas pedindo que a lei do fechamento das portas não fosse revogada<sup>495</sup>.

Em meio a todas essas discussões na imprensa se o Conselho Municipal poderia ou não determinar o fechamento das portas, foi veiculado uma defesa para manutenção do fechamento das portas através de um parecer do notável Ruy Barbosa na Câmara Municipal de Cataguases em 18 de junho de 1896 sob a ótica do direito.

Geralmente a opinião liberal, entre os povos latinos, vê, na proibição do trabalho aos domingos, uma ofensa à liberdade individual e entende que a liberdade do trabalho se opõe a toda exigência da lei neste assunto. [...] Nos três países mais industriais do mundo (Inglaterra, Estados Unidos e Suíça), onde a liberdade é mais sólida e mais ampla, as leis vedam o trabalho público, especialmente a atividade comercial e o movimento mercantil, aos domingos<sup>496</sup>.

Ficou evidente que, mesmo nos países mais desenvolvidos, existiam legislações que versavam sobre o fechamento das portas do comércio em horário mais cedo, sobretudo aos domingos. Ou seja, Ruy Barbosa buscou fatos em países fora da realidade brasileira para embasar seu posicionamento e deixar claro que a municipalidade poderia sim legislar sobre esse fato e que isso não traria consequências ruins para a liberdade dos indivíduos.

A própria Superintendência Municipal de Manaus chegou a se questionar, meses depois, se todo o esforço pelo fechamento das portas teria realmente valido a pena. O órgão municipal teve acesso a essas informações através de relatórios da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e entenderam que “foi quase improficua” devido ao pouco caso dado às decisões da Superintendência. Contudo, reafirmaram a importância

---

<sup>494</sup> RETALHISTAS E CAIXEIROS III. *O Correio do Norte*, Manaus, 2 de junho de 1911, pág. 1.

<sup>495</sup> *O Correio do Norte*, Manaus, 22 de novembro de 1909, pág. 3.

<sup>496</sup> RUY BARBOSA E OS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. *O Correio do Norte*, Manaus, 15 de agosto de 1911, pág. 1.

da aprovação da lei e que o Superintendente Jorge de Moraes iria manter a decisão do Tribunal de Justiça, mencionada anteriormente, e as próprias decisões do órgão<sup>497</sup>.

Notou-se que para conseguir de fato o descanso para os trabalhadores do comércio era necessário a gerência da superintendência, sobretudo na proposição das legislações e também na fiscalização das mesmas. Embora por diversos momentos houvesse a necessidade de retroceder, nunca foi cogitado desistir da garantia desse direito para os caixeiros.

Foi divulgado no *Tribuna do Caixeiro* que as ações da Associação estavam surtindo efeito, pois os caixeiros que estavam impedidos de frequentar as aulas da associação estavam deixando seus nomes inscritos no quadro de sócios, o que fez com que crescesse mais ainda o número de membros da instituição e que “o progresso da nascente agremiação vai ser extraordinário”<sup>498</sup>. Ou seja, o conflito estava levando com que cada vez mais caixeiros se associassem ao grupo visando uma proteção maior frente aos desmandos de seus patrões, o que acabou funcionando como uma vitrine positiva para o grupo.

Neste contexto, as organizações caixeirais no Amazonas e Pará divergiam bastante na maneira de agir nas suas ações visando as mobilizações pelo fechamento das portas. Não podemos tecer aqui qualquer tipo de julgamento de valor, porém podemos afirmar que ambas tinham visões e atuações distintas que visavam o mesmo fim: a aprovação de uma lei e a diminuição da exploração dos caixeiros. As formas de lutas dos caixeiros em Belém e Manaus podiam ser distintas, em certa medida, porém, buscavam o mesmo ideal.

#### **4.2. Os Caixeiros vão aos tribunais: cidadania e justiça na Amazônia republicana**

Durante a Primeira República ficou evidente e, por diversos motivos, que a população em geral precisava se inserir nas demandas sociais e lutar por direitos, tendo em vista que a constituição proclamada naquele momento (1891) pouco acrescentou a participação política de novos sujeitos. A justiça acabou tornando-se um desses caminhos de acesso a direitos, sobretudo para a classe trabalhadora, num universo que ainda não

---

<sup>497</sup> A SUPERINTENDÊNCIA E O COMÉRCIO. *O Correio do Norte*, Manaus, 16 de maio de 1912, pág. 1.

<sup>498</sup> O fechamento das portas as 6 horas da tarde. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 18 de outubro de 1908, pág. 2.

existia a Justiça do Trabalho, sendo ela criada apenas no Governo Vargas nos anos finais da década de 1930<sup>499</sup>.

Em 1850 foi promulgado por Dom Pedro II o Código Comercial do Brasil na esteira do que já vinha acontecendo em outros territórios naquele momento. Entretanto, o nosso código não foi encarado como mera cópia dos publicados na Europa:

Outros países publicaram códigos em 1826, 1844 e 1845, traslados fiéis do código francês e do espanhol. O nosso não era cópia servil de nenhum deles. Apresentava cunho singular, respeitando a tradição jurídica e mostrando adiantamento notável sobre os seus modelos.<sup>500</sup>

Entretanto, as legislações de trabalho não surgiram apenas após esses acontecimentos. Desde o século XIX já foi possível observar a criação de leis, mesmo que de maneira esparsa. Por exemplo, em 1891 tivemos a aprovação de uma lei de proteção ao trabalho infantil no Brasil.

De 1903 é a lei de sindicalização rural e de 1907, a lei que regularizou a sindicalização de todas as profissões. O primeiro projeto de Código do Trabalho, de Maurício Lacerda, tentativa malsucedida de reunir e sistematizar a legislação vigente, é de 1917. [...] De 1919 é a lei de acidentes de trabalho<sup>501</sup>.

É possível notar, pelos exemplos acima, que os direitos dos trabalhadores iam se expandindo gradativamente, mesmo ainda não tendo uma legislação mais unificada, mas como observado, já tendo ocorrido tentativas fracassadas de unificá-las. Com base nessas informações e com a criação do Ministério do Trabalho na década de 1930, existiu uma aceleração desse desejo que foi confirmado com a criação da Justiça do Trabalho a partir de 1937<sup>502</sup>.

A Justiça do Trabalho era reconhecida até recentemente, antes da última reforma realizada em 2017 no governo de Michel Temer, como a mais próxima da população mais pobre e daqueles que não tinham recursos para custear as ações nas esferas da justiça comum. Entre as principais modificações da reforma de 2017 “estavam o enfraquecimento da representação sindical e fomento aos acordos individuais”<sup>503</sup>. Mas o

---

<sup>499</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, Justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

<sup>500</sup> CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier, 1910. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, v. 1, 6º ed. Por Roberto Carvalho de Mendonça (1960). Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

<sup>501</sup> MOREL, Regina L. Moraes & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. IN: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 2007, pág. 88.

<sup>502</sup> MOREL, Regina L. Moraes & PESSANHA, Elina G. da Fonte. Op. Cit, pág. 90.

<sup>503</sup> FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araújo. “A reforma trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1”. In: *Opinião Pública*, Revista do CESOP. Campinas, vol. 27, nº 3, 2021, pág. 798

maior baque foi sobre a questão da justiça gratuita em que foi estabelecido um limite salarial para que os trabalhadores pudessem ter esse direito ou caso comprovasse que não tinham recursos para custear a ação”<sup>504</sup>. O fato foi que todas essas medidas afastaram os grupos de trabalhadores da Justiça do Trabalho nos últimos anos.

Consolidada nos anos 1940 sob o governo de Getúlio Vargas, a CLT foi desde cedo um mecanismo de acesso das populações das camadas mais baixas a justiça, foi talvez “a primeira incorporação em massa de cidadãos”<sup>505</sup> a sociedade. A Consolidação das Leis Trabalhistas continha 922 artigos e tinha uma abrangência de diversas categorias, sobretudo ao tentar organizar os conflitos entre trabalhadores e empregadores.

Embora descrita por seus colaboradores como mera consolidação provisória das leis já existentes, a CLT tem funcionado desde 1943 como código de trabalho nacional e, assim, vem contribuindo para a estabilidade legal e institucional que tem caracterizado os sistemas de relações industriais e de trabalho brasileiros desde então<sup>506</sup>.

Essas colocações nos levam a entender como funcionava a sociedade brasileira no momento da consolidação dessas legislações. José Murilo de Carvalho, influenciado por Thomas Marshall, destacou que durante a Primeira República poucos avanços ocorreram no que consistia nos aspectos da cidadania. O autor definiu a ‘estadania’ como uma forma em que grupos, como militares, funcionários públicos e parte da classe trabalhadora, buscavam a cidadania. Para ele, o Estado era o seu principal mantenedor e essa relação por vezes soaria contraditória porque em diversos momentos era se negado a cidadania<sup>507</sup>.

Entretanto, Gladys Sabina Ribeiro apresentou outras fontes para mostrar que, para além da discussão proposta por Carvalho, o judiciário também podia ser considerado um caminho para se buscar a cidadania, alargando o conceito e excluindo assim o caráter apenas político das reflexões anteriores,<sup>508</sup> que enxergava no direito ao voto a maior ação do que era ser cidadão naquele momento.

---

<sup>504</sup> FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araújo. Op. Cit, pág. 801.

<sup>505</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pág. 8.

<sup>506</sup> FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a Cultura Política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, pág. 13.

<sup>507</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

<sup>508</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. O povo na rua e na Justiça: a construção da Cidadania e Luta por Direitos, 1889-1930. In: SAMPAIO, Maria da Penha Franco; BRANCO, Maria do Socorro; C. LONGHI, Patrícia. *Autos de Memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal – Rio de Janeiro*, 2006, pág. 162.

A escassez do acesso à justiça, sobretudo para trabalhadores e população mais carente, era bastante alta e por vezes injusta para quem recebia tão pouco ou quase nada. Ribeiro destacou alguns exemplos dessas cobranças e de como uma sentença contrária poderia prejudicar muito a vida dessas pessoas, embora ainda assim para muitos os “sacrifícios” eram necessários para “alargar os seus direitos”:

Este foi o caso de Manuel de Almeida Sabogas, piloto das barcas que recebia 250,000 réis por mês e teve de pagar a quantia final de 380,396 réis, valor muito superior ao seu salário mensal. [...] Os indivíduos pagavam caro, mas reconheciam a legitimidade da instituição e iam a ela não apenas arrastados, mas para que ela lhes garantisse e lhes reconhecesse direitos que julgassem ter.<sup>509</sup>

Nota-se que a busca por direitos através da justiça naquele momento “passou a ser uma forma privilegiada de resolução de conflitos”<sup>510</sup>. Apesar de em muitos casos as ações não terem uma resposta positiva a quem ocupava o lado da balança mais fraco, mesmo assim essas pessoas ainda insistiam nessa esfera para lutar pelo que elas achavam ser um direito.

Algo que nos chamou a atenção nesses questionamentos foram as estratégias de buscar a cidadania pelas pessoas no início da República. No caso dos trabalhadores do comércio, percebemos duas ações mais efetivas desse aspecto, a instrução e letramento e as ações na justiça. Ambas as movimentações visavam buscar e acessar o que entendemos como cidadania, uma pauta bastante em evidência nos primeiros anos da República.

Durante as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX as discussões sobre cidadania imbricavam na escravidão e no seu iminente fim. A falta de política para esses sujeitos no pós-abolição levou com que continuassem a ser exploradas por salários miseráveis muitas das vezes nos próprios locais em que foram escravizadas. Outra parte dessa população acabou indo em direção a grandes cidades duelar por empregos com os imigrantes que vinham para o Brasil com a política do governo federal<sup>511</sup>.

As grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Manaus e Belém tornavam-se espaços de competições entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros vindos da Europa por mercado de trabalho.

Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O

---

<sup>509</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e lutas por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”. In: *Tempo*. 2009, pág. 111.

<sup>510</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. Op Cit. pág. 113.

<sup>511</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria.<sup>512</sup>

Ou seja, a cidadania para muitos dos trabalhadores da Primeira República estava ligada aos avanços dos direitos civis, sobretudo no alcance das legislações trabalhistas. Por ainda não haver Justiça do Trabalho e poucas legislações, o caminho para conseguir adquirir qualquer direito, até aquele momento, era através de mobilizações, greves e na justiça comum.

A instrução dos trabalhadores durante a República também foi encarada como um mecanismo de busca da cidadania, sobretudo por meio dos setores mais radicais da classe trabalhadora como os anarquistas. Entretanto, socialistas também enxergavam essa possibilidade como um caminho de luta e transformação, sobretudo através do diálogo. No Amazonas observamos a experiência de diversas escolas que funcionavam como modelo de mudança de vida para os trabalhadores.

Em 1892, no jornal *Gutenberg* foi noticiado a abertura de uma escola noturna para operários em Manaus. Como consequência, a escola traria novos leitores não só para os jornais operários, como também para panfletos das associações e sindicatos<sup>513</sup>. Em 1928, João Cursino da Gama assinou a matéria “A Instrução”, no jornal comemorativo *Primeiro de Maio*, onde, segundo ele, o operariado não reconhecia seu valor por conta da pouca instrução, e divergia do sentido de luta como forma de adquirir direitos, pois considerava criminoso lutar e fazer greve; apenas as escolas noturnas, sobretudo, visando à instrução é que seriam o caminho de vitória da classe trabalhadora<sup>514</sup>. Gama apostava que a educação poderia livrar os trabalhadores da exploração, um pensamento bastante presente no período entre as lideranças operárias socialistas.

Entre os trabalhadores do comércio também ocorreu essa iniciativa, entretanto, era voltada para o aprendizado no comércio, em que consistia na manutenção de um curso comercial com as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Aritmética, Contabilidade comercial e Escrituração mercantil.<sup>515</sup> Todas essas estruturas buscavam, de certa maneira, a emancipação desses sujeitos no sentido de busca de cidadania.

---

<sup>512</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. Pág. 60.

<sup>513</sup> Jornal *Gutenberg*. Manaus, 1 de maio de 1892.

<sup>514</sup> Jornal *Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928.

<sup>515</sup> *Estatuto da Sociedade Phenix Caixeiral*. Belém: Typographia Gutenberg, 1917, pág. 3.

#### 4.2.1. As reclamações por direitos salariais

Não podemos falar de Justiça ou Direito sem antes retomar as estruturas orgânicas dos mecanismos de controle da sociedade. A história penal no Brasil tem início lá no Império com o Código Penal de 1830, cuja a principal característica foi adotar a pena de prisão com trabalho, embora sua utilização não tenha sido tão efetiva naquele momento, sobretudo pelo contexto de escravidão<sup>516</sup>. Entretanto,

Com o Código Penal de 1890, as elites republicanas buscaram viabilizar novas percepções acerca da ordem social bem como criar mecanismos de administração dessa ordem. O paradoxo deste Código, no entanto, consiste no fato de que desde muito cedo ele foi alvo de duras críticas por parte de setores das elites republicanas, que já assimilavam os novos discursos criminológicos e referentes às práticas penais que emergiam em outros contextos sociais e políticos.<sup>517</sup>

Ou seja, o novo Código Penal de 1890 passou a aumentar as possibilidades de defesa dos acusados de crimes comuns e passou a restringir os tipos de prisões.<sup>518</sup> Entretanto, ainda assim essas novas regras chegou a criar tratamento desigual da população brasileira, sobretudo de menores, mulheres, loucos, negros e etc.<sup>519</sup> Ficou demarcado as diferenças de gênero presentes dentro do Código, sobretudo nos casos de adultério.

O Código reitera as formas de como o Estado sempre lidara com a questão até então. O homem adúltero só era punido pelo crime caso tivesse uma concubina “teúda e manteúda”, ou seja, se mantivesse financeiramente sua amante, não figurando a ocasião apenas como passageira.<sup>520</sup>

Mas para as mulheres o código era bem mais duro, qualquer ato ou desconfiança de adultério elas eram enquadradas dentro da tipologia do crime. As relações de poder nas legislações eram desniveladas, sobretudo para as mulheres. Ou seja, através do Código Penal de 1890 a população mais pobre era enquadrada em diversas tipologias de crimes e eram mais suscetíveis a todos os tipos de penalidades possíveis para os crimes praticados. No caso dos caixeiros, embora fossem muito ligados e próximos aos seus

---

<sup>516</sup> ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antonio F. “A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República”. Justiça e História. Porto Alegre: v. 3, n. 6, 2006, pág. 20.

<sup>517</sup> Idem, pág. 3.

<sup>518</sup> Idem, pág. 8.

<sup>519</sup> Idem, pág. 22.

<sup>520</sup> SOUZA, Cleudiza Fernandes de. O pós-abolição a partir de perspectivas de gênero e raça: processos criminais envolvendo ex-escravas em Oliveira, Minas Gerais (1890-1905). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, 2019, pág. 117.

patrões, especulava-se que por muito tempo eles não fossem entrar em conflito direto na esfera judicial contra eles. Porém, em Manaus mapeamos ao menos três processos no acervo do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, sendo alguns deles vinculados à Justiça Comercial do estado em que trabalhadores do comércio exigiam de seus ex-patrões acordos firmados enquanto ainda eram seus funcionários.

Não podemos deixar de citar o trabalho recente de Francisco Pereira da Costa, que trouxe diversos exemplos de como o senso de justiça pode ser percebido através dos processos criminais. O autor buscou dentro do arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) diversos processos que pudessem ajudá-lo a perceber uma certa caracterização de um mundo do trabalho no Amazonas da virada do XIX para o XX. Talvez esse tenha sido o grande diferencial da sua pesquisa, não o pioneirismo, mas sim a forma como o uso dessas fontes podem ser bem trabalhadas no métier dos historiadores.

Em um dos processos analisados pelo autor, temos o caso de José Dias de Oliveira contra o empregado no comércio Joaquim Gomes Loureiro. Segundo as anotações no processo, o gerente foi agredido por seu ex-colega de trabalho pelo “fato de ter sido Oliveira despedido da casa comercial” em que trabalhavam juntos e que “o referido José Dias de Oliveira fora despedido pelo declarante em virtude de uma queixa dada por um freguês que fora desconsiderado pelo mesmo”.

Segundo Pereira, o caixeiro demonstrou sua insatisfação com a humilhação e resolveu agredir seu ex-gerente na rua e o perseguindo por várias ruas até ser parado por outros trabalhadores de uma casa comercial próxima. O interessante deste processo é que temos como testemunhas diversos trabalhadores do comércio de origens distintas, como Francisco dos Santos de 24 anos vindo de Portugal; Alfredo de Azevedo Ramos de 27 anos também de Portugal; David Perez de 22 anos natural do Pará e Maurício Marrache inglês de 23 anos.

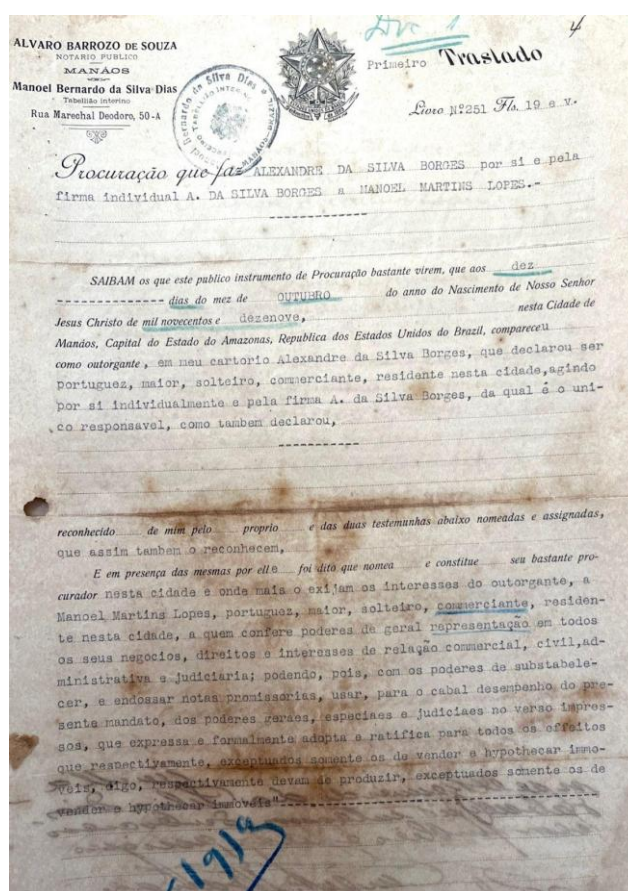
Nota-se que os processos tanto criminais quanto cíveis podem nos ajudar a mapear inclusive a nacionalidade das pessoas arroladas nos autos. No caso específico do processo mencionado, as vivências no mundo do trabalho na cidade eram variadas e mesclavam tanto os ambientes públicos quanto no ambiente de trabalho.

Para além desse caso, mapeamos outros processos que caixeiros estavam envolvidos. Em um deles, temos Manoel Martins Lopes, um português solteiro maior de idade que residia na cidade de Manaus, foi contratado para ser caixeiro-gerente no empreendimento de Alexandre da Silva Borges denominado Padaria Manaos localizada

na rua Ramalho Junior, nº 10. O trabalhador alegou que foi contratado em 10 de outubro de 1919 e que até 10 de março de 1920 não havia recebido nenhum valor dos 500\$000 réis mensais acordados com o patrão de maneira verbal.

Na queixa-crime, o trabalhador pediu a quantia de 2.500\$000 réis pelos salários não pagos e pelas diferenças salariais em decorrência do cargo ocupado. Segundo ele, além da função de caixeiro-gerente, ele também representava a firma em várias ocasiões, inclusive apresentou a procuração que dava a ele esses poderes em “seus negócios, direitos e interesses de relação comercial, civil, administrativa e judiciária”.

Imagem 17 - Procuração



Fonte: Processo nº 701. Sub-fundo: Juízo de Direito do Comércio, Manaus, 1920.

Na procuração, apresentada na imagem acima, ficou estabelecido que Manoel poderia endossar notas promissórias, além de usufruir dos poderes de representação da firma nos aspectos comercial, civil, administrativo e judicial, sendo assinado por Alexandre da Silva Borges como representante da firma. Em um documento constante nos autos do processo, Borges questionou seu “amigo” para saber se ele assinou algum documento por procuração em seu nome, pois o mesmo precisava regularizar sua “escrita”. Nota-se que o trabalhador estava munido de diversos documentos que

comprovavam que ele exercia a função de caixeiro-gerente, posição essa que seu ex-patrão não queria pagar, e por conta disso deveria receber os valores acordados.

Entretanto, com a ação vencida pelo caixeiro em primeira instância, o patrão apelou ao Superior Tribunal de Justiça do estado do Amazonas alegando que havia um erro primário na ação. Segundo seu advogado, não poderia ocorrer a substituição de natureza sumária pela ordinária, algo bastante técnico do Direito. Segundo a petição, “a ação sumária é incompetente para cobrança de salário de prepostos de casa comercial que não tiver nomeação escrita e registrada na junta comercial”, o que, segundo a peça, não havia acontecido.

Todos os feitores, guarda-livros, caixeiros e outros quaisquer propostos de casas de comercial, devem receber de seus patrões ou proponentes uma nomeação por escrito, que farão inscrever no Tribunal do Comércio (art. 10 n. 2): pena de ficarem privados dos favores por este código concedidos aos de sua classe (Cod. do Com. Art. 74)<sup>521</sup>.

O que pode-se perceber é que tratava-se de uma estratégia do patronato a não inscrição dos trabalhadores na junta comercial para evitar cobranças como a que o processo apresentou. Com isso eles poderiam burlar o sistema e evitar pagamentos a mais saindo de seus caixas, o que é consideravelmente errado sob vários aspectos. A inscrição na junta comercial era amplamente divulgada na imprensa diária e a não inscrição nos fazia questionar o verdadeiro caráter do patrão.

Ainda segundo o documento, existia uma maneira para que o apelante conseguisse avançar com a ação sumária, as causas teriam que ser de valor pequeno e o tempo de contrato longo. Porém para o dono da padaria, o caixeiro em questão não teria nenhuma dessas características e por isso a ação não deveria ser um rito ordinário e por consequência não poderia ter sido continuada. Entretanto, já existia jurisprudência de acordo com a decisão nº 840 de 22 de junho de 1883 de Porto Alegre em que estabelecia a ação sumária como meio de requerer pagamentos comerciais.<sup>522</sup>

Ainda como tática de enfraquecer o ex-funcionário, o patrão chegou a dizer que Manoel Martins Lopes tinha dois empreendimentos, além daquele que ele cuidava. Chegou a dizer também que ele furtava o empreendimento o “quanto lhe apetecia” e chegava a pagar “os aluguéis de suas mercearias e impostos” às suas custas, além de assinar notas promissórias em valores elevados e que isso poderia ser considerado como

---

<sup>521</sup> Processo nº 701. Sub-fundo: Juízo de Direito do Comércio, Manaus, 1920.

<sup>522</sup> *Tribuna do Caixeiro*, 26 de julho de 1908.

um pagamento dos seus salários. O fato é que A. da Silva Borges estava apelando de todas as maneiras para tentar convencer o juízo que não tinha vínculo algum com o caixeiro em questão.

Porém, Manoel rebateu todas as acusações de seu antigo patrão com outra petição endereçada ao Tribunal de Justiça. Em sua defesa, o caixeiro alegou que o curso do processo “foi observado no estabelecido pela lei”, uma clara resposta às acusações de que a presente ação não estava de acordo com o processo legal. Além disso, no que tange aos furtos, a petição elencou que o apelante quis transformar-se numa vítima e o acusava sem provas apenas para tumultuar o processo.

Depois de ponderadas, mais uma vez, as falas de ambos os lados, a decisão do Tribunal de Justiça foi unânime e considerou diversos aspectos. Os juízes negaram a apelação de A. da Silva Borges e confirmaram a sentença em primeira instância. O valor a ser pago foi de 1.166\$666 mais as custas processuais, porém os magistrados acataram a posição do apelado de que Manoel Martins Lopes trabalhou apenas durante o período de 1 de janeiro a 10 de março no estabelecimento comercial como caixeiro-gerente.

Apesar de toda persuasão por parte do comerciante, inclusive atacando seu ex-funcionário de maneira criminosa ao acusá-lo de furtar o estabelecimento, notou-se que a justiça foi o caminho possível para acessar cidadania por parte desse trabalhador e que isso pode ser vislumbrado em vários outros indivíduos durante a Primeira República. Isto torna-se mais interessante porque foi através da justiça comum e não como costumamos ver pós-1940 com a justiça do trabalho.

Um outro processo chamou a atenção devido ao teor da queixa ter sido dirigida contra um dos trabalhadores por seus patrões. Os donos da Padaria São Sebastião, Almeida & Ferreira Cia, moveram ação contra João Nunes de Bastos que fora contratado com um salário de 200\$000 mensais e ficou lá entre 5 de março a 13 de junho de 1908.

Segundo a queixa-crime, o suplicado permaneceu no estabelecimento após sua demissão entre 14 de junho e 14 de julho, sendo assim, usufruindo de todas as benfeitorias que o estabelecimento oferecia a seus empregados, além de continuar dormindo por lá. O pedido dos donos da casa comercial era que fossem descontados dos débitos a serem pagos ao seu ex-funcionário esse período que ele permaneceu por lá no valor de 150\$000 réis, porém o caixeiro recusou a oferta. A decisão da justiça tendeu a acreditar no ex-patrão e ordenou o pagamento de 183\$330 dando uma derrota ao ex-caixeiro. Como ficou discriminado no documento abaixo.

Imagem 18 – Documento de prestação de contas após demissão

**FABRICA BIAOU**  
Biscoitos e bolachas em lata, systema PEREIRA, PEREIRA & C.ª

**ALMEIDA, PEREIRA & C.ª**  
RUA MUNICIPAL N. 83  
Manaus, 30 de Julho de 1908

**João Nunes de Barros**  
Comp.

| Maiores | Datas | Descrição                                                               | Preços | Importâncias |         |
|---------|-------|-------------------------------------------------------------------------|--------|--------------|---------|
|         |       |                                                                         |        | Debito       | Credito |
|         | 10    | 1º ordenado de 1 de Março a este dia - 8 meses e 6 dias e meio de 1907  |        |              | 622,500 |
|         | 30    | Salário de 1 de Janeiro a 30 de Janeiro de 1908                         |        | 152,500      |         |
|         |       | Importância de 9 meses e 6 dias de 1 de Janeiro a 30 de Janeiro de 1908 |        | 178,550      |         |
|         |       | Saldo a favor                                                           |        | 653,550      | 178,550 |

Manaus, 3 de agosto de 1908  
João Nunes de Barros

Fonte: Processo 04/08, sub-fundo Justiça Comercial, 1908.

O caso desse processo nos remete, por exemplo, a como estavam estruturadas as relações de trabalho nas casas comerciais de Manaus e também de Belém e pode nos caracterizar como eram os mesmos espaços em outras localidades espalhados pelo Brasil. Os caixeiros dividiam, além do espaço de trabalho, também o de moradia, a alimentação e todos os demais aspectos com o patrão e sua família.

Em muitos casos era pré-requisito que o jovem caixeiro iniciasse o trabalho nas casas comerciais por volta dos 10 anos de idade para adquirir todo o aprendizado até galgar novos espaços dentro do mesmo estabelecimento. Foi o caso de Manuelzinho de Aluísio de Azevedo que chegou de Portugal nessa faixa etária e era responsável por varrer o armazém, além de limpar as balanças e por vezes ainda apanhava dos outros caixeiros <sup>523</sup>. Ou seja, desde cedo os caixeiros já estavam ambientados em partilhar desses espaços com seus colegas e também com os patrões.

<sup>523</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

O ambiente de trabalho era dividido entre o lazer, a moradia e o próprio trabalho. Não existia liberdade entre os indivíduos e muito menos entre eles e seus patrões. Era como se fizessem parte das famílias, porém sem fazer e ainda pagavam por tudo aquilo. O ambiente não era mil maravilhas, era carregado de sofrimento e angústia desses trabalhadores. Esse é o caso do menor José Aparício de Macedo de 11 anos de idade, filho de portugueses e funcionário da casa comercial Reis & Cia situada na rua Dr Assis na cidade de Belém do Pará.

Segundo a queixa-crime, na manhã do dia 28 de maio de 1897, o denunciado foi até o estabelecimento comercial Reis & Cia localizado na rua Dr. Assis e passou a agredir o jovem caixeiro de 11 anos de idade batendo com a cabeça dele na porta e no balcão. O menor foi levado a fazer exame de corpo de delito que constatou as lesões em sua cabeça. Porém, segundo as testemunhas de defesa do réu, o jovem teria se batido sozinho ao correr e cair.<sup>524</sup>

Duas informações nos chamam a atenção nesse processo: a idade do caixeiro e a sua nacionalidade. Com efeito, não existia condições de trabalho adequadas a gênero ou faixa etária, assim como outros direitos fundamentais na atual configuração da legislação trabalhista: férias, descanso semanal e muito menos aposentadoria. Mas existe uma justificativa para tal escolha, pois os menores estavam isentos dos recrutamentos, além também de serem mínimos os gastos de salários com eles. Ou seja, era mais vantajoso empregar caixeiros jovens por diversos motivos, dentre eles, o baixo custo para os patrões.<sup>525</sup>

Em todo o território brasileiro, as crianças exerciam as mesmas atividades laborais que os adultos. Alba Barbosa constatou que a maioria delas estavam presentes nas casas comerciais da cidade de Manaus exercendo trabalho pesado em mercearias a partir de 10 anos de idade. Segundo ela, era desejável ter a origem portuguesa para criar uma ligação identitária entre patrão e empregado, a imprensa divulgava em seus anúncios o desejo dos donos das casas comerciais de ter portugueses trabalhando para eles.<sup>526</sup> Para a autora, com base nas reflexões de Edilza Fontes:

A preferência pelo trabalhador infantil português se dava pela possibilidade de “conseguir uma exploração da força de trabalho desses

---

<sup>524</sup> Processo TJPA. 1º Distrito Criminal: Ferimentos Leves, 1897.

<sup>525</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Op. Cit., pág. 44

<sup>526</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 135.

menores, mediada por prática paternalista no que diz respeito à exigência de fidelidade e obediência”.<sup>527</sup>

Em 17 de janeiro de 1891 com o Decreto nº 1.313 ficou estabelecido que a idade mínima de 12 anos para o trabalho de menores em fábricas. Apesar de estarmos falando de locais de trabalho distintos, é interessante fazer reflexões sobre os caixeiros a partir da referência de tal legislação. De acordo com o artigo 10º, os menores não poderiam exercer “qualquer trabalho que exija da parte deles esforço excessivo”<sup>528</sup>. No caso dos caixeiros, de praxe sobrava para eles a limpeza das casas comerciais, uma das atividades mais pesadas na hierarquia. Além disso, também estavam sujeitos a agressões físicas em alguns postos de trabalho, como em botequins.

Como aconteceu em 1899 na casa comercial Rozas & Cardozo localizada na rua Marechal Deodoro. Na ocasião, um cliente foi comprar balas para seu revólver e no momento em que esvaziada sua arma acabou atirando no caixeiro menor de 15 anos do estabelecimento.<sup>529</sup> Os riscos de se trabalhar em alguns tipos de casas comerciais eram grandes e perceptíveis como no exemplo mostrado.

A idade não era impedimento para contratação, muito embora nos anúncios dos jornais era sempre exigido como idade mínima 12 anos, como podemos observar abaixo. Talvez uma forma de burlar possíveis sanções as casas comerciais pelas contratações dos menores.

Imagem 19 – Anúncio



Nota: Amazonas, 24 de março de 1893.

<sup>527</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010, pág. 136. APUD: FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Preferem-se portugueses: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (doutorado em História). Unicamp, 2002.

<sup>528</sup> Decreto nº 1.313 de 17 de janeiro de 1917. Consultado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>529</sup> A Federação, 5 de maio de 1899.

Em âmbito internacional tivemos várias discussões sobre limites do trabalho infantil. Desde a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, ao menos 10 convenções discutindo o trabalho infantil foram levadas a frente no âmbito da organização.<sup>530</sup>

As discussões sobre a regulamentação do trabalho infantil no final do século XIX e início do século XX ocorreram de maneira latente na imprensa nacional. Na capital federal Rio de Janeiro o decreto 1.313 de 1891, nunca colocado em prática, fixou a idade mínima em 12 anos e uma jornada de 7 horas de trabalho<sup>531</sup>. Cynthia Veiga exemplificou como a definição da palavra “menor” foi sendo moldada de acordo com o código penal de 1890.

Com o Código Penal de 1890 (Brasil, 1890), passou a ser relacionada a limite de idade para imputação criminal e, desde então, cada vez mais foi utilizada para se referir de modo indiscriminado as crianças abandonadas, órfãos pobres, infratores e trabalhadoras.<sup>532</sup>

Apesar da definição, foi somente com Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927 que o trabalho infantil foi regulamentado no Brasil. Entre as deliberações estavam:

Proibição de trabalho de menores de 12 anos; exigência de atestado médico; jornada de seis horas; proibição de trabalho noturno; permissão, com restrição, de trabalho infantil como atores, fugurantes, acrobatas; proibição de menores de 18 anos nos serviços gráficos de conteúdo imoral, e exigência de certificado de estudos primários.<sup>533</sup>

Ou seja, as discussão sobre o trabalho infantil naquele momento eram muito evidentes na sociedade e as páginas anteriores são reflexos do cotidiano da vida de diversos trabalhadores do Brasil durante a Primeira República. A Justiça comum era costumeiramente o espaço destinado a todo tipo de ação, mesmo nas questões trabalhistas. Elas, juntamente com as mobilizações operárias e as greves gerais de 1917 e 1919 tiveram papel importante na construção e consolidação do campo do Direito do Trabalho a partir da década de 1920<sup>534</sup>.

---

<sup>530</sup>VEIGA, Cynthia Greive. “Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944)”. Rev. Bras. Hist. Educ. V. 16, 2016, pág. 287.

<sup>531</sup> Decreto nº 1.313, 17 de janeiro de 1891.

<sup>532</sup> VEIGA, Cynthia Greive. “Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944)”. Rev. Bras. Hist. Educ. V. 16, 2016, pág. 292.

<sup>533</sup> VEIGA, Cynthia Greive. “Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944)”. Rev. Bras. Hist. Educ. V. 16, 2016, pág. 294.

<sup>534</sup> MENDONÇA, Joseli M. N. “Em busca de uma justiça própria – trabalhadores e suas demandas na Primeira República”. In: SCHMIDT, Benito Bisso (ogs.). *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes*. São Leopoldo: Oikos 2010. pág. 68.

A imprensa também foi espaço de socialização de conflitos entre patrões e seus empregados. Em 1909, o *Tribuna do Caixeiro*, divulgou na coluna “Atualidades” que as relações de trabalho entre os dois pólos estavam sendo modificadas. Isso se deu devido ao comerciante chamado Camilo Ramos “pagar com tabefes os ordenados dos empregados que despede da sua casa de móveis”. A nota narrou que o empregado Manoel Rodrigues Junior foi demitido por Camilo Ramos e decidiu receber seus ordenados que estava demorando a ser pagos por seu antigo patrão.

Numa das idas ao estabelecimento comercial com o objetivo de receber o dinheiro, ele foi surpreendido com agressões físicas por parte de seu ex-patrão. Ele acabou sendo empurrado e teve a cabeça partida “com um banco”. É notável que os trabalhadores eram o lado mais fraco da balança na luta por direitos, mesmo nos casos em que eles conseguiam provar seus questionamentos. A nota do jornal alertava para que as ações desse patrão não fossem levadas a cabo pelos outros donos de casas comerciais, a fim de evitar conflitos piores que esse, a nota finalizou com a seguinte expressão: “Deus nos livre que a moda pegue”.

Camilo Ramos acabou sendo preso em flagrante pela agressão ao caixeiro, porém solto após o pagamento de fiança. A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas deu procuração ao advogado Cavalcanti Melo para acompanhar o caso na esfera criminal.<sup>535</sup> Contudo, notamos que todos os exemplos anteriores nos mostram que a luta dos trabalhadores durante a Primeira República não foi fácil. Não importava qual segmento ou campo de trabalho fosse a atuação, eles sempre precisavam provar e mostrar confiança duas vezes mais que os patrões.

A imprensa também externalizou ações judiciais movidas por caixeiros contra seus patrões. Foi o caso de Antonio Lopes Guerra em ação contra Justino Lopes & Cia. que questionaram sobre o rito sumário em ação de cobrança de salários. Na sentença ficou estabelecido que a não inscrição no registro diz respeito apenas a benefícios em casos de falência, a dispensa do serviço da guarda nacional e também de recrutamentos. Ou seja, nada se refere a solicitações de pedidos de pagamentos de salários ou comprovação de exercício de função.

O caixeiro foi funcionário da casa comercial desde junho de 1905, exercendo função de confiança de seus patrões ganhando 350\$000 por mês. Dois anos depois, de maneira voluntária, eles decidiram conceder 10% de bonificação nos lucros do

---

<sup>535</sup> PAGAMENTO SÉCULO XX. *Tribuna do Caixeiro*, 21 de março de 1909.

empreendimento ao caixeiro, sem alteração do primeiro contrato. Ainda segundo os réus, eles haviam feito pagamentos de 944\$660 de mercadorias, porém não comprovaram os pagamentos. Por conta dessas questões que não tiveram resolução por parte dos réus, foi decidido pela procedência do pedido e condenação com o pagamento das custas judiciais.

A própria publicização de processos judiciais como esse na imprensa poderia funcionar como uma tática dos trabalhadores do comércio para amedrontar seus patrões e evitar que ações como essa fossem parar na justiça, sobretudo pelo fato da vitória do trabalhador. Clarize Speranza demonstrou, com base nas palavras de Fischer, que a legislação e a justiça podem ser vistas como “arenas nas quais parte dos sujeitos sociais foram constituídos como detentores de direitos a partir de embates”<sup>536</sup>.

Popinigis destacou que em diversos momentos alguns trabalhadores no comércio acabavam agindo por conta própria contra seus patrões numa busca por justiça. Como no caso de Vitorino de Souza que deu uma facada em seu ex-patrão quando eles não haviam entrado em acordo após a demissão. A autora também citou o caso de Cândido Peixoto que sumiu com uma grande quantidade de dinheiro da casa de seu patrão, sendo que ele confiava “na fidelidade do empregado”.

O contrato implícito que pretendia dar vantagens a ambas as partes e mitigar as disputas de classe e as potencialidades conflitivas desse convívio era constantemente desmantelado pela revolta dos que não aceitavam negociar em desvantagem de condições. O modelo permanecia, mas ia sofrendo algumas mudanças.<sup>537</sup>

Foi perceptível que o campo judicial foi uma importante ferramenta de atuação dos trabalhadores durante a virada do século XX, sobretudo como mecanismo de acesso aos seus direitos. É, ainda, um campo muito vasto e com grande potencial de estudo para os historiadores e historiadoras do trabalho explorarem. Os trabalhadores do comércio também estavam inseridos dentro desses mecanismos de atuação, mesmo que em diversos momentos eles estivessem tão próximos de seus patrões.

As páginas anteriores são reflexos do cotidiano da vida de diversos trabalhadores do Brasil durante a Primeira República. A Justiça Comercial era costumeiramente o espaço destinado a todo tipo de ação, mesmo nas questões trabalhistas. Elas, juntamente com as mobilizações operárias e as greves gerais de 1917 e 1919 tiveram papel importante

---

<sup>536</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. A Justiça do Trabalho e a historiografia social no Brasil: notas sobre percursos do projeto corporativista. In: *História*, v. 42, 2023, pág. 11.

<sup>537</sup> POPINIGIS, Op. Cit, pág. 170.

na construção e consolidação do campo do Direito do Trabalho a partir da década de 1920.<sup>538</sup>

---

<sup>538</sup> MENDONÇA, Joseli M. N. Op. Cit. pág. 68.

## Conclusão

A História Social do Trabalho tem buscado repensar seus aspectos mais profundos no que consiste as abordagens teóricas. Silvia Petersen mostrou forte preocupação com os rumos futuros deste campo historiográfico. Repensar temas considerados clássicos podem ajudar nessa consolidação maior da área, sobretudo ao buscar mesclar e variar o uso das fontes. Este trabalho está inserido nesta perspectiva: um tema clássico analisado através de uma região complexa que é a Amazônia.

Para entender um grupo tão diverso foi preciso analisá-los através do mutualismo que foi importante para a organização dos caixeiros. As suas formas de organizar ajudaram a construir parte da história deles e também a entender as dinâmicas da sociedade da época. Essas organizações foram cruciais por ajudar a organizar de maneira mais completa esses grupos. Embora efêmeras, elas eram reconhecidas positivamente pelos seus membros.

Tanto no Amazonas quanto no Pará as sociedades caixeirais tiveram papel importante na organização dos trabalhadores do comércio. Algumas com vida longa e outras com documentação mais preservada, o que acabou facilitando nosso trabalho, sobretudo no caso da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) com o jornal *Tribuna do Caixeiro*. A produção de impressos por parte das associações foi bem comum entre elas e fazia parte de objetivos maiores que eles tinham.

Os próprios trabalhadores do comércio ajudaram a consolidar a identidade organizacional. A imprensa acabava tornando-se espaço de pressão visando conciliar as demandas deles com os patrões sem criar grandes conflitos. Os periódicos valorizavam diversas ações dos caixeiros como críticas ao patronato e à exploração. Esses aspectos apareciam nas fontes impressas recorrentemente, o que poderia caracterizar um posicionamento de resistência por parte deles e que também poderia significar como típico de uma identidade operária em formação. Mesmo que marcada por ambivalências, já que os caixeiros, por vezes, se viam como “superiores” aos operários manuais.

Foi através da imprensa que os caixeiros também divulgavam suas atuações em associações de classe, eventos, conferências, etc, mostrando o envolvimento desses trabalhadores com formas de luta - pilar da construção de uma identidade operária. Portanto, a imprensa caixeiral é um espaço de produção simbólica que revela como esses trabalhadores urbanos negociavam sua posição social, oscilando entre o desejo de

ascensão e o reconhecimento da exploração. É nesse espaço que podemos observar traços claros da formação de uma identidade operária, ainda que marcada por tensões e contradições.

Ao buscarem educação formal após longas jornadas de trabalho, os caixeiros demonstravam a percepção de que a instrução poderia elevar sua posição social e diferenciá-los dos operários manuais, por exemplo. As escolas noturnas, nesse sentido, eram vistas como uma ferramenta de emancipação. Elas eram muitas vezes criadas por associações de caixeiros e sustentadas por contribuições da própria classe. Isso estimulava um sentimento de solidariedade, pertencimento e organização coletiva, fundamentais para a formação de uma identidade de classe.

As aulas noturnas não eram apenas educativas, mas também espaços de encontro e troca de experiências. Ali, os caixeiros compartilhavam dificuldades, discutiam suas condições de trabalho e refletiam sobre sua posição social — o que favorecia o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o mundo do trabalho. O esforço para estudar à noite era constantemente exaltado na imprensa caixeiral. Assim, as escolas noturnas não apenas ensinavam leitura e escrita, mas funcionavam como espaços de formação política, cultural e simbólica, fundamentais na construção de uma identidade de classe caixeiral, que se via como parte da classe trabalhadora, mas com características sociais e ideológicas muito particulares.

Ao recorrer ao judiciário, os caixeiros acionaram uma instância formal de resolução de conflitos, reconhecendo-se como sujeitos de direitos e não apenas subordinados. Essas ações mostravam que os caixeiros estavam conscientes das relações desiguais de trabalho e buscavam meios legais para combatê-las, muitas vezes expondo abusos como falta de pagamento, jornadas excessivas ou demissões arbitrárias. Mesmo que individualizadas, essas ações eram publicadas na imprensa caixeiral, ganhando um valor coletivo e exemplar, reforçando os laços entre os trabalhadores e o sentimento de injustiça comum.

Portanto, tanto as mobilizações pelo fechamento das portas quanto às ações judiciais foram fundamentais para uma tentativa de construção simbólica e prática de uma identidade operária entre os caixeiros, mesmo num contexto em que eles também buscavam distinções sociais e culturais em relação a outros trabalhadores. Essas práticas os inseriram nos conflitos de classe próprios do capitalismo urbano e moderno.

O ponto chave da compreensão e da existência desta tese é entender se de fato todas as experiências apresentadas e debatidas neste trabalho ajudam a classificá-los dentro do conceito de identidade operária. De certo, por alguns momentos os caixeiros se

aliaram às pautas mobilizadoras contra a exploração da mão de obra, a favor do fechamento das portas e até mesmo exigindo pagamentos de salários de seus patrões na justiça, mas por se só essas experiências não eram suficientes para confirmar nossas hipóteses.

Entretanto, em outros momentos eles faziam esforços para se distinguir da maior parte dos trabalhadores, sobretudo dando importância prioritária ao processo de instrução, na produção de literatura na imprensa caixeiral e na organização de suas associações e sociedades com foco na consolidação de bibliotecas. Vale destacar que não existia unidade nem entre os próprios caixeiros, o que dificultava uma organização maior deles, todavia ainda assim eles tinham momentos de união.

Portanto, não foi possível afirmar se houve de fato uma identidade operária que unisse todo esse grupo tão diverso, tendo em vista que em alguns momentos eles se distanciavam e outros momentos se aliavam com seus patrões, funcionando como estratégia deles de conseguirem todos os seus desejos.

## Fontes

### *Periódicos:*

A Voz do Caixeiro (1890)

O Caixeiro (1889)

O Empregado no Comércio (1899)

O Restaurador (1890)

O Imparcial (1890)

Tribuna do Caixeiro (1908)

Jornal do Comércio (1904)

Correio do Norte (1911)

A Lucta Social (1914)

### *Centro de Memória da Amazônia – Pará*

Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Pará, 1908.

Estatuto da Sociedade Phenix Caixeiral. Belém: Typographia Gutenberg, 1917.

Processo TJPA. 1º Distrito Criminal: Ferimentos Leves, 1897.

Processo TJPA. 1º Distrito Criminal: Ferimentos Leves, 1898.

### *Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM*

Processo nº 701. Sub-fundo: Juízo de Direito do Comércio, Manaus, 1920.

Processo 04/08, sub-fundo Justiça Comercial, 1908.

Processo nº 10, sub-fundo Justiça Comercial, 1892.

### *Outros Arquivos*

Censos populacionais (1872, 1890, 1900 e 1920 ) - Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>

Mensagens do Governador do Amazonas, 1893. Disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Mensagens do Governador do Amazonas, 1903. Disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Mensagens do Governador do Amazonas, 1926. Disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Decreto nº 1.313, 17 de janeiro de 1891.

Decreto nº 7566 de 23 de dezembro de 1909.

Decreto nº 1.313 de 17 de janeiro de 1917.

Decreto nº 26.688, de 23 de maio de 1949.

## Bibliografia

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antonio F. “A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República”. *Justiça e História*. Porto Alegre: v. 3, n. 6, 2006.

ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: os Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. IN: ENGEL, Magali Gouveira (Orgs). *Os intelectuais e a imprensa*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas: SP, 1996.

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Luís: Tipografia do Paiz, 1881.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1997.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891- 1914)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BARROS, Surya Pombo de. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”. In: *Educ. Pesq.* São Paulo, v. 42, 2016.

BATALHA, Cláudio. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências”. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República” IN: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?”. In: *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, v. 12, nº 23/24, 1991/1992.

BATISTA, James da Costa. *Da Lousa à Luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2018.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo Vargasista”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.

BRAGA, Marcos Lucas Abreu. *Anos Vermelhos: classe, gênero e nacionalidade no movimento operário de Belém do Pará, 1917-1920*. Dissertação (Mestrado em História). 2023.

BRAGA, Marcos Lucas. “Homens do trabalho, filhos do povo” – os artistas manauaras entre as décadas de 1870-1880: organizações e manifestações coletivas. In: *Revista eletrônica discente do curso de História – UFAM*, Vol. 5, 2021.

BRITO, Elias Santos de; MELO, Clarice Nascimento de. “Pobreza e conflitos políticos nas Escolas Noturnas do interior do Grão-Pará (1871-1879)”. In: *Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, Ano V, n.1, 2025.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira”. IN: *Almanack Braziliense* nº 06, 2007.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. “Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia”. *Antíteses*, v. 9, n. 17, 2016.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. “Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)”. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2016.

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento Candido. “Salve Aurora do 1º de Maio”: associativismo operário e gênero na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930). Curitiba: CRV, 2021.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Tese (doutorado em História). Universidade do Porto, 2011.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. “Nilo Peçanha e a criação das escolas de aprendizes artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914”. In: 7º Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier, 1910. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, v. 1, 6º ed. Por Roberto Carvalho de Mendonça (1960). Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). IN.: MARC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Barcelos, Portugal: Guimarães, 1976.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: Cadernos AEL., v.14. n.26. 2009.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. “Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930)”. In: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, 2018.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Francisco Pereira. “Foi só para espantar o inglês”. Entre o labor e lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917). 1º ed. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2023.

CRUZ, Rafael Almeida. Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo, EDUC, 2000.

DAOU, Ana Maria. Cidade, Teatro e o “Paiz das Seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014.

DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol 6, 2000.

DIAS, Edneia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

DUARTE, Paulo Cesar Borges. “A fundação e os objetivos dos clubes caixeirais no Rio Grande do Sul”. IN: História em Revista, 2017.

FERNANDEZ, Roberto Ribao. A fotografia na revista vida galega: um silandeeiro universo de sentido. Tese doutoral. Universidade de Santiago de Compostela, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. Margens (UFPA), Abaetetuba, PA. V. 2, n. 3, 2005.

FILHO, Ciro Marcondes. Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

FONTAINHA, Fernando; RODRIGUES, Paulo; FERNANDES, Pedro de Araújo. “A reforma trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1”. In: *Opinião Pública*, Revista do CESOP. Campinas, vol. 27, nº 3, 2021.

FONTES, Edilza J. O. Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Belém-PA, EditAedi, 2016.

FREIRE, José Ribamar Bessa et all. Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950). Catálogo de jornais. Manaus, Editora Calderaro. 1990.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a Cultura Política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAYA, Sidneya Magaly e LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. “As escolas noturnas de Santa Catarina nas últimas décadas do século XIX”. In: *Cadernos de História da Educação*. V. 2, 2023.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Movimento Operário e educação popular na Primeira República. *Cad. Pesq.* São Paulo (57). 1986.

GONÇALVES, Analuz Marinho. “O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos”. IN: Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 15, n 1, 2022.

GONÇALVES, Mariana Couto. “O jornalismo literário no século XIX: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores”. IN: XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. “Pela lei e contra a lei: lutas e organizações dos trabalhadores da construção civil de Salvador (1919-1922)”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1–30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/75395>. Acesso em: 9 jan. 2024.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. *A educação do trabalhador no movimento operário da Primeira República no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil: 1889-1922)*. Dissertação de mestrado (Unicamp). Campinas, 1980.

JESUS, Ronaldo Pereira de e LACERDA, David P. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 2, n. 4, 2010.

JESUS, Ronaldo. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Orgs.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

JESUS, Vitor Santos de. *Mutualismo e Caixeiros na cidade de Salvador durante a Primeira República: delineando identidades, conflitos e trajetórias*.

LIMA, Aline de Kassia Malcher, “Em auxílio dos seus”: Mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2021.

LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

KOCHER, Bernardo. *Luto-Luta – O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1987.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio H. M (Org.). Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1993.

MARTINS, Roberto de Andrade. Sobre o papel da história da ciência no ensino. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, (9), 1990.

MARX, Karl. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008.

MENDONÇA, Joseli M. N. “Em busca de uma justiça própria – trabalhadores e suas demandas na Primeira República”. In: SCHMIDT, Benito Bisso (ogs.). Trabalho , Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos 2010.

MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine – Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Valer, 2009.

MILAGRE JÚNIOR, S. L.; FERNANDES, T. F. Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio. *Revista História em curso*. Belo Horizonte, v.3, n.3, 1º sem. 2013.

MOREL, Regina L. Moraes & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. IN: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 2007.

MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: vivência em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2013.

MOURA, Daniella de Almeida. A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898). Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Pará, 2021.

OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação. 2019.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa). IN: Revista Brasileira de História. N.6. 1983.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. IN.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. Revista Tempo, vol. 19, nº 35, 2013.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Escola noturna ‘O Exemplo’: educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul” In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, 2002.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho*: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira. Anos 90*. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha*: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Migração, Trabalho e Etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus (1880-1920)”. IN: *Varia Historia*, vol. 30, nº 54, set./dez. 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Da proteção à projeção: o Associativismo espanhol em Manaus (1901-1919). In: História (São Paulo), v. 40, 2021.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A mulher na imprensa amazonense, 1900-1950: algumas reflexões”. In: Anais XXVII Simpósio Nacional. Natal, 2013.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930)”. Revista Mundos do Trabalho, v. 9, n. 17. 2017.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Vozes Operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910”. IN: História: questões & debates. Curitiba, v. 70, n. 2, jul./dez. 2022.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 3º ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX”. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, 2014.

PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937). Tese (doutorado em História). Universidade do Porto, 2011.

POLETTTO, Carolina. A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936). Tese (doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2017.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca*: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

POPINIGIS, Fabiane. “As sociedades caixeirais e o ‘fechamento das portas’ no Rio de Janeiro”. IN: *Cad. AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.

POPINIGIS, Fabiane. “Caixeiros e operários: relações de trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro no início do século XX”. In: *História Social*, Campinas-SP, nº8/9, 2001/2002.

POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O povo na rua e na Justiça: a construção da Cidadania e Luta por Direitos, 1889-1930. In: SAMPAIO, Maria da Penha Franco; BRANCO, Maria do Socorro; C. LONGHI, Patrícia. *Autos de Memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal*, Tribunal Regional Federal – Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e lutas por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”. In: *Tempo*. 2009.

RIZZINI, Irma. A expansão da instrução pública pelas fronteiras remotas da Amazônia (1870-1889). *Ver a educação*. V. 12, n. 1, 2011.

ROSA, Paula de Souza. Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2019.

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. IN: *Entrelaces*. Agosto, 2007.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. Motoristas e Condutores de Bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2020.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. “Unamo-nos, e criemos uma sociedade”: cultura associativa, formação e organização da classe trabalhadora em Manaus (1889-1930). Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2025.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. *Escolas Noturnas para Trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2017.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Epoque (1870-1912). 3º ed. Belém, Paka-tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. “Os portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém 1900)”. In: SOUZA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima e MATOS, Izilda. *Nas duas margens*. Os portugueses no Brasil. 2009.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. “A imprensa operária anarquista: gênero, leitura e sentido”. IN: Revista do GELNE, vol. 3, nº 1, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: História de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, Justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A “Phenix Caixeiral” (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, 2008.

SILVA, Marcos. *História da Educação Brasileira*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

SILVA, Noemi Santos da. *Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2023.

SILVEIRA, Daniela Guimarães da. As lições de Bernardo Guimarães em A Escrava Isaura: escravidão e literatura na segunda metade do século XIX. *Temporalidades – Revista de História*, edição 25, v. 9, nº 3, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. “Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana”. In: *Revista Kátal*, Florianópolis, v. 12, 2009.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). Dissertação (mestrado em História). Belém, 2008.

SOUZA, F. Gralha de. A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

SPERANZA, Clarice Gontarski. A Justiça do Trabalho e a historiografia social no Brasil: notas sobre percursos do projeto corporativista. In: *História*, v. 42, 2023.

TELES, Luciano Everton. “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, 2017.

TELES, Luciano Everton Costa. A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2008.

TELES, Luciano Everton Costa. Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928). Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

TELES, Luciano Everton Costa. “As palavras impressas e a pesquisa histórica: os jornais operários no Amazonas (1890-1928)”. *Historiae*, 9 (1), 2018.

TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

TRINDADE, Debora Vilhena. Imprensa, poder e política no jornal Correio do Norte (1906-1912). Relatório final de Iniciação Científica. Universidade Federal do Amazonas, 2011.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, 1: a árvore da liberdade. 11º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 2: a maldição de Adão. 5º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. “Lucha de Clases sin clases?” Barcelona: Crítica, 1989. APUD, NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 16, 1996.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930-1950). Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. “Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944)”. Rev. Bras. Hist. Educ. V. 16, 2016.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “O estudo do Mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. Lócus, Juiz de Fora, v. 18, 2004.